



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS

**INVISIBILIDADE SOCIAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR: DINÂMICA TERRITORIAL DO
TRABALHO NA COLETA DE LIXO DOMICILIAR
URBANO EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

João Vitor Ramos da Silva

Orientador: Antonio Thomaz Junior

Presidente Prudente
Abril de 2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOÃO VITOR RAMOS DA SILVA

**INVISIBILIDADE SOCIAL E SAÚDE DO TRABALHADOR:
DINÂMICA TERRITORIAL DO TRABALHO NA COLETA
DE LIXO DOMICILIAR URBANO EM
PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Sociais. Contamos com o Apoio financeiro do CNPq.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

**Presidente Prudente
Abril de 2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, João Vitor Ramos da.
S58i Invisibilidade social e saúde do trabalhador : dinâmica territorial do
trabalho na coleta de lixo domiciliar urbano em Presidente Prudente/SP / João
Vitor Ramos da Silva. - Presidente Prudente : [s.n], 2016
254 f.

Orientador: Antonio Thomaz Junior
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Coleta de lixo. 3. Saúde do trabalhador. I. Silva, João
Vitor Ramos da. II. Thomaz Junior, Antonio. III. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Invisibilidade social e
saúde do trabalhador : dinâmica territorial do trabalho na coleta de lixo
domiciliar urbano em Presidente Prudente/SP.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
(FCT/UNESP)



PROF. DR. MARCELO DORNELIS CARVALHAL
(UNESP/OURINHOS)



PROF. DR. EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO
(UFSM)



JOÃO VITOR RAMOS DA SILVA

Presidente Prudente (SP), 18 de março de 2016.

RESULTADO: Aprovado

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19080-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5417 fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

Dedico esse trabalho:

A todos coletores de lixo domiciliar, em especial os da cidade de Presidente Prudente/SP, valiosíssimos pela função que exercem a sociedade, mas, sobretudo, grandes seres humanos ocultos por detrás das lixeiras da mesma!

Ao Renan, pela comunhão nas mesmas batalhas! Força sempre, irmão!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma forma de reconhecer que não se alcançou determinado fim sozinho, recebendo para isso distintas formas de ajuda. Obviamente, também sempre é um momento arriscado, pois difícil dimensionar com precisão por quem, como e quando se foi ajudado, de modo que é possível que algumas pessoas não sejam lembradas como deveriam. Mas, assumindo o risco, vamos a elas.

Primeiramente gostaria de agradecer a meus pais, João e Zélia, que, cada um a seu modo, sempre me deram todo o suporte necessário para caminhar nos estudos, seja a partir da estrutura material, seja da liberdade e confiança que em mim depositam. Valeu por tudo!

Aos meus irmãos de sangue, Fabião e Lilian: o primeiro pela eterna parceria nos bons e maus momentos e pela energia de vida que sempre me moveu para frente; a segunda pela serenidade e tranquilidade transmitidas e, mais recentemente, pelo primeiro sobrinho que veio para alegrar a família, o Zon. Valeu por tudo!

Aos meus irmãos da vida, pela força na conclusão do trabalho, pelo apoio nas horas mais difíceis e pelos imprescindíveis momentos de relaxamento: Magro e Le, Matheus e Lari, Renan, Manu e Paulão, Bruninho, Brunão, Vandão e Robertt. Valeu por tudo!

À minha amada companheira de vida, Estela, por se tornar grande fonte de motivação na reta final do trabalho e pela pulsão de vida e amor. Te amo!

Pela força na transcrição de uma das entrevistas, agradeço ao Matheus, Lari, Magro e Estela. Valeu!

Aos companheiros do CEGeT-Prudente/CEMOSi no ciclo do mestrado, especialmente ao Gui, Tassião e Fernandão, pela estadia e participação conjunta nos eventos, que nos permitiu maior aproximação e crescimento de minha admiração por vocês nesse período. Estendo também para os demais companheiros do grupo, seja pelo simples convívio, seja pelas discussões dos projetos e textos que tanto auxiliaram nas minhas reflexões pessoais: Adma, Gersão, Jacque, Zé e Karina, Larissa e Thiago, Marcelo Carvalhal, Day, Paulo, Jô, Soninha, Diógenes e Sidão. Valeu por tudo!

Ao Luzimar, que ofereceu uma importante contribuição para a compreensão de pormenores jurídicos envolvidos em nosso objeto de pesquisa. Valeu Luza!

Ao **CNPq**, pela concessão da bolsa pelo período de 2 anos, muito importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela constante prontidão no atendimento, sempre que necessário, e pela ajuda de custo na participação de alguns eventos. Muito obrigado!

Aos membros das bancas de qualificação (Raul e Marcelo) e defesa final da dissertação (Marcelo e Edu), pela atenção na leitura do trabalho, bem como na formulação de sugestões, críticas e debates que nos conduziram a este texto final de mestrado. Muito obrigado!

Finalmente, um agradecimento especial ao cara que sempre me incentivou e caminhou ao meu lado numa relação de confiança recíproca, mesmo nos momentos de tropeço que esse período apresentou. Falo, é claro, do meu orientador, Thomazão, figura ímpar na academia brasileira, reconhecido pública e nacionalmente, além de sua destacada contribuição teórico-científica, pela sua irreverência, pelo time que torce (kkk), mas que, sobretudo, possui um coração que não lhe cabe no peito. Só tenho a te agradecer por tudo Thomaz, ressaltando que minha admiração por ti só cresce. Valeu por tudo!

Se até aqui cheguei, foi também graças a vocês.

Obrigado!

Que corpo é esse que já não se aguenta?

Que resiste ao limiar

Que desaba sobre si

Músculos e ossos

Poros e narinas

Olhos e joelhos

Seios, costas, cataratas

Suas torres de vigia

Que corpo é esse?

Que pulsa, escuta,

Expulsa, abraça

Comporta, contém

O corpo ocupa!

O corpo não é culpa

O corpo, a culpa, o espaço

Que corpo é esse?

Que corpo é esse?

Que protege, reage

Que é origem e passagem

Que corpo é esse que já não se aguenta?

Que se esgota

E não se resgata

Aqui

Por enquanto

É tudo ainda!

(O Teatro Mágico – O corpo, a culpa, o espaço)

Sem trabalho eu não sou nada,

Não tenho utilidade,

Não sinto meu valor,

Não tenho identidade.

Mas o que eu tenho é só um emprego,

E um salário miserável,

Eu tenho meu ofício que me cansa de verdade.

[...]

Mas quando chega o fim do dia,

Eu só penso em descansar,

E voltar pra casa, pros seus braços,

Quem sabe esquecer um pouco,

Do pouco que não temos,

Quem sabe esquecer um pouco,

De tudo que não sabemos!

(Legião Urbana – Música de Trabalho)

RESUMO

Esta dissertação se refere ao trabalho situado “por detrás das lixeiras da sociedade”, protagonizado pelos coletores de lixo domiciliar urbano na cidade de Presidente Prudente/SP. Buscou-se evidenciar as rotinas e processos de trabalho desses sujeitos, identificando as consequências para sua saúde e de que forma o fenômeno da invisibilidade social ocorre no contexto laboral da coleta de lixo. A pesquisa incluiu levantamento bibliográfico voltado a três eixos-mestres – trabalho na coleta de lixo, saúde do trabalhador e invisibilidade social –, realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos e agentes da pesquisa (coletores, sindicalista e representante do Ministério Público do Trabalho) e uso de informações secundárias de diversas fontes. Esse conjunto compôs as ferramentas analíticas empregadas para construir um enredo capaz de dar voz aos coletores de lixo. O trabalho na coleta é extremamente penoso e gera efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores, em curto e principalmente em longo prazo, quando as dores no corpo tornam-se crônicas. Ademais, a invisibilidade social e a concomitante humilhação contribuem para precariedade laboral em termos da saúde mental dos coletores. Observa-se fragilidade na luta sindical no que tange a remuneração e aumentos salariais, e na própria relação com os coletores, embora haja algumas conquistas pontuais, como a obtenção e incremento de equipamentos de proteção individual. A insatisfação dos coletores com sua representação sindical frente à empresa empregadora, todavia, não é suficiente para ensejar uma articulação concreta entre os próprios trabalhadores, pelo temor de represálias ou da perda do emprego.

Palavras-chave: Trabalho, coleta de lixo, saúde do trabalhador, invisibilidade social.

ABSTRACT

This paper refers to the labor located “behind the bins of society” experienced by urban garbage collectors in the city of Presidente Prudente (State of São Paulo, Brazil). It sought to highlight the routines and work processes of these individuals, identifying the consequences for their health and how the phenomenon of social invisibility occurs in the labor context of garbage collection. The research included literature review focused on three master-axes (work in garbage collection, workers’ health and social invisibility), semi-structured interviews with the subjects and agents of the survey (collectors, union leader and representative of the Ministry of Labor) and using secondary information from various sources. This set composed the analytical tools used to build a storyline capable of giving voice to garbage collectors. Garbage collection is burdensome and generates harmful effects on workers’ health, in short term and mainly in long term, when body pains become chronic. Moreover, the social invisibility and concomitant humiliation contribute to labor precariousness in terms of collectors’ mental health. It is observed weakness in the trade union efforts concerning to remuneration and salary increases, as well as in the relation with the collectors, although there are some specific achievements like getting and incrementing personal protective equipment. The collectors’ dissatisfaction with their union representation against the employer company, however, is not sufficient to bring a concrete coordination between the workers themselves, because of fear of reprisals or job loss.

Keywords: Work, garbage collection, workers’ health, social invisibility.

FIGURAS

Figura 1 - Lixo acumulado na greve dos garis do Rio de Janeiro	53
Figura 2 - Momento de lazer entre os coletores de Presidente Prudente/SP	97
Figura 3 - Mesa de café da manhã servida por um morador aos coletores.....	127
Figura 4 - Instalação e funcionamento das novas lixeiras em Presidente Prudente/SP.....	148
Figura 5 - Detalhamento do caminhão da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP.....	150
Figura 6 - Coletor expando nas redes sociais as dificuldades climáticas de seu trabalho.....	157
Figura 7 - Expressões nas redes sociais de insatisfação dos coletores com o calor	159
Figura 8 - Lixeira fechada, exalando mau cheiro anormal	161
Figura 9 - Expressões de cansaço dos coletores nas redes sociais	175
Figura 10 - Objetos perfurocortantes encontrados no lixo pelos coletores - 1	182
Figura 11 - Objetos perfurocortantes encontrados no lixo pelos coletores - 2.....	183
Figura 12 - Mau acondicionamento do lixo pelos moradores	185
Figura 13 - Risco biológico de mordidas de cachorro aos coletores	189
Figura 14 - Alguns EPIs dos coletores em Presidente Prudente/SP	192
Figura 15 - Acidente com caco de vidro sofrido por um coletor de Presidente Prudente/SP	193
Figura 16 - Mobilizações dos coletores em Curitiba em 2015	222

MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Presidente Prudente/SP	57
Mapa 2 - Locais de moradia dos coletores segundo a renda média domiciliar	88
Mapa 3 - Espacialidades dos coletores dentro e fora do trabalho	90
Mapa 4 - Terceirização da coleta de lixo no Brasil	202

TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR) - Presidente Prudente e São Paulo - 1997 a 2012	31
Tabela 2 - Quilometragem diária percorrida pelos coletores entrevistados	69
Tabela 3 - Valores salariais estabelecidos em ACT - 2015/2016.....	115
Tabela 4 - Cenários da quantidade de lixo carregada pelos coletores entrevistados.....	168
Tabela 5 - Atividades com maior quantidade de registros de acidentes de trabalho - Brasil - 2012	177
Tabela 6 - Quantidade de acidentes de trabalho na coleta de lixo - Brasil - 2011-2013	179

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção mundial de lixo por região (toneladas/dia) - 2012	29
Gráfico 2 - Produção mundial de lixo per capital (kg/dia) por região - 2012	30
Gráfico 3 - Jornada de trabalho semanal média na coleta de lixo - Brasil - 2006 a 2013	65
Gráfico 4 - Jornada de trabalho semanal média na coleta de lixo - São Paulo - 2006 a 2013..	66
Gráfico 5 - Jornada de trabalho semanal média na coleta de lixo - Presidente Prudente - 2006 a 2013	67
Gráfico 6 - Distribuição etária dos coletores entrevistados.....	105
Gráfico 7 - Média de idade dos coletores de lixo - Brasil - 2006 a 2013	106
Gráfico 8 - Média de idade dos coletores de lixo - São Paulo - 2006 a 2013	106
Gráfico 9 - Média de idade dos coletores de lixo - Presidente Prudente - 2006 a 2013.....	107
Gráfico 10 - Estado civil dos coletores entrevistados	108
Gráfico 11 - Cor da pele dos coletores entrevistados	108
Gráfico 12 - Grau de escolaridade dos coletores entrevistados.....	109
Gráfico 13 - Situação de moradia dos coletores entrevistados	110
Gráfico 14 - Coletores inscritos e/ou usuários do programa "Minha Casa, Minha Vida"	111
Gráfico 15 - Número de filhos dos coletores entrevistados.....	112
Gráfico 16 - Acesso a plano de saúde pelos coletores entrevistados.....	113
Gráfico 17 - Renda mensal declarada dos coletores entrevistados.....	114
Gráfico 18 - Remuneração mensal na coleta de lixo - Brasil - 2006 a 2013	116

Gráfico 19 - Remuneração mensal média na coleta de lixo - São Paulo - 2006 a 2013.....	117
Gráfico 20 - Remuneração mensal média na coleta de lixo - Presidente Prudente - 2006 a 2013	117
Gráfico 21 - Beneficiários do programa "Bolsa Família" entre os coletores entrevistados ...	119
Gráfico 22 - Naturalidade dos coletores entrevistados.....	120
Gráfico 23 - Tempo de trabalho dos coletores entrevistados na coleta de lixo	121
Gráfico 24 - Tempo médio de emprego na coleta por trabalhador - Brasil - 2006 a 2013.....	121
Gráfico 25 - Tempo médio de emprego na coleta por trabalhador - São Paulo - 2006 a 2013	122
Gráfico 26 - Tempo médio de emprego na coleta por trabalhador - Presidente Prudente - 2006 a 2013	123
Gráfico 27 - Rotatividade do emprego na coleta de lixo - Brasil - janeiro a novembro de 2014	144
Gráfico 28 - Rotatividade do emprego na coleta de lixo - São Paulo - janeiro a novembro de 2014	144
Gráfico 29 - Rotatividade do emprego na coleta de lixo - Presidente Prudente - janeiro a novembro de 2014	145

QUADROS

Quadro 1 - Distribuição parcial da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP.....	68
Quadro 2 - Novas formas de coleta de lixo implantadas no Brasil	148

LISTA DE SIGLAS

ABNT = Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGB = Associação dos Geógrafos Brasileiros
ACT = Acordo Coletivo de Trabalho
ANAMATRA = Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
CAGED = Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT = Comunicação de Acidente de Trabalho
CBG = Congresso Brasileiro de Geógrafos
CBO = Classificação Brasileira de Ocupações
CCQs = Círculos de Controle de Qualidade
CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CETAS = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
CETESB = Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CLT = Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE = Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT = Central Única dos Trabalhadores
ENG = Encontro Nacional de Geógrafos
EPIs = Equipamentos de Proteção Individual
FMI = Fundo Monetário Internacional
FUNDACENTRO = Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GADIS = Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IQR = Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos
LER/DORT = Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
MPF = Ministério Público Federal
MPT = Ministério Público do Trabalho
MS = Ministério da Saúde
MTE = Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEA = População Economicamente Ativa

PIB = Produto Interno Bruto

PLR = Participação nos Lucros e Resultados

PMPP - Prefeitura Municipal de Presidente Prudente

PNRS = Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPGG = Programa de Pós-Graduação em Geografia

PRUDENCO = Companhia Prudentina de Desenvolvimento

PT = Partido dos Trabalhadores

RAIS = Relação Anual de Informações Estatísticas

RET = Rede de Estudos do Trabalho

RRET = Revista da Rede de Estudos do Trabalho

SIEMACO = Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Trabalhadores na Limpeza Urbana e na Manutenção e Execução de Áreas Verdes de Presidente Prudente e Região

SINAN = Sistema Nacional de Agravos de Notificação

SINDETUR = Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Presidente Prudente

SINTRAPP = Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente e Região

SUS = Sistema Único de Saúde

TAC = Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta

UFG = Universidade Federal de Goiás

UGT = União Geral dos Trabalhadores

UNESP = Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – O TRABALHO POLISSÊMICO NO SÉCULO XXI, PARA ALÉM DO CHÃO DE FÁBRICA: COLETA DE LIXO E TRABALHO IMPRODUTIVO	25
1.1. METABOLISMO DO CAPITAL, PRODUÇÃO DE RESÍDUOS E NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO	25
1.2. COLETORES DE LIXO E CLASSE TRABALHADORA: UM PAR IMPERFEITO?	41
CAPÍTULO 2 – DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NA COLETA DE LIXO EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP	57
2.1. ESPACIALIDADE DA COLETA DE LIXO	58
2.1.1. Organização espacial da coleta em Presidente Prudente/SP	64
2.1.2. Território normado (verticalidades) x território usado (horizontalidades)	70
2.1.3. A vivência da cidade para os coletores, dentro e fora do trabalho	87
2.2. PODER, CONFLITOS E EMPATIA: CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES	98
2.2.1. O coletor como sujeito social	104
2.2.2. Invisibilidade social ou visibilidade negada: a sociabilidade dos coletores	124
CAPÍTULO 3 – PRECARIÉDADE LABORAL: RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES	139
3.1. INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO	163
3.2. AS MARCAS DO LIXO	176
CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DOS COLETORES: PARA ALÉM DO SINDICATO?	199
4.1. TERCEIRIZAÇÃO E AÇÃO SINDICAL	199
4.2. SIEMACO NO BOJO DO APAZIGUAMENTO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES	207
4.3. A FORÇA QUE VEM DO LIXO!	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	232
ANEXOS	246

APRESENTAÇÃO

O trabalho dos coletores de lixo domiciliar urbano sempre nos despertou interesse, desde, quando criança, víamos o caminhão de lixo parado em frente à nossa casa realizando o procedimento de prensagem do lixo. Àquele tempo, ainda não possuíamos grande interesse no desvendamento da vida e trabalho daqueles homens que manuseavam as alavancas de prensagem e dependuravam-se nas cordas amarradas ao caminhão, mas já percebíamos que sua presença nas ruas alterava momentaneamente a dinâmica do bairro.

Na universidade tomamos contato com pesquisas focadas na compreensão de diversos mundos do trabalho, desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), sob coordenação do professor Antonio Thomaz Junior. Dentre elas, as com maior destaque eram as que se debruçavam sobre a temática agrária. Dessa forma, durante a graduação, desenvolvemos pesquisa com trabalhadores acampados envolvidos no processo de luta pela terra, com o pano de fundo da relação cidade-campo.

Todavia, não obstante os aprendizados obtidos nesse tempo, algo nos chamava para o mundo do trabalho urbano, possivelmente a nossa própria trajetória de vida, sempre situada no espaço urbano. Foi então que, ao decidirmos pleitear uma vaga no mestrado, nos reportamos à memória apresentada no primeiro parágrafo dessa apresentação e optamos por construir um objeto de pesquisa encimado no trabalho dos coletores de lixo domiciliar urbano da cidade de Presidente Prudente/SP.

A imagem estereotipada associada aos coletores sempre foi a de homens vagabundos, sem estudo, alcoólatras, drogados e que, por sua falta de força de vontade, acabam por ter de cumprir essa tarefa árdua que é coletar o lixo da cidade. Daí que, em geral, ao se falar em “lixeiro”, logo se conota um sentido pejorativo, como a profissão/ocupação atribuída como castigo pela falta de esforço no processo de formação (“se não estudar, vai virar lixeiro”).

A guinada relativamente recente dos estudos do CEGeT em direção à saúde do trabalhador acabou indo de encontro a esse desejo de estudar os coletores, pois sabíamos, em caráter de hipótese, que se tratava de um trabalho penoso e que, provavelmente, repercute negativamente na saúde dos trabalhadores. Sem contar os possíveis efeitos negativos à autoafirmação desses sujeitos decorrentes dos conflitos e humilhações provenientes da relação com os moradores – uma invisibilidade social nociva aos trabalhadores.

As epígrafes no início do texto, canções dos grupos “O Teatro Mágico” e “Legião Urbana”, possuem o mérito de retratar em grande medida, sem essa intenção e poeticamente, a vida e o trabalho dos sujeitos protagonistas dessa dissertação de mestrado. Uma vida construída em um caminho de labuta, desgaste físico, ofensas, baixos salários e vontade de apenas repousar o corpo ao regressar do trabalho.

Com todas as imperfeições e insuficiências que o texto possa apresentar, esperamos, sinceramente, que ele tenha ao menos o mérito de desvelar um mundo do trabalho que, para a maioria da sociedade, está sempre oculto “atrás das lixeiras” das residências. Quem melhor do que os próprios coletores para nos apresentar esse “submundo” do trabalho na coleta? Portanto, assumindo toda a responsabilidade pelo conteúdo das afirmações, procuramos fazer das nossas palavras, ecos dos depoimentos dos trabalhadores, garantindo que, mais do que ganhem voz diante da sociedade e dos leitores deste trabalho, possam ser ouvidos.

Vejamos que geografia os coletores de lixo em Presidente Prudente/SP nos ensina, a partir de seu trabalho.

INTRODUÇÃO

As atividades de pesquisa realizadas a partir do imbricamento das ações empíricas e reflexões teóricas, possibilitadas nesses anos de pós-graduação, nos proporcionaram aprendizados diferenciados que nos esforçamos para sistematizá-los através da presente dissertação de mestrado.

De antemão, gostaríamos de destacar a satisfação que tivemos de nos debruçarmos sobre esse objeto de pesquisa, isto é, o trabalho dos coletores de lixo domiciliar urbano da cidade de Presidente Prudente/SP. A despeito da mudança relativamente brusca em nossa trajetória de pesquisa da graduação (onde pesquisamos a luta pela terra no contexto da relação cidade-campo, no Pontal do Paranapanema) para a pós-graduação, que gerou naturalmente o desafio de “começar de novo”, com novos sujeitos sociais, outro contexto geográfico e político, uma nova paisagem etc., a sensação das novas descobertas superaram as exigências teóricas e empíricas que nosso recorte de pesquisa nos fez.

De trabalhadores e trabalhadoras acampados, residentes em bairros periféricos da cidade de Presidente Prudente/SP, participantes mais ou menos ativos do processo de luta pela terra, mais ou menos inseridos em relações trabalhistas estáveis (com registro em carteira de trabalho e algumas garantias daí advindas), passamos a lidar com trabalhadores, exclusivamente homens, todos inseridos em vínculos formais de trabalho (registro em carteira), empregados de uma mesma empresa pública, responsável pela coleta de lixo na cidade, com outras inserções, outras histórias de vida (em alguns pontos semelhantes), outras perspectivas.

Se o lugar do espaço que ocupam os acampados é atrás das cercas, em seus barracões debilmente instalados e expostos a toda sorte de perigos, o espaço que ocupam os coletores de lixo é atrás dos caminhões, correndo incessantemente pelas ruas, de uma calçada à outra. Se para uns, deslocando-se periodicamente de seus locais fixos de residência nas periferias pobres de Presidente Prudente/SP para os acampamentos, a geografia que descrevem se caracteriza pelas territorialidades construídas, mais do que territórios fixos e congelados, para outros, também, na medida em que percorrem boa parte da cidade correndo atrás dos caminhões, coincidindo o momento de chegada e o momento de partida nos diferentes lugares pelos quais passam diariamente.

Se uns trabalham na luta, outros lutam no trabalho, nas conflitualidades que estabelecem com a empresa, que ganham estatuto territorial na medida em que se manifestam

também em seus setores de trabalho, em sua relação com os moradores, seja afetiva, seja conflituosa, envolvida em relações de poder, balizadoras das territorialidades que produzem.

Procuramos, com essa pesquisa, descortinar um pouco de um mundo do trabalho que é invisível, do ponto de vista social e analítico, para a maioria da sociedade e também das ciências sociais (especialmente a Geografia), um mundo do trabalho que se localiza na transitoriedade e que se inicia “depois das lixeiras”, quando todos encerram sua relação com seus resíduos domiciliares e os coletores iniciam sua vida de trabalho.

Para tanto, o caminho que propomos seguir passará, no Capítulo 1 – “*O Trabalho Polissêmico no Século XXI, Para Além do Chão de Fábrica: Coleta de Lixo e Trabalho Improdutivo*” –, pela tentativa de ampliação e alargamento da compreensão do conceito de classe trabalhadora em relação à sua perspectiva marxista ortodoxa, que a compreende como composta, exclusivamente, por trabalhadores transformadores diretos de matéria-prima, que geram mais-valia e que, portanto, são os únicos que teriam centralidade no modo capitalista de produção, conseqüentemente centralidade para sua superação. Nesse intento, nos juntamos a outros pesquisadores da Rede CEGeT de Pesquisadores, que, a partir de diferentes inserções de pesquisa, também vêm refutando tal compreensão engessada e que não vem dando conta de compreender a realidade em movimento que se nos apresenta diariamente. Tentamos incorporar, nesse debate, o conceito de “trabalho improdutivo”, tendo em vista abranger, dentre outras categorias de trabalhadores, os coletores de lixo. Ademais, traçamos, rapidamente, um pano de fundo de nossa pesquisa, que se situa no contexto de desperdício e descarte monumentais, orquestrados pela lógica acumulativa incessante do capital e que só tem aumentado a produção de resíduos em escala global.

No Capítulo 2, intitulado “*Dinâmica Geográfica do Trabalho na Coleta de Lixo em Presidente Prudente/SP*”, buscou-se, a partir dos depoimentos dos trabalhadores especificamente sobre sua vivência na cidade e relação com os moradores, evidenciar qual a geografia que o trabalho na coleta de lixo nos apresenta, que territorialidades os coletores de lixo constroem dentro e fora do trabalho, como se conformam as relações sociais de poder e empatia com os moradores.

O terceiro capítulo, “*Precariedade Laboral: Riscos e Agravos à Saúde dos Trabalhadores*”, expõe mais detidamente os riscos e agravos à saúde dos trabalhadores decorrentes das rotinas intensas de trabalho e dos materiais perigosos com os quais os coletores têm de lidar diariamente.

No quarto e último capítulo, “*Organização Política e Resistência dos Coletores: Para Além do Sindicato?*”, a intenção foi construir, com base nas entrevistas com a presidente do sindicato que representa os coletores e dos próprios trabalhadores, uma reflexão crítica acerca da participação do sindicato na defesa dos mesmos. Para tanto, buscamos contextualizar a ação sindical na conjuntura político-econômica pós-reestruturação produtiva do capital, o significado da terceirização para os coletores e para o sindicato e as possibilidades de ação política apontadas na pesquisa. Um capítulo de limites atuais e horizontes possíveis.

Nesse momento, também julgamos necessária a explicitação das estratégias metodológicas adotadas ao longo da pesquisa, tendo em vista que optamos por não dedicar um capítulo inteiro para tal fim, não obstante a imprescindibilidade de seu trato. O intuito é situar o leitor no processo de produção das informações que nesse momento apresentamos, o percurso que nos propomos fazer, quais os desafios, os obstáculos e os avanços que nos permitiram chegar a essa dissertação.

Com base em outras pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT, envolvendo expressões de degradação do trabalho em diversas categorias de trabalhadores, desde os envolvidos no setor de papel e celulose, em diferentes regiões do Brasil (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2014), passando pelos trabalhadores de frigoríficos na região Oeste paranaense (HECK, 2013), e até mesmo com os catadores de material reciclável (GONÇALVES, 2006), verificamos a proficuidade da mescla de metodologias de cunho qualitativo, com as de cunho quantitativo e/ou documental, de modo que foi o caminho que nos propomos a seguir para a construção de nossa pesquisa.

A princípio, a tarefa que se apresentou foi definir concretamente quem eram os sujeitos sociais de nossa pesquisa, diferenciá-los dos agentes sociais (secundários, embora também importantes). Essa necessidade nasce da compreensão da Geografia como ciência social que, como tal, tem como seu objeto de estudo a sociedade, diferenciando-se das demais ciências que a tem (a sociedade) como objeto pelas perguntas que a ela faz, que devem ser perguntas espaciais. Fazemos essa afirmação inicial, pois poderíamos realizar a mesma pesquisa com foco tão somente na “organização do espaço” da coleta, na “descrição da paisagem” da mesma, aspectos importantes, porém objetivos exclusivos das pesquisas geográficas por muito tempo. De sorte que, de antemão, fincamos centralidade nos coletores de lixo domiciliar urbano de Presidente Prudente/SP como os sujeitos sociais, por excelência, de nossa pesquisa, procurando apreender os conteúdos geográficos que seu trabalho exprime,

sem, todavia, perder a dimensão de totalidade e construção do ser social como síntese de múltiplas determinações (daí a apreensão dos reflexos do trabalho à saúde dos trabalhadores e sua invisibilidade social, elementos que, a princípio, e de um ponto de vista positivista e fragmentário, não pertenceriam à Geografia, como campo de investigação científica).

Para compreender o trabalho dos coletores, suas rotinas laborais, os rebatimentos à sua saúde, sua relação com os moradores etc., as entrevistas realizadas com os próprios serviram como principal fonte de informações. Foi dando voz aos coletores, a partir do uso de entrevistas semiestruturadas, que conseguimos abstrair os significados de ser um coletor de lixo na cidade de Presidente Prudente/SP. Ao todo, conseguimos realizar 13 entrevistas com os trabalhadores¹, número bem aquém dos cerca de 80 coletores existentes no quadro geral de funcionários da Companhia Prudentina de Desenvolvimento (Prudenco), empresa responsável pela coleta no município. Todavia, a intenção, desde o princípio, não foi cobrir todo o universo dos nossos sujeitos sociais, mas, a partir da amostragem por saturação de informações e da disponibilidade dos próprios trabalhadores para participar da pesquisa, conseguir produzir informações que fossem válidas e relevantes para a compreensão dos processos a que nos propomos estudar. Nesse sentido, avaliamos que o número de entrevistas realizadas foi suficiente para fornecer legitimidade analítica às afirmações que construímos sobre nosso recorte de pesquisa, no que diz respeito ao embasamento empírico.

O processo para conseguirmos um nível de confiança razoável dos coletores para aceitarem participar da pesquisa foi relativamente lento. Como nossa intenção foi conversar com os trabalhadores longe do olhar da empresa, para preservá-los de quaisquer pressões, represálias, interrogatórios etc., uma ferramenta que nos foi muito útil para acessá-los foram as redes sociais, mais especificamente o *Facebook*. Como alguns trabalhadores colocam em seu perfil que são ou já foram funcionários da Prudenco, bastou encontrarmos o coletor com o qual já tínhamos realizado uma entrevista preliminar em 2013² que, a partir de seus contatos, pudemos encontrar outros coletores. Ainda que nossa forma de abordagem tenha sido a mais completa, esclarecedora e simpática possível, a princípio, compreensivelmente, houve certa resistência, haja vista que alguém que nunca tinham visto agora lhes contactava, solicitando auxílio em uma pesquisa acadêmica sobre seu trabalho e cotidiano. Todavia, bastaram-nos os primeiros aceites para o caminho se tornar menos difícil, pois pudemos utilizá-los como referência para que os demais se sentissem mais à vontade para participar da pesquisa,

¹ Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, transferidas ao computador e transcritas em forma de texto.

² Por ocasião do videoclipe produzido para a disciplina “Biogeografia e Saúde Pública”, cursada no ano de 2013.

inclusive consultando os que já haviam gravado a entrevista para se certificar de que não corriam nenhum risco.

Avaliamos que, pela via do contato pelas redes sociais, em conversas privadas, as entrevistas puderam ser realizadas a contento, sem exposição nenhuma dos trabalhadores à empresa, garantindo total sigilo das informações prestadas e anonimato nesse momento de exposição que faremos. Caso optássemos por contatar os trabalhadores mediados pela empresa, a exemplo de outras pesquisas realizadas em diversos lugares, provavelmente não conseguiríamos depoimentos livres dos trabalhadores, pois estariam sob tutela de seus empregadores e não fariam nada que os pudesse prejudicar, e as informações produzidas³ no momento das entrevistas não guardariam muita legitimidade.

Ademais, pelo acompanhamento do *Facebook* de alguns coletores, também pudemos captar registros de fotos e *posts* com denúncias, reclamações das condições de trabalho, situações de alegria e descontração no trabalho, acidentes, desabafos etc., elementos que compõem o cotidiano dos trabalhadores e que, a nosso ver, enriquecem as afirmações que fazemos sobre seu trabalho.

Valemo-nos da estratégia da entrevista semiestruturada, também, para a produção de informações junto à presidente⁴ do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Trabalhadores na Limpeza Urbana e na Manutenção e Execução de Áreas Verdes de Presidente Prudente e Região (SIEMACO). O objetivo com essa entrevista foi conhecer a atuação do sindicato que representa os coletores de lixo em Presidente Prudente/SP, quais suas ações, sua relação com a empresa, os espaços de diálogo com os trabalhadores, seus posicionamentos políticos, entre outros pontos. Embora, devido ao limite de tempo da entrevistada, alguns pontos tiveram que ser tratados com certa rapidez, ainda assim foi possível ter minimamente a dimensão da posição do sindicato junto aos trabalhadores.

³ A expressão “produção de informações” é empregada, aqui, em detrimento de “coleta de dados”. A compreensão é a de que, em uma situação de entrevista com os sujeitos sociais de uma dada pesquisa, põem-se frente à frente dois sujeitos diferentemente situados social, política e economicamente, de modo que a entrevista não pode ser considerada uma simples técnica, uma ferramenta com a qual extraímos da realidade os aspectos que nela estão previamente presentes, mas um momento de contato entre pesquisador e pesquisado, envolvendo relações de confiança ou desconfiança, possíveis blefes, emoções, enfim, a busca de informações que não estão estabelecidas de forma apriorística, mas depende de como a entrevista é conduzida. Enquanto que a coleta de dados se dá com estatísticas previamente elaboradas pelos devidos órgãos e com as quais apenas entramos em contato para delas fazermos uso, não para produzi-las.

⁴ Por uma opção e princípios éticos, manteremos o anonimato da entrevistada ao longo do trabalho, a exemplo dos coletores.

Com o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Cristiano Lourenço Rodrigues, pertencente à 15ª Região do MPT (Campinas, abrangendo Presidente Prudente/SP), a entrevista foi realizada por computador, de modo que enviamos o roteiro de entrevista ao procurador, ele respondeu de acordo com seu tempo disponível, e depois nos retornou o arquivo respondido. Optou-se por esse meio por conta dos escassos horários disponíveis ao entrevistado, visando, portanto, maior agilidade no procedimento. A intenção da entrevista foi verificar se o MPT possui ações judiciais/fiscalizatórias movidas contra a empresa Prudenco, que envolvam os coletores de lixo, de que maneira o MPT tem contribuído para a melhoria das condições do trabalho dos coletores, se possui algum vínculo ou ação conjunta com o sindicato e como enxerga a terceirização, principalmente em tempos de aprovação do PL 4330 pela câmara dos deputados.

Todas as informações obtidas por via de entrevista tiveram ciência dos entrevistados e sua autorização para uso exclusivo para fins de pesquisa, sendo firmada pela assinatura dos mesmos no termo de consentimento de participação na pesquisa, lido por todos antes do início das entrevistas. Os modelos, tanto do termo de consentimento de participação na pesquisa, quanto dos roteiros de entrevista dos diferentes entrevistados, estão contidos nos anexos.

A parte quantitativa da pesquisa, referente à coleta de dados secundários, também contribuiu para o fortalecimento das afirmações e análises sobre nosso objeto de pesquisa. Utilizamos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da Relação Anual de Informações Estatísticas (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), como jornada semanal média de trabalho na coleta de lixo, média de idade dos coletores, sua remuneração mensal, rotatividade na coleta (relação admitidos/desligados) e tempo médio de emprego nesse setor. Esse é um dos benefícios em lidar com trabalhadores com vínculos formais de trabalho, com registro em carteira, pois, do ponto de vista trabalhista, estão contidos nas estatísticas oficiais.

Tivemos acesso, também, a documentos do Ministério Público Federal (MPF) e do próprio MPT, relacionados a ações movidas contra a Prudenco e que estão ainda em tramitação, bem como Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) impetrados à mesma.

Da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), extraímos dados relativos à evolução do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), como dado

complementar a um dos TAC direcionados à Prudenco, de adequação do aterro simples (lixão) da cidade.

Sobre a produção de lixo mundial, os dados acessados foram do banco mundial, do ano de 2012, com um panorama atual de grande magnitude e projeções assustadoras para as próximas décadas, sobre o montante de lixo que deverá ser produzido.

Da Previdência Social e do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), vinculado ao Ministério da Saúde (MS), extraímos dados referentes à saúde dos trabalhadores, como a evolução dos agravos relacionados ao trabalho, os acidentes de trabalho registrados na coleta e as categorias profissionais com maior registro de acidentes.

O conjunto dessas informações, combinadas com as informações primárias produzidas a partir das entrevistas, tanto com os trabalhadores, quanto com os demais sujeitos da pesquisa, permitiram que se pintasse um quadro geral da coleta de lixo atualmente em Presidente Prudente/SP – em alguns pontos traçando paralelos com dados em outras escalas do território –, sobretudo em seus aspectos relacionados aos impactos do trabalho à saúde dos trabalhadores.

As elaborações cartográficas da pesquisa buscaram dar conta de representar espacialmente nosso objeto e a vida dos coletores de lixo domiciliar urbano em Presidente Prudente/SP, dentro e fora do trabalho. Quais os trajetos que percorrem e os lugares pelos quais passam trabalhando, em seu tempo de trabalho, e a quais locais se dirigem em seus horários de lazer, fora do trabalho, isto é, qual cidade vivenciam, qual sua experiência urbana dentro e fora do trabalho? Também confeccionamos alguns mapas de localização: do próprio município no contexto do estado de São Paulo; da residência dos coletores, no contexto da cidade de Presidente Prudente/SP (ou de outros municípios, para quem mora fora). Ademais, elaboramos uma representação cartográfica de alguns municípios espalhados por várias unidades da federação, no intuito de ilustrar quais deles terceirizam o serviço de coleta de lixo e em quais deles o serviço fica a cargo da prefeitura, ou seja, é público.

Por fim, alguns registros fotográficos de nossa autoria também compõem o material que nos permitiu ilustrar, analisar e problematizar o trabalho na coleta de lixo em Presidente Prudente/SP, caminho ao qual daremos início a seguir e que esperamos chegar ao final com êxito e mínima qualidade.

Esperamos que os capítulos possam ser lidos de forma articulada, de sorte que, tendo como pano de fundo a produção destrutiva oriunda da obsolescência programada e seu conseqüente aumento no volume de resíduos produzidos (Capítulo 1), mergulha-se na

dinâmica territorial do trabalho na coleta em Presidente Prudente/SP, composta de relações de poder, conflitos, empatia e invisibilidade social dos coletores em seus setores (Capítulo 2), posteriormente passando pelos riscos à saúde física dos coletores (Capítulo 3), até chegar às vozes de insatisfação e ações de resistência dos coletores, por dentro e por fora do sindicato (Capítulo 4).

O rol de riscos à saúde física dos trabalhadores, somado à invisibilidade social a que os mesmos estão submetidos (fator de vulnerabilização psicológica dos coletores), os conduz ao estabelecimento de territorialidades genuínas e autônomas, para além das verticalidades estabelecidas no território normado prescrito na coleta. Eis o fio condutor entre os três principais componentes categoriais da presente pesquisa: uma saúde do trabalhador ameaçada, potencializada pela sua exposição à invisibilidade social, projeta a necessidade de protagonizar e ter controle sobre a dinâmica territorial do trabalho na coleta.

CAPÍTULO 1 – O TRABALHO POLISSÊMICO NO SÉCULO XXI, PARA ALÉM DO CHÃO DE FÁBRICA: COLETA DE LIXO E TRABALHO IMPRODUTIVO

1.1. METABOLISMO DO CAPITAL, PRODUÇÃO DE RESÍDUOS E NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

Caminhando para a terceira década do século XXI, o trabalho continua a ser tema polêmico em diferentes âmbitos da sociedade, desde as diferentes correntes teóricas existentes nas ciências humanas e sociais, até as compreensões estabelecidas no senso comum, influenciadas pela grande mídia. Para uns, a morte do trabalho já foi decretada outrora, trabalhar não mais implica labor, mas colaboração. Para outros, o trabalho continua sendo interpretado e visualizado estritamente pelos olhos de Karl Marx. Ainda há aqueles que buscam desvendar as mutações que a história vai promovendo ao mundo do trabalho, destacando as permanências ontológicas e ficando atentos às transformações formais. O terceiro caminho parece-nos mais apropriado para atender às exigências teórico-práticas que a realidade concreta atual nos coloca.

Segundo nossa compreensão, o trabalho caracteriza-se como elemento central no processo de humanização e hominização do ser humano-genérico (ALVES, 2007; 2011), força motriz da mediação deste com a natureza e com os demais seres humanos na garantia de sua sobrevivência, a partir da produção de bens e serviços socialmente úteis (valores de uso). Distingue-se do trabalho que as demais espécies vivas e formas materiais realizam (o trabalho compreendido pela Biologia e pela Física) por um adjetivo específico: o pôr teleológico, ou a capacidade de antever o resultado da atividade realizada no plano ideal (LUKÁCS, 1968; 2012; VAISMAN; FORTES, 2010), o que, para Marx, distingue a melhor abelha do pior arquiteto.

Tais relações entre os seres humanos e deles com os elementos naturais na produção de sua existência conformam o que Mészáros (assumindo uma herança conceitual oriunda desde Marx e Engels) compreende como metabolismo social (MÉSZÁROS, 2003; 2007), um conceito eminentemente histórico, portanto em constante movimento e sujeito a transformações. Para Mészáros, a ordem sociometabólica do capital caracteriza-se por uma inversão do sentido ontologicamente humanizador do trabalho, transformando-o em elemento desumanizador e degradante, pois que inserido em uma lógica outra que não a produção de

valores de uso, de bens e serviços socialmente úteis e produzidos sob relações sociais plasmadas na solidariedade, cumplicidade, horizontalidade e sustentabilidade (social e ambiental).

Dessa forma, o capital, em sua sanha irrefreável por acumulação sempre ampliada, é uma lógica, uma relação social, uma ordem sociometabólica ontologicamente incontrolável e, por esse mesmo motivo, essencialmente irreformável (MÉSZÁROS, 2003; 2007; ANTUNES, 1999). Transformar trabalho concreto em trabalho abstrato para garantir a extração de mais-valia (o coração do capitalismo, principal modo de produção da história de realização do capital), por um lado, e expulsar crescentemente trabalho vivo desse mesmo processo, por outro, constitui-se em uma das principais contradições estruturais desse sistema metabólico.

Da mesma forma, em se tratando de sustentabilidade, as contradições não se minimizam, ao contrário, ganham maior vulto e trazem também maior preocupação. O capitalismo, sendo o momento predominante da história de realização do capital, um modo de produção específico, não deixa de servir a um metabolismo social (pressupondo a relação entre ser social e natureza). Como sua essência é reproduzir-se ampliada e desenfreadamente, necessita sempre mais recursos naturais (água, solo, ar, recursos finitos e “infinitos”), no entanto, quanto mais necessita e utiliza, menos se têm e mais desequilíbrio ecológico se produz, vislumbrando-se consequências cada vez mais catastróficas para o conjunto da humanidade (MÉSZÁROS, 2003; 2007). A esse respeito, basta observar os resultados alarmantes apresentados por Pignati (2013) sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no interior de Mato Grosso, contaminando ar, solo, água, trabalhadores e as comunidades em geral, bem como provocando doenças como câncer, má formação de fetos, problemas respiratórios etc.

O sistema de metabolismo social do capital é fundado e fundamentado na produção de mercadorias que, crescentemente, alinham-se à “tendência decrescente da taxa de uso das coisas” (MÉSZÁROS, 2007). O corolário desse processo é o agigantamento do volume de resíduos descartados pelo conjunto da sociedade encimada no consumismo e, em decorrência, tem-se o aumento do lixo produzido. Para o autor, uma contradição básica do sistema do capital é sua incapacidade de separar “[...] ‘progresso’ de *desperdício* – por mais catastróficos que sejam os resultados. [...] quanto mais amplia o volume de produção, mais deve enterrar tudo sob montanhas de lixo sufocante.”. Sendo assim, a economia do sistema não possui nada de “econômica”, pois este age “[...] primeiro esgotando com desperdício

voraz os *recursos limitados* de nosso planeta, e então agrava ainda mais o resultado *poluindo e envenenando* o meio-ambiente humano com seus resíduos e efluentes produzidos em massa.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 8 – Grifos no original).

Como complementa Antunes, “[...] torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’, que joga fora tudo que serviu como ‘embalagem’ para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.” (ANTUNES, 2000, p. 38).

Gonçalves, atento para o contexto de agigantamento do volume de resíduos sólidos produzidos, mais especificamente nas etapas finais de catação e reciclagem de materiais, mas não menos preocupado com a desigualdade socioeconômica existente entre as diferentes classes sociais, afirma que “O mundo hoje tem problemas com a geração dos resíduos descartados pelos que consomem e um outro maior: a fome dos que não tem acesso aos bens produzidos [...]”, contradição que em sua visão “[...] encontra explicação na própria forma destrutiva de organização para produção sob o comando do capital.” (GONÇALVES, 2006, p. 22).

O mesmo autor considera que, sendo sintoma da pulsão incontrolável do sistema do capital em direção à sua reprodução ampliada, a produção exacerbada, o consumismo e o aumento na produção de resíduos sólidos são consequências estruturais do metabolismo predatório do capital, de impossível solução dentro de seus limites:

Desta maneira, questões como o crescente consumismo e o desperdício alimentado atualmente pelo processo baseado na taxa decrescente de utilização das mercadorias, que é uma das formas de garantia de sobrevivência e de reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, da atual forma de organização social para a produção, que tem desdobramentos negativos dos mais variáveis para esta mesma sociedade e seu meio ambiente, são aparentemente insolúveis, mesmo que sejam decifráveis. (GONÇALVES, 2006, p. 111).

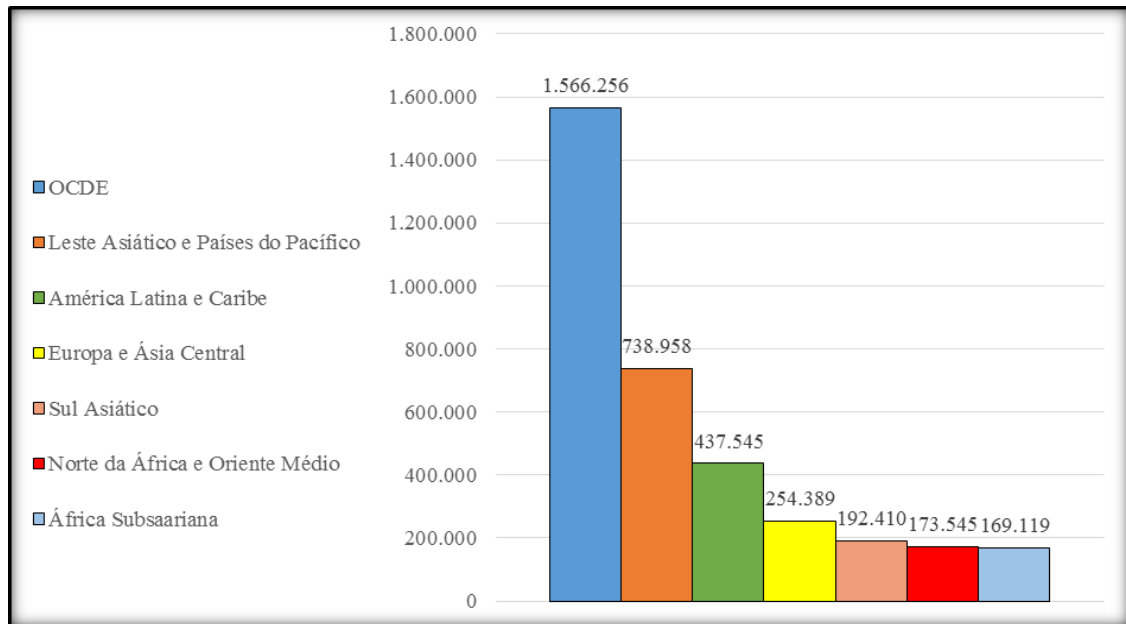
Mészáros nos alerta, ainda, para o fato de que ao capital não importa “se a taxa de utilização, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto, for máxima ou mínima”, uma vez que a única preocupação efetiva do sistema é realizar mais-valia, sendo que “o capital define ‘útil’ e ‘utilidade’ em termos de *vendabilidade*” (MÉSZÁROS, 1989). Sua orientação ontológica, portanto, não leva em conta as necessidades humanamente imprescindíveis, tampouco as consequências ambientais da produção exorbitante de mercadorias, como o aumento do volume de resíduos sólidos.

Conforme argumentam Amaecing; Ferreira, “O avanço do processo de industrialização e o desenvolvimento econômico têm propiciado grande oferta e procura por produtos de procedências distintas, resultando, conseqüentemente, na geração extraordinária de resíduos sólidos.” (AMAECING; FERREIRA, 2008, p. 2). Da mesma forma pensam Oliveira; Zandonadi; Castro, quando dizem que “A produção de resíduos sólidos urbanos vem crescendo nas últimas décadas principalmente pelo aumento do consumo de produtos industrializados e pela proliferação dos ‘descartáveis’ [...]”, trazendo como consequência o grande aumento na geração de resíduos, “[...] transformando-os em um dos maiores problemas da sociedade moderna.”. (OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO, 2013, s. p.).

Dados divulgados pelo Banco Mundial em 2012 fornecem um panorama da produção global de lixo nas diferentes regiões do planeta e apontam uma perspectiva do mesmo dado em curto prazo, para o ano de 2025. Enquanto, em 2012, o conjunto das cidades do mundo somavam 1,3 bilhões de toneladas de lixo produzidas anualmente, as previsões para 2025 são que essa cifra suba para 2,2 bilhões de toneladas, um aumento de quase 70% em pouco mais de dez anos (THE WORLD BANK, 2012).

Quando analisamos a participação das diferentes regiões do globo – na metodologia do Banco Mundial são sete, sendo elas: OCDE; Leste Asiático e Países do Pacífico; América Latina e Caribe; Europa e Ásia Central; Sul Asiático; Norte da África e Oriente Médio e África Subsaariana – na produção de lixo, percebemos nuances importantes a se considerar e ilustrativas das gritantes diferenças em termos de poder econômico, que repercute nos níveis de consumo e, conseqüentemente, no montante de resíduos produzidos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Produção mundial de lixo por região (toneladas/dia) - 2012



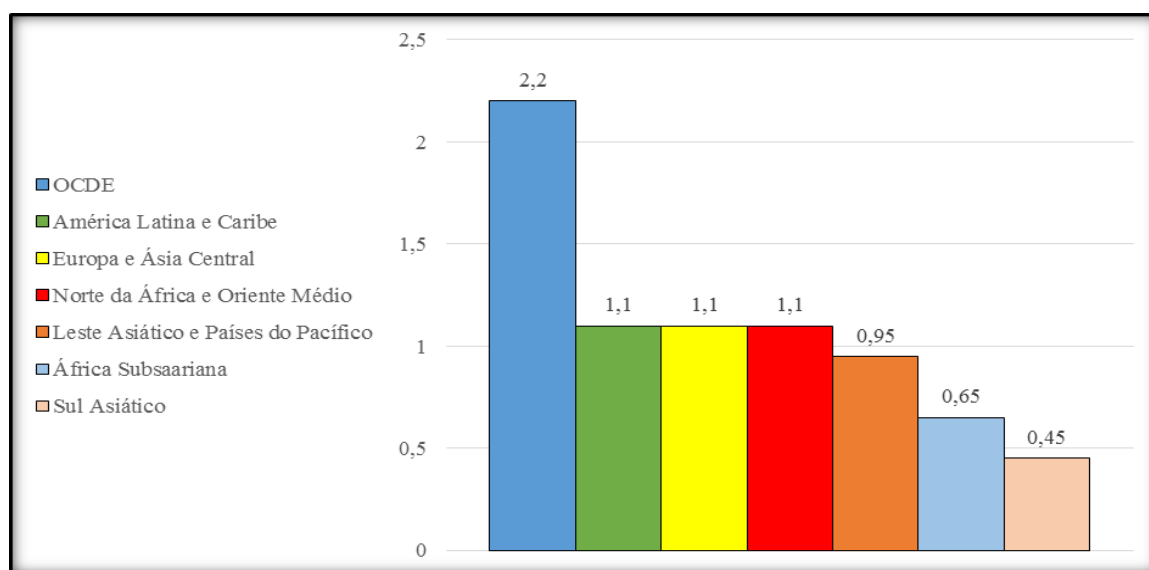
Fonte: Banco Mundial, 2012. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Nota-se a discrepância existente entre, de um lado, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Leste Asiático e Países do Pacífico e a América Latina e Caribe e, de outro, as demais regiões estabelecidas no estudo. Apenas essas três primeiras regiões concentram 77,6% da produção diária de lixo mundial, totalizando mais de 2,7 milhões de toneladas de lixo por dia, sendo que apenas a OCDE participa com 44,3% desse total (1,5 milhões de toneladas por dia).

Essas diferenças regionais na produção de resíduos explicam-se, pois “A taxa de geração de resíduos sólidos urbanos está relacionada aos hábitos de consumo de cada cultura, onde se nota uma correlação estreita entre a produção de lixo e o poder econômico de uma dada população.” (AMAECING; FERREIRA, 2008, p. 4). Segundo estudo de Siqueira; Moraes, “[...] o crescimento do consumo mundial passou de US\$ 4,8 trilhões em 1960 para US\$ 20 trilhões em 2004, sendo que 60% encontram-se concentrado nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, onde vivem menos de 12% da população mundial.” (SIQUEIRA; MORAES, 2009, p. 2118).

Ainda em relação ao montante de lixo produzido mundialmente, é possível voltar os olhos para sua produção per capita, mensurada em kg/dia/habitante. Considerando-se as mesmas regiões do Gráfico 1, apesar do quadro continuar basicamente o mesmo, algumas nuances aparecem (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Produção mundial de lixo per capital (kg/dia) por região - 2012



Fonte: Banco Mundial, 2012. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

A despeito da OCDE que, em termos relativos (per capita), mantém-se no topo do ranking de produção de lixo, as outras regiões apresentam mudanças de postos. O Norte da África e Oriente Médio, por exemplo, de penúltimo lugar no Gráfico 1 (produção absoluta e total da região), em termos relativos se iguala à América Latina e Caribe e Europa e Ásia Central no segundo lugar, deixando para trás, por exemplo, a região do Leste Asiático e Países do Pacífico, a segunda maior região produtora de lixo em termos absolutos.

À jusante do processo, isto é, nos momentos de disposição e destinação final dos resíduos produzidos, as consequências também são sentidas pela população, sendo que, no Brasil, grande parte dos municípios ainda não dá fins adequados para seus resíduos, em muitos deles havendo ainda aterros simples (lixões), com pouco ou nenhum controle ambiental.

No estado de São Paulo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) possui um índice que mede a qualidade das formas de destinação final dos resíduos pelos municípios, o Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR). Entre 1997 e 2009 o IQR era divulgado a cada dois anos, quando, a partir de então, passou a ser anual. Os dados de evolução desse índice para o município de Presidente Prudente/SP, comparando-os com o estado de São Paulo, são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR) - Presidente Prudente e São Paulo - 1997 a 2012

	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2010	2011	2012*
Presidente Prudente	2	2,9	2,5	2,5	2,9	2,7	2	3,5	5,5	2,7
São Paulo	4	6	5,9	7,1	7,4	7,5	8,5	8,4	8,3	8,3

* Em 2012, a CETESB adotou novos critérios de classificação do IQR, passando-o a chamar de IQR - Nova Proposta. A ressalva se dá para fins de comparação tecnicamente exata, porém para a elucidação da processualidade do fenômeno não há prejuízos.

Fonte: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) – 2012. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Nota-se, claramente, que, ao passo que o estado de São Paulo descreve uma trajetória ascendente e contínua de melhoria da situação da destinação final dos resíduos, Presidente Prudente/SP permanece estagnada em posição muito ruim. Nesse sentido, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Prudenco em 2006, exatamente para exigir da empresa a realização de algumas melhorias no lixão de Presidente Prudente/SP.

O balanço que se tira dos dados acima é um reflexo da ordem sociometabólica incontrolável do capital que, como traço ontogenético, necessita produzir cada vez mais, diminuir cada vez mais a vida útil dos produtos (obsolescência programada), torná-los cada vez mais descartáveis, incrementando sobremaneira, conseqüentemente, o volume de resíduos produzidos na escala do globo, com algumas nuances a depender da perspectiva que se analisa (se em termos absolutos ou relativos) e do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, hierarquizando regiões do planeta no tocante ao poder econômico e aquisitivo de mercadorias. Em suma, o horizonte ambiental que se apresenta sob o manto da produção destrutiva do capital é nefasto.

Interessante atentar para o fato de que, como um modo de produção, o capitalismo dá vida a sociedades que se organizam para além, apenas, do momento da produção propriamente dita, de modo que a reprodução do capitalismo, tanto quanto a produção de mais-valia pela extração de trabalho não pago, depende da realização da mesma, no momento da comercialização das mercadorias. As atividades comerciais e o consumo (produtivo ou improdutivo) de bens materiais, por sua vez, terminam quando do descarte de seus possíveis restos indesejados que, se não dispostos de forma adequada em espaços próprios, podem interferir negativamente no próprio ciclo valorativo do capital. Se um consumidor pretende comprar produtos em um supermercado e, na entrada do estabelecimento, encontra um amontoado de sacos de lixo, dificilmente ele se sentirá à vontade para efetivar a compra e, de

fato, realizar a mais-valia produzida no início do processo. Percebe-se, então, que o modo capitalista de produção, como qualquer outro, encerra seu ciclo produtivo e de valorização apenas após o trato com os resíduos que produz.

Conforme salientam Santos; Silva, “[...] [o consumo se dá] sem qualquer preocupação com a finitude dos recursos naturais, com a destinação final do lixo e, menos ainda, com a saúde das pessoas (garis e catadores) que nos livram de diversas doenças decorrentes do contato com o lixo.” (SANTOS; SILVA, 2009, p. 712).

Como não bastasse a concretude das ameaças suscitadas pelo *modus operandi* do capital, o que se assiste hoje é um “espetáculo ideológico e irônico” materializado no discurso empresarial da “responsabilidade social e ambiental” que esconde, sob o fetiche da mercadoria (o resultado final), todo um processo destrutivo envolvendo, em maior ou menor grau (dependendo da atividade econômica), o ambiente, a saúde dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR *et al*, 2012; RIGOTO, 2003), as relações sociais e a (inter)subjetividade do sujeito que trabalha (ALVES, 2011; 2013).

Assim, vão se sobrepondo as características fundantes do metabolismo do capital: degradação do trabalho (aviltamento da saúde dos homens e mulheres que trabalham), degradação das relações sociais dentro e fora do trabalho, divisão técnica e social hierárquica do trabalho, subordinação dos “despossuídos” aos proprietários dos meios de produção, degradação dos recursos naturais, descartabilidade dos bens etc. A lista infindável dos aspectos destrutivos constituintes do sistema de metabolismo social do capital justifica seu caráter incontrolável e irreformável, pois produz sua própria destruição. Desnecessário dizer que um sistema como esse não pode edificar-se e pretender alcançar qualquer tipo de igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2007), haja vista ser essencialmente desigual.

O processo de reestruturação produtiva orquestrado pelo capitalismo em escala mundial, primeiramente no Japão nas décadas de 1950 e 1960, alastrando-se depois para o restante dos países capitalistas já sob a insígnia do toyotismo (ou ohnismo) – no Brasil apresentando-se nas fases restrita (década de 1980) e sistêmica (a partir da década de 1990) (ALVES, 2000) –, trouxe uma série de mudanças tecnológicas e, sobretudo, de organização e controle do trabalho que repercutiram severamente no modo de ser do trabalho, ou, nos dizeres de Ricardo Antunes, configurando uma “nova morfologia do trabalho”. (ANTUNES, 1995; 2000; ANTUNES; ALVES, 2004).

No plano mais geral, Ricardo Antunes e Giovanni Alves nos ajudam a compreender tal cenário de transformações no Brasil, seja no âmbito tecnológico

(incorporação de máquinas, da robótica e da microeletrônica no processo produtivo, sobretudo na indústria automobilística), seja no âmbito organizacional (formas de controle do trabalho inovadoras, como os Círculos de Controle de Qualidade – CCQs, Participação nos Lucros e Resultados – PLR, *kanban* etc.), ressaltando que tais mudanças visaram, na realidade, promover uma captura da (inter)subjetividade dos trabalhadores, ocasionando uma dessubjetivação de classe (clivagens político-identitárias no seio da classe trabalhadora) – no trabalho –, e redução da pessoa humana à mero consumidor e empreendedor – fora do trabalho. (ANTUNES; ALVES, 2004; ALVES, 2000; 2007; 2011; 2013).

As mudanças alavancadas pela III Revolução Tecnológica impactaram o(s) mundo(s) do trabalho de maneira absolutamente nociva, sob várias perspectivas, muitas vezes escamoteadas pelas estatísticas oficiais, que revelam apenas parte da realidade social e trabalhista. Os dados oficiais sobre emprego formal no Brasil (RAIS), por exemplo, apesar da crise político-econômica instaurada no país, têm revelado números ainda vultosos de emprego com carteira assinada e desemprego permanecendo ainda em baixas porcentagens, sendo que no mês de novembro de 2015 esse índice registrou 7,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não precisaríamos sequer fazer uso das armas da crítica para questionar a validade de tais dados, haja vista que nas próprias considerações metodológicas das pesquisas sobre emprego consta que o período de referência para declaração das informações pode chegar a uma semana. Ou seja, se a pessoa declara estar empregada na semana em que foi realizada a pesquisa, ela constará nas estatísticas oficiais como empregada formal, ainda que na semana seguinte possa estar em um quadro totalmente díspar.

Isso significa, para intelectuais como Ricardo Antunes, dedicados a compreender os conteúdos implícitos das estatísticas supracitadas, que o foco das mesmas não tem sido a qualidade dos empregos, e sim a quantidade, amplificada ideologicamente pelos veículos de comunicação de massa.

Estamos tratando aqui não apenas de números, mas de trabalhadores e trabalhadoras, sujeitos sociais mais ou menos alienados de seus meios de produção, mais ou menos estranhados em relação ao processo e ao produto do trabalho, mais ou menos inferiorizados em seu cotidiano laboral, mais ou menos subjetivamente capturados. O que nos leva a afirmar que a forma como essas pessoas se inserem no mundo do trabalho e com ele criam laços se alterou profundamente. As carreiras inteiras construídas em uma mesma profissão, em um mesmo posto de trabalho, em uma mesma empresa ou repartição pública,

são cada vez mais difíceis de serem concretizadas. O norte tem sido cada vez mais a instabilidade, a terceirização (no setor privado, como no público), a informalidade, os empregos precários (temporários, parciais).

Que dizer então da feminização do trabalho, acompanhada da permanência das desigualdades sociais oriundas de uma arcaica divisão sexual do trabalho, a começar pela remuneração, sem contar o assédio moral nos locais de trabalho? Que dizer do duplo movimento (dialético) de desterritorialização/descamponesização X reterritorialização/recamponesização, pautado, num primeiro momento, na substituição das formas de vida, controle social, produção e cultura camponesas pelo metabolismo do capital no campo (agrohidronegócio) e, num momento seguinte, pelo questionamento de camponeses e setores empobrecidos das cidades a este processo e pela reivindicação de uma Reforma Agrária Popular, encimada nos movimentos sociais de luta pela terra, dando à relação cidade X campo uma vinculação orgânica construída no seio das lutas, conflitos e relações de trabalho?

Apoiados nesses traços da realidade contemporânea é que se pode afirmar que as mudanças promovidas pela III Revolução Tecnológica, seja no âmbito propriamente produtivo (mudanças técnicas como a automação industrial, robótica, sistemas informacionais, *just-in-time* etc.), seja quanto ao controle social (CCQs, PLR, horizontalização intra e interfábricas, captura da subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, dentro e fora do espaço produtivo, implantação da ideologia do empreendedorismo etc.), trazem desdobramentos também à centralidade do trabalho. Não como gostam de afirmar alguns teóricos importantes, isto é, que o trabalho perdeu centralidade na sociedade da informação, mas, sim, que a centralidade do trabalho não pode mais ser compreendida sob a ótica do capitalismo do século XIX ou início do século XX.

Conforme esclarece Amorim,

Os debates a respeito da centralidade do trabalho e do trabalho imaterial baseiam-se em uma compreensão reduzida do trabalho, da formação política da classe trabalhadora e das possibilidades de sua luta política. Em primeiro lugar, o trabalhador é vinculado diretamente ao seu posto de trabalho, assim, suas qualificações técnicas informam as possibilidades de sua prática e consciência políticas como se não existissem práticas políticas para além da indústria e do trabalho imediato. Finalmente, a classe trabalhadora é definida como uma extensão de suas atribuições técnicas. Há, portanto, uma correspondência indevida entre as formas de apropriação concretas dos saberes empíricos com as potencialidades políticas da classe trabalhadora. (AMORIM, 2012, p. 113-4).

No plano mais específico, vários trabalhos contribuem para o entendimento dos desdobramentos da reestruturação produtiva em ramos específicos de atividade econômica. Navarro (2003) apresenta um relato de pesquisa sobre as condições de trabalho na indústria calçadista de Franca/SP, explicitando de que forma a mudança na posição postural de trabalho – em uma das etapas do processo produtivo –, de sentado para em pé, repercutiu negativamente na ergonomia dos trabalhadores, conseqüentemente em sua saúde e, por conseguinte, na rotatividade do setor. No setor de frigorificação de carnes, encontra-se, também, grande intensidade nas rotinas de trabalho, acompanhada por altíssima rotatividade; vários casos de afastamento, mutilações, desenvolvimento de Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), depressão e outras doenças psíquicas e psicossomáticas, entre outros agravos à saúde são registrados anualmente pelos trabalhadores do setor, isso quando se consegue comprovar o nexo causal entre a doença e o trabalho (SARDA; RUIZ; KIRTSCHIG, 2009; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2012). Barreto; Heloani (2011) ainda lembram, com grande sensibilidade e profundidade na análise, as drásticas conseqüências aos trabalhadores resultantes de novas formas de controle, manipulação e pressão no trabalho, traduzidas na forma de assédio moral, levando, em alguns casos, ao suicídio de trabalhadores.

Todo esse cenário que caracteriza o “novo e precário mundo do trabalho” (ALVES, 2000), marcado pelas inovações tecnológicas e organizacionais propiciadas pelo toyotismo, não negam a essência desumanizadora do capital (elemento do qual tentam escapar os empresários e ideólogos do capital sob a proteção do discurso da responsabilidade social, ambiental e do progresso tecnológico), mas apenas a corrobora. Se nas duas primeiras revoluções industriais a dominação e subordinação hierárquica dava-se muito mais no plano concreto, de forma explícita entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho, a terceira revolução industrial inaugura um estágio de dominação que não se restringe à pele e aos ossos dos trabalhadores, mas invade seu consciente e seu inconsciente, mergulha em sua ontologia e o desrealiza enquanto ser humano-genérico, enquanto pessoa humana guiada por necessidades intrinsecamente humanas. (ALVES, 2011; MÉSZÁROS, 2007).

O sujeito que trabalha, hoje, não olha para o lado, em sua atividade laboral (seja ela produtiva ou improdutiva), e se depara com seu companheiro ou companheira de trabalho, mas com um colaborador/parceiro/associado daquela “família empresarial”, alguém com quem se deve agir conjuntamente (na garantia dos interesses, metas e lucros da empresa), mas

competindo e buscando superá-lo. Obviamente, esse processo – assim como, em geral, todas as perversidades das formas de controle do modo capitalista de produção – deve ser encarado com ressalvas, na medida em que, embora se constitua como uma tendência hegemônica no plano das relações sociais de produção, existem resistências e alternativas construídas pelos trabalhadores. Os coletores, por exemplo, embora desempenhem em seu cotidiano uma atividade laboral prescrita e hegemônica pela empresa, constroem entre si laços de solidariedade e parceria, tanto do ponto de vista da viabilização do serviço, ajudando-se mutuamente, quanto no desenvolvimento de amizades com seus companheiros de equipe.

Ao chegar em casa (muitas vezes após longas jornadas, sem pagamento de hora-extra), seu tempo de reprodução biológica e de relação lúdico-afetiva com a família e amigos sai de cena e em seu lugar aparece a otimização do “tempo ocioso”, o consumismo, a dedicação à formação empreendedora, a alimentação do sonho de se tornar “patrão” (hoje eufemisticamente chamado de “líder”), o autoconvencimento de que se hoje é explorado, amanhã pode explorar, se hoje é subordinado, amanhã pode subordinar. Está consolidado o que Giovanni Alves (2011) define como “subsunção ideal do trabalho ao capital”, ou seja, “a subsunção do ‘espaço interior’ da pessoa às disposições sistêmicas do capital. [...] Ele possui um patrão: é ‘patrão de si mesmo’, o patrão está dentro de si”. (ALVES, 2011, p. 48).

Desse modo, assiste-se à instauração, nos próprios trabalhadores, da vontade de manter o bom funcionamento desse tipo de metabolismo social. Ora, em uma mesma “cajadada” dirime-se a intensidade da luta de classes no plano ideológico e garante-se a manutenção do sistema que degrada corpos e almas exatamente pelos corpos e almas que são degradados.

Lado a lado com essas novas estratégias de controle dentro e fora do trabalho por parte do capital e seus ideólogos, convive-se ainda com frequentes expressões da degradação do trabalho, em suas múltiplas dimensões: arrocho salarial; desemprego estrutural; descarte do trabalho; doenças e agravos à saúde dos trabalhadores (homens e mulheres); superexploração do trabalho, seja pela extração de mais-valia relativa (aumento da produtividade proporcionada pelo incremento tecnológico), ou de mais-valia absoluta (como nos casos de jornadas que ultrapassam as 12 horas diárias, os casos de trabalho escravo e formas análogas etc.); informalização do trabalho; terceirização; trabalho parcial (*part-time*), temporário; perda de direitos trabalhistas etc. (ANTUNES, 1995; 2000). Esse é o verdadeiro conteúdo maquiavélico da convivência entre as formas espectrais de desenvolvimento das

forças produtivas, de um lado, com a manutenção de formas regressivas de exploração do trabalho, com “requintes de modernidade”, de outro.

Na esfera da subjetividade, o sujeito que trabalha se sujeita integralmente ao ritmo e ao conhecimento cristalizado no sistema de máquinas, o trabalho vivo subsume-se ao trabalho morto, de modo que deixa de ser o “termo inicial do processo de trabalho” (função que agora pertence ao sistema de máquinas) e torna-se mero “termo intermediário”, acessório (ALVES, 2007). Estabelece-se um estado pleno de reificação do trabalho, uma vez que o traço ontológico do ser social, do ser humano-genérico, perde-se completamente nesse contexto, sendo que as pessoas passam a ser compreendidas como coisas que ajudam coisas (máquinas). É nesse processo que Inácio (2010) enxerga o “estado indutor” das doenças relacionadas ao trabalho, seja porque o ritmo de trabalho ditado pelas máquinas leva o trabalhador ao limite físico, seja porque o mesmo perde, no plano da subjetividade, sua identificação como ser humano-genérico, dotado de capacidades e sentimentos que o diferenciam das máquinas: ele se desefetiva nesse processo, o que vem gerando transtornos físicos e mentais seríssimos.

Por outro lado, interessante acrescentar que, em determinados casos e sob determinadas circunstâncias, o ritmo intenso das máquinas apresenta-se apenas enquanto potencial, haja vista que, na impossibilidade de acompanhamento desse ritmo pelos trabalhadores, não há como essa potencialidade se concretizar, pois máquina e homem formam um elo orgânico. Nos próximos capítulos, veremos como isso se confirma no caso específico da coleta de lixo, em que, embora o caminhão possa imprimir um ritmo intenso de trabalho aos coletores, caso estes não consigam ou propositalmente não o acompanhem, é inútil a maior ou menor velocidade do caminhão, pois o lixo precisa ser coletado e, sem os braços dos coletores, esse trabalho não é feito.

Na esfera política, os trabalhadores veem uma das principais (senão a principal) instância de organização coletiva (o sindicato) se desestruturar completamente. O processo de terceirização, subcontratação e horizontalização engendrado pela reestruturação produtiva do capital provocou mudanças nos postos de trabalho, reprofissionalização, terciarização (aumento de postos de trabalho no setor terciário da economia, já que muitas empresas, a despeito de se inserirem na indústria, tornam-se prestadoras de serviços), feminização etc. Tais mudanças técnicas e organizacionais por parte do capital não foram acompanhadas pelo lado dos trabalhadores, através dos sindicatos que, por sua vez, mantiveram sua estrutura rígida, verticalizada, masculina e presa aos limites municipais (tendo aqui o Estado, no plano

jurídico, claro papel na manutenção e estagnação dos sindicatos). Soma-se a isso o desmonte das comissões de fábrica, responsável por várias conquistas dos trabalhadores na relação capital-trabalho, ao menos na preservação de direitos. De sorte que esse conjunto de transformações acarretou o estabelecimento de fissuras político-ideológicas na classe trabalhadora.

A respeito dos limites municipais, poderíamos ampliar a escala de análise para o globo. Trata-se, aqui, de gestões territoriais diferenciadas por parte do capital e do trabalho, sendo que, enquanto o “capital social global” (MÉSZÁROS, 2007) não vê fronteiras para sua expansão incontrolável (para alguns nem a Terra representa mais esse limite), na forma das grandes corporações transnacionais (muitas vezes com poder político e econômico superior a alguns Estados-Nação) (BIHR, 1998), a “totalidade do trabalho” vive em constante peleja para se estruturar de forma organizada mesmo no interior dos países, ainda mais em escala internacional ou planetária. Como pensar, por exemplo, a organização política de trabalhadores de *Call Centers* de uma grande empresa transnacional, que possui atendentes indianos falando com consumidores brasileiros, atendentes brasileiros falando com consumidores russos, atendentes russos falando com consumidores egípcios, e assim por diante? Se, para o capital, a transescalaridade e transposição de fronteiras nacionais é fato consumado, para os trabalhadores ainda é um grande desafio.

Nesse contexto de transformação do tecido social do trabalho (uma nova morfologia), não é possível continuar identificando rigidamente a classe trabalhadora com seu núcleo central apresentado na obra marxiana, qual seja, o operariado. É sabido que este não deixa de existir com a reestruturação produtiva (apesar de sofrer mudanças qualitativas e quantitativas), todavia a classe trabalhadora torna-se muito mais composta, heterogênea e complexa, abrangendo também todos os homens e mulheres que deixam de fazer parte do “núcleo duro” do capitalismo e passam a ocupar suas bordas (no sentido da estabilidade e condições razoáveis de trabalho, já que essa situação vem se tornando cada vez mais regra e não exceção ao capital). Trata-se dos trabalhadores informais, dos serviços, os empregados em tempo parcial, os temporários, desempregados etc.

Avançando ainda mais, ancoramo-nos em Thomaz Junior (2002; 2009; 2011; 2012) para dizer que: não apenas os trabalhadores “para além do chão da fábrica”, como também os camponeses com pouca terra; acampados nas beiras de estradas e que perambulam entre cidade e campo, rompendo, pela via da luta, a dicotomia entre esses espaços geográficos (SILVA, 2012); assentados; integrantes dos movimentos sociais que escapam aos partidos

políticos de esquerda e às centrais sindicais (burocratizados). Esses novos sujeitos sociais vêm ocupando as ruas, prédios públicos, instituições privadas com relevante interesse público (como os bancos), terras devolutas e/ou que não cumprem sua função social, questionando o aparato jurídico mantenedor da ordem capitalista, enfim, assumindo bandeiras próprias da classe trabalhadora em sua luta anticapital. De modo que não mais podem ser escanteados das compreensões teóricas engessadas do século XIX que, se apresentam inestimável valor teórico e político, pouco têm a oferecer no tocante à oxigenação das afirmações que se queira fazer sobre a realidade atual da classe trabalhadora.

Há permanências estruturais que dizem respeito à lógica e à essência do metabolismo do capital (como lembramos acima em relação às formas regressivas), e até mesmo ao modo de ser da classe trabalhadora, contudo há também uma série de transformações de peso que necessitam de melhor compreensão e de instrumentos teórico-conceituais que fogem aos modelos. Por isso acreditamos que a centralidade do trabalho continua sendo um conceito válido e atual, todavia é necessário adequá-lo à nova realidade expressa pelo trabalho e pelos sujeitos sociais que trabalham hoje.

Se os *a priori* não ajudam a avançar na compreensão dos conteúdos polissêmicos do trabalho nessa segunda década do século XXI, tampouco podem ajudar nas transformações não apenas contingentes (reformas), mas necessárias do sistema capitalista e, em vias de consequência, da ordem metabólica do capital. A mesma ordem que mata e mutila carne, osso e almas, que discursa em nome da responsabilidade e ética social e ambiental, não tem condições ontologicamente viáveis de apresentar saídas em longo prazo para as necessidades humanamente vitais, muito menos de atingir uma pretensa igualdade substantiva, daí seu caráter de irreformabilidade no plano estrutural (MÉSZÁROS, 2003; 2007). Não obstante, há séculos o sistema do capital encontra saídas contingentes que, se não resolvem estruturalmente suas principais contradições, o mantém respirando por tempo suficiente para sacrificar mais vidas e recursos naturais no planeta.

O trabalho permanece sendo central ao metabolismo do capital, uma vez que ainda continua sendo o elemento produtor de mais-valia, bem como realizador da mesma enquanto polo consumidor. Se cada vez mais trabalhadores são expulsos de seus postos de trabalho formal, em tempo integral, com registro em carteira e direitos sociais garantidos, isso não significa nada além da deflagração da contradição estrutural do capital, e não que o trabalho deixou de ter centralidade à sociedade do capital. Muito menos perdeu sua centralidade ontológica ao ser social, conforme já nos ensinou Lukács (1968) e Alves (2007,

2011, 2013), uma vez que se constitui como elemento fundante no processo constante de hominização e humanização do ser humano-genérico, em qualquer sociedade.

Se a centralidade do trabalho, portanto, não perdeu seu valor teórico, analítico e explicativo da realidade contemporânea, e se, ao mesmo tempo, o capitalismo continua a imprimir as marcas destrutivas e imponderáveis do metabolismo do capital aos trabalhadores e trabalhadoras (sob formas diferenciadas, mas com o mesmo conteúdo anticivilizatório e antiemancipatório, no campo e na cidade), então não é possível permanecermos enrijecidos no operariado como único sujeito revolucionário, posição que, a nosso ver, desprestigia as outras formas de luta e resistência que, por exemplo, não assumem caráter de vanguarda e não são capitaneadas pelas centrais sindicais, a saber: os faxinalenses, os sem-terra, os sem-teto, os atingidos por barragem, as inúmeras frações, mais ou menos organizadas, que têm saído às ruas dispostas a lutar por transformações sociais, como as camadas do *preariado* (ALVES, 2013). O que, a princípio e aparentemente, poderia parecer formas de manifestação, de luta e resistência estruturadas por fora do mundo do trabalho, esconde trabalhadores e demais membros da sociedade que travam uma batalha e escancaram os elementos da crise estrutural do capital, que não pode ser entendida por fora das danosas medidas e retaliações aos trabalhadores. O que nos leva a afirmar que o trabalho não deixou de ser central, mas suas formas de manifestação se heterogeneizaram, complexificando o tecido social.

Se pudéssemos tomar um elemento da dialética, enquanto método para mergulhar na realidade concreta e compreendê-la, destacaríamos a totalidade. Dizer isso significa que, para quem se propõe a compreender os complexos de complexos (LUKÁCS, 1968), os conteúdos polissêmicos do trabalho, é imprescindível o amparo de vários ramos do conhecimento, o que nos leva à quebra dos rígidos limites entre uma ciência e outra. Para as ciências sociais, o único conhecimento justificável é aquele que se erige sobre os sujeitos sociais que, por sua vez, são protagonistas da relação metabólica existencial com a natureza, processo no qual, como nos ensina Marx, ao modificar a natureza que lhe é externa, modifica a si próprio. De sorte que, estudar um sujeito social que trabalha e as relações de trabalho em que se insere, implica em dialogar com conhecimentos da ergonomia, biologia, medicina, psicologia, sociologia, geografia etc.

Haja vista a gigantesca especialização alcançada por cada uma das citadas ciências ao longo dos séculos, estudar o fenômeno do trabalho tendo a totalidade como referência segue sendo um horizonte desejado. Todavia, metodologicamente é sempre válido trazer à tona a totalidade, no sentido de ir além das aparências, ou das expressões fenomênicas

do processo estudado, e buscar suas múltiplas determinações (naturais, sociais, geográficas etc.).

Por isso, é imperioso continuarmos apostando nas atividades de pesquisa que possam descortinar essas estratégias do capital em continuar se reproduzindo em escala cada vez mais ampliada, mesmo imerso em contradição. Somente compreendendo contra o que se luta é possível encontrar os pontos fracos, empunhar as armas corretas e desferir os golpes no momento oportuno. Se a sustentabilidade tornou-se arma do capital para manter sua hegemonia no plano ideológico, não é por isso que perdeu seu conteúdo potencialmente emancipador, por isso é necessário disputar posição e defender essa bandeira, retomando-a, obviamente, em um outro patamar que responda às necessidades humanas em harmonia com os recursos disponíveis. Afinal, uma sociedade emancipada do jugo do capital deverá se preocupar com essa questão, assim como com a questão da igualdade substantiva levantada por Mészáros. Esconder-se dos problemas ou avaliar os conceitos sob a ótica do capital é tornar-se míope para os verdadeiros conteúdos emancipatórios que eles podem revelar.

A Geografia, nesse sentido, apresenta grande potencial explicativo e pode contribuir com tal intento transformador (desde que liberta das prisões epistemológicas e de vaidade), uma vez que traz em seu cerne analítico justamente o metabolismo social, ou seja, o intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, materializado na produção social de espaços, territórios e paisagens. Eis um horizonte a ser percorrido!

1.2. COLETORES DE LIXO E CLASSE TRABALHADORA: UM PAR IMPERFEITO?

É possível, então, fazer o seguinte questionamento: os coletores de lixo domiciliar urbano, tal como os demais trabalhadores da limpeza pública das cidades, são pertencentes à classe trabalhadora? Para responder tal questão, consideramos importante situar teoricamente o trabalho na coleta na discussão dos conceitos de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, bem como problematizar a imprescindibilidade deste critério na composição da classe trabalhadora.

Não obstante a discussão sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo remonte a tempos e autores precedentes à Marx, compondo algumas discussões de base da economia política, optamos aqui por iniciarmos essa discussão pela compreensão do autor alemão sobre o assunto.

No “Capítulo VI (Inédito)”, Marx retoma alguns assuntos que ficaram por se desenvolver nos volumes anteriores de sua obra magna (O Capital), como a questão da relação trabalho produtivo-trabalho improdutivo. Aqui já temos uma primeira pista teórica que nos auxilia na compreensão e situação dos coletores de lixo domiciliar nesse âmbito. Marx ressalta que “Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo”, sendo que, para ser considerado produtivo, o trabalhador deve servir de “fator vivo” no processo de produção capitalista, gerando valores de troca. Em contrapartida,

Quando se compra o trabalho para consumi-lo como *valor de uso*, como serviço, – e não para colocá-lo como *fator vivo* em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção –, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que *gera valores de troca*; consome-se-o *improdutiva*, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de *renda*, não como *capital*. (MARX, 1978, p. 72 – Grifos no original).

Em outro momento de sua obra (Grundrisse), Marx é ainda mais enfático, ao dizer que “O trabalho, como mera prestação de serviço destinada à satisfação de necessidades imediatas, não tem absolutamente nada a ver com o capital, uma vez que o capital não procura tal satisfação”. A prestação de serviços que não valoriza diretamente o capital, em que os trabalhadores recebem seu pagamento a partir de recursos produzidos outrora, por outros trabalhadores, configura-se como “consumo de renda, que, enquanto tal, sempre pertence à circulação simples, não à do capital”. Dessa forma, “Se um dos contratantes não se contrapõe ao outro como capitalista, tal prestação de serviço não pode entrar na categoria de trabalho produtivo”. (MARX, 2011, p. 335).

Todavia, na mesma obra, Marx ressalva que “Trabalhos e gastos podem ser necessários sem serem produtivos no sentido do capital [...] O trabalho pode ser necessário sem ser produtivo”. Nesse caso, “Todas as condições *gerais, coletivas*, da produção [...] serão custeadas, por conseguinte, por uma parte da renda do país, pelo erário público, e os trabalhadores aparecem não como trabalhadores produtivos, muito embora aumentem a força produtiva do capital.” (MARX, 2011, p. 710-12 – Grifos no original).

Interessante notar que Marx, em seu tempo, já percebia o caráter social e totalizante da produção e valorização capitalista, de modo que, a despeito da precisa

caracterização e distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, assumia como importantes ao ciclo valorativo do capital também as fases em que não se produz mais-valia diretamente.

Corroborando a aceção de Marx sobre trabalho produtivo, Amorim analisa que, no caso dos serviços, “não há uma troca de tempo de trabalho por dinheiro, como representação do valor”, isto é, a relação de assalariamento dos trabalhadores dos serviços não coincide com a extração de mais-valia. O que ocorre é que “Troca-se dinheiro, na forma de rendimento, por um serviço, isto é, o dinheiro trocado não entra no ciclo da produção como capital. Funciona, assim, como indica Marx, como meio de circulação e não como capital”. (AMORIM, 2013, p. 510).

Nesse sentido, surge o seguinte questionamento: se os trabalhadores do setor de serviços, sob essa ótica, são considerados improdutivos, isto é, não produzem mais-valia, de onde são oriundos seus rendimentos? Carcanholo não tergiversa ao afirmar que é do conjunto dos trabalhadores produtivos e do valor excedente por eles produzido. Segundo o autor, o trabalho produtivo é responsável por garantir não apenas a reprodução de sua própria força de trabalho, mas também, a partir da mais-valia extraída de si, garantir “os juros, aluguéis e rendas de todos os tipos, além dos gastos improdutivos tanto públicos como privados”, sendo que, dentre esses gastos, “incluem-se até mesmo o salário dos trabalhadores improdutivos que constituem uma dedução do excedente produzido na sociedade, disponível para o capital”. (CARCANHOLO, 2007, s. p.).

O autor ainda alerta para a necessidade de superar as análises centradas no ato individual e isolado dos diferentes trabalhadores para a conceituação dos trabalhos produtivo e improdutivo e para que se aproxime da “essência do real”. Em seu entendimento, “para que se alcance o significado mais concreto do conceito de trabalho produtivo, o ponto de vista adequado é o da totalidade e o da reprodução, ponto de vista esse que se opõe ao do ato individual e isolado” (CARCANHOLO, 2008, p. 219). Nota-se que o autor adota uma visão que também toma como pressuposto a articulação totalizante do sistema do capital, aliando as esferas produtiva e improdutiva na manutenção e reprodução do sistema. Como bem aponta Santos, “O capital passa a aparecer, portanto, como um processo social total e deixando de ser mero meio para a produção de mais-valia. Produz mais-valia, mas também produz e reproduz relações sociais” (SANTOS, 2013, p. 134).

Laibman dá um passo à frente, introduzindo no debate acerca do trabalho improdutivo a questão da exploração do trabalho, o que problematiza sobremaneira a situação teórica dos trabalhadores improdutivos no seio da classe trabalhadora. Para o autor, é

incompatível entender os trabalhadores improdutivos como aqueles que não criam valor e, ao mesmo tempo, afirmar que são explorados, seria um contrassenso teórico com base na própria teoria do valor. De modo que:

Somos então colocados diante da opção de termos que abandonar a perspectiva de que eles são explorados – e, neste caso, sua posição como parte da classe trabalhadora será colocada em questão, ao mesmo tempo em que sua situação de trabalhadores desprovidos de meios de produção, que devem vender sua força de trabalho, emerge como um problema teórico – ou, então, sermos apanhados numa definição contraditória de exploração. (LAIBMAN, 1984, p. 15).

Muito interessante, de nosso ponto de vista, o posicionamento de Laibman, uma vez que desloca o centro de gravidade da discussão para a situação dos próprios trabalhadores, e não se limitando à posição que ocupam tecnicamente na divisão do trabalho do modo capitalista de produção: se trabalhador manual, se prestador de serviços, se material, se imaterial. O que está em primeiro plano, aqui, é a condição de exploração do trabalho, à qual, em alguma medida, todos os trabalhadores inseridos no sistema capitalista estão sujeitos.

Lessa complementa tal assertiva, enfatizando que “As categorias de trabalho produtivo e improdutivo são [...] subcategorias do trabalho abstrato. Ser trabalhador produtivo ou improdutivo significa, portanto, imediatamente, ser explorado pelo capital.” (LESSA, 2009, s. p.). Em outro trabalho, o autor vai além e destaca que ser produtivo ou improdutivo se justifica tão somente do ponto de vista do capital, “Pois, como entre a humanidade e o capital há uma relação de alienação [não de identidade], o fato de ser produtivo *para o capital* não implica, necessariamente, que seja produtivo para a humanidade.” (LESSA, 2005, p. 111 – Grifos no original). Conforme complementa Santos, “*o trabalho que não gera valor é improdutivo do ponto de vista do capital, porém é extremamente útil à sua reprodução*” (SANTOS, 2013, p. 144-5 – Grifos no original).

Santos, dissertando sob o ponto de vista técnico de reprodução do sistema do capital, assume como de certa obviedade e imprescindibilidade a interdependência entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Para o autor, os dois tipos de trabalho “atuam de forma harmônica e quase sincrônica em cada esfera do sistema produtivo capitalista, notadamente, respectivamente, na produção propriamente dita e na realização da mais-valia”. Em caso de anulação do trabalho improdutivo, “o processo de produção teria sozinho de realizar a mais-valia, fato inviável em termos empíricos” e, ao mesmo tempo, eliminando-se o trabalho produtivo, eliminar-se-ia o próprio modo capitalista de produção, impossibilitando,

inclusive, de garantir os custos com o “Estado, comércio, sistema financeiro, *prestação* de serviço de natureza diversa etc.” (SANTOS, 2007, s. p. – Grifos no original).

Santos retoma Marx, afirmando que suas formulações indicam que, mesmo as atividades incluídas no âmbito do trabalho improdutivo (materiais ou imateriais), guardam importância à reprodução do sistema e valorização do capital, enxergado sob a ótica da totalidade, conforme traçado acima. Os trabalhadores pagos para produzirem valores de uso, assalariados ou informais, “desempenham utilidades sociais, mas não contribuem diretamente com a produção de mais-valia”. Dessa forma, apesar de o trabalho improdutivo ser consumido devido a seu valor de uso e não gerar mais-valia, sua importância não é diminuta, pois “uma parcela do trabalho improdutivo, apesar de não gerar valor, é importante para efetivar a valorização do capital”. (SANTOS, 2013, p. 141).

Santos, estudiosa do trabalho dos coletores de lixo, fazendo uma analogia ao conceito de trabalho improdutivo, classifica a atividade laboral desses trabalhadores como “[...] trabalho vazio, pelo fato de eles não produzirem nada, ou seja, o coletor de lixo recolhe o lixo, o produto de outras pessoas, ou seja, o lixo que é produzido por outras pessoas, não tendo nada de seu nessa produção.”. (SANTOS, 2001, p. 67).

Se, por um lado, a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo remete à posição da massa de trabalhadores em relação ao modo capitalista de produção e ao sistema do capital como um todo, se os trabalhadores dessas duas esferas são mais ou menos centrais do ponto de vista do processo de valorização do capital, um outro aspecto a se considerar é o elemento político embutido nos dois conceitos, isto é, há diferenças e desnivelamentos quanto à centralidade política do trabalho entre os trabalhadores produtivos e improdutivos?

Para Alves, é preciso diferenciar “classe” de classe, de modo que as aspas da primeira expressão remetem ao pertencimento dos milhões de trabalhadores ao mundo do trabalho abstrato do capital, expostos à exploração do trabalho, portanto potencialmente transformadores da realidade social (apenas potencialmente). Em seu ponto de vista, os membros da “classe” trabalhadora vivenciam, em comum com a classe trabalhadora (sem aspas), a “condição de proletariedade”, mas lhes falta o elemento da consciência de classe para que se erijam enquanto classe trabalhadora em toda sua plenitude emancipatória.

Segundo o autor, a condição de proletariedade caracteriza-se pela subsunção das “individualidades pessoais de ‘classe’” ao modo capitalista de produção, ao metabolismo social estranhado do mundo do capital. O fato de possuírem tal condição existencial, não os torna, na ótica do autor, automaticamente portadores da consciência de classe necessária, “são

apenas proletários, homens e mulheres da ‘multidão’ ou homens e mulheres do ‘povo’ que pertencem à ‘classe’ do proletariado (com aspas)”. (ALVES, 2013, p. 61).

Alves é um autor que tem reconhecido, diferentemente de outros mais doutrinariamente apegados às formulações marxianas, as transformações ocorridas no mundo do trabalho do século XIX aos dias atuais, conseqüentemente à composição da classe trabalhadora. O autor reconhece que, nos últimos 30 anos (1980-2010), “no conjunto da ‘classe’ dos trabalhadores assalariados em escala global reduziu-se, em termos relativos, a participação de operários e empregados inseridos na produção de valor, isto é, trabalhadores assalariados produtivos”, *pari passu* ao incremento da massa de “trabalhadores proletários serviçais, formais ou informais, exteriores à produção do capital, que vivem à custa da massa de mais-valia social.” (ALVES, 2013, p. 54).

Em detrimento de alguns autores, todavia sem negar a atualidade e força explicativa da realidade social e do trabalho de Marx, mas adotando-a criticamente, Alves traz ao primeiro plano a questão do método dialético legado pelo autor alemão, enfatizando que:

[...] o *objeto categorial* visado por Marx no século XIX não é o objeto categorial que visamos no século XXI. Na medida em que o capitalismo (e o proletariado) visado por Marx é (e não é) o capitalismo (e o proletariado) visado por nós, uma teoria do proletariado *segundo Marx* não seria uma teoria científica. Na verdade segundo o método dialético, todo *conceito* (como o de “proletariado”) é uma *categoria*, ou seja, é uma *forma de ser e modo de existência* historicamente determinada. (ALVES, 2013, p. 72 – Grifos no original).

Continua afirmando que “Naquela época, a *classe operária* era a portadora da condição de proletariedade que *hoje*, assume *dimensão universal* entre trabalhadores assalariados da indústria, *serviços* e administração pública”. (ALVES, p. 192 – Grifos nossos). Considerando que o metabolismo do capital e o modo capitalista de produção não apenas mantiveram seu poder de dominação do século XIX, como o ampliaram incomensuravelmente, espalhando-se por todo o globo, logicamente “todas as formas de trabalho humano impregnam-se diretamente ou por derivação, da forma social do trabalho estranhado”, independentemente se, no plano material e social, o trabalho é produtivo ou improdutivo, material ou imaterial, haja vista que “O que é relevante na perspectiva da ontologia do ser social é a vigência do trabalho estranhado como forma social de subsunção do trabalho vivo à lógica do trabalho abstrato” (ALVES, 2013, p. 188). E, ademais, “o trabalhador público, afetado pelo trabalho abstrato e exploração do capital, embora não produza valor, é tão capaz de desenvolver [...] a consciência de classe, quanto o operário

industrial explorado e subsumido à lógica efetiva do trabalho abstrato produtor de valor”. (ALVES, 2013, p. 36).

Unindo-se a Alves, Antunes também concorda que “para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho”, que compreenderia “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos”. Nesse sentido, a classe trabalhadora também abrangeria os trabalhadores improdutivos, “cujos trabalhos não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista”, todavia que, apesar de “criadores de antivalor no processo de trabalho, vivenciam situações muito aproximadas com aquelas experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos”. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

Toledo, fazendo uma reflexão sobre o trabalho “não clássico”, lança a seguinte questão: “¿Pueden este tipo de trabajadores que contrastarían con los antiguos obreros de industria identificarse, generar acciones colectivas y organizacionales a partir de su Trabajo?”⁵ (TOLEDO, 2012, p. 160). Para mergulhar na questão, Toledo faz menção a uma categoria cara à Geografia, que é o espaço: ao passo que o espaço de trabalho em uma fábrica é relativamente bem conhecido, dividido em departamentos, dentro dos quais os trabalhadores se inserem no processo produtivo, “el problema principal se presenta en trabajos en los que la apropiación del espacio se vuelve un medio de producción de un bien o un servicio”⁶. Nesse sentido, “el caso más grave es con el espacio público, tanto en la forma de trabajadores callejeros en puesto semifijo, como aquellos para los que trabajar es desplazarse en el territorio, como los taxistas, microbuseros o vendedores a domicilio”⁷ (TOLEDO, 2012, p. 163-4) – ou coletores de lixo domiciliar, acrescentaríamos.

Para estos trabajadores poder disponer del espacio público es condición para trabajar y en esta medida pueden surgir múltiples disputas con actores muy diversos por el uso de los espacios públicos [...] De forma de poderse hablarse de una disputa por los espacios públicos que puede aglutinar a ciertos trabajadores en estos espacios y formar parte de su identidad. [...] también habría que tomar en cuenta el papel del

⁵ Tradução livre: “Podem este tipo de trabalhadores, que contrastariam com os antigos operários da indústria, identificar-se, gerar ações coletivas e organizacionais a partir de seu trabalho?”

⁶ Tradução livre: “o problema principal se apresenta em trabalhos nos quais a apropriação do espaço se torna um meio de produção de um bem ou um serviço”.

⁷ Tradução livre: “O pior caso é com o espaço público, tanto na forma de trabalhadores de rua em posição semifixa, como aqueles para quem trabalhar é deslocar-se no território, como os taxistas, motoristas de micro-ônibus ou vendedores a domicílio”

estigma en estas construcciones [...], para muchos trabajadores de las calles habría el estigma de sucios, delincuentes, drogadictos por parte de la ciudadanía, pero a veces el estigma como negatividad forma parte de su identidad como despreciados, en otros casos puede convertirse en contradiscurso y contracultura⁸ [...]. (TOLEDO, 2012, p. 163-4).

Indo de encontro a tais abordagens e assumindo a preocupação com os aspectos geográficos das transformações ocorridas no mundo do capital, no mundo do trabalho e na classe trabalhadora, Thomaz Junior assevera que “O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados” (THOMAZ JUNIOR, 2002a, p. 8).

Encimado nas contribuições dos autores supracitados, suscita-se a seguinte questão: teriam lugar os coletores de lixo domiciliar no arco conceitual da centralidade do trabalho? Arriscaríamos responder positivamente. Partindo dos pressupostos de que: 1) o metabolismo do capital continua a ser a ordem societal predominante na escala do globo, subsumindo formal, real e/ou idealmente praticamente a totalidade do planeta; 2) o trabalho permanece sendo o coração do sistema do capital, enquanto trabalho abstrato basilar à extração de mais-valia; 3) o modo capitalista de produção caracteriza-se como uma totalidade que engloba não apenas o momento produtivo de extração de mais-valia, mas também o reprodutivo, em que a mesma se realiza, não é profícuo continuar apostando tão somente nos operários como componentes da classe trabalhadora, já em meados da segunda década do século XXI.

O que, de maneira alguma, significa desprover o operariado de centralidade no capitalismo, tampouco de força teórico-prática para empreender ações contestatórias e emancipatórias em relação à ordem vigente. Todavia, o momento de produção de mais-valia não garante, por si só, a manutenção e reprodução sempre ampliada do capital. Como pensar todas as estratégias locacionais dos empreendimentos econômicos, toda a ação especulativa do espaço urbano para garantir às empresas os melhores locais da cidade, enfim, toda a ação

⁸ Tradução livre: “Para estes trabalhadores, poder dispor do espaço público é condição para trabalhar e, nessa medida, podem surgir múltiplas disputas com atores muito diversos pelo uso dos espaços públicos [...] De forma que se pode falar de uma disputa pelos espaços públicos que pode aglutinar certos trabalhadores nesses espaços e formar parte de sua identidade. [...] também haveria que se levar em conta o papel do estigma nessas construções [...], para muitos trabalhadores das ruas haveria o estigma de sujos, delinquentes, drogados por parte dos cidadãos, mas às vezes o estigma, como negatividade que forma parte de sua identidade como desprezados, em outros casos pode se converter em contradiscurso e contracultura”.

do capital, por fora de um ordenamento espacial que lhe permita aferir os lucros desejados e necessários à sua reprodução?

Da mesma forma que um hospital e um serviço médico público, no Brasil, são imprescindíveis ao capital, na medida em que são responsáveis pela manutenção de condições mínimas de saúde aos trabalhadores que acessam esse serviço quando necessário, a manutenção da ordem e de um contexto espacial/paisagístico *limpo* é fundamental para a realização da mais-valia.

Algumas semanas sem coleta de lixo na rua de um supermercado ou qualquer outro comércio de produtos industrializados poderia trazer prejuízos a esses estabelecimentos, uma vez que tais produtos precisam ser vendidos para efetivar a mais-valia produzida outrora, mas que para isso necessita garantir tranquilidade e conforto a seus clientes, aspectos destruídos pela presença de grande quantidade de lixo na entrada desses estabelecimentos.

Conforme ressaltam Nunes; Cunha; Marçal Júnior, “Comumente, o lixo é destinado a ser desprezado, pois sua permanência no ambiente humano pode redundar em efeitos indesejáveis, com repercussão na saúde e bem-estar do homem.” (NUNES; CUNHA; MARÇAL JÚNIOR, 2006, p. 26).

O lixo traz em seu cerne a alusão ao sujo, ao mal cheiroso, àquilo que todos rejeitam, que atrai vetores transmissores de doenças, como ratos e baratas que, como pragas que são se expostos a situações de desequilíbrio trófico (comida em excesso, gerando reprodução exacerbada), facilmente ocupam e dominam os espaços limítrofes, no caso os comércios das redondezas. Ninguém consegue ou se sente à vontade andando no calçadão ou em uma rua comercial de qualquer cidade tomada por insetos e roedores e grandes montes de lixo espalhados, a reação esperada das pessoas é a repulsa e o distanciamento desses locais. Nesse caso, se os consumidores se distanciam das mercadorias produzidas pelos capitalistas, como as mesmas serão vendidas, garantindo a reprodução adequada ao sistema?

Assim, acreditamos que a produção de valor pelo trabalho seja a espinha dorsal, o coração do sistema, contudo, entendemos que as demais partes do “corpo” também são extremamente necessárias à manutenção da ordem capitalista. O “polvo gigante” em que se transformou o capitalismo atualmente não sobrevive sem seus “tentáculos”. Portanto, os trabalhadores inseridos em todas as atividades improdutivas ao capital, que não produzem mais-valia, mas que garantem sua realização, são também imprescindíveis ao sistema, sendo abrangidos pelo conceito de centralidade do trabalho, ao menos em seu sentido de central ao capital.

E quanto ao sentido de central às transformações radicais necessárias ao rompimento da ordem capitalista? Uma compreensão marxista tradicional, apegada à exclusividade do operário como sujeito revolucionário, rapidamente afirmaria que os trabalhadores da “borda” do sistema não são importantes, ao contrário, contribuem para o retardamento das ações radicais e revolucionárias. Como assinala Santos,

Os integrantes da força de trabalho improdutiva não constituem o proletariado no sentido exato, que, pelo menos tecnicamente, é o único portador de uma identidade revolucionária. Por suas condições e por seu posicionamento no processo global de produção capitalista, atrapalham mais do que ajudam ao proletariado de uma forma parecida com a da “classe média”. (SANTOS, 2007, s. p.).

A despeito dos avanços na compreensão dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, em suas interconexões necessárias ao capital, avaliamos que, no tocante à revisão e ampliação da abrangência do conceito de classe trabalhadora, Santos mostra-se irredutível em demasia. É pertinente retomarmos, aqui, um trecho da citação já utilizada por nós anteriormente, na qual Amorim questiona criticamente o fato de que “o trabalhador é vinculado diretamente ao seu posto de trabalho, assim, suas qualificações técnicas informam as possibilidades de sua prática e consciência políticas como se não existissem práticas políticas para além da indústria e do trabalho imediato” (AMORIM, 2012, p. 113-4).

A mundialização do capital, somada ao processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1970, provocou mudanças substantivas no modo capitalista de produção, incorporando novas formas de produção, novas tecnologias e novas formas de gestão do trabalho que, aliadas à permanência das antigas, uniu formas espectrais a formas regressivas de condução da produção. A incorporação de tecnologia de ponta passa a conviver com níveis de exploração do trabalho que se comparam aos praticados nos primórdios do capitalismo.

Todavia, a escala local há muito deixou de ser suficiente para a reprodução e manutenção do metabolismo social do capital, sua essência exige mais de suas personificações. Para tanto, é preciso que o mundo se interligue cada vez mais, reduzindo-se a um intervalo de um clique no computador, de voos de poucas horas, malhas viárias multimodais, garantia de ordenamentos espaciais que satisfaçam em tempo real às necessidades do capital.

Nesse contexto, a fluidez do sistema tornou imprescindíveis as atividades de realização da mais-valia produzida, para além das atividades de produção da mesma. Os

transportes passam a ocupar um espaço ímpar para deslocamento de mercadorias na escala do globo; a estrutura cibernética ainda mais, responsável por conectar empresários e consumidores em tempo real; a classe trabalhadora, aos olhos do capital, deve fragmentar-se e, em seu lugar, tomar protagonismo uma massa de colaboradores e associados das empresas. Para tanto, os mecanismos de controle intraempresas, as estratégias de convencimento e “captura”⁹ da subjetividade, bem como os casos de assédio nos locais de trabalho são fundamentais. Entretanto, o papel da grande mídia e de todas as instituições de ensino também contribui sobremaneira para a construção de personalidades resignadas e passivas diante da perversidade do sistema do capital. Em todas essas esferas, atualmente imprescindíveis para a reprodução do metabolismo do capital, encontram-se trabalhadores do setor de serviços e improdutivos. Conforme afirmam Antunes; Alves:

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização. Nos EUA, esse contingente ultrapassa a casa dos 70%, tendência que se assemelha à do Reino Unido, da França, Alemanha, bem como das principais economias capitalistas. (ANTUNES; ALVES, p. 338).

Reconhecer todas essas transformações pelas quais o sistema do capital passou ao longo de seus séculos de existência, através das revoluções industriais, dos processos de reestruturação produtiva, sobretudo no final do século passado; e reconhecer que a dinâmica do capital social total ainda determina a dinâmica da totalidade viva do trabalho (MÉSZÁROS, 2007), pois o trabalho abstrato ainda reina como praticamente única forma de sobrevivência aos milhões de trabalhadores despossuídos de meios de produção, nos leva a assumir que a classe trabalhadora desse início do século XXI não mais pode ser igualada à classe trabalhadora do século XIX. Identificar que, em muitos lugares, os trabalhadores do setor de serviços representam mais da metade da força de trabalho empregada dos países e permanecer enrijecidos na centralidade exclusiva atribuída ao operariado como sujeito

⁹ A captura da subjetividade, tal como concebida por Alves (2000; 2013) não significa apenas que a inteligência do trabalhador está sendo sugada e posta a favor do processo produtivo do capital, mas que há uma clivagem na identidade dos trabalhadores, que passam a não se reconhecerem como iguais (dessubjetivação de classe). Se reconhecem como iguais trabalhando, no ato laboral, portanto em seus serviços ao capital, não como classe trabalhadora, nos seus espaços de representação política, nos sindicatos. As aspas da “captura” servem como ressalva, pois trata-se de um processo não linear, com resistências maiores ou menores, mais ou menos organizadas por parte dos trabalhadores.

transformador nos parece cegueira teórico-prática e ideológica diante das atuais configurações e manifestações do mundo do trabalho, em permanente ebulição.

Isso não significa que a teoria do valor tenha perdido sua validade explicativa da lógica do capital, em sua sanha incontrolável por acumulação e reprodução ampliada, mas somente escancara a contradição estrutural mais gritante e escandalosa do sistema do capital, qual seja edificar-se na dominação do trabalho vivo e extração de trabalho não pago e, ao mesmo tempo, expulsar crescentemente (a partir do incremento tecnológico) força de trabalho de seus processos produtivos. A deriva à qual os trabalhadores são jogados pela lógica perversa do capital não os faz menos centrais ao sistema, seja como produtores diretos de mais-valia, seja como trabalhadores improdutivos, garantindo a realização da mesma, seja ainda como consumidores, também inseridos na fase reprodutiva do metabolismo do capital.

Ancorar-se apenas no coração produtivo do sistema é pouco para entendê-lo em sua complexidade e, por conseguinte, identificar quais os contornos da centralidade do trabalho na atualidade, ou, dito de outra forma, quem são os homens e mulheres capazes de oferecer voz dissonante à ordem ontologicamente desigual do capital.

Dessa forma, concordando com alguns autores citados acima, pensamos que a posição na divisão técnica do trabalho orquestrada pelo capital, se trabalhadores produtivos, se improdutivos, se envolvidos em atividades materiais ou imateriais, se moradores da cidade ou do campo, não deve ser o elemento determinante ou, mais precisamente, exclusivo de definição de pertencimento de classe.

Caso quiséssemos nos limitar apenas a esse aspecto técnico, os números sobre o volume crescente dos trabalhadores no setor de serviços responderiam por si só, como questionadores da centralidade exclusiva do operariado ao sistema do capital. Todavia, o que temos visto nos últimos anos no Brasil, em termos de força mobilizadora do conjunto dos trabalhadores para reivindicações, luta por direitos trabalhistas, melhorias nas condições de trabalho, garantia de uma saúde do trabalhador autêntica, entre outras pautas, não tem se limitado exclusivamente ao operariado.

Basta lembrar as manifestações que agitaram o Brasil em junho de 2013, caracterizadas por uma miscelânea de bandeiras, posicionamentos, vertentes político-ideológicas e formas de ação diversificadas, mas que conseguiram alavancar um processo de debate político que se generalizou nos meses seguintes e que continua até hoje ganhando repercussão entre os trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil em geral, amplificada, em grande medida, pelo papel crescente das redes sociais no cenário de formação

e debate político das pessoas atualmente. Claramente há um antes e depois dos referidos eventos no cenário político-ideológico e social do país, embora o núcleo duro da classe trabalhadora (operariado) não tenha sido protagonista naquele momento.

O que dizer da greve de 8 dias protagonizada pelos garis da cidade do Rio de Janeiro no início de 2014 que, após a manutenção da paralisação a duras penas e com boa força organizativa, logrou um aumento de 37% no salário-base e mais um aumento no valor diário do ticket-alimentação? Operários? Não. Fundamentais para a reprodução do sistema do capital e os empreendimentos econômicos que lhe dão vida, bem como ao necessário ambiente de tranquilidade da cidade? Sim. O saldo paisagístico da paralisação fala por si só (Figura 1).

Figura 1 - Lixo acumulado na greve dos garis do Rio de Janeiro



Fonte: Folha de São Paulo (online) – 06/03/2014.

A intensidade da pressão feita pela Comlurb (empresa pública responsável pelo serviço de limpeza urbana da capital fluminense), associada ao apelo e comoção social promovido pela grande mídia, buscando desestruturar a greve dos trabalhadores, mostra como

os interesses econômicos capitalistas foram prejudicados nesse período (tão somente pouco mais de uma semana!).

Por fim, retomamos a questão inicial lançada nesse subitem: os coletores de lixo domiciliar fazem parte da classe trabalhadora ou com essa constroem um par imperfeito? Compõem o arco conceitual da centralidade do trabalho? De nosso ponto de vista, arriscamos a dizer que sim.

A partir da compreensão que buscamos desenvolver ao longo do capítulo, destacamos a premência da questão ambiental atualmente para a reprodução não apenas do sistema do capital, como da própria humanidade, sendo que os níveis atuais e previstos de produção de lixo mundial são alarmantes e se constituem como aspecto a ser levado em consideração.

Ademais, foi possível constatar como o sistema do capital tem evoluído e se transformado ao longo dos tempos, agindo no intuito de se acomodar às intempéries sociais, políticas e econômicas encontradas nos diferentes locais do globo. Tais transformações nas lógicas produtiva e reprodutiva do capital alteram também, conseqüentemente, a forma de ser da classe trabalhadora, complexificando-a, heterogeneizando-a, de modo que permanecer enrijecido no operário como sujeito exclusivo portador de consciência emancipatória é, primeiramente, desconsiderar grande parte dos trabalhadores que estão alocados nos serviços ou em trabalhos improdutivos e, além disso, menosprezar o poder de desenvolvimento político-ideológico de todos aqueles e aquelas que estão fora das fábricas, longe da produção da mais-valia social.

Pensamos ser presunçoso demais assumir tal postura teórica, sob o risco de escamotear a realidade, buscando moldá-la de acordo com as teorias consagradas sobre o mundo do capital e do trabalho, especialmente a marxiana, esquecendo que um dos seus grandes legados, como nos lembrou Giovanni Alves, é justamente avançar na compreensão da realidade dos diferentes momentos históricos a partir do método dialético, e não perpetuar conceitos e categorias desenvolvidas em um determinado tempo histórico, transpondo-os de forma acrítica até o fim dos tempos. Importante destacar as permanências? Sem dúvida alguma, porém imprescindível saber enxergar as mudanças, para possibilitar o desenvolvimento da práxis necessária à superação dos limites civilizacionais do capital.

Operários, coletores de lixo, caminhoneiros, professores, trabalhadores informais, ambulantes, camponeses acampados, todos, de diferentes formas, direta ou indiretamente, subsumem-se ao metabolismo social estranhado do capital, vivenciam a realidade de

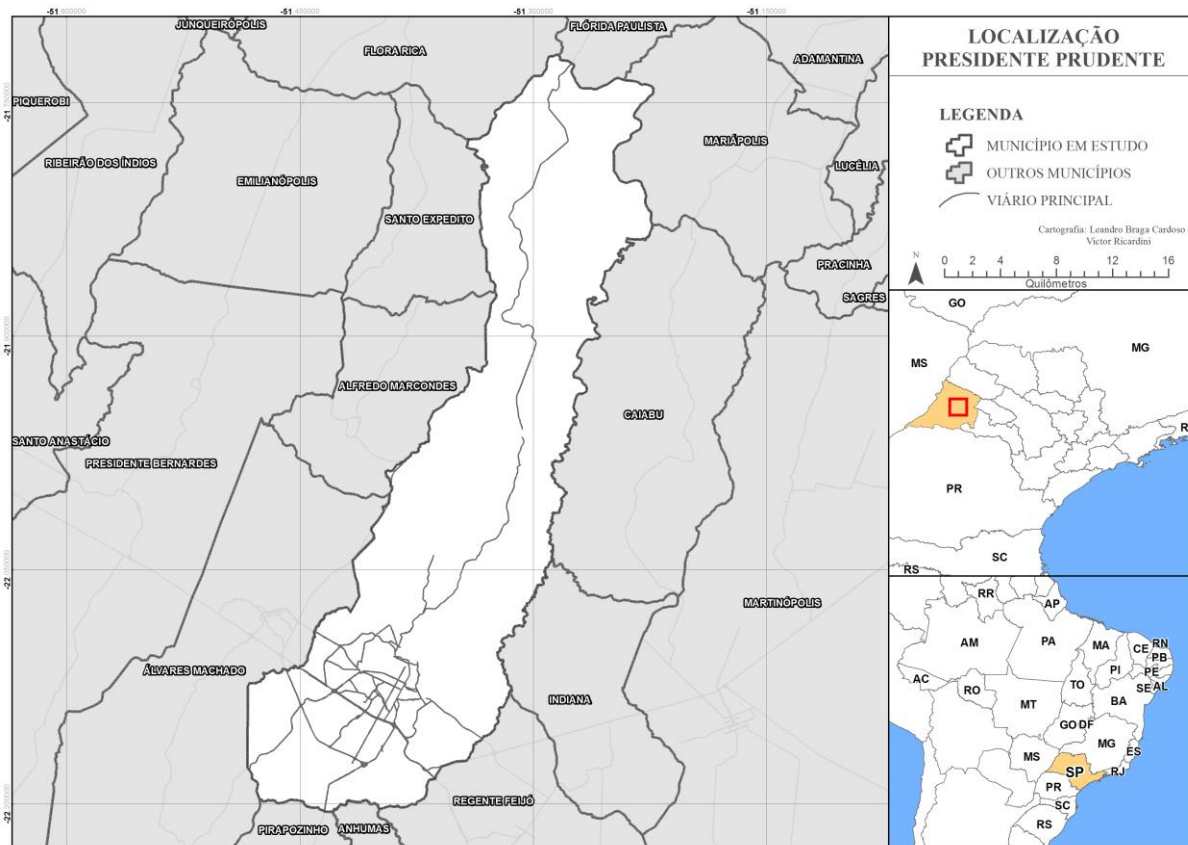
degradação do trabalho, são despossuídos dos meios de produção de sua existência. Desenvolver estratégias e instâncias organizativas que os unam nos parece o verdadeiro desafio à classe trabalhadora atual, reconhecendo a importância de cada um, não apenas como peças centrais à reprodução da lógica metabólica do capital, senão como sujeitos portadores de autonomia político-ideológica e potencialidade emancipatória.

CAPÍTULO 2 – DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NA COLETA DE LIXO EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

O município de Presidente Prudente (Mapa 1) localiza-se na região Oeste do estado de São Paulo, na 15ª Região Administrativa do Estado (Oeste Paulista), da qual é o município sede. Possuía em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população de 207.610 habitantes, sendo 203.375 residentes na área urbana (96,97%) e 4.235 residentes na área rural (3,03%). A estimativa populacional do município para o ano de 2015 foi de 222.192 habitantes.

Trata-se de uma cidade média, que oferece centralidade regional e se destaca economicamente, sobretudo pelo setor de serviços, que participou, em 2012, ainda segundo dados do IBGE, com 82,33% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, ao passo que indústria e agropecuária contribuíram para essa estatística com 17,14% e 0,53%, respectivamente, totalizando um PIB de pouco mais de 4 bilhões de reais (abatidos os valores de impostos líquidos de subsídios).

Mapa 1 - Localização do município de Presidente Prudente/SP



Fonte: IBGE. Elaboração: Leandro Braga Cardoso e Victor Ricardini.

O núcleo urbano central do município ocupa, como pode ser visto pela malha viária do Mapa 1, a porção Sul do território, enquanto que os 4 distritos pertencentes ao município (Floresta do Sul, Eneida, Ameliópolis e Montalvão) distribuem-se daí até a porção Norte do município. Os coletores aos quais tivemos acesso concentram-se no núcleo urbano central em sua espacialidade dentro do trabalho.

Os coletores de lixo domiciliar são sujeitos sociais ocultos, situados “atrás das lixeiras” da população, no momento em que doravante ninguém mais se preocupa. Dessa forma, buscaremos nos próximos capítulos dar voz aos coletores de lixo de Presidente Prudente/SP, lançando mão de trechos das entrevistas com os 13 coletores que tivemos acesso. A partir dessa ferramenta, pensamos ser possível apresentar a realidade do trabalho na coleta de lixo, em seus aspectos mais degradantes e também em seus lampejos de prazer, em Presidente Prudente/SP. De modo que o uso intensivo dos depoimentos é proposital nesse caso, pois se caracteriza como fonte de informações primárias e valiosas, imperiosas para serem aproveitadas o máximo possível, na medida em que se tratam das experiências laborais e sociais cotidianas de quem protagoniza o trabalho na coleta de lixo em Presidente Prudente/SP.

2.1. ESPACIALIDADE DA COLETA DE LIXO

É sabido que a ascensão do positivismo como protagonista do processo de produção do conhecimento, nos séculos XIX e XX, ensejou uma série de travas gnosiológicas para aqueles que têm por intento compreender o real concreto em sua totalidade, não no sentido de integralidade e onisciência, impossível pelas próprias limitações humanas, mas como complexo de complexos, síntese de múltiplas determinações, movimento dialético. Assim, naturalizaram-se as sólidas dicotomias das formas de saber, bem como a criação de vastas “gavetas” do conhecimento científico, por vezes incomunicáveis entre si.

Assim, espaço, tempo e sociedade desde então tendem a assumir uma rota de distanciamento entre si, de modo que a Geografia debruça-se sobre a sociedade e o tempo, mas assume como objeto o espaço; a História desvenda e descreve fatos materializados no espaço pela sociedade, mas define-se pelo domínio e estudo do tempo; e a Sociologia

contextualiza os grupos e classes sociais ao longo do tempo e nos diferentes lugares, mas toma a sociedade como escopo estrito.

Conforme nos ensina Milton Santos, posicionando-se teoricamente contrário a essa estrutura epistemológica,

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2008 [1996], p. 54).

Para Santos, “O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos”, de modo que o critério orientador das diferentes disciplinas deveria ser a realidade total, haja vista que “Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais [...]”. (SANTOS, 2008 [1996], p. 20).

Reafirmando, aqui, a centralidade analítica da presente pesquisa de mestrado, situada no desvendamento das condições, rotinas e processos de trabalho dos coletores de lixo domiciliar urbano de Presidente Prudente/SP, os impactos à saúde dos trabalhadores daí decorrentes e sua situação de invisibilidade social diante da sociedade, é mister enfatizarmos que, em se tratando de um fenômeno social (as relações de/no trabalho dos coletores de lixo), trata-se, também, de um fenômeno geográfico, pois que calcado em relações de cunho espacial e territorial. Partimos do pressuposto, portanto, de que toda relação social é uma relação espacial e, desde que social, interessante à Geografia como *corpus* científico.

Observar, compreender e analisar o trabalho dos coletores de lixo é assumir que estes trabalham deslocando-se sobre o espaço urbano da cidade, ocupando e desocupando as ruas em questão de minutos. Dessa forma, entendemos que uma abordagem geográfica do trabalho dos coletores de lixo domiciliar deve edificar-se numa compreensão do espaço e do território em sua multidimensionalidade, de modo que no espaço urbano de Presidente Prudente/SP podem encontrar-se, sobrepostos, diferentes territórios, protagonizados por diferentes sujeitos e agentes sociais. A territorialidade da coleta de lixo divide uma mesma porção do espaço urbano com outros usos do território (como o comercial, o habitacional, o político etc.), estabelecendo com estes uma relação ora harmoniosa, ora conflituosa.

Diferentemente de um local de trabalho, uma fábrica, uma cultura agrícola, uma escola, ou qualquer outro objeto espacial fixo de trabalho, os coletores trabalham deslocando-se através das ruas dos bairros compreendidos em seus setores de trabalho, desempenhando as diferentes tarefas compreendidas na coleta de lixo¹⁰. Na maior parte do tempo e das ruas, os coletores entram e saem rapidamente, de sorte que constroem territorialidades sempre transitórias e difusas pelo espaço urbano, o que, todavia, como veremos adiante, não os impede de desenvolver relações afetivas mais sólidas com alguns moradores e, assim, contribuir para a conformação territorial daquela determinada porção do espaço.

Apesar do aspecto físico-material ser importante para a compreensão do trabalho dos coletores, nossa opção teórico-metodológica aqui é tomar espaço e território mais em seu sentido relacional, habitado diria Milton Santos (SANTOS, 1988 [1985]). Isto é, nossas atenções estiveram centradas nas ações e relações dos coletores em sua vivência e experiência espacial e territorial, a centralidade está no sujeito social e no trabalho como fornecedores de vida ao espaço e ao território. Uma geografia que os coletores nos ensinam e não uma Geografia que os explica!

Moreira questiona a compreensão e a assunção do espaço como sujeito pela Geografia, dizendo que o movimento de renovação da Geografia identificou aí a origem do positivismo na ciência geográfica. Segundo ele, “Sempre se falou em grupos sociais e poder do social, mas o espaço foi sempre ele o sujeito. [...] Todavia, num saber em que o espaço foi sempre tomado como sujeito da história, como em afirmações do tipo ‘a organização da sociedade pelo espaço’, como inverter a lógica?”. (MOREIRA, 2007, p. 33).

Nesse sentido, nossa intenção nesse trabalho não é entender os coletores de lixo domiciliar pela organização do espaço, mas buscar identificar os aspectos espaciais e territoriais da vida dos coletores, dentro e fora do trabalho: por quais pontos do espaço urbano de Presidente Prudente se deslocam no trabalho? Onde moram? Em quais locais passam seus momentos de lazer (tempo fora do trabalho)? Ainda segundo Moreira, “É preciso, então, clarificar o elo real da ontologia, tirá-la da sua casca metafísica. Em outros termos, esclarecer

¹⁰ A coleta de lixo domiciliar urbano refere-se ao código 5142-05 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – “Coletor de lixo domiciliar” – e à classe 3811-4 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – Coleta de resíduos não-perigosos. De acordo com a CBO, são doze as competências pessoais necessárias ao bom desempenho da função, sendo elas: 1) demonstrar agilidade; 2) demonstrar destreza manual; 3) demonstrar educação no trato com as pessoas; 4) demonstrar senso de responsabilidade; 5) demonstrar controle emocional; 6) demonstrar atenção; 7) demonstrar equilíbrio físico; 8) contornar situações adversas; 9) demonstrar espírito de equipe; 10) demonstrar preparo físico; 11) praticar ginástica laboral; e 12) demonstrar presteza.

o ponto onde a geograficidade é a uma só vez ser, espaço e tempo (Harvey, 1992). Esse ponto é o metabolismo do trabalho”. (MOREIRA, 2007, p. 157).

Ações e relações definem-se, também, pelos aspectos imateriais e/ou simbólicos, mas, sobretudo, pelo movimento, que, no caso dos coletores de lixo, é material, movimento através do espaço, experiência de espaço, espacialidade. O espaço e o território de uma Geografia que se pretende social caracteriza-se pela presença de vida. Que mais representa a vida senão o movimento, que fornece dinâmica às formas espaciais “mortas”? O foco analítico, portanto, não se situa nas formas espaciais, mas nas relações que a elas dão vida, seja pela simples ocupação e deslocamento pelo espaço urbano (espacialidade), seja pelas relações afetivas e/ou conflituosas dos coletores com os moradores (territorialidade).

Douglas Santos fornece importante aporte teórico nessa seara, afirmando, em trabalho de grande fôlego teórico e intelectual sobre a evolução do conceito de espaço, que “O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens”. Considerando espaço e tempo como as “categorias básicas da ciência moderna”, o autor argumenta que estes são “redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam” (SANTOS, 2002, p. 23), portanto invertendo a lógica de determinação entre sociedade e espaço.

Para Saquet, os homens são centrais para a constituição dos territórios e territorialidades, “cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades etc. Tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais”. (SAQUET, 2009, p. 85).

Souza chama a atenção para o “mundo da vida”, para o “quotidiano dos indivíduos e grupos sociais [...] e em escala geográfica muito reduzida”, o que o autor denomina “nanoterritórios”, “[...] em que as ‘fronteiras’ englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por sem-teto, uma prisão, parcelas das arquibancadas de um estádio de futebol...”. Fugindo à fixidez das fronteiras estatais, “É a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente [...]”. (SOUZA, 2009, p. 67).

Smith também traz à tona uma discussão a respeito da escala, mas de uma perspectiva diferente em relação à forma como normalmente a mesma é tomada pela Geografia. O autor critica uma concepção tradicional de escala geográfica, que a trata tão

somente como diferenciação de áreas e como se fossem meramente determinadas pela escolha do pesquisador em seus recortes de pesquisa.

Para Smith, a escala geográfica é uma produção viva dos diferentes grupos sociais, inclusive os marginalizados, como os trabalhadores sem-teto, objeto de seu texto (SMITH, 2000). O autor demonstra como uma espécie de veículo, produzido com restos de diferentes objetos pelos próprios sem-teto, foi responsável por um salto escalar que os mesmos puderam lograr, tendo acesso a lugares da cidade que até então eram pra eles inacessíveis, permitindo, assim, a possibilidade do encontro entre grupos de sem-teto de diferentes regiões da cidade, reuniões entre si, favorecendo um processo de formação e amadurecimento político. Ou seja, trata-se de uma transposição de escalas predeterminadas, uma escala geográfica produzida ativamente pelos grupos sociais da cidade, uma construção permanente, para além do espaço racional já construído. Assumindo essa concepção de escala como categoria viva e consequente da ação política dos sujeitos sociais no espaço, o autor enfatiza que “É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado”. (SMITH, 2000, p. 144).

Fazendo uma analogia com o veículo dos sem-teto, o caminhão de lixo permite aos coletores saírem de seus bairros de moradia e experienciar novas porções do espaço urbano. Entretanto, é possível questionar: trata-se, tal como no caso dos sem-teto estudados por Smith, de uma transposição política de escalas e da produção ativa de escalas geográficas autônomas? Responderíamos que em parte sim, pois, inevitavelmente, estar em outros espaços, mesmo que transitoriamente, permite aos coletores entrar em contato com outros nichos e grupos sociais, permite que minimamente vejam e sejam vistos pelo restante da população, para além do seu círculo de contato direto do local de moradia. Por outro lado, estar em cima do caminhão ou atrás dele correndo e coletando lixo, coloca os coletores em uma posição de reféns da intensidade do trabalho a que se submetem, de modo que passar pelas ruas e bairros não significa, necessariamente, criar sólidos vínculos sociais, muito menos amadurecer politicamente. Conhecem outros cantos da cidade, mas a reboque de um caminhão de lixo e de uma rotina de trabalho.

Dessa forma, a escala geográfica de análise dessa pesquisa de mestrado não é uma escala produzida politicamente pelos coletores, mas a escala das frações do espaço urbano subdividido pela Prudenco, isto é, os setores de trabalho da coleta de lixo domiciliar em Presidente Prudente, aos quais os coletores simplesmente são direcionados pela empresa para desempenharem sua função. Toda a cidade de Presidente Prudente é ocupada ao mesmo

tempo pelo conjunto de coletores da empresa, distribuídos pelos diferentes setores de trabalho, porém as equipes de cada setor mal se cruzam durante a jornada de trabalho, de modo que, embora o processo da coleta de lixo se espraie por todo o espaço urbano do município simultaneamente, as relações entre os trabalhadores são limitadas aos membros de cada equipe, favorecendo a fragmentação política entre a totalidade dos coletores empregados na Prudencio, e não seu fortalecimento, como se poderia depreender se um serviço oferecido por uma só empresa, em um só município.

As espacialidades e territorialidades do trabalho na coleta de lixo se manifestam e se concretizam na rua, forma espacial fixa, porém que, pela sua função de receptáculo de deslocamentos, torna-se espectadora do trabalho em movimento dos coletores e das relações sociais que travam com os moradores. Segundo Carlos, “A **rua** aparece, nesta perspectiva, como um elemento revelador a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias [...]” e a espacialidade daí oriunda revela “a simultaneidade do cheio e do vazio e das temporalidades diferenciadas”. (CARLOS, 2007, p. 46-7 – Grifo no original).

Numa perspectiva multidimensional, as ruas de um bairro transformam-se de território habitacional em território da coleta de lixo no momento em que os coletores iniciam seu trabalho percorrendo-as, alterando a dinâmica geográfica dos diferentes lugares. Para um morador, o barulho do caminhão de lixo entrando em sua rua pode significar a lembrança de que ainda não colocou o lixo na calçada. Para um comerciante, pode significar um incômodo aos seus clientes. Para um motorista, impaciência pelo atraso no caminho para o trabalho. Para os coletores, a possibilidade de relações afetivas ou conflituosas.

Contudo, “A liberdade de passar o dia na rua nem sempre vem acompanhada de pura alegria, a rotina do coletor de lixo também inclui verdadeiras provas de esforço físico e as condições de trabalho podem ser desanimadoras.” (SLEPICKA; NOVAES; SANTOS, 2010, s. p.).

Os coletores, de passagem constante pelo espaço da rua – para eles espaço de deslocamento no trabalho – vivenciam “um tempo restrito ao tempo produtivo, em que os ritmos envolvidos pela racionalidade do trabalho se estabelecem em uma prática espacial que revela o espaço opressivo/repressivo” (CARLOS, 2007, p. 29), contrastando com os moradores, que têm a rua como espaço de vida, de permanência, do ser para além do estar. A rua é o espaço do encontro e palco da espacialidade dos coletores dentro do trabalho.

A rua também se caracteriza como um espaço público. Nesse sentido, complementando tal compreensão e trazendo uma discussão sobre o conceito, Sobarzo o entende como “possibilitador das relações sociais”, importante “para o encontro, a fala, os olhares, os passos, a discussão, em resumo, para a sociabilidade”. O autor atenta também para o fato de que “nem tudo são flores”, isto é, o espaço público emergido com a modernidade, também é o espaço público do capitalismo, ou seja, expressão do individualismo exacerbado, “um possibilitador de encontros impessoais e civilizados que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual”, de modo que o espaço público “não pode nem deve ser idealizado como um local de convívio próximo e profundo da diversidade”. (SOBARZO, 2004, p. 22-3).

Para Santos, “A rua é o espaço onde se desenrola a vida profissional dos coletores de lixo”, configura-se como “Espaço de códigos diferenciados daqueles do mundo da casa e do trabalho, estar na rua implica movimento, novidade, imprevisibilidade. A rua é o lugar do informal, do fortuito, da impessoalidade, de ver e de ser visto, de circular.” (SANTOS, 2001, p. 57).

De nosso ponto de vista, e amparados em nosso recorte de pesquisa, diríamos que o espaço público das ruas pode cumprir os dois papéis acima destacados. As ruas pelas quais os coletores de lixo passam diariamente, tanto podem abrigar relações impessoais, civilizadas, restritas a uma relação usuário-trabalhador – nesse caso por vezes assimétrica e desigual em termos de relações de poder –, como podem servir de espaço de contato, de manifestação do afeto e até mesmo de quebra da temporalidade racional e efêmera do trabalho prescrito pela empresa.

2.1.1. Organização espacial da coleta em Presidente Prudente/SP

A informação primária que deveria servir de fundamentação inicial para este subitem não foi possível de ser obtida. Trata-se do planejamento espacial da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP, que é de responsabilidade da empresa prestadora do serviço na cidade, a Prudenco. Em várias tentativas de agendamento de entrevista com o encarregado da coleta de lixo na empresa, e posteriormente com qualquer representante da mesma, não logramos êxito, de modo que claramente deixaram a entender (obviamente sem dizê-lo) que não era do interesse da empresa participar de qualquer pesquisa referente à coleta de lixo em

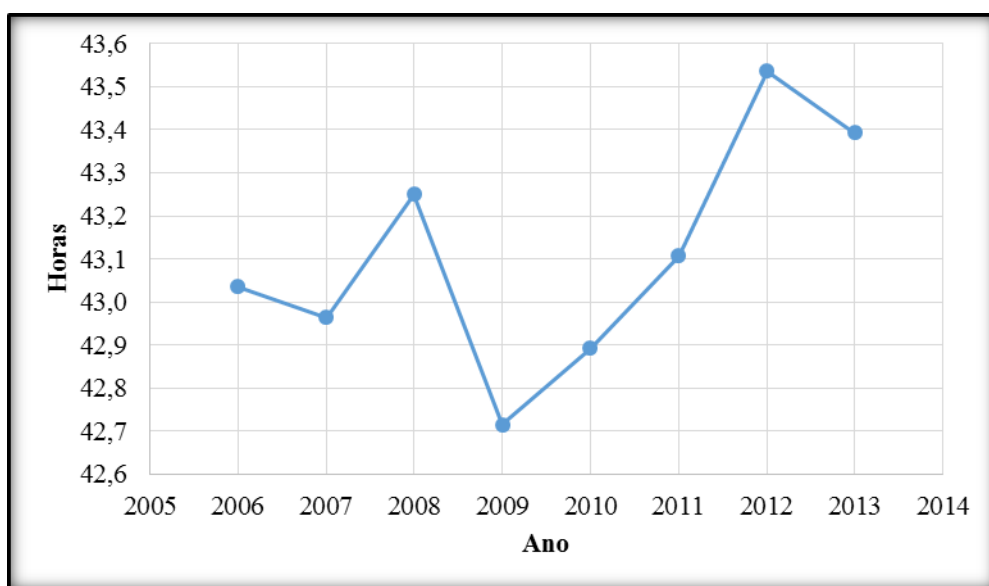
Presidente Prudente/SP, seja gravando uma entrevista, como foi nossa intenção inicial, seja simplesmente fornecendo informações básicas, como o mapeamento da distribuição dos setores da coleta de lixo na cidade, que provavelmente a empresa possui.

Em todas as tentativas de contato com a empresa, sequer conseguimos falar com o encarregado da coleta de lixo diretamente, ou o encarregado geral da limpeza, ou qualquer pessoa que pudesse falar em nome da empresa. Constatamos que essas pessoas são “blindadas” por outras que ficam no pré-atendimento, pinçando as informações sobre o motivo e objetivo do contato, no sentido de filtrá-lo em relação aos interesses da empresa.

Sendo assim, a principal fonte de informações que nos valem para ilustrar a organização espacial da coleta de lixo em Presidente Prudente são as entrevistas realizadas com os trabalhadores que, nesse ponto, são um tanto imprecisas e variadas. O *site* da Prudenco apresenta um número de 16 setores alternados (segunda/quarta/sexta e terça/quinta/sábado) e 7 setores diários. Segundo informações obtidas nas entrevistas, os setores alternados são todos realizados durante o dia, com jornada de trabalho das 7:20h às 15:20h, enquanto que os setores diários adentram à noite, com horário das 16:20h às 0:20h, totalizando 8 horas diárias.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) permitem verificar a evolução da jornada de trabalho semanal média dos coletores de lixo no Brasil (Gráfico 3), no estado de São Paulo (Gráfico 4) e em Presidente Prudente/SP (Gráfico 5).

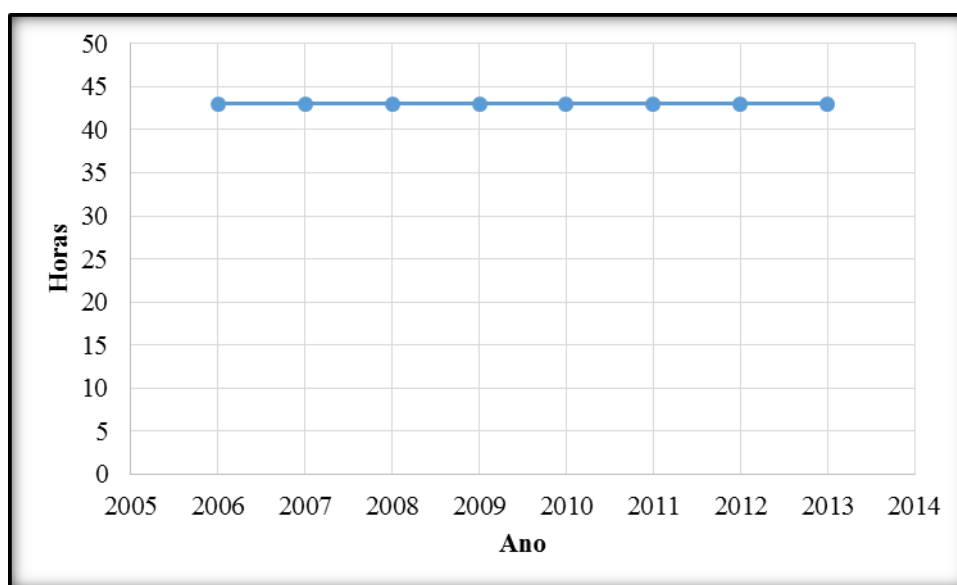
Gráfico 3 - Jornada de trabalho semanal média na coleta de lixo - Brasil - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Com pequenas oscilações ao longo do período considerado (2006 a 2013), a jornada de trabalho dos coletores no país (Gráfico 3) girou em torno de 43 horas, mais do que 8 horas diárias de segunda-feira à sexta-feira, o que pressupõe trabalho aos sábados também, como ocorre em Presidente Prudente/SP.

Gráfico 4 - Jornada de trabalho semanal média na coleta de lixo - São Paulo - 2006 a 2013

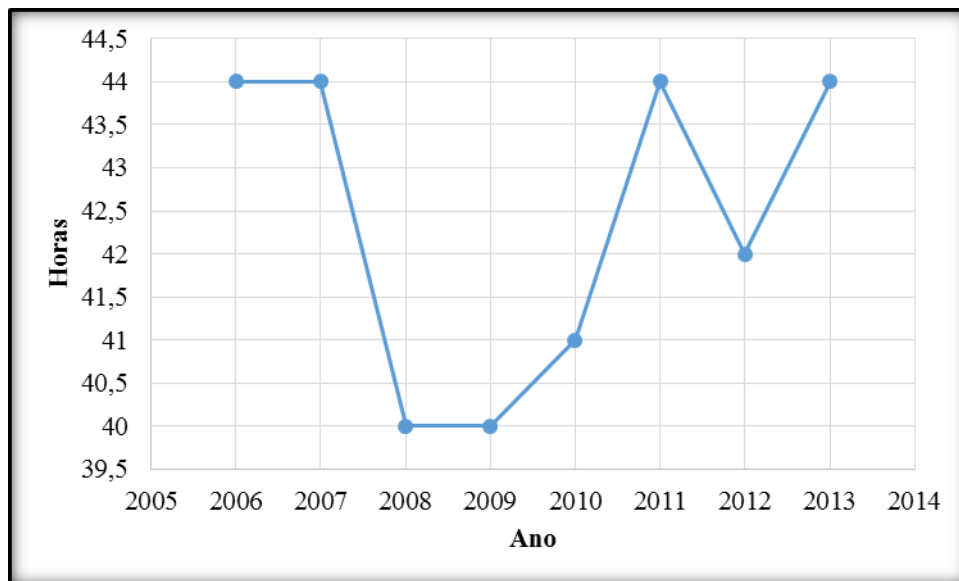


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

No estado de São Paulo (Gráfico 4), repete-se o mesmo cenário em termos de jornada de trabalho semanal média, com a única diferença de não haver nenhuma oscilação ao longo do período considerado, registrando em todos os anos 43 horas semanais médias.

Já em Presidente Prudente/SP, as oscilações apresentam-se com mais destaque entre 2006 e 2013, embora a jornada média tenha se mantido igual caso considere-se apenas o início e o fim do período, com 44 horas semanais médias, valor maior do que o registrado para o estado de São Paulo e para o restante do país.

Gráfico 5 - Jornada de trabalho semanal média na coleta de lixo - Presidente Prudente - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Quando comparamos os dados dos setores contidos no *site* com os obtidos nas entrevistas, há clara discrepância, sendo que as informações das entrevistas apontam entre 6 e 9 setores diários (noturnos) e entre 8 e 11 setores alternados (diurnos). Nesse ponto, como se trata de um dado simples e não de uma informação complexa, a melhor fonte de informação seria a própria empresa responsável pela organização espacial do serviço. Os coletores, como já mencionamos anteriormente, conhecem os setores, porém passam algum tempo trabalhando em apenas um, daí a grande variação e imprecisão do número de setores apresentados pelos mesmos, pois provavelmente não têm a noção exata da totalidade de setores, uma vez que não participam da concepção e do planejamento espacial da coleta, cabendo a eles apenas desempenhar sua função nos locais definidos pela empresa.

A partir das entrevistas foi possível extrair um quadro com alguns setores compreendidos entre diurnos e noturnos em Presidente Prudente/SP (Quadro 1). Como essa informação foi obtida a partir dos setores nos quais os coletores entrevistados trabalhavam no momento da entrevista, bem como de alguns outros usados pelos mesmos a fim de exemplos, o quadro a seguir não representa a totalidade dos setores, nem mesmo os quantificados pelos coletores, tampouco os correspondentes às informações oficiais da empresa em seu *site*.

Quadro 1 - Distribuição parcial da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP

DIURNOS	NOTURNOS
Jardim das Rosas - Unesp	Santa Casa - Parque do Povo
Vila Formosa	Bongiovanni
Brasil Novo - Casinhas	Ana Jacinta
Zona Leste	Centro
Parque Furquim	Condomínios
Novo Bongiovanni	////////////////////////////////////
Cohab - Cecap	////////////////////////////////////
Vale do Sol - Campus II Unoeste	////////////////////////////////////

Fonte: Entrevistas junto aos trabalhadores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Os nomes dos setores fazem menção apenas a um bairro ou ponto de referência principal, aos quais os coletores se referem para nomeá-los, porém cada setor dos listados no Quadro 1 possui um conjunto de bairros a serem percorridos, em média cerca de 10 bairros cada um, exceto alguns noturnos que possuem menos bairros, porém maiores em extensão, a exemplo do Ana Jacinta, um dos maiores bairros da cidade.

Um trecho do depoimento do Coletor M exemplifica esse procedimento de nomeação dos setores:

Nós apelidamos o setor, né, por exemplo, o meu eu pego a Santa Casa, lá pra nós é o setor da Santa Casa, aí tem o setor do Centro, mas não é só o Centro, tem mais bairros, como é uma parte conhecida põe o Centro, aí nós apelidamos com uma coisa principal no setor...nós falamos o setor do Centro, o setor do Ana Jacinta, Mário Amato...por exemplo, Mário Amato é um lugar que dá bastante lixo, então o pessoal apelida né [...]. (Informação verbal)¹¹

Ainda com relação às informações fornecidas pelos trabalhadores, foi possível estabelecer uma média da quilometragem diária percorrida por cada coletor contatado (Tabela 2).

¹¹ Entrevista realizada com o Coletor M, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR M, 2015”.

Tabela 2 - Quilometragem diária percorrida pelos coletores entrevistados

COLETOR	SETORES	QUILOMETRAGEM	MÉDIA
A	Ajuda*	35-40	37,5
B	Centro	30-40	35
C	Zona Leste e Vale do Sol - Campus II Unoeste	30-40	35
D	Zona Leste e Parque Furquim	34-40	37
E	Cohab - Cecap	45	45
F	Novo Bongiovanni	40-50	45
G	Zona Leste e Parque Furquim	35-40	37,5
H	Zona Leste e Parque Furquim	46	46
I	Zona Leste	40	40
J	Brasil Novo - Casinhas	28-32	30
K	Bongiovanni	40	40
L	Jardim das Rosas – Unesp e Vila Formosa	50	50
M	Santa Casa - Parque do Povo	32-34	33
MÉDIA GERAL	////////////////////	////////////////////	39,3

* O caminhão de ajuda e seu coletor não possuem setor fixo, sendo sua função ficar à disposição de todos os setores que, por ventura, precisarem de apoio, normalmente porque faltaram trabalhadores.

Fonte: Entrevistas junto aos trabalhadores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Assim como com a quantidade de setores existentes nos dois turnos da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP, percebe-se certa imprecisão quanto às informações, uma vez que o controle técnico da quilometragem percorrida em cada setor não fica a cargo dos coletores. Assim, a noção que os mesmos possuem de quantos quilômetros percorrem por dia origina-se, normalmente, de algumas medições que a empresa ou a prefeitura já realizaram, ou tendo como parâmetro a quilometragem percorrida pelo caminhão, informação essa que nem todos se preocupam em monitorar constantemente.

Daí se explicam as diferenças de quilometragem declaradas para os mesmos setores, como ocorre entre os coletores D, G e H, todos pertencentes aos mesmos setores (Zona Leste e Parque Furquim), todavia, enquanto os dois primeiros praticamente igualaram sua quilometragem estimada (respectivamente 34-40km e 35-40km), o terceiro destoou alguns quilômetros, declarando 46km.

Não obstante essas dificuldades relativas à imprecisão dos coletores quanto às informações mais técnicas, vale considerar, primeiramente, que são informações que não

cabem aos coletores dominarem, haja vista que seu papel é desempenhar suas funções da coleta de lixo.

Novamente, como não conseguimos contato com a empresa, nossa fonte de informação a esse respeito restringiu-se às entrevistas com os trabalhadores. Contudo, avaliamos que, ainda para essas informações mais precisas, quantitativas, as estimativas dos coletores não podem ser descartadas apenas por possíveis imprecisões, afinal são eles os sujeitos que percorrem diariamente esses trechos, portanto obviamente capacitados para falarem sobre o assunto. Ademais – e daí nossa intenção em apresentar uma média, exatamente para amortecer as inexatidões de valores –, como a intenção nesse momento é apenas fornecer um panorama da espacialidade dos coletores em Presidente Prudente/SP, julgamos que o valor médio de 39,3 km/dia, somando-se as estimativas dos 13 coletores entrevistados, distribuídos por 11 setores diferentes (tanto diurnos como noturnos), é representativo o bastante para demonstrar o raio de ação dos coletores e a abrangência espacial de seu trabalho pela cidade.

Levando em conta que essa média de quase 40km/dia é referente a cada um dos setores, somando-se todos os coletores entrevistados e admitindo que muitos deles trabalham no mesmo período (a maioria durante o dia), são centenas de quilômetros de malha viária percorridos diariamente na cobertura total da cidade pelo serviço da coleta de lixo.

2.1.2. Território normado (verticalidades) x território usado (horizontalidades)

O planejamento e a organização espacial da coleta são etapas já consolidadas na coleta de lixo em Presidente Prudente/SP, restritas apenas aos encarregados responsáveis pelo serviço, de modo que aos coletores cabe apenas encaixar-se nos setores previamente traçados e coletarem o lixo das residências e demais estabelecimentos.

A Prudenco (Companhia Prudentina de Desenvolvimento), empresa de tipo jurídico “sociedade por ações” (ou sociedade anônima – S/A), foi fundada em 22/09/1977, e com capital não estritamente privado, mas como uma empresa de capital misto, tendo sido autorizada pela Lei Municipal Nº 1.880, de 11 de junho de 1977. Atualmente é a empresa responsável pela oferta do serviço de coleta de lixo no município de Presidente Prudente (cidade sede e os 4 distritos).

Segundo informações atualizadas, obtidas em entrevista junto ao procurador do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região de Campinas, lotado em Presidente Prudente, Cristiano Lourenço Rodrigues, “No caso da Prudente, salvo engano, houve uma reforma legislativa que a dotou de capital exclusivamente público. A empresa presta serviços 100% públicos e em caráter exclusivo para a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente” (Informação verbal)¹². Essa cláusula de exclusividade confirma-se no próprio estatuto da empresa, disponível no *site* da mesma, configurando-se uma mudança no objeto social da Prudente a partir da Lei Municipal Nº 6368/2005, que altera a lei fundadora da empresa. Atualmente trata-se, portanto, de uma empresa pública.

À empresa coube, provavelmente há muito tempo atrás, no início de seus trabalhos como responsável pela coleta de lixo no município, a tarefa de analisar o mapa da cidade e subdividi-lo em partes relativamente iguais, a partir da área territorial e do número de bairros, definindo-se, assim, os setores da coleta.

Entretanto, conforme argumentam alguns coletores entrevistados, há uma desigualdade na divisão dos setores que, se no início do processo demarcatório poderiam ser equivalentes em tamanho e número de bairros, hoje, com o crescimento populacional e territorial do município, apresentam incongruências nesse sentido. Nas palavras do Coletor B, há uma insatisfação de sua parte com a coleta, “[...] não pelo serviço em si, mas pela organização da empresa, não tem organização nenhuma, muito bagunçado...qualquer coletor que você perguntar em Prudente lá, a maioria vai falar que é muito mal organizado...setores grandes [...]” (Informação verbal)¹³. O mesmo trabalhador continua, especificando que:

Tem, tem setor menor e tem setor maior, é que nem eu falei pra você, não tem aquela divisão exata, é meio bagunçado, tem setor que tem 13 vilas, tem setor que tem 9 vilas, não foi medido certinho, foi feito de qualquer jeito, foi feito a olho, o cara colocou lá que vai fazer tal região, foi assim que foi separado, então, que nem eu falei, tem gente que acaba 15h, tem gente que acaba 12h, é meio desigual (COLETOR B, 2015).

A respeito do crescimento urbano de Presidente Prudente, o Coletor B ainda reserva críticas ao gerenciamento dos setores pela empresa. Apesar de constatar a disparidade no número de bairros entre os setores, queixando-se de que “tem setor que é 8 vilas, 7 vilas, tem setor que é 13 vilas, então não tem nem como você fazer milagre, você acabar no mesmo

¹² Entrevista concedida pelo procurador do MPT-15ª Região em formato digital.

¹³ Entrevista realizada com o Coletor B, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR B, 2015”.

horário que o outro, não tem como, o desgaste é bem maior pra quem está no maior [...]”, o trabalhador tem a opinião de que “não tem como hoje eles pegarem aí e igualar, porque a cidade nos últimos anos, ela veio crescendo e a empresa não acompanhou, ela não colocou mais caminhão, ela não colocou mais funcionário [...]”, de modo que, em detrimento de abrir novos setores para os novos bairros da cidade, “ela foi fazendo o quê? Ela foi dando 1 vila pra um, 1 vila pra outro e foi sobrecarregando quem já estava grande, foi aumentando mais ainda” (COLETOR B, 2015).

Combinando insatisfação com resignação, o Coletor D retoma o aspecto do desgaste físico abordado pelo Coletor B, dizendo que “quanto maior for o setor, na segunda e na terça você vai ter um desgaste maior, você vai ter uma queima de calorias muito maior, *mas dá pra ir levando né*” (Informação verbal – Grifo nosso)¹⁴. Da mesma forma, ao ser questionado sobre por que alguns setores terminam mais tarde que outros, o Coletor E afirma que “[...] é porque é maior mesmo, tem uns que estão maior do que os outros, essa é a verdade mesmo” (Informação verbal)¹⁵.

Opinião compartilhada pelo Coletor K, explicitando que “[...] o que mais dá discussão é por causa disso, muitos acham que o setor do outro é beneficiado, é bem menor, o outro tem vezes que acaba 12h, o setor do outro vai acabar 14h, porque um é maior e o outro é menor [...]”. Sendo assim, à empresa caberia “saber dividir as partes do setor corretamente [...] porque tem muitos que levam vantagem, pega muitos setores gostosos de fazer, porque você sabe que vai acabar cedo, enquanto outros vão trabalhar bem mais, vai ter que trabalhar o dobro do que o outro trabalhou lá”. (Informação verbal)¹⁶.

Os maiores setores constituem-se, por conseguinte, como os setores mais pesados da coleta, sendo o tamanho do setor uma das variáveis para essa definição: “Tipo assim...o pesado eu vou falar pra você...eu peguei às 7h e saí às 17h, aí o setor leve o cara pegou às 7h e acabou 12h, ou 13h, não tem diferença? Esse é o setor pesado que os coletores mais falam, entendeu...*está mal distribuído*” (COLETOR D, 2015 – Grifo nosso).

No mesmo tom de insatisfação quanto ao tamanho desigual dos setores, o Coletor G enfatiza o descompasso existente entre o planejamento e a organização espacial feitos nos gabinetes da empresa, sob responsabilidade exclusiva dos encarregados da coleta e da limpeza urbana, e o trabalho desempenhado na prática pelos coletores:

¹⁴ Entrevista realizada com o Coletor D, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR D, 2015”.

¹⁵ Entrevista realizada com o Coletor E, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR E, 2015”.

¹⁶ Entrevista realizada com o Coletor K, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR K, 2015”.

Olha, pela empresa, eles medem e falam que é do mesmo tamanho, mas pra gente que está correndo, tem setor que é muito maior que outros, é muito maior, às vezes pode ser que seja do mesmo tamanho na medida deles, mas a gente está na prática, é muito mais extenso dependendo do setor que a gente vai, é muito mais cansativo, tanto que tem setor, hoje, que acaba 13:30h, 14h, tem setor que, hoje, eu já fui nesse setor de segunda, acabar 17h (Informação verbal)¹⁷.

O Coletor J também concorda que existem setores maiores e menores, amparando-se principalmente no crescimento da cidade para justificar seu ponto de vista, carregado com certa esperança de que haja alguma mudança na distribuição dos bairros pelos setores, pois “[...] o setor que está mais próximo [aos novos bairros loteados na cidade] é que vai executar o trabalho ali, não tem como tirar de outro setor pra vir ali, sendo que o outro está do lado ali, *até se adequar né*”. (Informação verbal – Grifo nosso)¹⁸. Na continuidade, é curiosa a forma como o mesmo coletor organiza e articula sua fala, representativa de alguém que, com seus 42 anos de idade, apesar de reconhecer a precarização do trabalho ocasionada pela má gestão espacial dos setores da coleta pela empresa, tende a abrandar o tom de voz, nutrindo sempre fagulhas de esperança sobre a mesma:

[...] igual as casinhas habitacionais que aumentaram, tudo lixo pesado, só estão ampliando, só estão ampliando, aí os coletores são os mesmos, os caminhões são os mesmos e o setor já não é o mesmo, aumentou, aí acarreta, aí pesa. Mas quando eles virem que está difícil, porque eles vão reconhecer isso na quilometragem do caminhão né, porque todo dia o motorista tira a metragem iniciando e terminando, calcula e vê, a base é nisso, aí ou eles mandam ajuda, mandam outro caminhão pra ajudar, um reforço, ou senão manda em 4 né, pra gente poder acabar mais cedo, *não pra descansar*, mas pra liberar pro pessoal noturno, os caminhões são sempre os mesmos, não tem outros [...]. (COLETOR J – Grifo nosso).

Note-se como, no mesmo trecho do depoimento, há 1) a denúncia no início de que os setores aumentaram sem acompanhamento da contratação de funcionários e aquisição de novos caminhões; 2) a tentativa de proteção à empresa, representada pela esperança de que a mesma tome medidas amenizadoras das más condições de trabalho; e 3) o reconhecimento de que, mesmo uma das ações mitigadoras da empresa, justifica-se pela sua própria necessidade de não deixar o serviço da coleta de lixo parar. Interessantes contradições que vão revelando os sentimentos no trabalho por parte dos coletores, mesclando insatisfação e insegurança/apego ao emprego.

¹⁷ Entrevista realizada com o Coletor G, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR G, 2015”.

¹⁸ Entrevista realizada com o Coletor J, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR J, 2015”.

Alguns coletores também assumem um tom mais propositivo em seu depoimento, unindo a demonstração das falhas do planejamento espacial da empresa, com propostas de melhorias práticas. Segundo o Coletor I, “[...] tem setor que é 40km, tem uns que são 45km, tem uns que são 50km, aí não tem como eu terminar 12h e ele terminar 12h, não tem como, aí você vai forçar muito as pernas dele, chega amanhã ele não consegue correr” (Informação verbal)¹⁹. Contudo, como afirma o mesmo coletor, embora a empresa seja aberta a ouvir as opiniões dos coletores no tocante a possíveis melhorias nas condições de trabalho, raramente ou nunca põe em prática:

[...] “vamos organizar os setores melhor”, que nem à noite tem um setor a menos, porque de manhã tem muito esforço físico né, os setores da manhã estão sendo maiores, passa um setor do dia pra noite, aí diminuía pra nós, diminuía o tamanho dos setores, fica um setor a mais pra noite, isso ninguém quer ouvir a gente falar, a gente fala “oh, diminui setor tal, de fulano, pega um pedaço do setor do fulano, que está maior, e põe no menor”, [e a empresa diz] “ah, nós vamos fazer isso mais pra frente” [...] Tem muitas opiniões que a empresa não ouve a gente falar, eles falam “ah, está bom, está bom”, mas não coloca em prática, entendeu. (COLETOR I, 2015).

O Coletor C assume um tom de voz ainda mais enfático no que diz respeito à abertura da empresa para ouvir a opinião dos coletores sobre o trabalho, dizendo que “Ouve nada, eles fazem as coisas que eles querem, não tem opinião não, eles não se misturam com funcionário, às vezes eles até fazem uma reunião ‘ah, pra vocês darem a opinião de vocês’, não adianta em nada, nunca foi feito nada que alguém deu uma opinião ali [...]” (Informação verbal)²⁰.

Se os coletores que entraram na empresa na época de sua criação não tiveram muita voz, o mesmo ocorre com os de atualmente que, não obstante vivenciem e sintam na pele o aumento do esforço físico que acompanha o aumento da cidade e, conseqüentemente, dos setores, não são ouvidos pela empresa quando o assunto é criar mais setores.

Essa realidade pode ser constatada quando lançamos mão dos depoimentos dos coletores à respeito da definição do setor em que são inseridos para realizar seu trabalho. Perguntados sobre quem define o setor em que exercem seu trabalho, um dos coletores foi enfático, afirmando que “Isso aí já é uma forma distribuída no mapa de Presidente Prudente, cada um tem um setor [...]” (COLETOR D, 2015).

¹⁹ Entrevista realizada com o Coletor I, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR I, 2015”.

²⁰ Entrevista realizada com o Coletor C, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR C, 2015”.

Outros coletores também complementam tal afirmação, dizendo que é “A empresa...se você chegar hoje lá de manhã e eles falarem que você vai mudar, você vai pra outro setor, você tem que ir, você gostando ou não você tem que ir” (COLETOR B, 2015); “Não, é a empresa, a empresa que forma os setores e passa pro coletor [...]” (Informação verbal)²¹; “[...] a empresa define, mede tudo e passa pra gente” (COLETOR G, 2015); “Não, é a empresa né, a gente já tem o setor, ele é escalado pela empresa, a empresa passa pra nós, ‘esse é o setor que vocês vão, é esse que vocês têm que executar’” (COLETOR J, 2015); “O encarregado da empresa, ele que define o setor que você vai, ele que dá a ordem pra nós” (COLETOR K, 2015); “É a empresa que define, ela escala [...]”(Informação verbal)²².

O Coletor A contrasta o planejamento dos setores feito pela empresa com a prática laboral e o conhecimento dos setores pelos coletores, dizendo que quem define os setores “[...] é a empresa, isso já vem programado pela empresa, eles fazem um mapeamento e mandam pra gente. Só que como a gente já está na prática e a gente já conhece, a gente procura orientar [...]”, haja vista que “[...] eles fazem no GPS, no mapeamento tudo de uma forma, e a nossa forma que já é na prática, a gente sabe como que vai continuar, se vai aguentar, se não vai [...]” (Informação verbal)²³.

A partir das falas, é possível perceber que os coletores não têm participação no processo de demarcação dos setores (feito há décadas) e nem de escolha de qual setor se inserir. O processo decisório fica totalmente a cargo da empresa, na figura dos encarregados da coleta de lixo.

Segundo os coletores, o máximo que pode ocorrer é uma mudança de setor solicitada por eles ao encarregado, antes do previsto para acontecer normalmente²⁴, devido a alguma animosidade ou desentendimento entre os coletores da equipe de um dado setor, ou entre os coletores e o motorista da equipe, ou ainda entre os coletores e os moradores. Nesses casos específicos, o encarregado ouve a demanda do coletor que deseja se transferir de setor e

²¹ Entrevista realizada com o Coletor F, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR F, 2015”.

²² Entrevista realizada com o Coletor L, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR L, 2015”.

²³ Entrevista realizada com o Coletor A, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR A, 2015”.

²⁴ Segundo os relatos dos trabalhadores, o encarregado do turno da noite sempre adotou um critério de mudança anual de setor para os coletores, normalmente provocando uma alternância entre setores pesados e leves. Ou seja, se um ano o Coletor A trabalhou em um setor pesado, no ano seguinte ele seria mudado para um setor leve, e vice-versa. No turno do dia, esse critério não era adotado pelo encarregado, de modo que alguns coletores entrevistados, que trabalham no período diurno, disseram já ter trabalhado por anos a fio no mesmo setor, sem mudanças. Esse quadro permaneceu até pouco tempo atrás, quando o mesmo critério de mudança adotado à noite passou a ser aplicado ao dia também. Dessa forma, a mudança de setor habitual aos coletores é feita anualmente, exceto em ocasiões excepcionais.

avalia se realizará a mudança ou não. Os coletores informaram que, nesses casos, na maioria das vezes o encarregado atende aos pedidos de mudança.

Conforme explica o Coletor B, “às vezes acontece alguma coisa, pode acontecer um imprevisto de um funcionário bater boca com o outro, começar a se desentender, aí eles acabam separando, aí pede pra gente trocar com ele, ir pra onde ele estava e ele vir pra onde eu estou, pode acontecer uns imprevistos [...]” (COLETOR B, 2015).

O mesmo cenário é descrito pelo Coletor E, esclarecendo que “de repente você não se dá muito com motorista né, ou com coletor mesmo, aí pra não caçar confusão a gente pede pra trocar, a gente explica né, aí eles trocam de boa” (COLETOR E, 2015). De acordo com o Coletor G, “[...] se você chegar lá no encarregado e falar assim ‘ah, eu não estou contente naquele setor, você vê se me muda’, ele vai, ele tenta te mudar [...]” (COLETOR G, 2015).

Afirmando ser difícil lidar com pessoas, o Coletor I admite que “tem coletores que eles não conversam, ‘ah, eu não gosto de trabalhar com ele, porque ele garimpa muito, fica catando muita latinha’, ‘ah, eu não gosto de trabalhar com ele, porque fica catando muito brinquedo’”, sendo que é nessas ocasiões que “[...] o encarregado vai e coloca ele em outro lugar pra não dar confusão, porque sai confusão, não vou falar que todo mundo é unido, porque eu vou estar mentindo [...], aí quando está no meio do ano mesmo, aí começa a encaixar, aí dá certo [...]” (COLETOR I, 2015).

O Coletor D explica que “se houver algum desentendimento, que não tem mais jeito de ter diálogo com o motorista ou com os seus amigos de trabalho, daí você conversa com o encarregado e você é mudado, [...] ele tenta deslocar um daqui pra cá, outro daqui pra lá e te encaixa ali”, e complementa o quadro descrito apresentando sua própria experiência:

Eu mesmo fiquei 2 anos com uma equipe só e, de lá pra cá [...] eu não me dei bem com 2 motoristas, nada contra eles, porém escolhi algo melhor, eu estou com um motorista que já tem 9 anos de empresa e a gente se dá bem, me dou bem com a equipe que eu estou, então estamos aí (COLETOR D, 2015).

Dessa forma, é possível perceber que a máxima voz que os coletores possuem quanto à escolha de setor para trabalharem se dá na forma de pedidos para mudar do setor atual para outro, nos casos em que haja focos de conflito na equipe. Entretanto, como apontam os depoimentos dos coletores, essas são as exceções, sendo que a regra é o controle

dos direcionamentos e das mudanças de setores por parte da empresa, havendo até, em alguns casos, mudanças de setor como forma de punição aos coletores por parte do encarregado.

É o que atesta o depoimento do Coletor B, ao afirmar que “[...] já aconteceu de eu me desentender com o encarregado, alguma coisa assim e ele tentar entrar na minha mente, pra eu sair fora do serviço e me colocar em setores difíceis, setores maiores, querer punir, querer castigar, essas coisas né [...]” (COLETOR B, 2015).

Uma experiência vivenciada pelo Coletor A também atesta os casos de mudança de setor como forma de punição. Devido a problemas mecânicos com o caminhão de sua equipe, ao invés de sair para o trabalho às 7h (turno diurno), a equipe iniciaria seu setor às 15:30h, horário em que a jornada de trabalho estaria terminando. Após discussão com o encarregado, que exigia que fossem trabalhar mesmo assim, o coletor em questão afirmou “‘oh, você faz o que você achar melhor, deu meu horário e eu não vou trabalhar hoje, amanhã eu posso passar até do horário, mas hoje eu não vou’. Fui embora, passou questão de 2 semanas ele me tirou do trecho que eu estava, me pôs em outro trecho.” (COLETOR A, 2015).

O horário do turno diurno da coleta é das 7h às 15:20h. Nos casos em que o final do turno chega e ainda há lixo no setor para ser pego, alguns coletores se recusam a trabalhar além do horário e vão embora. O Coletor C aponta que é difícil a empresa promover a mudança de setor para os coletores como forma de punição, porém, entre as vezes que isso ocorre, os coletores punidos com a mudança de setor são exatamente esses que se recusam a extrapolar o horário limite do turno: “[...] eles fazem mais mudança quando está dando muito rolo né, muito coletor dando o horário de ir embora e indo embora, não terminando o setor, porque aí acaba virando bagunça, eles não pagam hora-extra, aí quer que a gente trabalhe mais do que as horas né [...]”. (COLETOR C, 2015).

O Coletor F interpõe a figura do motorista da equipe entre os coletores e a empresa, como responsável por contatar a mesma em caso de problemas entre os coletores, escancarando uma fragmentação entre os trabalhadores de uma mesma equipe, que não é generalizada, mas existente: “[...] se o motorista reclamar, ‘ah, o coletor está dando trabalho’, ‘ah, ele está enrolando, não está ajudando os companheiros’, aí a firma já te põe em outro, vai sempre passando pra outro [...]”, sendo que nesses casos “[...] não fica bem visto né, porque o serviço já é complicado, se você se queimar na empresa é mais complicado ainda” (COLETOR F, 2015).

Um dos depoimentos mais completos acerca das mudanças de setor como forma de punição da empresa aos coletores é o do Coletor H. Em sua fala, destaca as situações em que alguns coletores não aceitam correr em dois no caminhão, “quebrar um galho” para o encarregado, “[...] mas se você falar não, se você está num setor leve lá, quando você voltar, você já não está no mesmo setor não, aí não sei se depois ele volta, mas demora hein [...] se [o encarregado] pegar uma bronca muda sim”. (Informação verbal)²⁵. Outro ponto bastante enfatizado por esse coletor, até mesmo por já ter vivenciado tal situação, foi o recurso do “caminhão de ajuda” como forma de punição:

Ah, tem um negócio de punição lá, que é o tal do caminhão de ajuda né, é o que mais trabalha, esse caminhão ele fica 1:30h em cada setor, ele ajuda 1:30h um setor, depois passou essa hora, contada, ele vai em outro setor, ajuda mais 1:30h e depois, passou essa 1:30h, vai em outro setor, ajuda 3 setores à noite...aí é onde, se o cara fez alguma coisa, esse cara é o que trabalha mais, porque ele vai em vários setores, ele não para e é o último a ir embora. [...] sempre teve esse caminhão de ajuda né, não é só porque teve essa punição, só que tem hora lá que, se der mancada, é o lugar certo. Tem um que é do caminhão de ajuda, mas se outro cara der uma mancada, tira aquele lá que já estava e fala “não, vai lá, vai nesse caminhão de ajuda hoje aí”, aí você fica lá. (COLETOR H, 2015).

Enquanto o Coletor K corrobora os depoimentos dos demais companheiros de trabalho entrevistados, afirmando que “Tem, tem muitos que acontece isso, ou o cara desrespeita as normas, manda ele ir num lugar e ele não vai, aí no outro dia acaba mandando ele num lugar pior ainda, fala ‘já que você não quis ir naquele, então vai nesse outro’” (COLETOR K, 2015), os coletores L e M, além de o fazê-lo, são ainda mais enfáticos.

Segundo o Coletor L, já houve casos testemunhados por outros coletores em que o encarregado explicitamente transferiu um coletor de setor como medida punitiva, após uma discussão entre eles: “[...] ele teve uma discussão com o encarregado lá, negócio de ir [coletar] em 3, aí o encarregado falou ‘agora eu vou te jogar num setor pesado, porque eu vou te castigar’, o encarregado falou, na frente de todo mundo, então é algo que nós vimos, entendeu”. Como agravante da medida, o Coletor L ainda enfatizou que “[...] ele é velho de firma, entendeu, ele já não é mais um menino, ele já não tem mais aquela pegada, aquela explosão, como a gente diz na coleta.” (COLETOR L, 2015).

O Coletor M introduz a apresentação de atestados pelos coletores, para justificativa de faltas, como elemento legitimador para a empresa realizar as punições:

²⁵ Entrevista realizada com o Coletor H, gravada e transcrita. Doravante, “COLETOR H, 2015”.

[...] se eu ficar pegando atestado, o encarregado vem em mim e fala “oh, você vai no setor pesado um pouco”, porque ele quer judiar, porque ele sabe que você está faltando, que você está com dor, mas mesmo assim ele fala “ah, se eu me f..... pra achar coletor e pôr no lugar dele, agora quando ele voltar, ele vai estar bem, vou mandar pra um setor pesado, pra ele aprender um pouco”, então ele quer judiar também, entendeu, todos os encarregados, de manhã, da noite...se você pegou atestado, se for um dia que faltou muitas pessoas e você pegou atestado, ele não quer saber se você está com dor, ele não quer saber de nada, ele quer o lado dele também, aí quando você voltar, ele já quer f..... você, te por num setor pesado, pra você trabalhar. (COLETOR M, 2015).

Vasconcelos, em seus estudos sobre os coletores de lixo domiciliar do ponto de vista da ergonomia do trabalho, enfatiza a diferença entre o trabalho prescrito aos coletores por parte da empresa empregadora e o trabalho efetivamente realizado por eles, em seu cotidiano laboral. Nesse sentido, a principal estratégia operacional de trabalho adotada pelos coletores para otimizar seu trabalho é o que a autora chama de “redução”, que caracteriza-se por duas principais ações: 1) o deslocamento do lixo de determinadas ruas para suas esquinas, de modo que o caminhão passa apenas pela rua que corta todas as esquinas (rua perpendicular); e 2) o amontoamento dos lixos individuais das residências em grandes montes, de modo que a coleta dos montes se torna mais rápida que a coleta dos lixos casa a casa. Segundo a autora, em comparação com o trabalho prescrito, isto é, a forma de trabalho estipulada como correta pela empresa, “[...] o trabalho feito com a ‘redução’ oferece vantagens em relação à segurança, possibilita mais relações sociais com a comunidade, assegura o estabelecimento de regulações da carga de trabalho e exige menor esforço físico dos trabalhadores”. (VASCONCELOS *et al*, 2008a, p. 56).

Segundo Marangoni; Tascin; Porto, “[...] tarefa indica basicamente o que é determinado pela empresa e imposta aos trabalhadores, em outras palavras seria o que se tem que fazer. Já a atividade indica o que se faz realmente.”, sendo que a tarefa “[...] está associada a prescrições e obrigações fixamente determinadas, e atividade seria a estratégia utilizada pelo sujeito para fazer valer tais objetivos fixados anteriormente.” (MARANGONI; TASCIN; PORTO, 2006, p. 3).

Portanto, é possível pensar o trabalho na coleta como um sistema inter-relacionado “[...] entre a atividade prescrita [...], que determina os comportamentos do homem no desenvolvimento de suas atividades laborais e, a atividade realizada efetivamente (onde serão vistos os resultados da produção e da saúde do trabalhador).” (PEDROSA *et al*, 2010, p. 4).

Em nosso caso, os coletores entrevistados fizeram menção à estratégia de coleta supracitada, mas referindo-se a ela a partir dos termos “matar rua”, “puxar lixo” e “amontoar lixo”. As explicações ficaram um tanto divididas no que diz respeito à postura da empresa diante dessa estratégia, sendo que uns abordaram o assunto como se fosse uma ação desconhecida por parte dos encarregados, outros afirmaram que a mesma tem ciência do caso, e a maioria apenas se referiu à estratégia como parte do cotidiano laboral, sem envolver o controle da empresa.

Questionado se os coletores adotavam alguma prática de coleta diferente do estabelecido pela empresa, o Coletor M afirma que:

Faz...puxar lixo, por exemplo...o setor é de um jeito, desde que eu entrei é de um jeito lá que eles fazem, na lógica deles, só que na nossa nós fazemos diferente, nós puxamos rua sem saída, pro caminhão não precisar dar ré, só passar e pegar, tem muitas ruas que a gente puxa ela inteira, pra fazer de um jeito de só ir e voltar, não precisar ficar fazendo vai-volta, vai-volta, só vai uma vez e volta na outra [...]
(COLETOR M, 2015).

O Coletor A explica que, com a adoção dessas estratégias diferenciadas de coleta de lixo, “[...] você consegue eliminar uma base de 10, 12 km por dia, porque você coloca aí, 1 quarteirão deve ter uns 800 metros, mais ou menos, dá uma média de 5, 6 quarteirões, você elimina, aí nisso você consegue ganhar mais tempo pra você terminar mais cedo [...]”
(COLETOR A, 2015).

Tomando o depoimento do Coletor L a esse respeito, dá-se a entender que a empresa não tem plena ciência das estratégias de puxar, matar e amontoar, presumindo-se que o sistema de coleta prescrito pela empresa é o de coletar o lixo de lixeira em lixeira, o que, segundo o coletor, aumentaria o tempo de trabalho em cada setor:

Mas aí entra *outra questão que ninguém vê*, o que você faz fora do caminhão, isso conta demais, porque se o coletor fica em cima do caminhão correndo do outro pro outro [de uma lixeira pra outra] ninguém acaba cedo, ninguém acaba cedo, e quem acaba tarde, acaba mais tarde ainda, você entendeu. Se você pega uma rua aqui, outra rua ali, entra aqui, faz aqui...*então a empresa não vê isso*, ela vê que você acabou cedo, mas o que você fez pra acabar cedo ela não vê. (COLETOR L – Grifos nossos).

De acordo com Vasconcelos *et al*, “A rigidez é, sobretudo, sentida não em relação ao sistema técnico, mas às normas organizacionais e aos modelos prescritos, que se mostram

impermeáveis à experiência dos garis, o exemplo mais notável sendo a prática da ‘redução’ [...]”. (VASCONCELOS *et al*, 2008b, p. 416).

Já de acordo com o depoimento do Coletor I, a empresa não apenas tem conhecimento das práticas de coleta adotadas pelos coletores para viabilizar e otimizar seu trabalho, como o sabe a partir dos próprios coletores, que deram sua opinião para a empresa de que essa estratégia deveria ser adotada, recebendo aprovação da mesma, segundo ele: “[...] até uma opinião que eles concordaram com a gente lá é de amontoar o lixo, eles concordaram porque economiza petróleo pra eles e termina mais cedo, essa opinião foi de todos [...]”. Nas palavras desse coletor:

[...] quando vai adiantando o trabalho, tem uma rua com fim [rua sem saída], a gente puxa toda ela, coloca tudo na esquina, tipo assim, tem 5 ruas assim, de travessa, a gente puxa todas elas para a principal, o caminhão só passa aqui [rua principal], aqui já nem vai, o que eu estou fazendo pra firma? Estou economizando petróleo pra firma, se você fizer durante 1 ano isso em todas as ruas que o caminhão vai e volta de ré, você está economizando muito pra firma, aí nós coletores estamos valorizando a firma, a firma tem que ver isso também. (COLETOR I, 2015).

Percebe-se que o Coletor I já apresenta o motivo pelo qual a empresa supostamente teria renunciado ao modo tradicional de coleta prescrito (lixeira em lixeira) em favor da maneira como os próprios coletores fazem o serviço, que é a economia de gastos com combustível do caminhão. Ou seja, a aceitação se fez decorrente de uma visão estritamente empresarial, amparada em corte de gastos, e não nos benefícios aos coletores.

Assim, explicita-se, no cotidiano laboral dos coletores de lixo da cidade de Presidente Prudente/SP, duas facetas territoriais distintas, em termos da hegemonia disputada na condução das atividades da coleta. Por um lado, é possível vislumbrar o que Maria Adélia de Souza, recuperando uma reflexão de Milton Santos, assume como sendo um “território normado”, isto é, “[...] o território submetido a normas legais constitucionais, técnicas, financeiras, políticas.”. Segundo a autora, “A soberania, garantidora dessa discussão, exige uma hegemonia de poder sobre o uso do território, hoje exercido pelas empresas.” (SOUZA, 1999, p. 6-7).

Por sua vez, Milton Santos afirma que, no mesmo espaço-tempo, convivem verticalidades e horizontalidades, espaços em rede e espaço banal, território normado e território usado, indicando que a hegemonia normativa dos agentes econômicos e empresas sempre acaba encontrando resistência dos sujeitos sociais subalternos, através de um uso e de uma apropriação do território distintos do prescrito.

Nas palavras do autor,

“O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.” (SANTOS, 2005 [1994], p. 256).

A relação entre a organização espacial da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP pela empresa responsável, por um lado, e a realização efetiva desse serviço no território municipal pelos coletores, por outro, constitui-se em um exemplo dessa disputa pela hegemonia no âmbito do trabalho na coleta, muitas vezes velada, mas existente.

Por um lado, os coletores inserem-se no contexto do território normado da empresa, o contexto: 1) da falta de participação no processo demarcatório dos setores, na escolha do setor para se trabalhar, muitas vezes na mudança de setor e na necessária adequação do número de setores ao movimento de crescimento da cidade; e 2) da forma de trabalho prescrita, diferente da forma habitual de trabalho, que os ajuda na agilização da coleta e no término mais rápido do dia de trabalho, apesar de que, nesse ponto, alguns coletores tenham apontado certa aceitação da empresa, mesmo que pautada em seus próprios interesses financeiros.

Por outro lado, isso não os impede de buscar autorresistências a partir da construção de suas espacialidades dentro do trabalho, da concretização de seu espaço banal ou território preñado de controle social. As estratégias de “puxar”, “matar” e “amontoar” podem ser entendidas como uma tomada de controle parcial dos coletores em relação aos seus setores de trabalho: uma vez que não participam e não são ouvidos pela empresa quanto às mais adequadas delimitações da dimensão dos setores, agir diferentemente do prescrito pela empresa no ato de coletar representa uma transposição de regras, um exercício, mesmo que mínimo, de autonomia.

Quando a equipe está coletando em 4 coletores, 2 vão na frente do caminhão, ou “matando” ruas, ou amontoando lixo que, posteriormente, será coletado pelos outros 2 que ficaram no caminhão coletando o lixo inicial. Para o Coletor B, “[...] dos 2 jeitos você trabalha normal, dos 2 jeitos você trabalha, só que adianta né, ajuda bastante sim”. (COLETOR B, 2015).

Nesse momento em que 2 saem para adiantar o serviço e 2 ficam para “colher os frutos” do adiantamento dos outros companheiros, os coletores promovem uma ruptura com o

previamente estabelecido, sentem-se no controle da situação, decidem entre si quem fica no caminhão e quem vai amontoar o lixo, organizam os revezamentos das ações durante a semana, criam atalhos e cortam caminhos pelas ruas que compõem o setor, promovem encontros com moradores que, a princípio, não estavam previstos para acontecer. A sociabilidade entre os coletores e os moradores, nesse sentido, é bastante influenciada por essa ação dos coletores, que se tornam protagonistas de sua territorialidade.

Sentir-se no controle da situação, ter controle não das verticalidades, mas das horizontalidades construídas nos territórios da coleta (ruas dos setores de trabalho), no cotidiano laboral, é parte do processo de absorção pessoal e coletiva dos impactos nocivos à saúde física e mental para os coletores, decorrentes da intensidade de seu trabalho. Conforme argumenta Vasconcelos *et al*, “Diante da complexidade do trabalho e das exigências físicas e mentais do trabalho, o trabalhador elabora modos operatórios buscando a manutenção de sua saúde física e mental.” (VASCONCELOS *et al*, 2008b, p. 417).

Silva; Ramminger contribuem com a discussão, alegando que “Há uma distância entre o prescrito e o realizado que exige que o sujeito crie soluções, faça escolhas entre vários caminhos possíveis. As variações técnicas, sociais e pessoais exigem o trabalho da subjetividade.”. Para as autoras, é possível que o trabalho seja agente produtor de saúde, porém advertem que “O trabalho, portanto, só produz saúde quando há atividade, sendo que a situação de atividade impedida é uma situação de sofrimento e desgaste.” (SILVA; RAMMINGER, 2014, p. 4755-6).

Ainda segundo Silva; Ramminger, é de suma importância para a manutenção da saúde do trabalhador sua contribuição com a história e organização de seu ofício, de maneira mais legítima. Objetivo para o qual a precariedade laboral apresenta dificuldades:

Sendo assim, é importante, para a manutenção da saúde, que o trabalhador possa, além de realizar suas tarefas, contribuir para a renovação e para a vitalidade daquilo que ele tem em comum com seus pares: seu ofício. Na enorme intensificação do trabalho que observamos atualmente, na precarização do trabalho, no medo do desemprego, nem sempre o trabalhador pode contar ou contribuir com essa tradição coletivamente construída. Trabalho corrido, cansaço, metas inalcançáveis são obstáculos para que o trabalhador possa contribuir para a história de seu ofício. (SILVA; RAMMINGER, 2014, p. 4757).

Tomando a relação entre a empresa e os coletores, especialmente no aspecto das deliberações sobre a organização espacial da coleta, como uma relação de poder assimétrica, com efetivação de uma hegemonia da empresa sobre os trabalhadores, é interessante recuperar

a posição de Santos, quando afirma que “A ideia de hegemonia pressupõe mutações na correlação de forças e, nesse mesmo sentido, a existência de grupos sociais que, direta ou indiretamente, representam comportamentos de oposição e resistência no interior mesmo das relações dominantes.”. (SANTOS, 2002, p. 39).

As brincadeiras e gritarias vivenciadas dentro da equipe de trabalho são expressões da autonomia interiorizada pelos coletores, inclusive como forma de valorização do emprego na coleta em comparação a outros empregos nos quais já se inseriram anteriormente, marcados pelo enclausuramento.

Nesse sentido, segundo o Coletor C, “[...] eu até gosto de correr, é um serviço livre, você não tem muito encarregado em cima, *you work free on the street*, então pra mim é bom, eu não acho ruim não, *apesar de não ser valorizado*, fora isso daí pra mim é bom.” (COLETOR C – Grifos nossos). Da mesma forma como enfatiza o Coletor K: “Ah, sei lá, você não tem gente no seu pé, você faz o seu serviço, você saiu pra rua você faz o seu serviço, não tem encarregado pegando no seu pé, isso, isso e aquilo, então, fazendo o seu serviço certo, não vai ter problema nenhum [...]”. (COLETOR K, 2015).

Como salienta Santos, “No *trabalhar na rua* está implícita a ausência de um controle externo da empresa, tanto no que diz respeito à execução do trabalho (o que fazer e como fazer), quanto no que se refere ao ritmo da atividade, do tempo gasto para realizar a tarefa.”. (SANTOS, 2001, p. 58 – Grifo no original).

Ao mesmo tempo em que concorda com seus companheiros de trabalho acima, o Coletor L pondera que, apesar da relativa “liberdade” no setor, pela inexistência de fiscalização a todo momento por parte de encarregados, o trabalho na coleta é duro, “[...] porque a coleta é...entendeu...você trabalha...é, o horário é bom, não tem encheção de saco, não tem ninguém falando na sua cabeça, tem todas essas vantagens, só que é um lugar que...não tem boca não, você trabalha.” (COLETOR L, 2015).

O Coletor M corrobora essa opinião, confrontando o trabalho na coleta com os demais empregos que já teve e nos quais possuía uma fiscalização mais assídua por parte dos seus superiores:

[...] por exemplo, o restaurante, era o encarregado, o dono toda hora em cima, aí toda hora brigava com o cara, fazia alguma coisa errada o cara já vinha falar, então...servente ficava também, ficava amolando em cima “ah, faz isso, faz aquilo”, dando ordem, aí eu não gostava muito que ficava falando. Aí eu falei “ah, eu vou pra coleta”, porque ali eu saio da firma, faço meu trabalho, não fica encarregado em

cima, não tem aquela falação em cima, então você faz seu serviço, acabou, vai embora, mais de boa. (COLETOR M, 2015)

O Coletor C também destaca a importância do aspecto lúdico para a manutenção do equilíbrio mental e físico dos coletores para aguentar o trabalho cansativo: “[...] você trabalha na rua feliz, às vezes brincando, cantando [...] mas eles não sabem que *a gente faz isso pra poder distrair e o cansaço não vencer a gente né* [...]” (COLETOR C, 2015 – Grifo nosso). Aspecto também lembrado pelo Coletor L, envolvendo as pessoas com as quais os coletores se relacionam no setor: “Aí começa a gritar, mexer com a molecada, mexer com as tias, porque isso aí você ganha o dia com isso aí. Olha, tem dias que você não vê a hora passar nesse serviço, cara, você não vê.” (COLETOR L, 2015).

O mesmo tom é assumido pelo Coletor G, relatando como as brincadeiras e o clima de descontração dentro da equipe são importantes para manter as energias para continuar no trabalho:

[...] a gente brinca bastante, conversa, até porque assim, [...] eu não sou muito de ficar com briguinha, com converseiro, brinco bastante, eu gosto de brincar, dar risada com os caras, onde eu vou eu procuro brincar com todo mundo, conversar, porque *já é um serviço pesado, se você trabalha com a cara fechada, meu deus, fica pior ainda, tem que brincar, tem que cantar*, muitas horas eu trabalho cantando, eu passo o cara fala “oh, esse é doido”, tem hora que eu passo cantando. (COLETOR G – Grifo nosso).

Ainda sobre esse ponto, o Coletor A afirma que os momentos de descontração ao longo da jornada de trabalho ajudam a amenizar a penosidade da coleta e distrair os coletores quanto ao horário: “Melhora o trabalho, porque você vai brincando no horário de trabalho, você não vê a hora passar e nem o serviço, a hora que você dá conta, você já está encerrando o serviço, aí você vai embora.” (COLETOR A, 2015).

Conforme apresenta trabalho desenvolvido pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), “[...] os coletores de lixo mantêm em sua profissão um componente lúdico como expressão genuína e também como uma forma de lidar com a dureza da monotonia da atividade de trabalho pesado”. (FUNDACENTRO, 2007, s. p.). Santos bem define essa condição, afirmando que “O mesmo corpo que é ‘obrigado’ a correr aproximadamente 40 km/dia encontra disposição para pular.” (SANTOS, 2001, p. 54).

Robazzi; Bechelli, tendo em vista a penosidade laboral dos coletores de lixo, afirmam que, para que mantenham uma condição satisfatória de saúde, devem possuir, “[...]”

tanto em seus ambientes residenciais como nos profissionais, condições que lhes favoreçam proximidade ao equilíbrio nos aspectos biopsicossociais, compreendendo-se o ser humano como indivíduo personalizado, um todo global e indecomponível, nesses aspectos.”. (ROBAZZI; BECHELLI, 1985, p. 68).

O Coletor H também comenta a respeito das brincadeiras no trabalho, valorizando sua importância e identificando como a melhor coisa do trabalho na coleta para ele: “A melhor coisa quando a gente está coletando é a alegria, quando a gente está tudo junto, a gente está brincando, a gente está se divertindo, porque a gente não só coleta, a gente também brinca, nós estamos correndo e ao mesmo tempo estamos cantando [...]” (COLETOR H, 2015). Como pondera Santos, “[...] ao exercerem suas atividades em conjunto com uma equipe de trabalho podem ter a autonomia e liberdade tão desejadas [...]”, uma vez que “[...] é esta equipe de trabalho que determina, em última instância, como o trabalho será realmente executado, bem como seu ritmo, pausas, duração da jornada, etc.” (SANTOS, 1997, p. 50).

Obviamente, a “autonomia” de que gozam os coletores no momento em que assumem o controle da rotina laboral, é uma autonomia parcial, contingente, uma pretensa autonomia, haja vista que, no plano mais geral, continuam sendo empregados assalariados, subordinados às determinações da empresa, devendo desempenhar sua função a contento, preferivelmente sem causar maiores tumultos na relação com os moradores. Nas palavras de Santos, “Se, por um lado, estes trabalhadores conseguem ‘tirar o máximo’ de proveito das situações adversas, transformando-as em positivas, por outro lado [...] não mudam a situação, permanecendo no mesmo estado de coisas.” (SANTOS, 2001, p. 58).

Como enfatiza Dal Rosso, “De forma generalizada, pode-se dizer que, em todo o trabalho heterônomo, tal como o assalariado, as dimensões de duração de jornada, intensidade e produtividade estão, de algum modo, sob controle do empregador.”. Em contrapartida, “Somente nas formas de trabalho autônomo (por oposição a heterônomo) a decisão sobre as condições laborais concentram-se nas mãos do indivíduo trabalhador.” (DAL ROSSO, 2012, p. 123).

Mas por isso a ideia de uma relação dialética (e não linear) entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, pois são contrários que se interpenetram numa relação contraditória, expressa na vida dos coletores dentro do trabalho. Para eles, ainda que esteja implícita sua posição como empregados, aos quais cabem obedecer ordens, dito em outras palavras, ainda que esteja implícita e sempre presente a vigência de um território normado, se apoiam na restrita horizontalidade que, não obstante pequena, é por eles produzida e

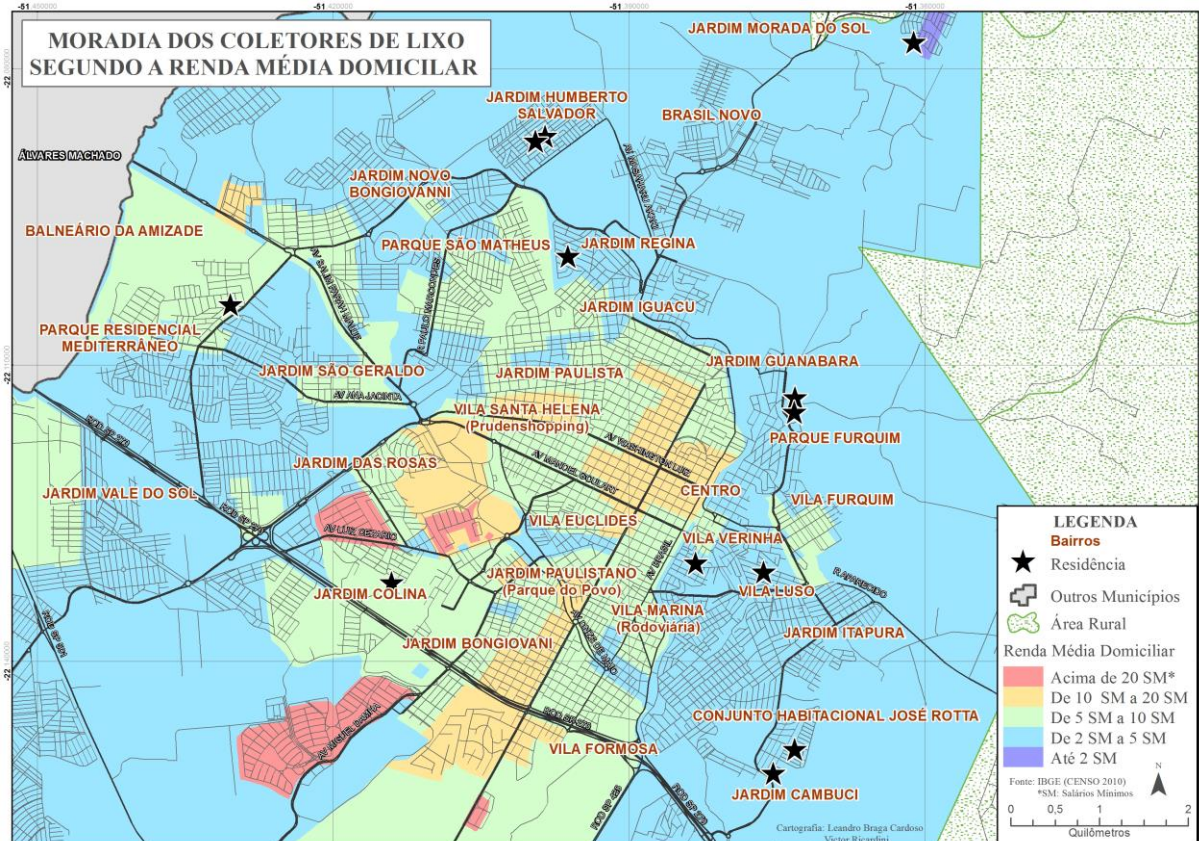
interiorizada como tal. A dialética está entre o que está estabelecido estruturalmente, a relação de poder e de mando entre empresa e trabalhadores (subordinação/verticalidades) e a forma como os coletores interiorizam e usam a favor da manutenção de sua integridade física e mental o protagonismo de sua espacialidade no trabalho (autonomia/horizontalidades).

2.1.3. A vivência da cidade para os coletores, dentro e fora do trabalho

Qual Presidente Prudente experimentam os coletores entrevistados nos diferentes momentos de sua vida, isto é, dentro do trabalho e fora do trabalho? Conhecem mais lugares da cidade trabalhando ou em seus horários de lazer? Há diferenças na forma como são vistos pela população nesses diferentes momentos? Onde se localizam seus locais de moradia, de trabalho e de lazer no mapa da cidade? Eis algumas questões que servem de base para a representação das espacialidades dos coletores de lixo domiciliar de Presidente Prudente/SP.

A partir das informações produzidas nas entrevistas com os coletores, foi possível elaborar uma representação cartográfica dos locais de moradia dos trabalhadores, bem como cruzá-los com a variável da renda média domiciliar da cidade (Mapa 2), no intuito de verificar quais porções do espaço urbano os coletores ocupam, se mais próximos ao centro ou às periferias e, ao menos em termos médios, estabelecer o contexto socioeconômico em que estão inseridos.

Mapa 2 - Locais de moradia dos coletores segundo a renda média domiciliar



Fonte: IBGE (CENSO 2010) e entrevistas junto aos coletores.
Elaboração: Leandro Braga Cardoso e Victor Ricardini.

Antes de qualquer coisa, é preciso prestar um esclarecimento sobre o Mapa 2. Embora as entrevistas com os coletores sejam a fonte de informação sobre a localização das moradias no mapa, não estão representadas as 13 localidades de moradia, referentes aos 13 coletores entrevistados, mas apenas 12. Isso devido a um dos coletores residir no município de Santo Anastácio/SP, pertencente à região de Presidente Prudente/SP (cerca de 30 km de distância), o que inviabilizou, em termos escalares, a sua inserção no Mapa 2.

Feito o esclarecimento, é possível observar que 10 das 12 moradias dos coletores representadas no mapa situam-se nas áreas com renda média domiciliar de até 2 salários mínimos (1 coletor) e de 2 a 5 salários mínimos (9 coletores), sendo que apenas 2 coletores residem em locais com renda média domiciliar de 5 a 10 salários mínimos e nenhum coletor nas áreas de 10 a 20 e acima de 20 salários mínimos.

É preciso levar em conta que apenas o dado da renda média domiciliar não caracteriza plenamente a situação socioeconômica dos coletores, havendo outras variáveis a serem consideradas para tanto. Porém, a intenção, nesse momento, é tão somente situar

especialmente os coletores na cidade de Presidente Prudente/SP no âmbito do morar, sendo que algumas informações socioeconômicas complementares farão parte de um subitem mais à frente.

Nesse sentido, percebe-se que a grande maioria (10 coletores) reside entre as zonas leste e norte da cidade (nas áreas denominadas “além-linha”²⁶), historicamente conhecidas por abrigar os principais bolsões de pobreza de Presidente Prudente/SP, a exemplo dos bairros Jardim Morada do Sol, Jardim Humberto Salvador e Jardim Cambuci, sendo que os dois primeiros são oriundos de processos de desfavelamento promovidos por gestões passadas do governo municipal entre o final da década de 1980 e início de 1990 (IKUTA, 2003; SILVA, 2012).

Também a partir das informações obtidas nas entrevistas, elaborou-se uma representação cartográfica (Mapa 3) com a finalidade de identificar no espaço urbano de Presidente Prudente/SP, através de manchas de intensidade, as principais áreas ocupadas pelos coletores dentro do trabalho, combinadas com os principais pontos apontados pelos trabalhadores aos quais se dirigem em seu tempo livre, fora do trabalho.

Quanto mais próximas ao vermelho forem as áreas, maior o número de menções dos coletores aos bairros ali contidos como seus locais de trabalho, e quanto mais claras em direção ao verde, menos menções. Obviamente, o Mapa 3 representa cartograficamente o trabalho dos 13 coletores entrevistados, uma vez que, quanto maior fosse nossa amostra de trabalhadores, maiores seriam as áreas em vermelho no mapa, tendendo à sua total completude. As manchas de intensidade se justificam como variável visual mais adequada devido ao fenômeno representado ser uma área (conjunto de bairros), e não pontos isolados.

²⁶ A expressão remete aos bairros socioeconomicamente carentes, localizados a leste e norte da antiga linha férrea sorocabana que corta a cidade.

pelo fato de que alguns coletores não costumam usar seu tempo livre, fora do trabalho, para praticar lazer em outros lugares da cidade, permanecendo em seu próprio local de residência ou, no máximo, praticando lazer em seu bairro, nas redondezas.

Sendo assim, as manchas representam a espacialidade dos coletores dentro do trabalho, os pontos representam sua espacialidade fora do trabalho, antecipando o que a maioria dos entrevistados afirmou em suas falas, de que percorrem mais a cidade dentro do trabalho do que fora, conforme atestam os depoimentos.

Ao serem questionados sobre o assunto, isto é, sobre em qual espaço-tempo de suas vidas possuem maior abrangência de vivência na cidade, a grande maioria dos coletores entrevistados afirmou ser no tempo dentro do trabalho, como o Coletor B, convicto de que é “[...] bem mais no serviço do que por passear, no horário de lazer, bem mais no serviço.” (COLETOR B, 2015). O Coletor E também diz “Eu acho que dentro do trabalho eu ando mais [risos].” (COLETOR E, 2015). Para o Coletor A, também percorre mais a cidade “Dentro do trabalho vii, porque dentro do trabalho você anda pra cada canto que você nem imagina, até lugar que eu não conhecia em Prudente eu fiquei conhecendo [...]” (COLETOR A, 2015).

Na opinião do Coletor F, “Ah, eu acho que mais trabalhando né, trabalhando a gente roda mais, quando a gente monta no carro, às vezes a gente não faz o que faz no caminhão de lixo, a gente anda mais no caminhão de lixo mesmo.” (COLETOR F, 2015). O mesmo se dá para o Coletor G, que diz que é “Dentro do trabalho [risos], dentro do trabalho eu ando demais vii, agora fora do trabalho é difícil até eu sair de casa.” (COLETOR G, 2015).

O Coletor C também afirma que é “[...] no trabalho cara, não tem como não [risos], eu não conhecia a cidade, agora conheço quase tudo [risos]”, dando um exemplo próprio, de que não conhecia a maioria dos condomínios da cidade, que passou a conhecer após se inserir no setor noturno dos condomínios: “[...] rapaz, condomínio eu só sabia o que era Damha, aí eu fui trabalhar à noite, fui no [setor dos] condomínios, [...] aí eu conheci os condomínios tudo em um dia só, então você conhece mais trabalhando.” (COLETOR C, 2015).

O mesmo aspecto de conhecimento sobre o espaço urbano da cidade também é levantado pelo Coletor K, dizendo que “Ah, dentro do trabalho, eu quando estava fora do trabalho nunca fui de ir muito pra cidade, nunca gostei de andar muito pra cidade, eu acho que eu conheço tudo isso mesmo por causa do trabalho, dentro do trabalho, passa em tudo quanto é canto [...]” (COLETOR K, 2015).

O Coletor L assume a mesma convicção na fala ao asseverar que é “Dentro do trabalho, com certeza, não tem como cara, não tem como, velho, eu ando demais...se eu pegasse pra andar fora do trabalho, pra eu andar mais, meu deus do céu.”. Destaca esse ponto como uma vantagem que o trabalho na coleta de lixo fornece aos coletores, isto é, a possibilidade de conhecimento espacial da cidade: “[...] a coleta ela tem essa vantagem...eu posso dizer pra você, eu conheço Prudente inteira, sem medo de errar, onde você quiser [...] entendeu, você tem uma noção de espaço geográfico, né [risos], da sua área, uma noção de geografia que você não tem ideia.” (COLETOR L, 2015). Essa mesma vantagem oferecida pelo trabalho na coleta destaca o Coletor D, quando diz “Olha, eu acho até bom que você andando, fazendo a coleta de lixo no trabalho, você adquire alguma experiência de criar alguns atalhos quando você está num lazer” (COLETOR D, 2015).

Em certo tom de brincadeira, porém fazendo referência a um dado concreto, o Coletor D ainda diz que percorre mais a cidade dentro do trabalho, sem dúvida, ao ponto de que, com a distância percorrida ao longo de uma semana de trabalho, poderia viajar para outras cidades: “[...] com certeza é no trabalho, porque eu tenho que andar aquela quilometragem na semana, acabou e acabou, é minha obrigação. [...] a corrida nossa de segunda a sábado, se for computar a quilometragem, beira a chegar em Araçatuba.”, enquanto que “[...] o lazer às vezes você vai numa quarta à noite, numa quinta à noite com a família, com os filhos em algum lanche, nos finais de semana [...]” (COLETOR D, 2015), e não a semana toda como no trabalho. Ainda que falando mais pela experiência do cotidiano laboral do que por exatidão nas distâncias, o Coletor D está correto, pois a distância entre Presidente Prudente/SP e Araçatuba/SP é de cerca de 170 km, ao passo que a distância que percorre nos seis dias de trabalho semanais (levando em conta a média de 39,3 km/dia) é de cerca de 240 km.

Como pode ser visto nos depoimentos, está justificada a espacialidade dentro do trabalho dos coletores se expressar cartograficamente em manchas e a espacialidade fora do trabalho se expressar em pontos bem delimitados, sendo que a maioria, inclusive, permanece em sua própria casa no seu tempo livre.

Quanto à sociabilidade e à forma como são vistos pela população em geral, alguns coletores relataram serem diferentes nos momentos dentro e fora do trabalho. Para o Coletor B “[...] tem gente que reconhece a gente quando a gente está trabalhando ali [...] diferença de você estar ali passeando, que geralmente a pessoa nem lembra [...] você vai passar depois,

sem o uniforme da empresa, ela nem vai saber se era você que passou lá”. (COLETOR B, 2015).

O Coletor C afirma que há casos em que uma mesma pessoa que se relaciona com os coletores dentro do trabalho, pode não reconhecê-los em um possível encontro fora do trabalho, e apresenta o relato de uma situação que vivenciou nesse sentido:

Vixi, tem uma mulher mesmo, ali no Brasil Novo, e olha que a mulher gosta de mim, ela é de idade, e a gente tomava café lá toda segunda, quarta e sexta, e conversava comigo, uma vez lá na “cidade” [centro], passei do lado dela, olhando pra ela, ela não me conheceu, aí depois, na outra vez que nós fomos lá, tomamos café, eu falei “a senhora nem me conheceu aquele dia”, ela falou “ah, era você?” [risos], eu falei “era”, mas acontece bastante isso daí. (COLETOR C, 2015).

O uniforme e os EPIs são mencionados pelo Coletor D como justificativa do não reconhecimento das pessoas em relação aos coletores fora do trabalho, pois “[...] com o uniforme da empresa, com os EPIs, você é uma pessoa, [...] à paisana, no seu dia a dia, a pessoa fica diferente né, você está de banho tomado, está penteado, você está com uma roupa diferente, então às vezes a pessoa não te conhece por causa desse motivo.” (COLETOR D, 2015). No mesmo sentido, o Coletor A ressalta que “[...] se você passa no horário de trabalho a pessoa reconhece você, aí a hora que você passa fora do horário de trabalho, você passa assim, a pessoa fica olhando, olhando, só que ela fica na dúvida, porque ela está acostumada a ver você com o uniforme da firma [...]” (COLETOR A, 2015). Interessante reflexão a esse respeito produzem Celeguim; Roesler, abordando a questão do uniforme como potencializador da invisibilidade social de trabalhadores, de modo que “[...] seja ele um gari, um lixeiro, uma faxineira, um segurança, um cobrador de ônibus, uma operadora de caixa de supermercado [...] esta pessoa é um ente invisível, e seu uniforme apenas representa uma função utilitária.” (CELEGUIM; ROESLER, 2009, p. 8).

Para o Coletor E, uma das diferenças da experiência urbana vivenciada pelos coletores dentro e fora do trabalho está em sua própria percepção e conhecimento do espaço circundante, “[...] porque a gente andando no caminhão, coletando, você conhece muitos lugares, se você estivesse passeando você não ia perceber, tem diferença sim.”. E retoma a questão do uniforme como fundamental para seu anonimato fora do trabalho: “[...] quando a gente está com aquela roupa, cara, todo mundo conhece a gente, o uniforme faz a diferença...aí a hora que você está tomado banho, está limpinho, está de camiseta limpinha, de

short, de tênis, ninguém te conhece, *é raro o pessoal notar você.*” (COLETOR E, 2015 – Grifo nosso).

Ainda com relação ao uniforme, o Coletor H lembra que “[...] quando a gente está no centro, ninguém conhece nós não, porque com a roupa da coleta é uma coisa, nós sem a roupa *ninguém vê quem somos nós não...*às vezes a gente passa perto, a gente conhece uma pessoa [...] mas ela não lembra não.” (COLETOR H, 2015 – Grifo nosso). A uniformização também é considerada pelo Coletor G como aspecto relevante para as pessoas não reconhecerem os coletores fora do trabalho, pois

[...] até aquelas pessoas do seu setor que te conhecem, que brincam com você quando você está uniformizado no seu trabalho, você passa perto daquelas pessoas fora, a pessoa não te conhece, não te conhece, aí você fala “oh, fulano” (sic), “ah, é você que está aí” [risos], entendeu, então nem todo mundo te conhece, acho que é devido a uniformização, chapéu né, o cara está acostumado a te ver de um jeito, te vê de outro já não conhece. (COLETOR G, 2015)

Na mesma linha argumentativa, o Coletor J afirma que é diferente andar pela cidade no caminhão, coletando, e fora dele, em seu tempo livre, “[...] porque você está de uniforme, todo mundo te conhece, você está sem uniforme, poucas pessoas te conhecem, é diferente, você está ali contente, feliz, lutando, pelejando, você mudou a roupa do ‘super-homem’ [risos], *á dificilmente vão te conhecer.*” (COLETOR J, 2015 – Grifo nosso).

O Coletor K também garante que as pessoas não reconhecem os coletores fora do trabalho em decorrência do uso do uniforme, “[...] não reconhece, é diferente, totalmente diferente, a roupa muda a pessoa, a roupa muda, o uniforme que você usa, muita gente não reconhece não.” (COLETOR J, 2015). Assim também pensa o Coletor M, afirmando que “É diferente, você acaba sendo confundido, porque você está de uniforme a pessoa já te conhece, está todo dia de uniforme, mas você arrumado a pessoa acaba não reconhecendo.” (COLETOR M, 2015).

A mesma experiência é corroborada pelo Coletor F, exemplificando que “[...] já passei, assim, e daí no outro dia quando eu passava lá falei ‘oh, eu que passei aqui ontem, mexi com você, você nem lembra’, ‘ah, foi você, eu nem lembrei’, entendeu, isso é sempre assim que funciona.” Para ele, é diferente a forma como são notados pelos moradores dentro e fora do trabalho, “[...] porque muitas das vezes você para numa casa trabalhando, a pessoa vai te reconhecer, porque você passa ali todo dia, mas muitas das vezes se eu parar com meu

carro ali, eles vão pensar, vão olhar, vai saber que conhece, mas não lembra de onde [...]” (COLETOR F, 2015).

O depoimento do Coletor L é bastante ilustrativo da discrepância da forma como são vistos os coletores dentro e fora do trabalho. Segundo ele:

Ah, não, totalmente diferente. *A pessoa L, e a pessoa Coletor é totalmente diferente.* [...] quer ver uma coisa engraçada disso que você está perguntando: tem dois meninos gêmeos, falando das crianças de novo, não pode ver que mexe. E aí eu fui pra padaria final de semana, comprar um pãozinho, desci e eles estavam na padaria e eu fui mexer com eles, sabe o que eles fizeram? Correram de mim. (COLETOR L, 2015 – Grifo nosso).

É emblemático o último depoimento para exprimir a diferença entre ser um coletor, um trabalhador que tem por função limpar a cidade, fornecendo assim, um serviço de grande valia para o bem estar da sociedade, e um ser humano no sentido mais pleno do termo. O não reconhecimento dos coletores pelos moradores fora do trabalho, com os quais se relacionam dentro do trabalho, atesta que, para muitas pessoas, a relação se dá com um indivíduo que presta um serviço, que tem um papel para cumprir, de modo que se fosse qualquer outro não faria diferença, pois a relação se dá com a função, não com a pessoa.

A respeito do tempo fora do trabalho, a maioria dos coletores afirmou que tem amigos na coleta e que os coletores se reúnem algumas vezes para atividades de lazer, principalmente aqueles que pertencem à mesma equipe de trabalho. Conforme o Coletor B, “[...] tem uns amigos sim que algumas vezes já reunimos, fim de semana, assamos uma carne, já conversamos, tem uns amigos sim.” (COLETOR B, 2015). O Coletor C, adepto da prática da pescaria, afirma que “Tenho, às vezes nós vamos dar uma pescada, tem um colega meu lá que de vez em quando ele vai pescar comigo [...] eu sou bastante pescador, direto eu vou.”. (COLETOR C, 2015). Segundo o Coletor L, “[...] há casos de fazer churrasco, ir pra casa um do outro, jogar bola...rapaz, tem hora que nós fazemos umas trapalhadas aí...”. (COLETOR L, 2015). E para o Coletor M, fazer parte da mesma equipe ajuda na aproximação entre os coletores para organizar práticas de lazer em conjunto: “Ah, eu tenho uns amigos meus que sempre reunimos sim...mas agora não estamos mais no mesmo setor, então não tem muita conversa, mas sempre reúnem sim.” (COLETOR M, 2015).

O Coletor E diz que antes as reuniões para lazer entre os coletores eram mais frequentes que atualmente, “[...] antes era toda sexta, a gente acabava nosso serviço, 17:30h a

gente ia brincar de bola, só o pessoal do dia né, era toda sexta-feira de tarde, ali na Prudencio mesmo, no campinho...hoje deu uma parada né [...]" (COLETOR E, 2015).

O depoimento do Coletor F deixa a entender que, pelo tempo que passam juntos dentro do trabalho, é praticamente uma consequência a construção de amizades na coleta e as práticas de lazer entre os coletores: "[...] tenho bastante amigo lá, a gente acaba, pelo tempo de serviço que a gente está junto, a gente praticamente vira uma família, porque a gente acaba mais no serviço do que em casa, [...] acaba virando amigo íntimo, amigo de família." (COLETOR F, 2015).

Por outro lado, após relatar que possui alguns poucos amigos na coleta com os quais desenvolve práticas de lazer (um ou outro pertencentes à sua equipe de trabalho), o Coletor G afirma que as reuniões mais gerais entre os coletores não são comuns, ao contrário, é "Muito difícil eles se reunirem, antes quando tinha o time da firma se reunia bastante, aí tirou o time, aí cada um vai pra sua casa descansar e acabou, a não ser aqueles que moram próximo né, aí eu não sei." (COLETOR G, 2015). O Coletor H também aponta os jogos de futebol como o que garantia essa união pelo lazer dos coletores (Figura 2), mas que não existe mais há algum tempo, "[...] se reunia antigamente pra jogar bola lá no GERP [Grêmio Esportivo Recreativo Prudencio, pátio de onde os coletores saem pra trabalhar diariamente] lá, mas agora parou. [...] mas agora a gente não joga mais...nessa parte aí faz ano que não tem atividade, nada não." (COLETOR H, 2015). Assim como o Coletor K, quando diz que "[...] hoje está muito parado, mas antigamente a gente tinha um timinho nosso lá, a gente brincava, mas hoje não tem nada." (COLETOR K, 2015).

Figura 2 - Momento de lazer entre os coletores de Presidente Prudente/SP



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP.

O Coletor I consente essa realidade, cobrando que “A rapaziada que se reúne está muito raro, se alguém apoiasse mais, falasse ‘vamos fazer uma festa aqui 1 vez por mês, jogar um futebolzinho’, porque campo tem, tem um campo bonzinho lá [na Prudenco].” (COLETOR I, 2015).

Em suma, levando em consideração a abrangência espacial de sua vida dentro do trabalho e da vida fora do trabalho no espaço urbano de Presidente Prudente/SP, pode-se afirmar que o trabalho na coleta de lixo exige da maioria dos coletores uma dedicação tamanha ao espaço-tempo dentro do trabalho que muitas vezes suas práticas de lazer individuais, familiares ou entre os si mesmos ficam comprometidas e restritas espacialmente à suas próprias casas e/ou bairros.

2.2. PODER, CONFLITOS E EMPATIA: CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES

Quando mencionamos territorialidade, a intenção é apreender a espacialidade, ou as relações sociais no espaço dos coletores, especificamente marcadas pelo conflito, como nas vezes em que os moradores tampam o nariz ao verem os coletores e essa ação desencadeia insatisfação e humilhação por parte destes. O elemento estruturante dessas relações é o poder simbólico.

O adjetivo territorial também pressupõe domínio, pertencimento, posse, fazer parte e ter como parte de si, envolvimento, portanto afetividade e empatia. Dessa forma, as relações construídas no seio da equipe de trabalho e entre os coletores e os moradores, a sociabilidade presente no trabalho na coleta de lixo, apesar de apresentar elementos de poder e conflito, também apresenta relações de identidade, parceria, reciprocidade e afeto. Todos esses elementos combinados, poder, conflitos e empatia, conformam as territorialidades do trabalho na coleta de lixo em Presidente Prudente/SP.

Para Saquet, as relações cotidianas múltiplas (políticas, econômicas, culturais, individuais e coletivas, urbanas e rurais) conformam o que vem a ser a territorialidade, ainda que seja temporária. Segundo o autor:

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, *mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações*. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET, 2009, p. 90 – Grifos nossos e no original).

Interessante ressaltar que as territorialidades construídas pelos coletores em sua sociabilidade com os moradores do setor em que estão inseridos são efêmeras e, ao mesmo tempo, permanentes. No caso dos trabalhadores do turno diurno, que trabalham em setores com dias alternados, a permanência se manifesta a partir dessa predeterminação dos setores serem alternados, ao passo que a efemeridade se expressa pelo tempo restrito que os coletores possuem para se relacionar com os moradores, haja vista terem um setor por terminar. Isto é, com aqueles moradores com os quais desenvolvem maior proximidade, seja afetiva, seja conflituosa, os coletores sabem que terão constantemente a possibilidade do encontro a cada

dois dias (ou todos os dias, nos setores noturnos), porém também têm ciência de que esse encontro não pode durar muito mais do que o trabalho permitir.

De modo que é possível depreender que o senso de domínio e pertencimento dos coletores para com seus setores, ao passo que se dá em relação aos moradores e seus locais de moradia (pontos de referência fixos), se dá também em relação ao movimento, ao chegar e partir quase que concomitantes. A “liberdade” de trabalhar correndo, em movimento, deslocando-se pelo espaço, fora de quatro paredes e de controles rígidos existentes em outros locais de trabalho, vendo e sendo visto, são sensações muito valorizadas pelos coletores, de forma que as relações afetivas que constroem com determinados moradores do setor são sempre curtas em seus momentos de encontro. Porém, embora essa dinâmica geográfica marcada por espacialidades e territorialidades transitórias não permita que os coletores finquem raízes muito profundas, ela também não impede que estas sejam criadas, seja por conta do entrosamento na forma de trabalhar construído ao longo do tempo entre a equipe, seja pelos laços criados com os moradores.

Perguntados se preferem mudar de setor ou permanecer no mesmo, alguns coletores entrevistados afirmaram que preferem mudar, normalmente justificando sua posição devido aos conflitos que acabam ocorrendo dentro da equipe de trabalho. Segundo o Coletor D, “A pior coisa é você trabalhar às vezes com coletor que você não se identifica [...] não é o trabalho, o trabalho você sabe que está no dia a dia ali, [...] é mais a relação ali, interna, quando não tem liga, então desanima, você não tem vontade de ir no dia seguinte [...]”. (COLETOR D, 2015).

Como pontuam Santos *et al*, neste cenário conflituoso, “[...] uma das consequências para a saúde do trabalhador é o esvaziamento do sentido do trabalho, que deixa de ser uma atividade em que o indivíduo transforma a realidade e ao mesmo tempo se transforma, perdendo o duplo movimento de objetivação e subjetivação.” (SANTOS *et al*, 2009).

Para o Coletor D, contudo, há uma tentativa de solucionar os problemas internos à equipe por parte dos próprios coletores: “[...] há discussões? Há, porque *nós somos família*, qual a família não há discussão? Forma de pensar cada um tem a sua [...] mas ali nós tentamos dialogar para não ter uma contenda na equipe.”. (COLETOR D, 2015 – Grifo nosso).

Embora afirme que a maioria das vezes são mudados de setor por iniciativa da empresa, o Coletor E ressalva que “[...] de repente você não se dá muito com motorista né, ou com coletor mesmo, aí pra não caçar confusão a gente pede pra trocar, a gente explica né, aí

eles trocam de boa.”. (COLETOR E, 2015). Em alguns casos, o ambiente de trabalho fica pesado devido às incompatibilidades entre os coletores, pois, conforme afirma o Coletor F, “[...] quando você não está bem e os outros estão bem, aí já fica um clima estranho, você ‘ah, eu não quero trabalhar aqui’, os companheiros já vão trabalhar com você naquela, ‘ah, o cara não quer trabalhar aqui’, e fica assim [...]”. (COLETOR F, 2015).

O Coletor G lembra que a maioria das equipes têm certa harmonia entre seus coletores, porém “[...] tem também aqueles caras que você está trabalhando junto com ele e ele só pensa nele, só pensa nele, uma ‘morcegagem’ [aproveitamento, oportunismo] danada em cima da gente, ‘oh colega, vamos trabalhar’, e o cara não trabalha, tem muitos assim [...]”. (COLETOR G, 2015). Nesse mesmo sentido, o Coletor I afirma que “[...] tem pessoas que são meio ignorantes mesmo no meio da coleta, está pesado e deixa que o outro se vira lá, não é assim que funciona [...]”. (COLETOR I, 2015).

De acordo com o Coletor J, nos casos em que os coletores não se dão bem entre si, rapidamente já reivindicam da empresa a mudança para outro setor, antes de que qualquer desentendimento de maior vulto aconteça: “Geralmente quem não se dá bem ali já fala ‘eu não quero trabalhar com fulano e com ciclano (sic), não vai dar certo’, então a empresa já não coloca, não porque tem atrito, é porque um conversa muito, o outro trabalha mais, então a empresa adapta de acordo com os coletores.”. (COLETOR J, 2015).

O serviço da coleta exige motivação dos trabalhadores para desempenhar sua função, “[...] se você estiver trabalhando ali e tem intriga, não pode conversar, olhar pro lado e não conversa, parece que até o serviço cai o rendimento [...]”. Sendo assim, por vezes os coletores agem com bom senso no seio da equipe e resolvem seus problemas a partir do diálogo: “[...] já briguei com muitos, mas é só naquela hora, passava uns 15, 20 minutos, falava ‘oh, vamos voltar a conversar, vamos brincar, se não a gente não acaba isso aqui não’”. (COLETOR K, 2015).

Assim como na relação entre os coletores da equipe, em que os depoimentos valorizaram-na como boa em geral, porém com alguns conflitos, também a relação entre os coletores e os motoristas apresentou as duas facetas.

Embora admita que haja motoristas bons, que “jogam junto com a gente”, “[...] tem motorista que já é mais chato, motorista que quer acabar logo, quer ir embora logo, ele não está nem aí pra você, se você está com o corpo cansado, se você não está, aí é complicado [...]”. (COLETOR B, 2015). A mesma posição é compartilhada pelo Coletor C, quando diz que “[...] tem muito motorista que é meio ‘cri-cri’ [resmungo muito], quer acabar logo [...]

tem uns que não estão nem aí, não quer te dar água, nada, tanto que tem um motorista [...] você tem que trabalhar com a garrafa amarrada lá atrás, porque ele não para pra beber água.” (COLETOR C, 2015).

Para o Coletor E, um dos critérios definidores de um bom motorista é a discricção e resolução de problemas internamente à equipe, sem levá-los ao encarregado ou a outras equipes, “[...] somos 5, a gente é uma equipe, o que acontecer ali, fica ali, entendeu, esse é o motorista bom, o que acontecer ali, fica ali, o encarregado não precisa saber [...]”, sendo que “[...] o motorista ruim já é o contrário, se a gente discutiu aqui, ou aconteceu alguma coisa, ele já vai falar com o encarregado, esparrama para as outras equipes.” (COLETOR E, 2015), o que normalmente é motivo para discussões na equipe.

Segundo o Coletor F, o motorista é o responsável para se comunicar com o encarregado da coleta, de modo que “[...] o motorista é o fundamental pra cada coletor, porque ele praticamente escolhe quem ele quer né, ele escolhe quem ele quer, os que sobram eles repartem e vai cada um pra um setor.”, pois, a partir do que ele relata para o encarregado, “[...] a empresa muitas vezes chega no coletor e fala ‘oh, você não quer ir lá?’, ele também fala ‘não, eu quero ir pra tal’, ‘você não vai para aquele, você vai pro outro’, sempre a firma lá que está dando a ordem e colocando onde bem entender.”. Além disso, segundo o coletor, o motorista tem papel fundamental em relação ao ritmo de trabalho, sendo que alguns conduzem o caminhão no ritmo determinado pelos coletores e “[...] tem uns que não, tem uns que a gente fala ‘oh, a gente vai parar pra beber água’, tem uns que não aceitam, ‘ah, deixa pra beber em tal lugar’, o motorista sempre quer ter a razão de parar onde ele deseja e não à vontade nossa [...]”. (COLETOR F, 2015).

O Coletor H vai ainda mais longe, atribuindo aos motoristas que não sabem respeitar a opinião dos coletores no desenrolar da jornada de trabalho o pior aspecto do trabalho na coleta de lixo:

[...] alguns motoristas que não aceitam opinião também, tem uns que não aceitam opinião, acho que é a pior coisa da coleta, ele acha que porque ele dirige lá na frente, ele é o dono do setor, ele não aceita opinião...o que nós estamos vendo que é bom pra nós, pra ele já não é, aí nós temos que fazer do jeito que ele faz, mas aí é bom só pra ele, pra nós já não é...isso é a pior coisa da coleta, que eu acho. (COLETOR H, 2015).

O Coletor L enfatiza que “[...] tem motorista lá que acha que é o dono do negócio, mas na realidade a coleta é assim, quem manda na coleta, na coleta, trabalhando no setor, é o

coletor.”, pois, caso o motorista queira imprimir um ritmo muito forte de trabalho e os coletores não consigam acompanhar, não é permitido deixar lixo para trás, sem pegar. Segundo o coletor, “[...] já teve caso de motorista ir na frente, corre, e nós andarmos, ele vai fazer o quê? Tem que pegar o lixo, você tem que esperar nós [...]”. (COLETOR L, 2015).

O Coletor M explica que “[...] tem coletor que não gosta de correr, tem motorista que gosta, então se o motorista corre, esse [coletor] que já não gosta de correr já vai criar atrito com o motorista, então acaba tendo uns coletores que não conseguem conversar com motorista [...]”. (COLETOR M, 2015). A respeito desse aspecto, o Coletor A detalha que, algumas vezes, no caso de desunião entre algum coletor e o motorista da equipe, “[...] o coletor quer acabar cedo, só que ele não joga junto com o motorista, o motorista vai e segura o caminhão. O motorista quer acabar cedo, ele não joga junto com o coletor, o motorista solta o caminhão, faz o caminhão andar e o coletor segura o serviço [...]” (COLETOR A, 2015).

O Coletor I aponta que, nas ocasiões em que os coletores estão insatisfeitos com o motorista, existem formas de resistência a partir do próprio trabalho, como deixar de “matar” as ruas sem saída ou estreitas, fazendo com que o motorista tenha mais trabalho: “[...] o dia que a gente está bravo aí a gente não vai puxar nada [risos]...o motorista fica bravo com nós por isso aí, é a pior coisa, o motorista ficou bravo e entrou em todas as ruas que ele não gosta, porque tem rua que é apertadinha demais [...]”. (COLETOR I, 2015).

Por outro lado, o Coletor G também valoriza um aspecto nos motoristas em geral, que é o zelo que possuem para com os coletores no tocante aos perigos do trânsito: “[...] nisso eles são muito prestativos pra gente, viu carro, viu moto, o movimento que for, às vezes ele vai jogando o caminhão pra não deixar o cara passar, pra proteger a gente, motorista em questão de ajudar a gente nisso, no trânsito, eles são excelentes cara.”. (COLETOR G, 2015). O Coletor I complementa tal afirmação reconhecendo que “[...] ser motorista também não é fácil não, estressa cuidar de 4 coletores [...]”. (COLETOR I, 2015). Assim como o Coletor M, que afirma que “[...] ele [motorista] é nossa proteção, ele é nosso escudo, se a gente estiver trabalhando e ele ficar sempre no canto, vai dar espaço, nós não vamos estar vendo o carro, pular e se machucar [...]”. (COLETOR M, 2015).

A despeito dos relatos acima acerca dos atritos entre os coletores de uma mesma equipe, ou entre eles e o motorista, muitos afirmaram que preferem permanecer no mesmo setor de trabalho, como o Coletor C, que diz “Ah, não, prefiro ficar, por causa muito da equipe né, ali eu já conheço todo mundo, a gente já sabe o jeito de trabalhar um do outro.” (COLETOR C, 2015). Da mesma forma o Coletor D, pois “[...] agora eu estou feliz no que eu

estou, eu sou uma pessoa que me dou bem com todo mundo, sou comunicativo, faço amizade com todo mundo e eu estou bem, prefiro ficar.” (COLETOR D, 2015).

O conhecimento do setor como aspecto que ajuda no melhor desenvolvimento do trabalho foi utilizado como argumento para o Coletor E, além das amizades construídas, sendo assim, “Prefiro ficar no mesmo, porque você já conhece todo mundo, você já fez amizade, você sabe onde fica tudo, muitas lixeiras escondidas, a gente já sabe tudo, aí às vezes o motorista falta, você já está no setor, você já sabe fazer né, por causa disso aí.” (COLETOR E, 2015).

Para o Coletor G, a mudança de setor, sobretudo se for de um setor leve para um pesado, acarreta dificuldade na adaptação e aumento do desgaste físico dos coletores, de modo que:

Eu prefiro ficar no mesmo setor, porque a gente acostuma né, você acostuma com o ritmo daquele setor, e na hora que você muda, você sente bastante, você sente, porque igual eu falo, o lixo de um setor não é igual ao dos outros, aí você está num setor que o lixo é levinho, beleza, você vai para um setor que o lixo é pesado, você sente, então aqui você está acostumado a correr num ritmo, você chega lá, você tem que diminuir, então a gente dá uma sentida. (COLETOR G, 2015).

O Coletor I, de 41 anos, já há 18 na coleta de lixo, apresenta as dificuldades adaptativas de ser mudado para um setor pesado nesse momento de sua vida, afirmando que prefere ficar no mesmo setor, “[...] porque pra mim ali é menor, tem setores maiores, [...] eu desgasto menos, é um setor menor, um setor que eu me adaptei melhor, eu posso me adaptar em outros, mas [...] se eu for pro outro eu não vou dar o mesmo desempenho *por causa da idade* também.” (COLETOR I, 2015 – Grifo nosso).

O horário de término do setor, razoavelmente previsto, também foi trazido à tona pelo Coletor J. Segundo ele, “Ah, pra mim eu prefiro estar no mesmo setor, porque eu já tenho o horário mais ou menos que nós vamos acabar [...] então a gente acha que é melhor não ficar trocando de setor, pra mim é melhor.” (COLETOR J, 2015).

O costume com o local de trabalho e as relações lúdico-afetivas são levantadas pelos coletores B e M como critérios justificadores de sua preferência pela permanência no mesmo setor de trabalho:

Sinceramente, depois que você acostuma no setor, é melhor ficar no setor né, você acostuma com o morador, você acostuma com o lugar, decora os lugares, as ruas, tudo, o jeito de puxar [...] então, como você pega amizade com o morador, já tem a casa que você pede água, que a pessoa já sabe que você está sempre pedindo, às

vezes deixa sempre uma garrafa separada pra você, então o mesmo setor eu acho que hoje é o ideal né. (COLETOR B, 2015).

Eu prefiro ficar no mesmo, é mais sossegado, conheço mais as pessoas, você acaba pegando, querendo ou não, você pega um pouco de afinidade com os moradores, então você vai mudar pra outro setor, você já não conhece ninguém, no outro setor você vai trabalhar, fazer seu serviço, mas...por exemplo, no meu tem muita criança que nós brincamos, tem até cachorro que nós passamos nas casas e nós brincamos, o cachorro já vem correndo pra nós brincarmos, entendeu, então nós pensamos assim, se nós saímos pra outro setor, até você se enturmar de novo com os moradores, entendeu, pegar os esquemas da vila que você está, então você estranha um pouco...mas eu prefiro ficar no setor que eu estou. (COLETOR M, 2015).

Chegar todos os dias (setores noturnos) ou em dias alternados (setores diurnos), mas com a certeza de pouco permanecer, para em seguida passar por outros lugares. Começar o setor com alegria, mas passar rapidamente pelas ruas do setor, para cedo terminarem o serviço. São expressões das territorialidades construídas pelos coletores, marcadas pela dialética efemeridade/movimento x permanência.

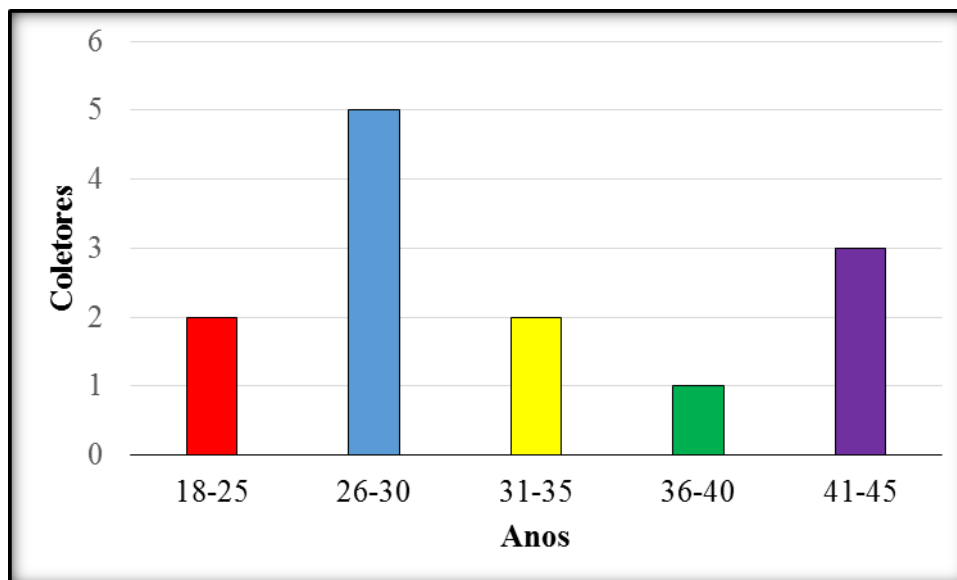
2.2.1. O coletor como sujeito social

Os coletores de lixo domiciliar passam despercebidos para muitas pessoas, pois os horários em que passam para recolher o lixo das residências nem sempre coincide com os horários em que os moradores estão presentes ou, mesmo quando estão, não há garantia de que estarão na calçada ou na área de casa para vê-los. De sorte que, na maioria das vezes, a relação do morador estabelece-se apenas com o lixo, ainda assim até o momento em que se desfaz dele colocando-o na frente de sua casa, e não com os sujeitos sociais que são responsáveis por dali tirá-lo todos os dias (setores noturnos) ou em dias alternados (setores diurnos).

Parafrazeando Santos, quando lança a questão “Afiml, quem é esse trabalhador que cuida da higiene da cidade e para isso é obrigado a lidar com os restos, as sobras, com coisas que as pessoas descartam? Quem é esse desconhecido que é quase confundido com o lixo, que a população olha sem enxergar?” (SANTOS, 2001, p. 54), diríamos: quem são os coletores de lixo domiciliar urbano de Presidente Prudente/SP? Qual seu perfil socioeconômico? Onde nasceram? Há quanto tempo estão trabalhando na coleta de lixo? A parte inicial das entrevistas realizadas com os coletores dedicou-se à investigação dessas informações mais pontuais e objetivas, aproximando-se de um questionário resumido, o que

subsidiou a elaboração dos gráficos apresentados a seguir, a começar pela idade dos coletores (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Distribuição etária dos coletores entrevistados

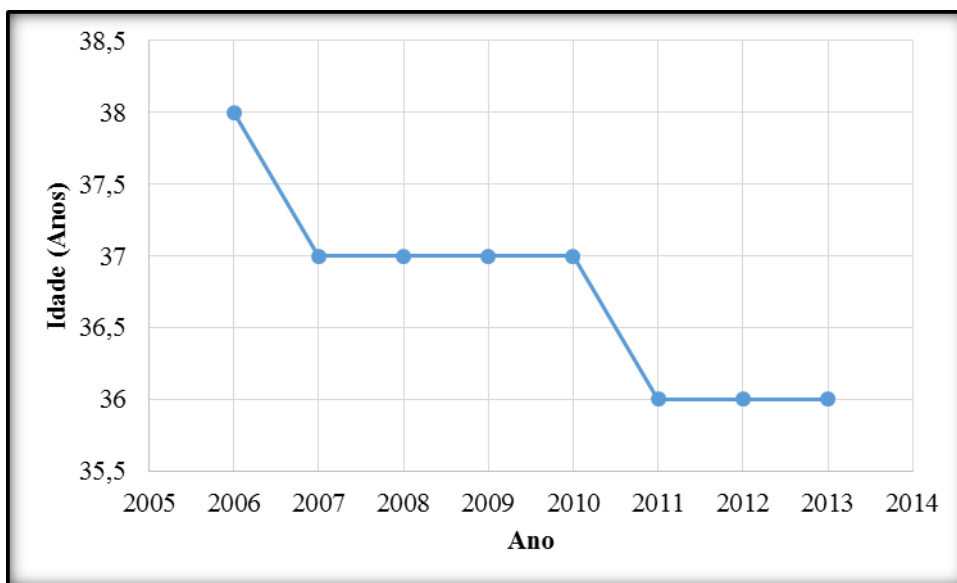


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Observa-se ligeira predominância de coletores com até 30 anos de idade (7 coletores), comparados com aqueles com mais de 30 anos (6 coletores), sendo que os que têm entre 26 e 30 anos apresentam-se em maior quantidade, seguidos pelos coletores mais velhos, com idade entre 41 e 45 anos, relativamente avançada para um serviço fisicamente tão exigente como a coleta de lixo. A média de idade entre os coletores entrevistados ficou em cerca de 32 anos.

A partir de informações da RAIS, foi possível traçar a média de idade dos coletores para o Brasil (Gráfico 7), o estado de São Paulo (Gráfico 8) e Presidente Prudente/SP (Gráfico 9), no intuito de comparar com as informações primárias das entrevistas. O período levado em consideração foi de 2006 a 2013

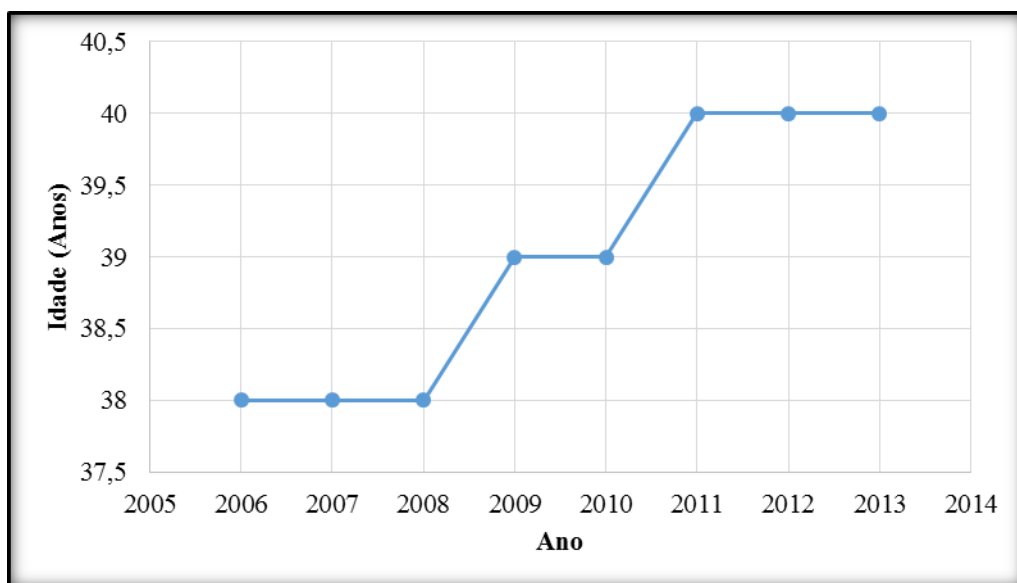
Gráfico 7 - Média de idade dos coletores de lixo - Brasil - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Nota-se que, para o país, a média de idade vem diminuindo no período considerado (2006 a 2013), passando de 38 para 36 anos, o que pode revelar a incorporação de contingente mais jovem de força de trabalho para suportar as exigências físicas do trabalho na coleta.

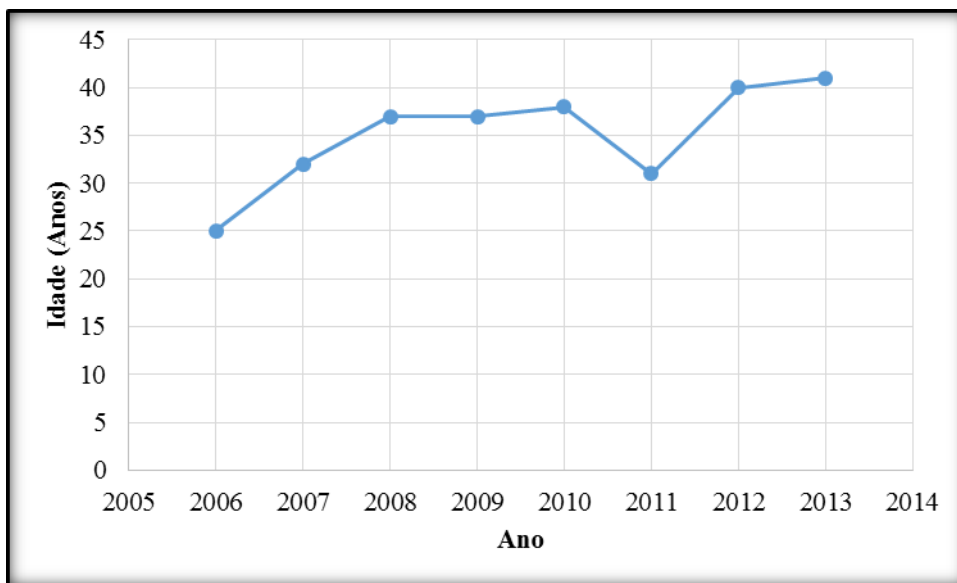
Gráfico 8 - Média de idade dos coletores de lixo - São Paulo - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Já no estado de São Paulo, a linha se mostra de maneira ascendente, passando de 38 para 40 anos a idade média dos coletores entre 2006 e 2013, o que indica, teoricamente, a maior permanência dos trabalhadores em seus postos de trabalho, envelhecendo dentro do emprego.

Gráfico 9 - Média de idade dos coletores de lixo - Presidente Prudente - 2006 a 2013

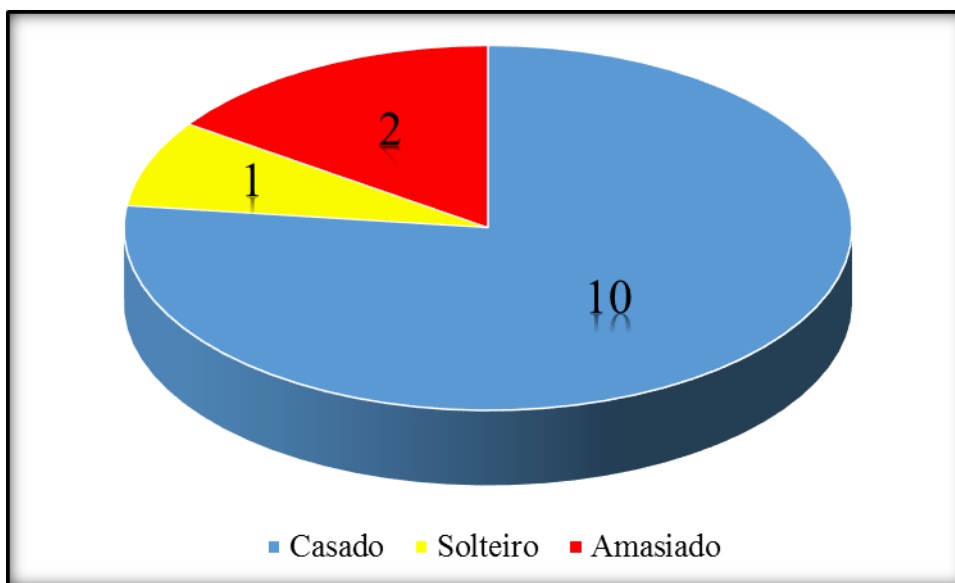


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

No caso de Presidente Prudente, o salto da média de idade foi ainda maior, passando de 25 anos em 2006 para mais de 40 em 2013, dando a entender, além da permanência no emprego por parte dos que já eram funcionários da Prudente, que nos concursos públicos que ocorreram a partir de 2006 foram admitidos muitos funcionários com faixa etária relativamente elevada, levando em conta o comum para a coleta de lixo.

A seguir, pode-se ver a classificação dos coletores quanto ao seu estado civil, se casado, amasiado ou solteiro (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Estado civil dos coletores entrevistados

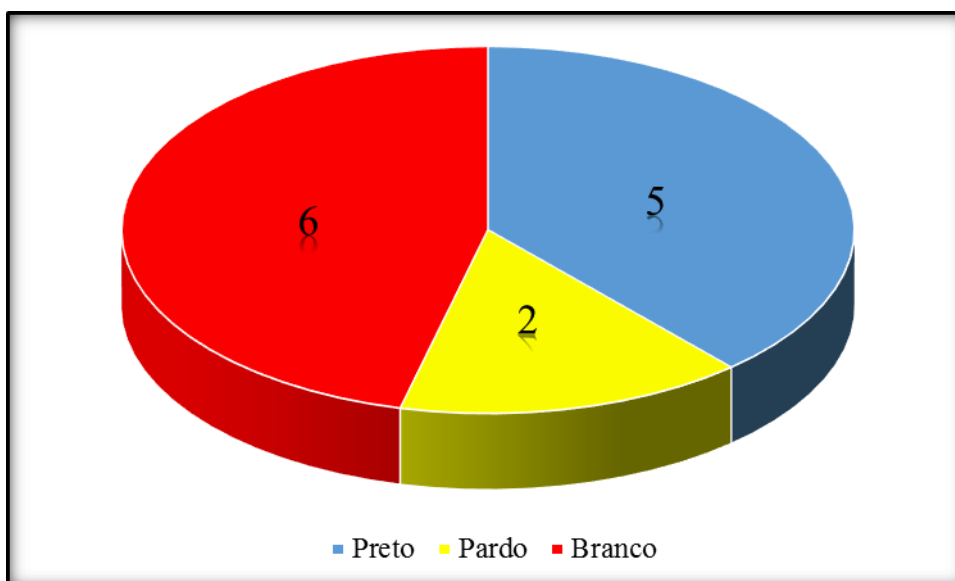


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Nota-se que a grande maioria dos entrevistados é casada, 10 entre os 13 coletores, sendo que, se considerássemos os amasiados (que moram junto com a companheira, mas não oficializaram a união judicialmente), o número saltaria para 12 coletores que vivem com sua própria família.

A cor da pele dos trabalhadores entrevistados é representada pelo Gráfico 11.

Gráfico 11 - Cor da pele dos coletores entrevistados

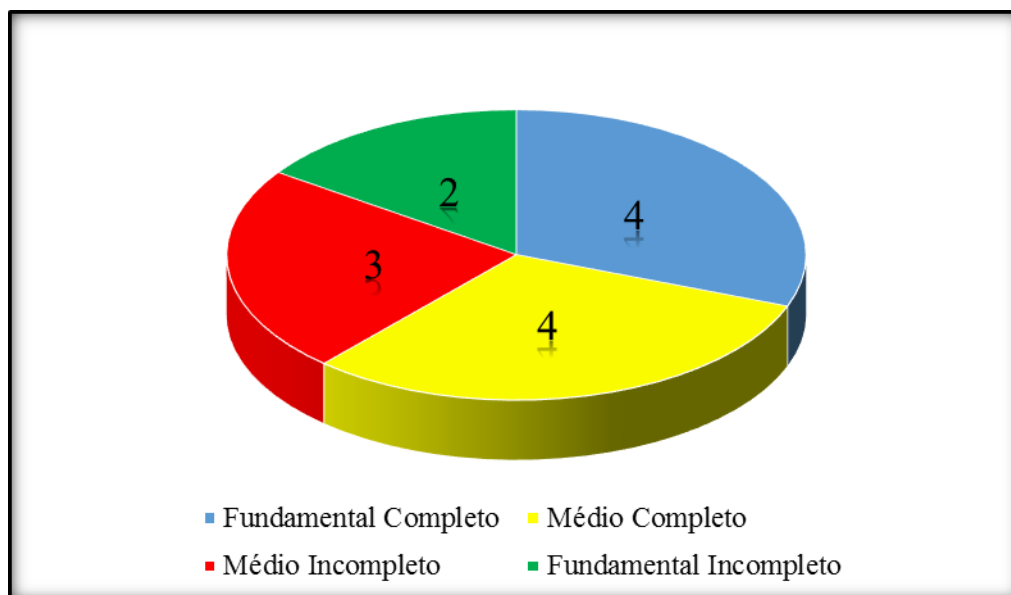


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

As únicas opções de cor da pele representadas no Gráfico 11 são “preto”, “pardo” e “branco”, ficando de fora “amarelo”, “indígena” e “não declarado” (adotando-se a metodologia censitária do IBGE), pois as respostas dos coletores giraram em torno das três primeiras opções. Preto e branco foram as cores da pele prevalentes nas autodeclarações, aglutinando 11 dos 13 coletores, com ligeira predominância de brancos, sendo que apenas 2 coletores declararam-se pardos.

Partindo-se para o grau de escolaridade, os níveis de formação dos coletores, as respostas dos coletores dividiram-se entre Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto e Ensino Médio Completo (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Grau de escolaridade dos coletores entrevistados



Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Da mesma forma que com a cor da pele, aqui as opções “Ensino Superior Incompleto” e “Ensino Superior Completo” também não foram incluídas no Gráfico 12, pois não englobam nenhum dos coletores entrevistados. Dentre as opções citadas pelos mesmos, aqueles com Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Completo compõem a maior parte dos coletores (8 no total), seguidos pelos com Ensino Médio Incompleto e Fundamental Incompleto, respectivamente 3 e 2 coletores.

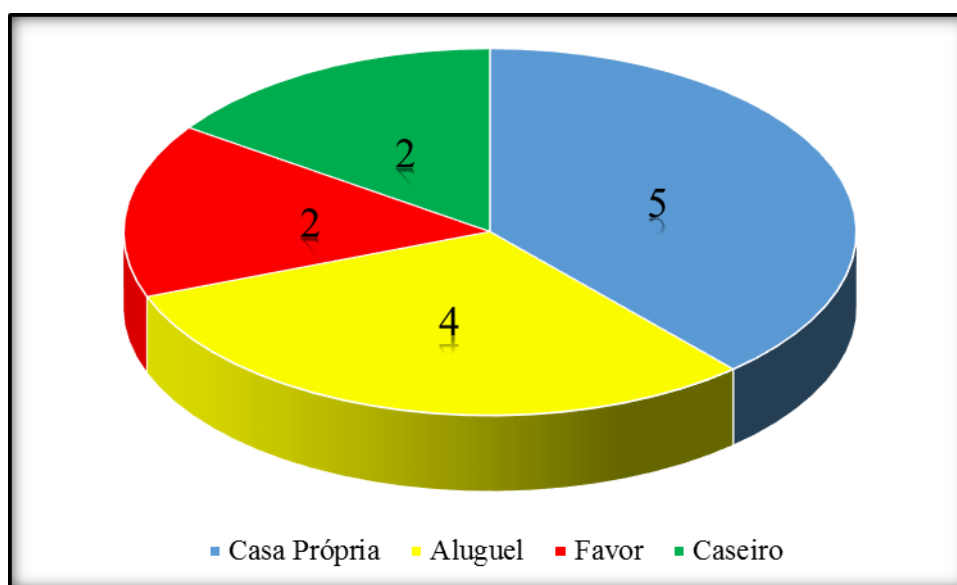
Interessante ressaltar que, tradicionalmente, a profissão de coletor de lixo ou, como pejorativamente é referida, “lixeiro”, é considerada como reduto das pessoas com pouca ou nenhuma formação escolar e, a partir das informações do Gráfico 12, extraídas das

entrevistas com os 13 coletores, percebe-se que a maioria deles (7 coletores) chegaram ao Ensino Médio, o tendo concluído (4 coletores) ou não (3 coletores).

Conforme argumenta, em tom crítico, o Coletor J, “Tem gente que fala assim pra nós ‘está vendo, não estudou, veja aí’, independente disso, não sabe se estudou ou não, e pra chegar lá no concurso, com 3º colegial muitos não conseguiram passar [...]”. (COLETOR J, 2015).

Outra variável que investigamos junto aos coletores foi a situação de moradia a que os mesmos estão submetidos, se possuidores de casa própria ou não (Gráfico 13). É possível perceber que, embora 5 coletores possuam casa própria, um número relativamente considerável em se tratando de sujeitos sociais com poder aquisitivo restrito e baixa renda mensal extraída da coleta, a maioria distribui-se entre as demais categorias, seja pagando aluguel (4 coletores), morando de favor em casa de parentes (2 coletores) ou residindo em local onde desempenham a função de caseiros (2 coletores), totalizando 8 coletores que não possuem moradia própria.

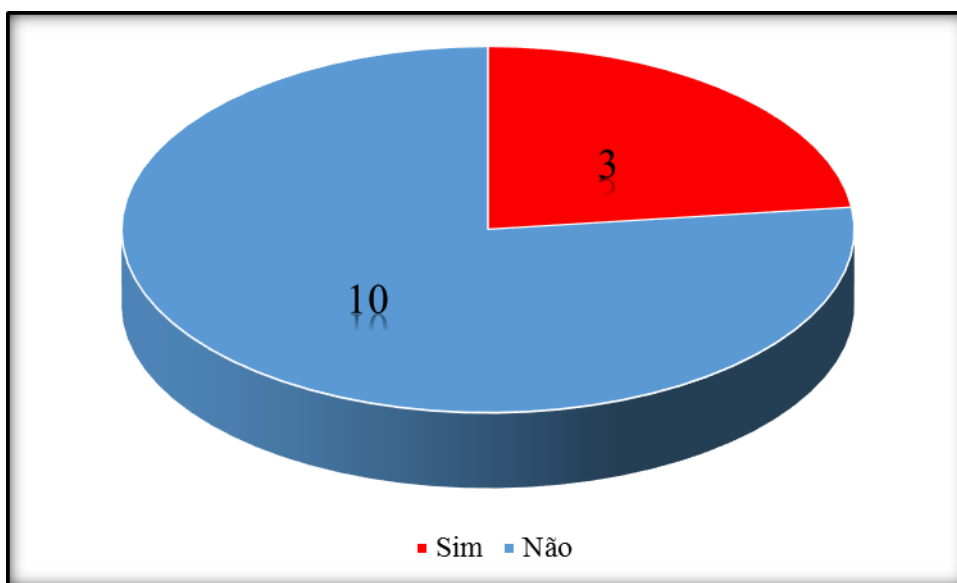
Gráfico 13 - Situação de moradia dos coletores entrevistados



Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Ainda relacionado com o tema da moradia, a distribuição entre os coletores que já usufruíram ou possuem inscrição no programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, e aqueles que nunca o fizeram, é representada no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Coletores inscritos e/ou usuários do programa "Minha Casa, Minha Vida"

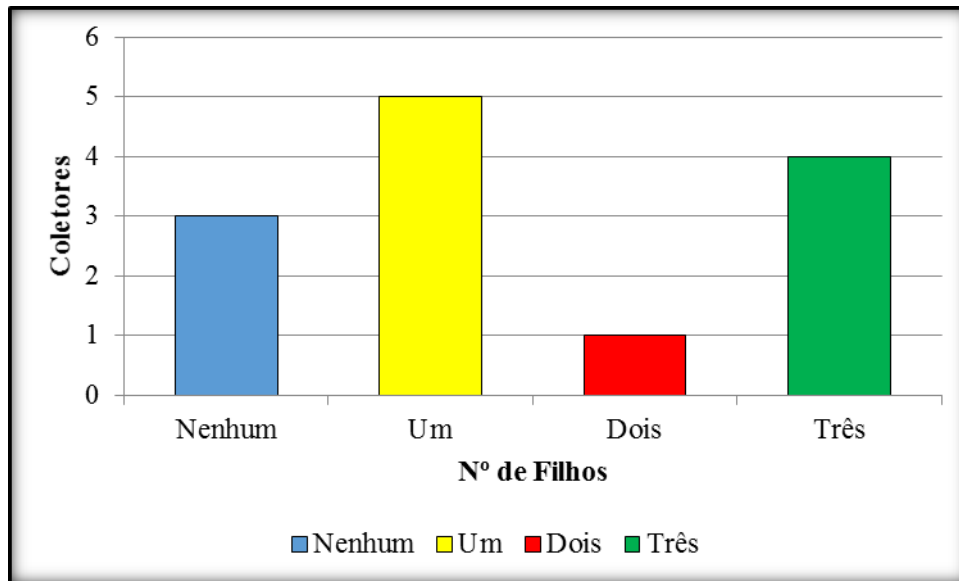


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

É notória a esmagadora maioria dos coletores entrevistados que nunca usufruíram e nem possuem inscrição no programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, somando 10 coletores, sendo que, dentre os outros 3, há aqueles que já usufruíram do programa, e aqueles que fizeram a inscrição, mas ainda estão aguardando serem contemplados em sorteio de casas populares. Esse quadro é incompatível com o que poderia se pressupor a partir da situação de moradia dos coletores entrevistados, expressa no Gráfico 13, em que a maioria não possui casa própria, alguns inclusive pagando aluguel.

A realidade dos coletores no que diz respeito à quantidade de filhos ou a ausência deles, numa escala que vai de 0 a 3 dependentes, não necessariamente filhos, pois há também os enteados entre eles, é explicitada no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Número de filhos dos coletores entrevistados

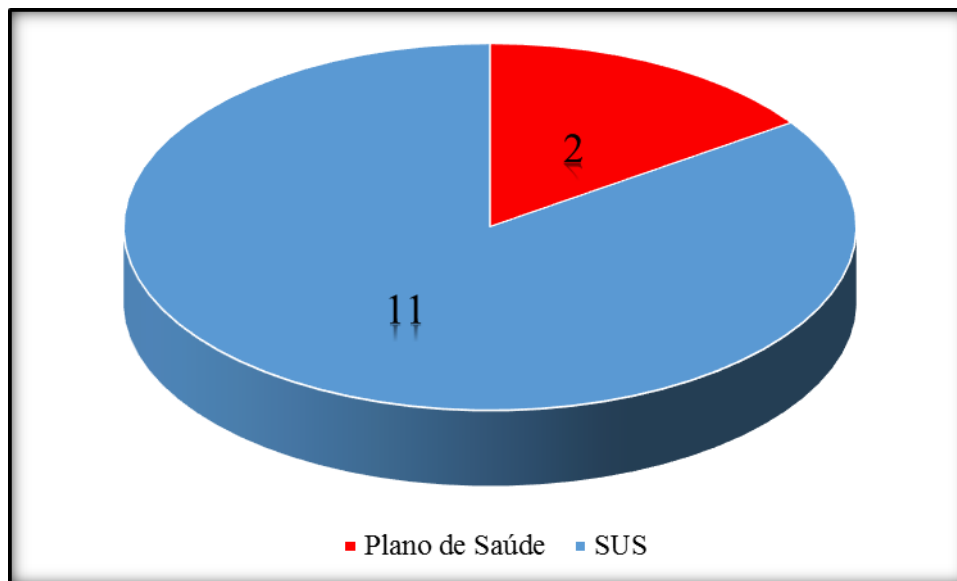


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Somados, aqueles que possuem ao menos 1 filho ou enteado (da mesma forma dependente financeiramente) representam 10 coletores, contra apenas 3 que não possuem filhos, sendo que 5 coletores possuem mais de 1 filho, o que problematiza ainda mais a situação financeira da família, levando em conta somente a renda mensal dos coletores.

Outra questão que fizemos aos coletores é relativa ao acesso a bens e serviços, mais especificamente se possuem acesso a plano de saúde ou se utilizam apenas o Sistema Único de Saúde (SUS). Vejamos o resultado no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Acesso a plano de saúde pelos coletores entrevistados



Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

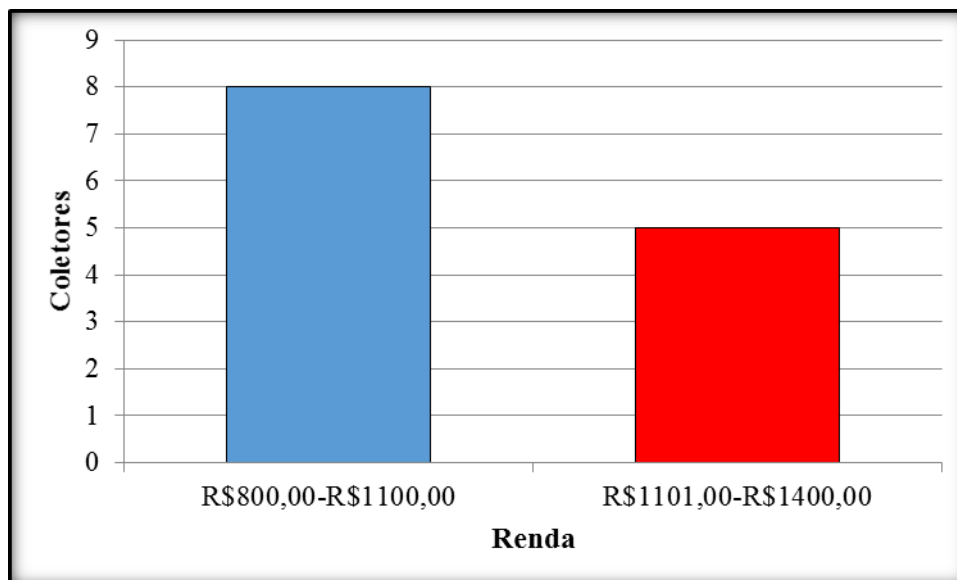
Nitidamente perceptível é a dificuldade de acesso a planos de saúde por parte dos coletores, de modo que 11 dos 13 entrevistados relataram usufruir apenas do SUS quando necessário, e apenas 2 pagam planos particulares. Vale ressaltar que, mesmo os que têm acesso a esse serviço, o fazem por conta própria, sendo que a empresa pouco ou quase nada subsidia desse serviço aos trabalhadores da coleta, fazendo com que, caso optassem por aderir ao convênio com o plano de saúde oferecido pela empresa, fosse descontada uma quantia muito grande de seus salários.

Como relata o Coletor M, “Tinha na firma, né, só que aí aumentou, todo mundo saiu, não dava pra todo mundo ficar, todo mundo saiu, porque estava muito alto.” (COLETOR M, 2015). Sobre o plano de saúde oferecido pela empresa, o Coletor K também argumenta que “Hoje tem, mas não está compensando, porque você está pagando praticamente a mesma coisa se você for lá e pagar o plano só pra você, antigamente compensava, porque a firma ainda pagava metade, hoje não está compensando não [...]” (COLETOR K, 2015).

Para complementar e justificar a dificuldade encontrada pelos coletores de acesso a planos de saúde, apresenta-se a seguir a renda mensal declarada pelos coletores (Gráfico 17). Vale ressaltar que houve variação nas declarações, de modo que criamos dois intervalos de valores, para contemplar as nuances. Estas podem se justificar pela incorporação do adicional de insalubridade recebido pelos coletores no valor líquido declarado por uns, e na

não incorporação por outros, assim como a incorporação ou não incorporação do valor do vale-alimentação recebido pelos trabalhadores, no valor de R\$500,00.

Gráfico 17 - Renda mensal declarada dos coletores entrevistados



Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Dessa forma, os intervalos de R\$800,00 a R\$1100,00 e de R\$1101,00 a R\$1400,00 foram escolhidos com base nos valores que os coletores mais apresentaram em suas declarações. Apesar da variação, a maioria (8 coletores) incluiu-se no primeiro grupo salarial, ao passo que os demais (5 coletores), provavelmente levando em conta os benefícios e adicionais supracitados, inseriram-se no segundo grupo salarial. Não sendo possível afirmar com absoluta certeza qual o salário-base, mais de um coletor apresentou valores aproximados a R\$830,00, valor correspondente, provavelmente, ao que consta em seus contratos de trabalho e registro em carteira, excetuando-se os adicionais e benefícios.

Posteriormente à realização das entrevistas, tivemos acesso ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) firmado entre o SIEMACO e a Prudenco, em março de 2015. Abaixo os valores exatos estabelecidos na negociação (Tabela 3):

Tabela 3 - Valores salariais estabelecidos em ACT - 2015/2016

ITENS DA FOLHA DE PAGAMENTO	VALORES
Salário Mensal	R\$ 934,35
Insalubridade (40% do Salário Mínimo)	R\$ 315,20
Vale Compra (Ticket)	R\$ 500,00
Prêmio de Produtividade	R\$ 150,00
TOTAL	R\$ 1.899,55

Fonte: SIEMACO. Org.: João Vitor Ramos da Silva

É possível verificar que o valor total da folha de salário extrapola até mesmo a segunda faixa salarial apresentada nas entrevistas com os coletores, girando em torno de R\$1900,00. Todavia, uma das prováveis explicações para tanto está contida no mesmo documento do qual tiramos essas informações (ACT – 2015/2016), pois um dos itens trata do prêmio de produtividade e do vale compra e as condições para os trabalhadores ganhá-los integralmente.

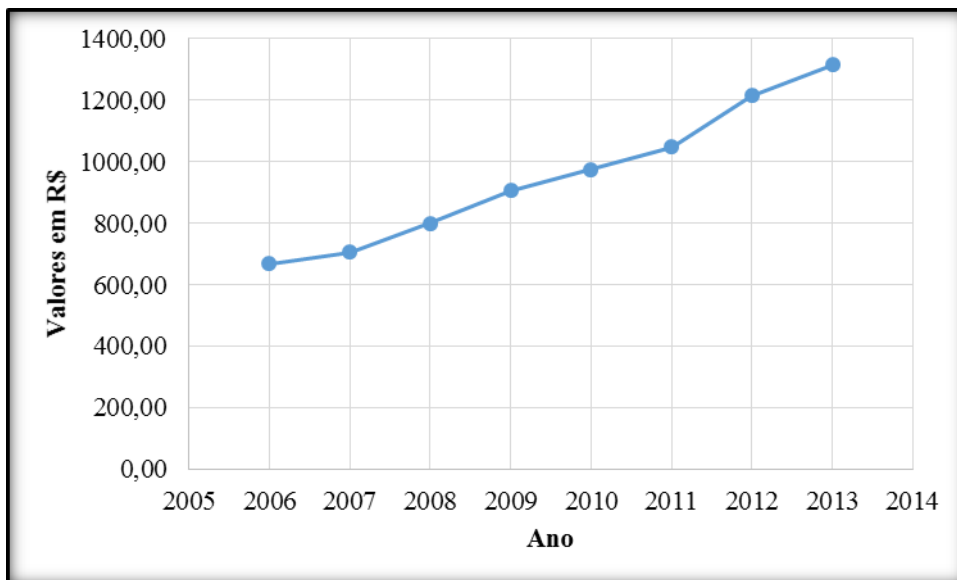
Para o prêmio de produtividade, só tem direito aos R\$150,00 previstos em folha o coletor que não possuir faltas no mês, sendo que: com uma falta justificada o valor cai para R\$112,50; com duas faltas justificadas R\$75,00; e acima de duas faltas justificadas ou apenas uma injustificada não recebe nada (SIEMACO; PRUDENCO, 2015). A lógica é: dividindo-se os R\$150,00 pelos cerca de 25 dias trabalhados, teremos uma proporção de R\$6,00 de prêmio por dia trabalhado, ou seja, trabalha-se um dia, ganha-se R\$6,00, mas ausenta-se um dia, perde-se R\$37,50!

Para o vale compra a lógica é a mesma. Só recebe o valor integral de R\$500,00 o coletor que não apresentar faltas no mês, ao passo que: com uma falta injustificada o valor cai para R\$425,00; com duas faltas injustificadas R\$350,00; com três faltas injustificadas R\$250,00 e acima de três faltas injustificadas não recebe nada (SIEMACO; PRUDENCO, 2015). Ganha-se R\$20,00 de vale compra por dia trabalhado e perde-se R\$75,00 por cada falta!

Como atestam os depoimentos dos trabalhadores, o trabalho na coleta exige sobremaneira de seus corpos, de modo que, especialmente nos primeiros dias no emprego ou quando são obrigados a coletarem com a equipe desfalcada, no outro dia veem-se forçados a faltar, pois o limite físico é atingido.

Os dados oficiais de renda mensal dos coletores, extraídos da RAIS, podem ser observados a seguir: para o Brasil (Gráfico 18), estado de São Paulo (Gráfico 19) e Presidente Prudente/SP (Gráfico 20).

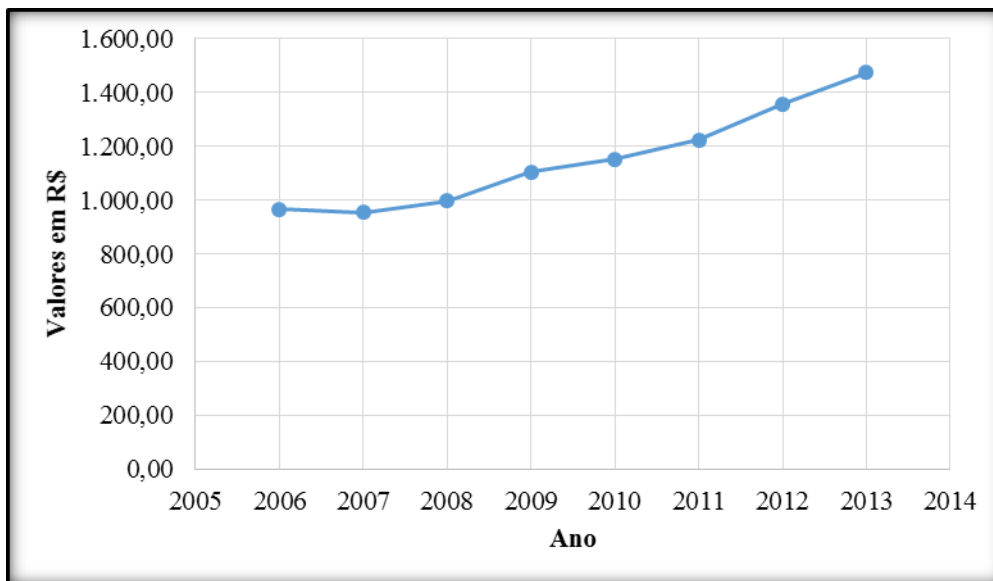
Gráfico 18 - Remuneração mensal na coleta de lixo - Brasil - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Em termos de Brasil, nota-se que a renda dos coletores praticamente dobrou no período, passando de cerca de R\$700,00 em 2006 para quase R\$1400,00 em 2013, um crescimento de 96,5%. Trata-se de um crescimento significativo em termos relativos, comparando-se, por exemplo, com o crescimento registrado no estado de São Paulo.

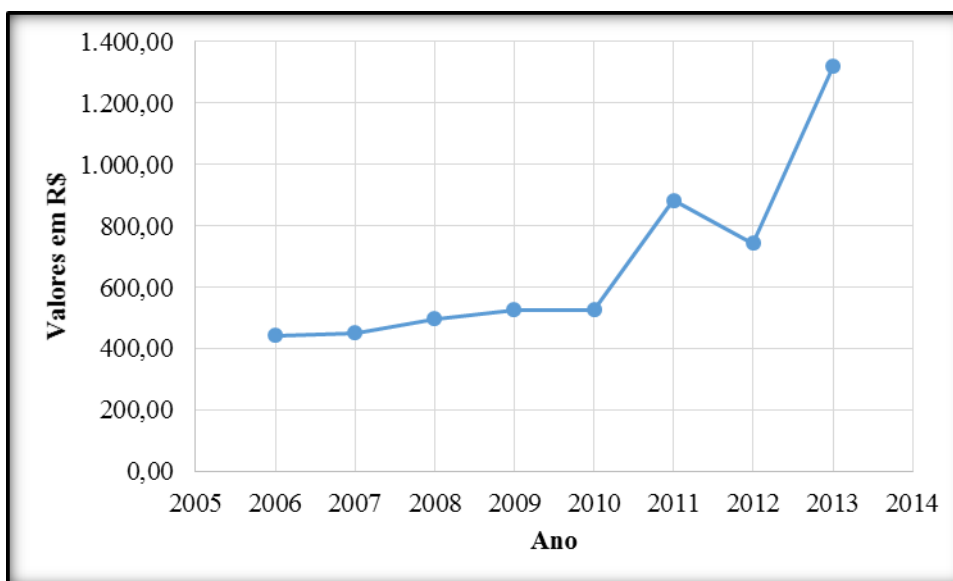
Gráfico 19 - Remuneração mensal média na coleta de lixo - São Paulo - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

No estado de São Paulo, a condição salarial em meados da década passada era bem melhor do que no restante do país, aproximando-se de R\$1000,00. Em 2013, superava os R\$1400,00, representando um crescimento no período de 52,5%, bem menor do que os 96% do Brasil, porém permanecendo ainda maior em termos absolutos.

Gráfico 20 - Remuneração mensal média na coleta de lixo - Presidente Prudente 2006 a 2013



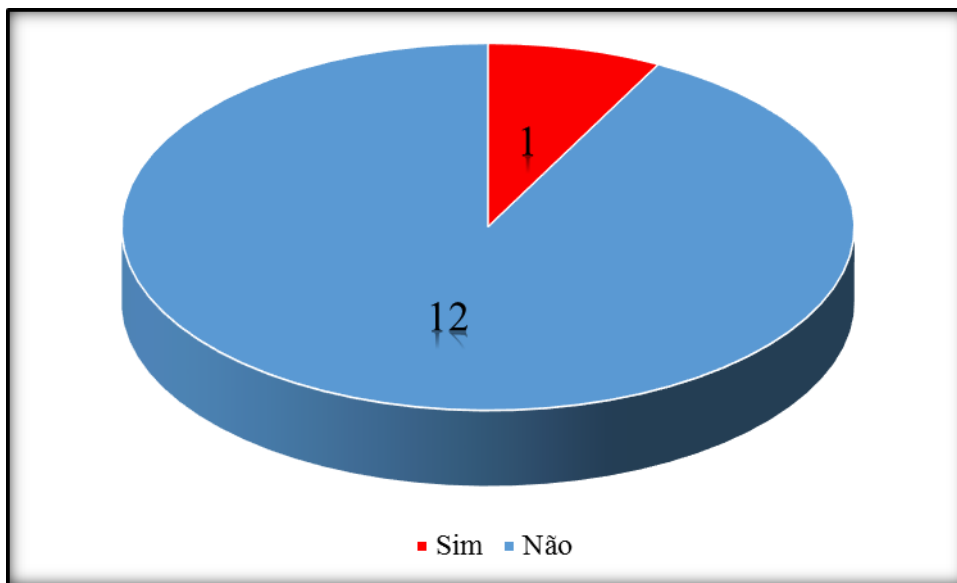
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Na escala do município de Presidente Prudente/SP, a situação salarial no início do período considerado era calamitosa, perto dos R\$450,00, ainda pior do que o registrado para o restante do país. Todavia, a taxa de crescimento entre 2006 e 2013 foi de 198,8%, alcançando no último ano cerca de R\$1300,00, quase o triplo do salário inicial. Esse valor compatibiliza com o que alguns coletores entrevistados em nossa pesquisa relataram, provavelmente levando em conta os valores brutos (sem descontos e com adicionais).

Não obstante as variações nas declarações dos entrevistados e entre as escalas geográficas consideradas, a remuneração recebida pelos coletores ainda é extremamente baixa, levando em conta o tipo de trabalho que desempenham, sua importância para o restante da sociedade e a penosidade característica do trabalho na coleta de lixo. Conforme ressaltam Velloso; Santos; Anjos, os coletores têm que “[...] lidar com uma realidade tão universalmente abjeta, sem receberem salários condignos, socialmente equitativos, até mesmo quando comparados aos de outras categorias pertencentes ao setor terciário, no qual se inserem.” (VELLOSO; SANTOS; ANJOS, 1997). Para Robazzi *et al*, “Maior atenção deveria ser dada por parte das empresas aos trabalhadores, valorizando-os por meio de pisos salariais mais elevados [...]” (ROBAZZI *et al*, 1992, p. 39).

Uma questão que se apresenta como complementar ao panorama da renda mensal dos coletores é se usufruem ou não de programas de transferência de renda do Governo Federal, em especial o “Bolsa Família” (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Beneficiários do programa "Bolsa Família" entre os coletores entrevistados



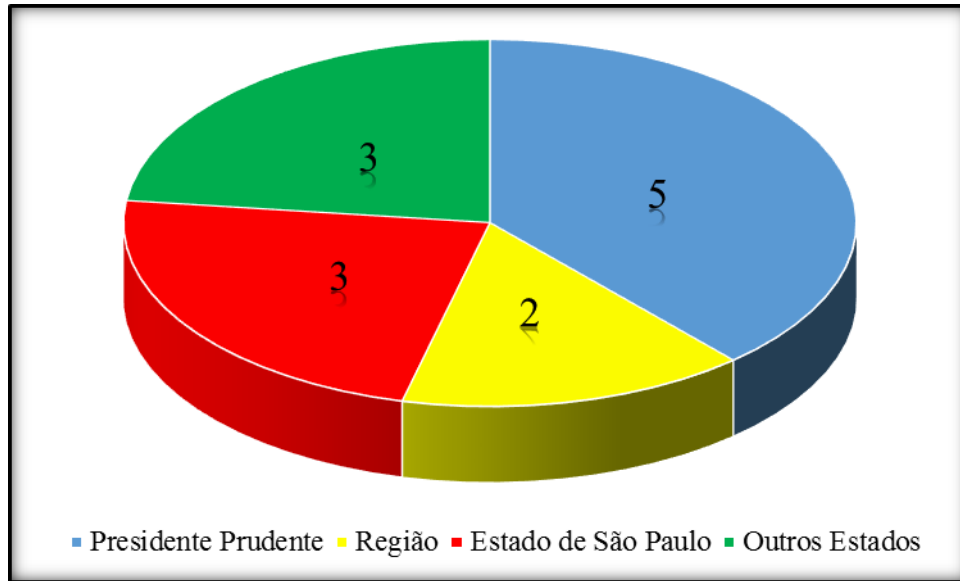
Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Como fica evidente, praticamente todos os coletores não usufruem do “Bolsa Família”, embora, a partir da renda mensal observada anteriormente, teoricamente os coletores seriam grandes usuários em potencial, obviamente desconsiderando o possível complemento de suas esposas no orçamento familiar.

Cruzando-se as variáveis “situação de moradia” e “número de filhos” com a renda mensal, e sabendo-se que quase a totalidade dos coletores entrevistados não usufrui de benefícios sociais do Governo Federal, como o “Bolsa Família”, é possível entender porque a grande maioria dos coletores possuem dificuldade de acesso a planos de saúde, pois levando-se em consideração apenas a renda mensal dos coletores e ignorando-se o possível complemento da renda de suas esposas, torna-se bem difícil garantir o sustento básico de uma família com filhos, aluguel, água, energia elétrica e todas as demais despesas habitacionais, e ainda contratar plano de saúde.

E de onde são naturais os coletores entrevistados? Nasceram em Presidente Prudente/SP mesmo? Na região? Em outras regiões do estado de São Paulo? Em outros estados do país? É esse aspecto da trajetória de vida dos coletores entrevistados que está representado a seguir (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Naturalidade dos coletores entrevistados

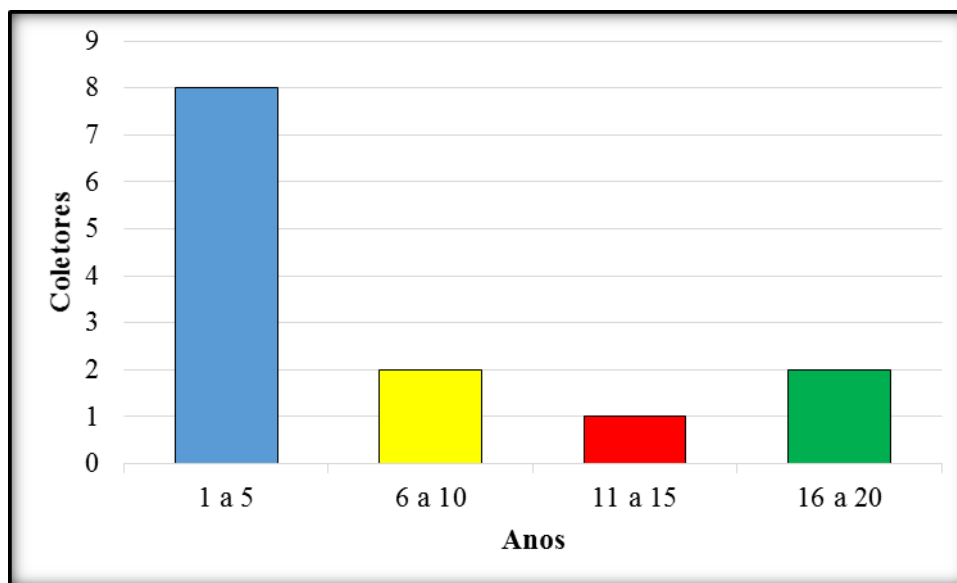


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Embora 12 dos 13 coletores residam em Presidente Prudente/SP, apenas 5 são naturais do município, sendo que os demais 8 coletores nasceram ou em outro município da região de Presidente Prudente/SP, ou em outro município do estado de São Paulo ou em outro estado do país, portanto pertencentes a famílias migrantes, seja de mais ou menos longe.

Em uma situação hipotética em que um morador se depara com um coletor em frente à sua residência, essa é uma questão que passaria despercebida, assim como há quanto tempo aquele determinado coletor trabalha na coleta de lixo (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Tempo de trabalho dos coletores entrevistados na coleta de lixo

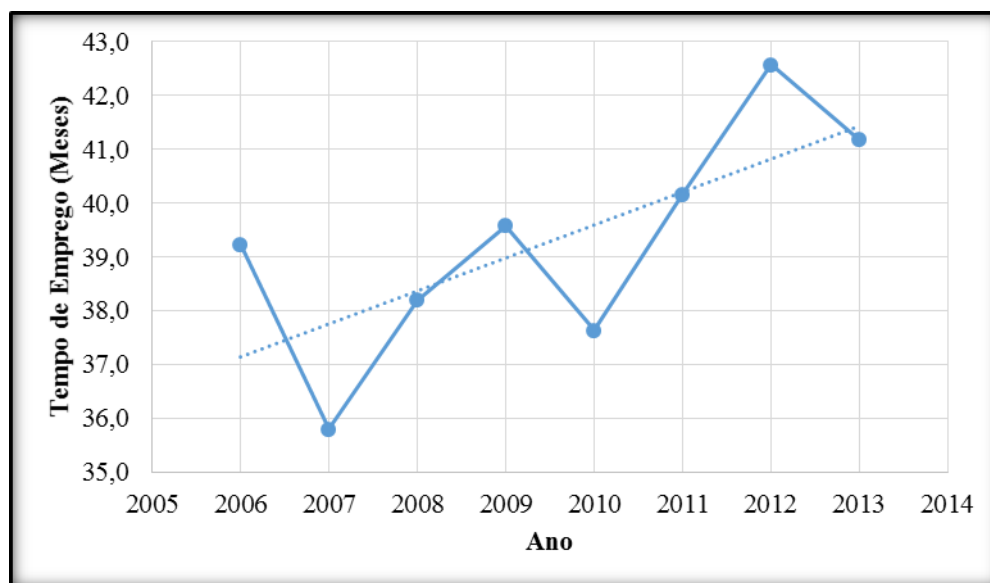


Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

A maioria dos coletores entrevistados são relativamente novos no trabalho da coleta de lixo, possuindo entre 1 e 5 anos de emprego (8 coletores). A eles seguem-se os trabalhadores que possuem entre 6 e 10 anos de coleta, e entre 16 e 20 anos (2 coletores cada), e por fim apenas 1 trabalhador com entre 11 e 15 anos como coletor de lixo.

A partir dos dados da RAIS, foi possível também sistematizar os dados do tempo médio de emprego na coleta por trabalhador, nas escalas do Brasil (Gráfico 24), estado de São Paulo (Gráfico 25) e Presidente Prudente/SP (Gráfico 26).

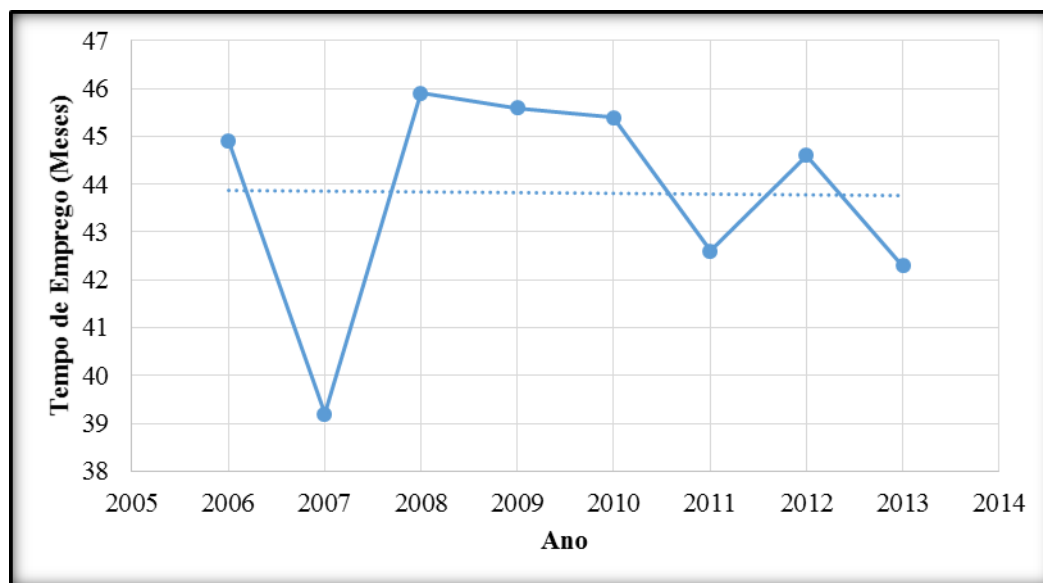
Gráfico 24 - Tempo médio de emprego na coleta por trabalhador - Brasil - 2006 a 2013



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

A partir do Gráfico 24, constata-se que no Brasil os coletores de lixo ficam, em média, 3 anos e 6 meses no emprego, havendo uma linha ligeiramente ascendente entre os anos de 2006 e 2013, porém representando apenas cerca de 2 meses a mais de permanência.

Gráfico 25 - Tempo médio de emprego na coleta por trabalhador - São Paulo - 2006 a 2013

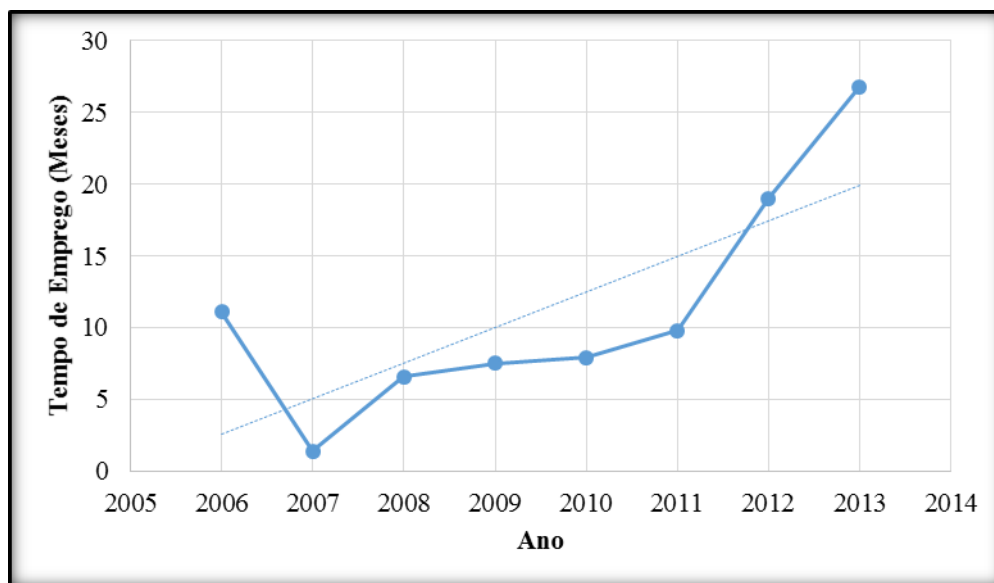


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Os coletores do estado de São Paulo (Gráfico 25) permanecem, em média, o mesmo tempo no emprego que os coletores do Brasil, em geral, cerca de 3 anos e 6 meses. Entre 2006 e 2013, entretanto, houve pequenas oscilações, sendo que em 2008, por exemplo, essa média era 3 meses maior.

Já os dados de Presidente Prudente/SP (Gráfico 26) apresentam grande discrepância em relação ao estado de São Paulo e ao restante do país. Mesmo tendo registrado um aumento praticamente constante da média de permanência no serviço em todo o período representado, em 2013 esse número estava em pouco mais de 2 anos de emprego, o que significa quase 1 ano e meio a menos que nas demais escalas, sendo que, no início do período, era de menos de 1 ano.

**Gráfico 26 - Tempo médio de emprego na coleta por trabalhador - Presidente Prudente
2006 a 2013**



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Os que possuem mais tempo de serviço na coleta, levando em conta aqueles acima de 10 anos de profissão, têm idade aproximada de 40 anos. Os 3 coletores nessa situação apresentaram, em alguns momentos de seus depoimentos, demonstrações de que sofrem atualmente com o desgaste cumulativo que o trabalho na coleta de lixo impõe aos trabalhadores. De modo que ter cerca de 40 anos de idade na coleta de lixo significa estar próximo do limite suportável para o corpo dos trabalhadores, sobretudo aqueles que possuem trajetória de mais de 10 anos na profissão, enquanto que em outros ramos de atividade essa idade limite seria bem mais tarde.

Conforme reconhece o Coletor I, “[...] eu não tenho mais aquela agilidade entendeu [...]” e, em outro momento do depoimento, à respeito das dificuldades de adaptação a outros setores em caso de mudança, “[...] eu posso me adaptar em outros, mas eu não vou ter a mesma coletividade que eu tenho nesse, se eu for pro outro eu não vou dar o mesmo desempenho por causa da idade também.” (COLETOR I, 2015).

Com 18 anos na coleta de lixo e uma idade considerada alta para um coletor, o Coletor I reivindica seu espaço dentro da empresa diante de outros coletores mais jovens, principalmente no que diz respeito ao seu direcionamento a setores mais pesados, enquanto que o coletor em questão muitas vezes permanece em setores mais leves. Nas palavras do Coletor I:

[...] as pessoas que estão entrando agora, elas tem que ver que, o que eu fiz lá atrás, eu estou merecendo aqui agora, se eu estou no setor menor, é porque *eu já não aguento correr no setor maior, eu não aguento mais correr no setor maior*, porque não adianta eu comparar minha idade com um moleque que tem 18 anos e eu tenho 41, indo pra 42. (COLETOR I, 2015).

O Coletor K atribui à idade e ao tempo de serviço na coleta de lixo os problemas físicos que os coletores vão adquirindo, como uma lesão no ombro que nos relatou. Segundo ele, “[...] isso aí acho que vem conforme o tempo de serviço mesmo e a idade vai pegando, o tempo de serviço tudo junto, acho que aí vão aparecendo os problemas.” (COLETOR K).

O conjunto de informações e gráficos acima apresentados explicitam um pouco mais do perfil dos trabalhadores que diariamente percorrem a cidade executando uma tarefa benéfica para toda a sociedade, a limpeza urbana. Apesar disso, é preciso elevar o patamar da discussão, alçando a compreensão dos coletores a sujeitos sociais com carne, osso, mente e emoções. Como tais, estão expostos diariamente, no decorrer de seu trabalho, a riscos de ordem nitidamente física, mas também psicológica, na medida em que, na relação social com os moradores, muitas vezes submetem-se a situações vexatórias, intimidadoras e humilhantes, conforme ver-se-á na sequência.

2.2.2. Invisibilidade social ou visibilidade negada: a sociabilidade dos coletores

A sociabilidade é um conceito importante para descrever a dinâmica geográfica dos coletores no espaço urbano. Compõem esse conceito, em nosso recorte de pesquisa, as relações de trabalho entre os próprios coletores, deles com o motorista da equipe de trabalho e, sobretudo, dos coletores com os moradores dos bairros. Para Moreira, “O conceito de sociabilidade vem emprestar o sentido ontológico que havia faltado no conceito de gênero de vida, e ainda agora no de meio técnico, e relegado como tema de filosofia entre os geógrafos.” (MOREIRA, 2007, p. 179).

Deixando de lado, por ora, a relação entre os coletores e deles com o motorista da equipe de trabalho, abordadas há pouco, foquemo-nos em sua relação com os moradores dos bairros do setor onde trabalham, ora marcadas por manifestações de respeito, acolhimento e empatia, ora por hostilizações, discriminações e invisibilidade social. Vejamos o que os coletores entrevistados têm a dizer sobre tal relação.

Começando pelos momentos de empatia dos coletores com os moradores, o Coletor B admite que “[...] tem uns moradores que reconhecem o serviço da gente e a gente fica na amizade, tem morador que sabe que a gente não almoça, sabe que é um serviço pesado, morador que dá um pãozinho pra gente, faz um lanche pra gente, dá café [...]”. A partir dessas atitudes de acolhimento dos moradores para com os coletores, os últimos procuram agir com reciprocidade: “aí as pessoas que tratam bem a gente, a gente trata bem também né, lógico, não querendo dizer que a gente trata mal as outras pessoas, mas aí a gente acaba criando uma afinidade, cria amizade com a pessoa, porque a pessoa te trata bem, a pessoa reconhece seu serviço [...]” (COLETOR B, 2015).

O Coletor A, relatando um episódio em que sua equipe deixou de parar na casa de uma moradora que, habitualmente, oferecia água e café aos coletores, expõe a fala da mesma: “o que aconteceu, aconteceu alguma coisa com vocês? Deixei a garrafa de água aqui, deixei as coisas aqui, eu cheguei aqui e estava do mesmo jeito, eu fiquei preocupada, o que aconteceu com vocês, vocês não querem mais vir aqui?”. De sorte que “Da mesma forma que tem gente que não quer nem ver a gente, quer que a gente faz o serviço, mas não quer ver a gente, tem pessoas que, se não ver a gente, já fica preocupada, vai do relacionamento e, 90% das vezes, vai da educação da pessoa.” (COLETOR A, 2015).

Segundo o Coletor C, a relação “[...] com a maioria é ótimo, por onde a gente passa, até anima a gente, o pessoal fala ‘nossa, esses aí merecem, serviço que tinha que ser muito valorizado e não é’, então a relação é boa cara, não é ruim não.”. Para ele, “[...] tem muita gente que gosta da gente né, poucos que não gostam, *as únicas pessoas que não dão valor em nós mesmo são só os patrões*, porque o pessoal dá muito valor na gente.” (COLETOR C, 2015 – Grifo nosso).

O Coletor D também comenta que “Olha, geralmente a gente sempre tem um morador que se identifica melhor, tem uma amizade [...], eles sempre são solidários com a gente, não todos, mas tem uma grande maioria que, graças a Deus, está com a gente.” (COLETOR D, 2015). Para o Coletor E, os moradores também reconhecem o serviço dos coletores, enfatizando que não seria qualquer um que se disporia a desempenhá-lo: “muitos moradores também reconhecem, o pessoal mesmo fala ‘se não fosse vocês, quem faria isso?’”. (COLETOR E, 2015).

Nas ocasiões em que os coletores precisam abastecer sua garrafa térmica de água, os moradores são sempre solícitos, segundo o Coletor F, já que “[...] todo morador, qualquer casa que você chegar e você pedir, sempre atendem a gente, dão água, às vezes dão até um

suco, um guaraná, mas a água é tranquilo, sempre que foi pedido nas residências, sempre eles colaboram com os coletores.”. (COLETOR F, 2015).

No final de seu depoimento, em um misto de satisfação e emoção, o Coletor H realizou o seguinte desabafo:

[...] *nós não merecemos só crítica não*, mas tem setores que dão valor, tem setor que é fiel...quando chega no fim do ano aí, dá as coisas pra nós aí, tem pessoas que abraçam a gente, nós todos fedendo, fala “não, precisa abraçar não”, fala “não, vem cá dar um abraço, vamos tirar uma foto”, tem pessoa que é muito fiel, principalmente aquelas mulheres mais antigas que limpam a casa assim, que gostam de ficar varrendo, nossa, aquelas mulheres então, só falta colocar nós nas alturas hein, aquilo lá é uma gratificação viu, eu acho que *não há dinheiro que pague viu, a pessoa estar feliz com o trabalho que a gente está fazendo* [...]. (COLETOR H, 2015 – Grifos nossos).

A gratidão pelo acolhimento recebido dos moradores também é bem valorizada pelo Coletor J, pois, segundo ele, “[...] o povo é muito grato, a gente passa, falam ‘moço, está aqui um pãozinho com mortadela’ [...]”, lugares em que certamente, ao chegarem ali, “[...] já tem um pãozinho com manteiga, um refrigerante, tem uma garrafinha de café, água gelada, opcional, até suquinho né, a pessoa faz suco de acerola, porque é uma pessoa que já pegou amor com a gente [...]”. Complementando tal informação, é devido a esse tipo de relação que boa parte dos coletores tem preferência por permanecer no mesmo setor de trabalho, “[...] porque a gente já se adaptou, já fez amizade com o povo, o importante é fazer amizade com o povo, nada de brigar, discutir com o povo, é fazer amizade, isso é importante pra todos [...]”. (COLETOR J, 2015).

Na visão do Coletor K, “A parte que você se sente mais confortável é quando você está passando e a pessoa fala ‘parabéns pelo serviço de vocês, nota 10, eu dou valor’, aí o seu astral sobe, ‘nossa, que beleza, é bom saber que tem alguém que valoriza a gente’ [...]”. (COLETOR K, 2015).

Segundo o Coletor L, a relação coletores-moradores é “[...] muito boa cara. É um ou outro que, sabe, é chato...mas olha, é 90% cara, é 10”. Este coletor prefere mudar de setor de tempos em tempos, porém pelo mesmo motivo que a maioria prefere permanecer no mesmo, exatamente para conhecer novas pessoas e fazer novas amizades com os moradores, pois, de acordo com ele, “[...] tem muita gente boa cara, na rua, tem muita gente que valoriza o coletor, sabe [...] não é questão de dinheiro, nada, sabe, valoriza mesmo, sabe...você passa ali, se preocupa, pergunta se você quer uma água, se você quer um refrigerante, se você quer um suco [...]” (Figura 3). (COLETOR L, 2015).

Figura 3 - Mesa de café da manhã servida por um morador aos coletores



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP.

O mesmo coletor apresentou alguns relatos de situações que forneceram à entrevista um ambiente mais emotivo, situações em que os moradores valorizam os coletores, muitas vezes com ações singelas, porém sinceras, como uma senhora que se aproximou do entrevistado e disse “‘eu sei, filho, que é difícil aí’...aí deu uma balinha lá cara, um saquinho de balinha assim, falou ‘toma, pra você adoçar a vida’. Rapaz, é pouco? Não é cara, não é pela bala, mas é pela atitude dela, atitude muitas vezes faz muita diferença [...]”. Nesse momento, como consequência da afetividade recebida pela moradora, o coletor afirmou “[...] irmão, eu estou sendo sincero, eu quase chorei cara. [...] pô, a pessoa está se colocando no meu lugar, aí

você fala ‘pô, agora eu vou me colocar no lugar dela, eu tenho que limpar mesmo a casa dela, eu tenho que fazer melhor’”. (COLETOR L, 2015).

Um dos momentos mais emocionantes da entrevista com o Coletor L foi quando relatou um evento protagonizado por uma criança que brincava com os coletores no setor em que ele trabalhava:

[...] um moleque, molequinho de 5 anos, sabe o que ele pediu pra mãe dele de painel pra festa dele? Coletores [...] ele pediu uma roupa laranja pra festa de aniversário pra ele. E quem que ele queria convidar pra festa? Os coletores [...] Super-Homem, Batman, um monte de coisinha que tem na televisão aí e o moleque fazer a festa de coletor? E a mãe dele falou, ‘eu tive que comprar uma roupa laranja pra ele’, e ele falou ‘*cadê meus colegas coletores?*’...você entendeu...comprou uma roupa laranja e ficou lá correndo, falei ‘meu deus’ [...] você vê o moleque cara, falar que quer ser coletor, lógico que *ele não tem noção do que ele está falando*, mas você também não vai desiludir o moleque [...] *nessas horas você esquece de todos os problemas*, você trabalha até mais feliz, velho. (COLETOR L, 2015 – Grifos nossos).

Nas palavras do Coletor M, “[...] tem lugares que as pessoas elogiam nós, entendeu, boa parte também elogia nós, tipo assim, fala que a gente é super-herói, se orgulha de nós, fala ‘nossa, nós somos bem gratos a vocês’...é gostoso, você está trabalhando, a pessoa ver, valorizar seu serviço, entendeu [...]”. (COLETOR M, 2015).

Todavia, “nem tudo são flores” para os coletores em sua relação com os moradores, aliás, muito ao contrário, havendo nos depoimentos dos mesmos várias expressões de hostilizações e humilhações dos moradores para com eles, fazendo com que se sintam bem desvalorizados pela sociedade nesses momentos.

Sobre os atos de humilhação sofridos pelos coletores, o Coletor B enfatiza que “[...] isso aí é quase todo dia [...]”, como nos casos em que o morador “[...] está vindo com a sacolinha, ao invés de ele te dar na sua mão, ou abrir o portão e entregar, ele pega e joga por cima [do portão] na calçada, ou joga no meio da rua pra você pegar, como se estivesse te humilhando, entendeu, isso aí é rotineiro também [...]”. A percepção da humilhação pelo coletor se dá “[...] pelo jeito da pessoa olhar, o jeito, que nem eu falei, do tratamento, da pessoa jogar o lixo no chão, isso aí você já sabe que a pessoa está te rebaixando né, está te diferenciando, isso aí é normal [...]” (COLETOR B, 2015).

O mesmo coletor, tratando das situações em que se sente invisível na relação com os moradores, afirma que “[...] às vezes você passa pela pessoa, fala bom dia e a pessoa não responde, às vezes você passa pelo morador, ele está saindo pra fora da casa trabalhar de manhã e finge que não está te vendo, que não te viu, passa por você e não olha nem no seu

olho, nem no seu rosto [...]”, traduzindo em outras palavras, “[...] *é como se você não existisse ali [...]*”. (COLETOR B, 2015 – Grifo nosso).

Segundo o Coletor D, “[...] sempre tem aquele que você fala bom dia, ele finge que não é nem com ele, ele *acha que coletor é um ser de outro mundo*, então ele esnoba, ele finge que não ouve, [...] *achando que nós somos um lixo ambulante*, então acontece disso no dia a dia.”. Sobre a experiência da invisibilidade vivenciada, o entrevistado assevera que “[...] a pessoa acha que você ali é invisível, você fala bom dia, a pessoa está olhando pro horizonte, pro horizonte ela vai, *você não existe*.”. (COLETOR D, 2015 – Grifos nossos).

Alguns episódios acontecem mesmo fora da jornada de trabalho, como relata o Coletor A, que, ao subir em um ônibus após o trabalho, ouviu de uma mulher a seguinte frase: “‘ai, não aguento esse cheiro, olha que fedor, parece animal morto que tem aqui dentro’” (COLETOR A, 2015). O coletor em questão afirma que, nessa ocasião, por se sentir ofendido diante da afirmação indiretamente dirigida a ele, desejou ser invisível, não estar ali naquele momento.

Dessa forma, em alguns casos, a invisibilidade passa a ser um desejo e não uma afetação, tamanho sentimento ruim por ouvir determinadas coisas dos moradores, como quando “[...] você fala pro morador assim ‘poxa senhora, poxa senhor, vamos dividir o peso’ e a pessoa fala ‘a prefeitura lhe paga pra fazer o trabalho’ [...] você engole aquilo ali e a vida que segue, mas que dá raiva dá...tipo assim, nem precisava ter ouvido aquilo.”. (COLETOR D, 2015).

Na ótica do Coletor E, muitas formas de discriminação são coisas do passado, pois antes, “[...] quando tinha criança na rua, a hora que via que o caminhão estava passando, aí as mães botavam as crianças tudo pra dentro, porque coletor tinha fama de maconheiro, que usa droga, essas coisas assim, que o coletor não sabe conversar com morador [...]”. Em relação ao sentimento de invisibilidade, entretanto, relata a atualidade das situações, haja vista que “[...] às vezes a gente está passando assim na rua, a pessoa está varrendo a calçada, pondo o lixo na lixeira, você passa e fala bom dia, a pessoa nem olha pra sua cara, aconteceu já assim também.”. Questionado sobre que tipo de reação é desejável nesses momentos, o coletor destaca o bom senso, relatando que “Ah, dá uma vontade de falar alguma coisa né, mas a gente pensa assim, a gente é coletor, já falam que coletor é isso tudo, a gente fala bom dia, quem é que tem educação né, sou eu ou o morador?”. (COLETOR E, 2015). Da mesma forma considera o Coletor A, enfatizando que “[...] se for me importar com ofensa que a gente recebe na rua ou qualquer coisa desse modo, a gente não trabalha, porque tem horas que a

gente recebe umas que dá vontade de olhar e dar aquela resposta bem dada [...]” (COLETOR A, 2015).

O Coletor F também se sente atingido por atitudes desse cariz por parte dos moradores, sendo que para ele “[...] é até meio chato de chegar nesse ponto de falar, [...] tem morador que acha que o coletor, ou ele passa alguma necessidade dentro de casa, tem algum problema, não tem estudo, não se formou, não fez nada na vida, mas não, não é bem assim não.”. Relatou ações mais incisivas também, casos em que “[...] o povo xinga a gente de maloqueiro, de cachaceiro, de maconheiro, já aconteceu muito, já vi muita gente ser xingada assim, cara [...]”, e as vezes em que os atos hostis inserem os coletores em uma mistura de visibilidade pejorativa e invisibilidade social:

[...] tem muitos que você passa pela pessoa, “ai, que fedor”, sabe assim, e faz de conta que não viu a gente, a gente passa “oi, bom dia, boa tarde” e a pessoa faz de conta que nem viu, isso aí acontece muito, isso aí é diariamente, isso aí é diariamente, você vai num lugar, um faz de conta que não te vê, vai em outro é a mesma coisa, isso é diariamente, isso acontece hoje e não vai deixar de acontecer não...bom, é igual eu falei, é a ciência do ser humano né, *se sentir que é ser humano também, ele acaba vendo a gente*, agora caso contrário, porque “ai, eu tenho mais dinheiro que aquele ali, não sou obrigado a falar bom dia pra ninguém”, então quer dizer, aí já tem uma diferença, a maneira que você sente que a pessoa nem te viu, mas acontece, isso aí vai acontecer por muito tempo, espero que não, mas acontece sim. (COLETOR F, 2015 – Grifo nosso).

Ao passo que, em algumas ocasiões, o desejo é de querer parecer invisível, “[...] quando acontece isso aí, que a pessoa fala as coisas pra gente, eu procuro fazer de conta que não é nem comigo, [...] aconteceu muitas vezes, ‘oh, seu vagabundo’, não sei o quê, a gente continuava nosso trabalho [...]”. (COLETOR F, 2015).

O Coletor G inclui em seu desabafo o sentimento de que, às vezes, sente-se como um trabalhador escravo, tamanho descaso pelo seu trabalho e hostilidade na atitude de alguns moradores, “[...] tem lugar que a gente passa e a pessoa fica com aquela cara de zombar, sabe, você está fazendo uma coisa que ninguém quer fazer, é um serviço que não é fácil e *a pessoa ainda pensa que você é escravo [...]*”, em outras palavras, “[...] você passa, você pega o lixo dele e o cara ainda quer te humilhar, como se fosse empregado dele, então é complicado.”. Explicita a impossibilidade de satisfazer todos os moradores no que diz respeito à perfeição e total limpeza no serviço, pois a intensidade do trabalho assim não permite, e “[...] ainda maltrata a gente ainda, ‘ah, que é vagabundo’ ainda, chama, tem muitos que acontece isso, a

gente tenta...às vezes pega uma sacolinha, rasga, poxa, não é culpa nossa, porque o morador não colocou, não embalou bem embaladinho [...]”. (COLETOR G, 2015 – Grifo nosso).

Quanto ao sentimento de invisibilidade, o mesmo coletor não tem dúvidas em dizer que passa por ele constantemente: “[...] você está passando assim, a pessoa parece que nem te vê, sabe [risos], [...] eu sou uma pessoa que trabalha sempre contente, alegre, eu cumprimento todo mundo, falo ‘bom dia, boa tarde’, tem muitas pessoas que pegam e viram a cara pra você, [...] tampa o nariz.”. Nesses casos o constrangimento é garantido e doloroso, “[...] é chato, pô, *a gente é humano*, aí você passa perto da pessoa e a pessoa tampa o nariz pra você, não tem precisão disso, é uma coisa que a gente fica bem constrangido mesmo quando acontece.”. (COLETOR G, 2015 – Grifo nosso).

O ato de tampar o nariz na presença dos coletores representa, para quem recebe esse tipo de ato, ser comparado com o próprio lixo com o qual lida. Daí Santos afirmar que “Esta discriminação, colocando-os à margem, magoa-os e entristece-os. O coletor de lixo, muitas vezes, é confundido pela população com o lixo com o qual trabalha e isto não passa despercebido destes trabalhadores.” (SANTOS, 2001, p. 59). Como bem sintetizam Robazzi; Bechelli, “Torna-se um verdadeiro paradoxo: eles auxiliam a manter as cidades mais limpas; entretanto, manipulam e se impregnam constantemente com materiais de risco, pela sua própria composição.” (ROBAZZI; BECHELLI, 1985, p. 69), em outras palavras, transubstanciam-se no próprio lixo.

Em contrapartida, quando da ocorrência de discussão entre os coletores e algum morador, novamente a vontade de parecer invisível vem à tona: “[...] ali foi um lugar de eu passar e falar ‘tomara que esse cara nem me veja, pra não me encher o saco’, sempre que você passa no lugar o cara está te enchendo o saco, enchendo a paciência, você ali torcendo, ‘tomara que ele não me veja’”. Muitas vezes se sente decepcionado por ser coletor devido a esse tipo de situações a que são expostos, “[...] você faz o que ninguém quer fazer, você limpa a rua do cara e o cara finge que não te vê, o cara ainda te humilha...mas tem que seguir né, *a gente precisa trabalhar*, graças à Deus é meu ganha pão. (COLETOR G, 2015 – Grifo nosso).

Segundo o Coletor I, “[...] infelizmente alguns [moradores] acham que nós somos bandidos [...] vem de muito tempo atrás que os coletores são bandidos, mas mudaram essas coisas, mudamos esse patamar né [...]”, tendo em vista que “[...] nós somos honestos, eu, particularmente, sou honesto, e tem vários colegas meus que trabalham na coleta de lixo que são honestos e são pais de família e trabalham [...]”. (COLETOR I, 2015).

Em sua experiência trabalhando no setor noturno dos condomínios, o mesmo coletor relatou que “[...] a gente entrou ali, fala um ‘bom dia’, ‘boa tarde’, não falam nada, aí você vê o motoqueiro seguindo a gente, cara, pra ver se a gente não ia roubar casa, roubar alguma coisa [...] não sei, cara, acho que é um tratamento totalmente diferente né.” O Coletor I afirma que as atitudes discriminatórias não se restringem a esse setor, mas em outros também “[...] tem gente que fecha o nariz, tampa [...] mas não é o nosso lixo, é o lixo que a gente está catando dos moradores, é o lixo da pessoa que a gente catou pra jogar, a gente teve mais coragem pra pegar o lixo da pessoa que tampou o nariz do que ela”. Ainda produz um relato de uma situação constrangedora e humilhante pela qual passou:

Teve uma vez que eu estava coletando aqui no Vitória Régia aqui, eu estava puxando o lixo né, amontoando o lixo, aí uma mocinha estava vindo da escola, ela saiu correndo [risos], “mãe, acorda mãe”, *ela me viu e saiu correndo*, eu percebi isso aí, ela achou que sei lá, eu ia agredir ela, ia agarrar ela, ia roubar ela, não sei, não sei o que ela pensou, mas a hora que a mãe dela abriu a porta, ela sentiu um alívio, entendeu, de me ver e correr e a mãe dela abrir a porta e ela entrar pra dentro da casa dela. [...] Ah, eu até parei de amontoar e voltei pra trás, porque eu senti que ela estava correndo com medo de mim, entendeu, *mas jamais eu faria essas coisas assim né*. (COLETOR I, 2015 – Grifo nosso).

Ainda no plano das hostilidades sofridas pelos coletores, outro assunto em voga é o termo que se emprega para identificá-los. É certa tradição no vocabulário popular o emprego do termo “lixeiro” para se referir aos coletores de lixo ou garis²⁷, porém a maioria dos coletores entrevistados identifica-se como “coletor”, embora, a depender da forma como percebem o tom do chamamento por parte dos moradores (se providos de carga pejorativa ou de ingenuidade), relevam e agem com bom senso.

Segundo o Coletor B, nos casos em que o termo “lixeiro” é empregado como forma de discriminação, os coletores costumam corrigir os moradores, “[...] lixeiro não, porque não é a gente que produz o lixo, a gente só coleta, a gente já procura corrigir já pra pessoa também se pôr um pouco no lugar dela, não ficar discriminando a gente né.” (COLETOR B, 2015). O Coletor H também explica que “[...] acham que só porque a gente coleta o lixo, nós que somos os lixeiros...quem faz o lixo somos nós mesmos né, nós que fazemos o lixo, os lixeiros somos nós que fazemos o lixo e não quem cata [...]”. (COLETOR

²⁷ “No início do século, os serviços de limpeza urbana foram entregues à iniciativa privada, quando então os Irmãos Garys assumiram a companhia industrial do Rio de Janeiro, por autorização do governo municipal, para desempenhar os serviços de coleta, transporte e destino do lixo. Desde então, os trabalhadores da coleta de lixo passaram a ser denominados pelo nome genérico de seus patrões: garis.” (VELLOSO; SANTOS; ANJOS, 1997, p. 694).

H, 2015). O Coletor I assume o mesmo tom educativo em sua fala, ao mesmo tempo afirmando sua identidade como coletor, “Eu sou coletor, cara, coletor de lixo, lixeiro é quando eu estou em casa fazendo lixo pra pôr pro coletor catar.” (COLETOR I, 2015).

Para o Coletor C, nem sempre os moradores referem-se aos coletores como “lixeiros” em tom pejorativo, “[...] a gente se considera como coletor, mas tem muita gente que chama de lixeiro ainda. [...] eu acho que não é pra ofender não, eu acho que não tem muito conhecimento da nossa função.” (COLETOR C, 2015).

A fim de não criar confusão, muitos coletores relevam os casos em que são chamados de lixeiros, agindo por vezes até com descontração: “[...] uns até dão risada quando chama de lixeiro, ‘oh lixeiro’, ‘ah, sou lixeiro mesmo’, e tem outros que já não gostam que chamam de lixeiro, ‘eu não sou lixeiro não, sou coletor’, mas a gente ainda leva na esportiva.” (COLETOR F, 2015). Também tratando com brincadeira a questão, o Coletor A afirma que “[...] quando é alguém que a gente já conhece, que fala ‘ah, olha o lixeiro lá’, ‘lixeiro não, Lili’ [...] aí a gente já é mais compreensivo.” (COLETOR A, 2015).

O Coletor G corrobora essa forma de lidar com a situação, embora deixe a entender que a conduta de pacificação assumida pelos coletores não bloqueia a chateação gerada em alguns momentos: “[...] tem pessoas que ‘ah, o lixeiro’, tipo assim, por impulso, e tem pessoas que fala ‘oh, o lixeiro’, zombando, [...] o correto não é chamar de lixeiro, é coletor de lixo, mas eu não ligo, mas só que tem aqueles que você já fica meio assim, poxa [...]”. (COLETOR G, 2015). Assim como o Coletor K, afirmando que “[...] a gente vai ali coletar, então a gente é coletor, eu não me sentia bem, não ligava, mas não me sentia bem [...]”. (COLETOR K, 2015).

O Coletor J inclusive busca contextualizar o motivo pelo qual o termo “lixeiro” ainda é empregado pelos moradores, colocando-se em seu lugar: “[...] quem fala lixeiro é porque muitas vezes ouviu alguém falar lixeiro, mas se ela for olhar dentro da situação, ela vai ver que é coletor [...]”. Ainda lembra que há casos que os próprios moradores saem em defesa dos coletores, nesse sentido: “[...] tem certas pessoas que não aceitam chamar nós de lixeiros, eles falam ‘lixeiros somos nós, que fazemos o lixo, eles são coletores’, eu falo ‘aí, senhora, parabéns, já aprendeu’.” (COLETOR J, 2015).

A mesma compreensão possui o Coletor L, dizendo que “[...] tem gente que você sabe que não está falando por mal, está falando porque é assim que aprendeu [...] Mas tem gente que você sabe, velho, que ele está falando aquilo ali pra tentar te denegrir de alguma forma [...]”. Todavia, faz questão de também se afirmar como coletor, não como “lixeiro”,

pois “[...] na realidade a maioria do povo erra, não existe lixeiro, é coletor, coletor de lixo, porque lixeiro é quem faz o lixo, então vamos partir do princípio, então quem que é o lixeiro da casa do cara, não é ele?”. (COLETOR L, 2015). Para o Coletor M, “[...] eu na minha casa sou um lixeiro, que sou eu produzo o lixo, entendeu...eu ali, eu me considero um coletor, entendeu [...]”. (COLETOR M, 2015).

Nota-se como a questão dos estigmas sociais perseguem os coletores de lixo, sendo que, não raras vezes, sofrem com atitudes humilhantes e discriminatórias por parte dos moradores simplesmente por serem coletores, não importando qual sua trajetória, sua história de vida, sua personalidade, sua estrutura familiar e, principalmente, sua dignidade: “[...] a gente queria mais valorização, não em termos de luva, ou de caminhão, não em termos de tênis ou em termos de meião, isso é o básico e a empresa tem que dar mesmo, *a valorização do ser humano, do coletor*, entendeu.” (COLETOR I, 2015 – Grifo nosso).

Como se trata de um aspecto qualitativo e não quantitativo, as ofensas e hostilizações apresentadas pelos coletores, embora em menor número se comparadas com as atitudes de empatia, conforme relatado pela maioria dos entrevistados, não podem ser simplesmente equacionadas e minimizadas. Trata-se, aqui, mais de intensidade e repercussão no processo de interiorização do que se ouve, do que da quantidade de vezes que se ouve, pois as hostilizações, uma vez sofridas, permanecem com os trabalhadores, seja durante a jornada de trabalho, seja após seu término, o que não diminui esse aspecto como agravante do quadro de degradação do trabalho vivenciado pelos coletores no plano psicológico.

A reflexão que fica dos depoimentos dos coletores é que se manifesta de forma combinada uma visibilidade imediata, aparente, sensível e pejorativa dos coletores em relação aos moradores, por um lado, e uma invisibilidade social desses trabalhadores, por outro. Isto é, ser invisível socialmente para os coletores não significa, necessariamente, não ser visto, apreendido pelo sentido da visão dos moradores, mas não serem enxergados em sua inteireza como seres humanos, em sua plenitude como sujeitos sociais portadores de uma história de vida e de dignidade enquanto pessoa humana. Em suma, “[...] existem diversidades de situações e ambiguidade nas questões que vão do prazer ao sofrimento, da liberdade à restrição, do risco à diversão, da alegria a tristeza e da visibilidade à invisibilidade.” (FUNDACENTRO, 2013, s. p.).

Assim como nos ensina Cittadino, o reconhecimento por parte do outro é uma prerrogativa para a constituição da identidade de um indivíduo ou de um grupo social, sendo

que, quando há uma relação de invisibilidade imputada de um grupo sobre outro, o reconhecimento se esvai e as identidades são deterioradas:

Com efeito, se partirmos do pressuposto de que o reconhecimento configura as identidades e que, em sua ausência, indivíduos ou grupos podem ser levados a estabelecer representações aviltantes de si próprios, nada nos impede de pensar o tema da “invisibilidade”, ou seja, *uma forma de ser invisível, que não envolve evidentemente uma ausência em sentido físico, mas uma não-existência no sentido social*. Falamos, portanto, de “invisibilidade” naquelas situações em que os que dominam expressam sua superioridade social através da não-percepção dos que são dominados. (CITTADINO, 2007, p. 1-2 – Grifo nosso).

Trabalhar na rua, ver e ser visto, liberdade de enclausuramentos são aspectos bastante valorizados pelos coletores em seu trabalho. Como afirma Gachet, “‘Aparecer’ é ser importante para a espécie humana, ser valorizado de alguma forma é parte integrante de nossa passagem pela vida, temos que ser alguém, um bom profissional [...]. A invisibilidade social causa um bloqueio nessa conquista, ‘não sou notado por ninguém [...]’”. (GACHET, 2007, s. p.).

Para Carlos, na cidade capitalista e individualista, “O uso se torna mistificador e o cidadão se transforma em um simples usuário que se resume a reivindicar o bom funcionamento dos serviços”. (CARLOS, 2007, p. 53), pouco importando quem são os sujeitos sociais incumbidos dessa tarefa de grande relevância social, que é a coleta de lixo. Entendendo o trabalho dos coletores como “trabalho vazio”, por apenas lidar com a produção e os restos de outras pessoas, Santos reflete que a imagem produtiva do trabalho dos coletores “[...] basicamente está embutida na imagem da cidade limpa que muito pouco é lembrada, a não ser no contraponto da cidade suja, quando ocorrem as paralisações da categoria.” (SANTOS, 2001, p. 67).

Como bem observado por Oliveira; Zandonadi; Castro, “A profissão de coletor de resíduos envolve aspectos diversos, o resultado do trabalho realizado é visto e cobrado por toda a sociedade, mas o cidadão, coletor de resíduos, nem sempre é lembrado e seu esforço, nem sempre reconhecido.” (OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO, 2013, s. p.). Ainda no mesmo sentido, de acordo com Celeguim; Roesler, “[...] as pessoas posicionadas na sociedade em vigor levam em consideração *apenas a função social do outro, e não a pessoa em si*. Em suma, a valorização social está condicionada ao sucesso e à posição dentro do contexto social.” (CELEGUIM; ROESLER, 2009, p. 7 – Grifo nosso).

Devido à intensidade que o trabalho da coleta exige dos coletores, na maioria das vezes não há tempo para que os moradores tenham contato com as singularidades dos trabalhadores, as características que os definem como sujeitos sociais, exceto nos casos em que se cria maior afinidade. Assim, conforme exemplifica Porto, retomando a questão do uniforme, “Quando, a caminho do trabalho, passamos por um gari fazendo a varredura de nossa calçada, o identificamos por seu uniforme como executante de tal função, mas não o notamos por suas singularidades. Ao contrário, o vemos quase como se fosse parte do mobiliário urbano.” (PORTO, s. d., p. 2).

Lidando com mulheres garis e sua situação de invisibilidade, Godoi faz ponderações que são cabíveis ao nosso recorte de pesquisa, por exemplo quando diz que “A invisibilidade e a abjeção é o que está presente cotidianamente na vida e no trabalho dessas mulheres: suas atividades, suas ‘lidas’ cotidianas não são reconhecidas, nem valorizadas, sobretudo por serem identificadas com a própria sujeira [...]”. Da mesma forma que a formulação de Santos (SANTOS, 2001, p. 67), há pouco, o autor assevera que “Assim como as tarefas do lar, trata-se de atividade que se nota apenas quando não executada.” (GODOI, 2012, p. 3).

A humilhação e a reificação são elementos que, na concepção de Costa, são fulcrais na composição do fenômeno da invisibilidade pública de sujeitos sociais. Conforme o autor nos explica, “A invisibilidade pública, desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (COSTA, 2008, p. 15).

No depoimento de vários trabalhadores entrevistados, foi possível acompanhar a concomitância entre deflagração das precariedades do trabalho, os riscos, as humilhações e atitudes hostis dos moradores, por um lado, e a tentativa de autoconvencimento de que o trabalho na coleta de lixo é repleto de aspectos positivos, por outro, configurando-se um mecanismo de defesa psicológico que se destina a manter a integridade mental e física dos coletores. Costa chama esses mecanismos de defesa de racionalizações ideológicas, necessárias para amortecer os impactos psicológicos das humilhações no trabalho:

A sensação de estar publicamente *invisível* é chocante, e nunca passa despercebida para quem esteve submetido às ondas mórbidas do fenômeno. O sujeito *apagado* pode minimizar – ou até recusar – o fato como expressão psicossocial de um desencontro. Por ação de racionalizações ideológicas que vão amortecer a percepção da *invisibilidade* como forma de violência simbólica, sua compreensão pode não se completar: a invisibilidade pública, de signo de uma luta social – luta de classes –

vêm apresentar-se à consciência como fato natural. Não aparece, portanto, como sintoma social, cristalização histórica de relações servis e de espoliação. Torna-se padrão, norma de comportamento social. [...] Racionalizações ideológicas atenuam, abafam, enfraquecem a realidade e experiência do antagonismo de classes (COSTA, 2008, p. 16/7 – Grifos no original).

Percebe-se, dessa forma, que o plano da sociabilidade também contribui consideravelmente para a degradação do trabalho dos coletores de lixo domiciliar de Presidente Prudente/SP, sendo que a outra face desse trabalho degradado se dá a partir dos acidentes de trabalho e agravos físicos que acometem esses trabalhadores.

CAPÍTULO 3 – PRECARIIDADE LABORAL: RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES

Se uma das facetas da degradação do trabalho manifesta-se no plano da sociabilidade dos coletores (coletor-coletor, coletor-motorista, coletor-morador), expondo-os a hostilizações e invisibilidade social, a outra dessas facetas concretiza-se a partir dos riscos e agravos à saúde dos trabalhadores que transformam a coleta de lixo em uma das atividades laborais mais degradantes.

A empresa responsável pela coleta de lixo em Presidente Prudente/SP (Prudenco), embora tenha sido criada como empresa de capital misto, hoje se configura como empresa pública, conforme informações fornecidas pelo procurador do MPT-15ª Região. Sendo assim, o preceito legal que rege sua prestação de serviços é o Artigo 173 da Constituição Federal, sobretudo no parágrafo 1º, que rege sobre “[...] o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços [...]”, determinando no inciso II “[...] a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, pode-se dizer que a Prudenco iniciou seus trabalhos na prestação do serviço de limpeza urbana de Presidente Prudente/SP como empresa mista, com capital majoritariamente público e, posteriormente, tornou-se uma empresa pública, com capital totalmente público. Todavia, seu regime jurídico permite que continue sendo gerida pelo direito privado no tocante aos princípios trabalhistas.

Sendo responsabilidade de uma empresa pública, nos termos da lei, e não um serviço prestado diretamente pelo Estado, o regime jurídico da Prudenco é próprio das empresas privadas, inclusive no quesito trabalhista. Nesse sentido, existem algumas diferenças qualitativas entre ser empregado da Prudenco e ser funcionário da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (PMPP), embora ambos sejam admitidos em suas funções através de concurso público. Pensamos que a precariedade laboral dos coletores inicia-se nesse ponto.

Questionados se, caso fossem servidores públicos da prefeitura e não funcionários da Prudenco, haveria alguma diferença, os coletores entrevistados, em sua maioria, responderam positivamente. Segundo o Coletor B, “Teria mais confiança né, confiança por

você ser da prefeitura, você ver que com certeza ia ter mais melhorias né, com certeza. [...] tem mais benefícios pro funcionário, você tem mais chances de crescer né, agora como a Prudenco é terceirizada já não tem tudo isso né.” (COLETOR B, 2015).

Para o Coletor A, “[...] eu acho que teria diferença na parte de remuneração, quanto no sindicato, e também aquele negócio de horários da prefeitura, aqueles benefícios, seria quanto a isso.” (COLETOR A, 2015).

O Coletor C aponta algumas vantagens oferecidas pela prefeitura em relação à Prudenco: “[...] o ticket da prefeitura é maior do que a gente, R\$50,00, R\$60,00 a mais, no aniversário você ganha 1 salário, na Prudenco só ganha o dia de folga, e tem um bônus na prefeitura que você ganha com 5 anos, [...] então tem muito mais vantagens do que a Prudenco.” (COLETOR C, 2015). Informação corroborada pelo Coletor L, para quem “[...] há uma diferença gritante, exemplo: o funcionário da prefeitura tem direito ao salário, né, de aniversário, o da Prudenco não tem, só tem direito a uma folga no dia, e a prefeitura já tem direito ao salário e à folga.” (COLETOR L, 2015).

De acordo com o Coletor M, além do valor do ticket, outra diferença é a demora para conseguirem sair de férias: “[...] o ticket da prefeitura é sempre maior que o nosso, entendeu, férias, essas coisas são sempre mais rápidas que as nossas, a nossa sempre atrasa, sempre tem que ficar em cima pra poder vir, então seria bem melhor.” (COLETOR M, 2015).

Para o Coletor D, a segurança no emprego e o plano de carreira para os servidores públicos da prefeitura são melhores do que para os funcionários da Prudenco, de modo que “[...] a estabilidade seria melhor, você teria um plano de carreira melhor eu acho, coisa que a Prudenco não te dá...a Prudenco não te manda embora, nós somos concursados, mas depende do que você procurar pra ti, ela manda embora sim.” (COLETOR D, 2015).

Outros pontos são considerados pelo Coletor E, segundo o qual “a gente trabalha mais do que eles, entendeu, eles têm mais regalias do que a gente...eles lá, deu tal horário, o pagamento não saiu, eles não trabalham...tem ponto facultativo, a gente não tem, nessa parte eles têm, a gente não tem.” (COLETOR E, 2015).

Um aspecto lembrado pelo Coletor F é a confiabilidade dos empresários e lojistas, diferenciada entre servidores públicos e funcionários da Prudenco: “[...] se a gente vai fazer alguma compra parcelada, não tem a garantia que a Prudenco vai se manter no lugar né, eles já tem muito tempo, mais de 20 anos, tal, mas até a gente mesmo não sabe, vai que eles decidam fechar amanhã as portas [...]”. (COLETOR F, 2015).

Embora sejam inseridos na prestação de um serviço que é público, o Coletor G afirma que “[...] a prefeitura, ela tem muitos benefícios para os funcionários que a Prudenco não tem...você faz um serviço que é público, mas você não tem os direitos de um funcionário público, então é ruim, cara, muitas coisas é ruim ainda.” (COLETOR G, 2015).

De acordo com o Coletor H, os benefícios e melhorias conquistados pelos servidores públicos sempre são obtidos antes que os dos coletores da Prudenco, “[...] tudo sai lá primeiro pra depois de 2, 3 meses sair pra nós, uma coisa assim, entendeu. Por exemplo, pra eles já vai aumentar o ticket, vai pra R\$650,00, uma coisa assim, vai aumentar pra eles, pra nós ainda vai ver [...]”. (COLETOR H, 2015).

O Coletor I destaca que o serviço não iria alterar caso fossem servidores públicos, mas, assim como os demais coletores, aponta para os benefícios que teriam a mais, sendo assim “[...] você ia catar o lixo mesma coisa, só que você teria um pouco mais de benefício, porque os benefícios que a prefeitura tem, são raras vezes que a gente pega os benefícios deles né, que nem aniversário [...]”. (COLETOR I, 2015). Da mesma forma, o Coletor J acredita que o serviço continuaria o mesmo, porém atenta para a estabilidade empregatícia em ser servidor público e não empregado público, pois o Estado teoricamente não abre falência: “Pra gente seria melhor, menos mal, porque é uma coisa que nunca ia falir, não vai abrir falência, por mais que você vai receber seus direitos se abrir falência, mas a prefeitura jamais vai abrir falência né, então pra nós seria melhor.” (COLETOR J, 2015).

Um ponto interessante é levantado pelo Coletor K, que é a imprescindibilidade e interesse público característicos do serviço da coleta de lixo, de modo que alguns benefícios da prefeitura que os coletores da Prudenco não possuem, como ponto facultativo, seriam problemas a serem resolvidos: “[...] a coleta não tem os dias de folga como a prefeitura tem, ponto facultativo, a coleta não tem nada disso, a prefeitura cai na quinta-feira, vai trabalhar só na segunda-feira, então *a coleta não pode ter nada disso*, não sei como eles iam resolver isso [...]” (COLETOR K, 2015 – Grifo nosso).

É importante reservarmos um momento para esclarecer a relação jurídica entre a PMPP e a Prudenco. Trata-se de uma relação de “desconcentração”, quando há uma transferência da prestação de serviços públicos para uma entidade (autarquia, empresa mista, empresa pública, fundação) criada pela própria Administração Pública e destinada a esse fim específico. A prática da desconcentração pelo poder público está associada à agilização na prestação dos serviços, pois as empresas públicas submetem-se às regras do mercado comum, podendo contratar funcionários, realizar compras, entre outras ações, com maior rapidez que

um órgão público, que necessita da publicação de leis e decretos para tanto. Em nosso caso, como a Prudenco, empresa pública que é, faz parte da Administração Pública e presta serviços exclusivamente à PMPP, não se trata de uma relação de “terceirização” propriamente dita, em termos jurídicos.

Como afirmou o procurador do trabalho do MPT em Presidente Prudente/SP, Cristiano Lourenço Rodrigues, os coletores da Prudenco são empregados públicos, vínculo empregatício que guarda especificidades em comparação com os funcionários ou servidores públicos, pois uns são celetistas e outros estatutários, respectivamente. O regime celetista não tem como premissa a precariedade laboral dos trabalhadores em relação ao regime estatutário, haja vista alguns exemplos de empresa públicas com reconhecida qualidade em termos de benefícios e direitos trabalhistas, como os Correios e o Banco do Brasil. Porém em muitos casos possuem defasagens por conta da falta de mobilização dos trabalhadores, normalmente associada a sindicatos pouco combativos.

Acreditamos que a relação entre a PMPP e a Prudenco, embora oficialmente não seja considerada uma relação de terceirização, guarda proximidades com tal, haja vista que: 1) o serviço de limpeza urbana é atributo do poder público municipal, ao qual é facultativo assumi-lo diretamente, indiretamente (como no caso da PMPP com a Prudenco) ou fazer concessões; 2) todavia, os coletores são oficialmente empregados públicos, regidos pela CLT, portanto com enquadramento jurídico trabalhista semelhante a um trabalhador terceirizado, em termos de benefícios minorados, se comparados com os servidores públicos (conforme as entrevistas atestam).

Para nossa pesquisa, menos vale a validade jurídica do emprego do termo terceirização para caracterizar o que ocorre na coleta de lixo em Presidente Prudente/SP do que os depoimentos colhidos com os próprios trabalhadores que protagonizam o serviço e que afirmam possuir direitos e benefícios diferentes dos servidores públicos. Nossa intenção é atermo-nos às consequências dessa relação às condições de vida e trabalho dos trabalhadores da coleta de lixo no município, os sujeitos sociais de nossa pesquisa. De acordo com os depoimentos dos trabalhadores, exceto pela necessidade de prestação de concurso público para entrar na empresa²⁸, não houve mudanças tão significativas em termos de direitos e benefícios após sua mudança de empresa mista para empresa pública.

²⁸ Mesmo coletores mais antigos, que já eram funcionários da Prudenco antes dessa reforma legislativa, tiveram que passar pelo processo de concurso público para consolidarem seus vínculos trabalhistas sob o novo regime jurídico.

Feitas essas ressalvas de ordem jurídica, pensamos que, ao tratar do processo de terceirização impetrado pelo capital, para redução de custos e aumento de lucro, e também por diferentes esferas do Estado, pela racionalização da máquina estatal, enfatizando as consequências maléficas aos trabalhadores em termos de direitos e benefícios trabalhistas, também se contempla de alguma forma a situação dos coletores de lixo de Presidente Prudente/SP. De modo que trataremos o processo de desconcentração de forma combinada com o de terceirização, guardadas as diferenças técnico-conceituais, mas focados nas consequências negativas semelhantes aos benefícios e direitos trabalhistas.

Conforme afirmam Ferreira; Anjos, “A adoção do modelo mundial de terceirização e privatização dos serviços de limpeza urbana nos países em desenvolvimento pode ter um reflexo negativo sobre a saúde dos trabalhadores [...]”, pois, devido aos baixos salários e alta rotatividade, “[...] inviabiliza programas de treinamento e de prevenção. Isso deverá resultar em um aumento no número de acidentes e na deterioração dos, já baixos, padrões de saúde dos referidos trabalhadores.” (FERREIRA; ANJOS, 2001, p. 692).

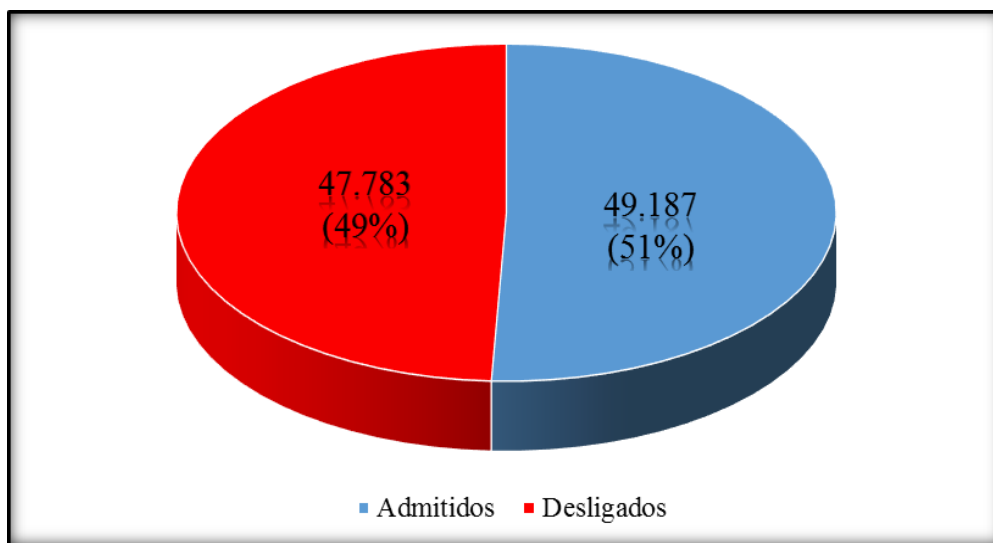
Problemas relacionados à contratação e vínculo empregatício dos trabalhadores, adequação da jornada de trabalho, normas trabalhistas quanto à segurança e medicina no ambiente de trabalho dos coletores, já foi, inclusive, pauta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) feito à empresa por parte do Ministério Público do Trabalho de Presidente Prudente, no ano de 2009.

Entretanto, conforme afirma o procurador do trabalho entrevistado, o mesmo responsável pela aplicação do TAC supracitado: “Após as fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego e cobrança do Ministério Público do Trabalho, há uma melhora, tempos depois vem o esmorecimento e a repetição dos erros. Não há uma verdadeira preocupação preventiva. Isso vale para a coleta de lixo.” (RODRIGUES, 2015). É categórico ao asseverar que:

A atual gestão é adepta do diálogo, contudo, há muita resistência e inconformismo, como se o MPT criasse exigências desarrazoadas e adotasse postura demasiadamente rigorosa. Infelizmente, é comum este tipo de pensamento empresarial, no Brasil os empregadores não estão acostumados a cumprir a lei, muitas vezes a desconhecem e a ignoram. Comum o retrógrado discurso que enxerga o direito do trabalho como um estorvo, fruto de uma legislação atrasada e arcaica. Muito pelo contrário, o direito do trabalho é historicamente e dogmaticamente protetivo, ultrapassada é a visão empresarial irresponsável [...]. (RODRIGUES, 2015).

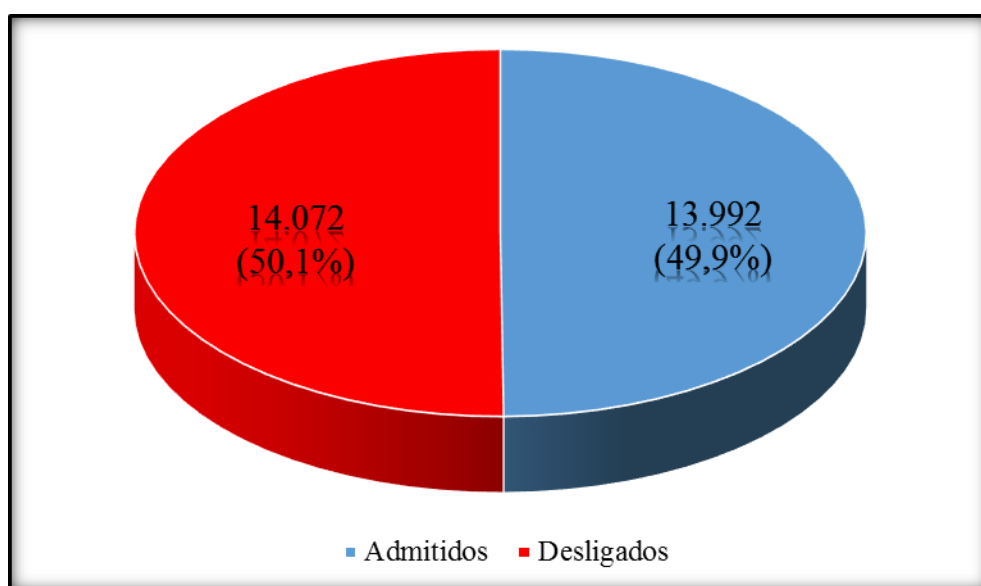
Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para o ano de 2014, a rotatividade (relação entre admitidos e desligados do emprego) entre os coletores não é tão alta, como se pode ver abaixo na escala do Brasil (Gráfico 27), estado de São Paulo (Gráfico 28) e Presidente Prudente (Gráfico 29).

Gráfico 27 - Rotatividade do emprego na coleta de lixo - Brasil - janeiro a novembro de 2014



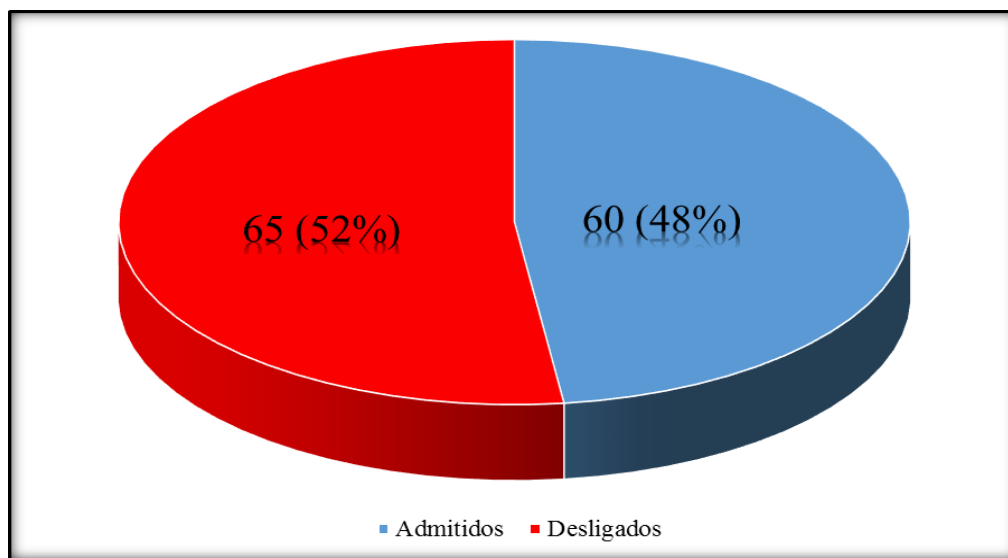
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Gráfico 28 - Rotatividade do emprego na coleta de lixo - São Paulo - janeiro a novembro de 2014



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Gráfico 29 - Rotatividade do emprego na coleta de lixo - Presidente Prudente - janeiro a novembro de 2014



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Em todas as escalas, os números de trabalhadores contratados e demitidos praticamente equiparam-se, porém com algumas nuances. Para o país, os números mostram mais contratações que demissões, 51% e 49%, respectivamente. No estado de São Paulo há ligeira vantagem dos desligados frente aos admitidos, representando 50,1% e 49,9%, respectivamente. E em Presidente Prudente/SP registrou-se a maior diferença relativa entre os dois grupos, com 52% para os desligados e 48% para os admitidos, ainda assim pequena se comparada a outros ramos de trabalho.

Para Velloso; Valadares; Santos, tornam-se comuns, dessa forma, as queixas dos trabalhadores envolvidos na coleta de lixo em relação às empresas empregadoras, decorrentes, sobretudo, da “[...] falta de participação no poder de decisão, em relação ao seu trabalho, ou mediante à negligência da mesma, no que diz respeito à sua saúde, ao baixo salário e à falta de incentivos e/ou gratificação pessoal que recebem para desempenhar um serviço altamente penoso.” (VELLOSO; VALADARES; SANTOS, 1998, p. 148). Pelo menos um desses aspectos de insatisfação no trabalho salientados pelos autores foi apontado pelos coletores entrevistados em nossa pesquisa.

Investigando o estado de morbidade entre coletores de lixo, Ilário constata que “[...] o trabalhador desse ramo, muito frequentemente em nosso meio, é relegado pelas empresas encarregadas dessa prestação de serviço (em sua grande maioria as próprias

prefeituras municipais) ao abandono, nos aspectos relacionados com sua saúde e bem-estar.”. Somado a isso, a penosidade própria do trabalho na coleta, os riscos e agravos a que os trabalhadores estão expostos, além das hostilizações por parte dos moradores, “[...] acaba por gerar um grave perfil de morbidade dos mesmos [...]” (ILÁRIO, 1989, p. 7).

Outro aspecto relacionado às condições precárias de trabalho dos coletores relaciona-se com a tecnologia adotada pelos sistemas de coleta na maior parte do Brasil – incluindo Presidente Prudente/SP. Os caminhões compactadores usados no serviço da coleta são projetados para países centrais, com realidade bem diferente da latino-americana em termos da composição dos resíduos sólidos, sendo que “[...] nos Estados Unidos, a presença de restos de comida nos resíduos domiciliares varia entre 6% e 18% [...] enquanto na América Latina varia entre 40% e 60% [...] – que propiciam o vazamento de líquidos ao longo das vias públicas, exalando mau cheiro e atraindo moscas [...]” (FERREIRA; ANJOS, 2001, p. 690).

Para além desse efeito ambiental degradante, o tipo de caminhão, embora já naturalmente aceito pelos trabalhadores envolvidos na coleta de lixo, guarda especificidades que, teoricamente, seriam adequadas para o modelo de coleta adotado nos países detentores dessa tecnologia, “[...] onde a coleta é realizada por guarnições de no máximo dois homens, que viajam na cabine junto com o motorista”, e não “[...] dependurados no estribo traseiro, sem nenhuma proteção [...]”. (FERREIRA; ANJOS, 2001, p. 693).

A literatura estrangeira permite constatar as diferenças nos modelos de coleta entre os países centrais e periféricos do sistema. De acordo com Kuijer; Frings-Dresen, “In the Netherlands, most production systems to collect domestic refuse make use of a closed refuse truck with an automatic lifting device to empty two-wheeled containers or four-wheeled containers [...]”²⁹ (KUIJER; FRINGS-DRESEN, 2004, p. 282). Na época do estudo dos autores, a “coleta subterrânea” (totalmente automatizada) e a “coleta automática de recipientes de duas rodas” (com no máximo um coletor para alinhar os recipientes no caminhão) estavam despontando como sistemas de coleta mais eficazes em países centrais.

Na contramão desse processo de modernização da coleta de lixo, os países periféricos, com menor controle de tecnologia, permanecem importando tais tecnologias incompatíveis com os sistemas de coleta por eles adotados, sendo que “O processo de trabalho de coleta de lixo domiciliar é constituído de uma tecnologia precária, praticamente manual,

²⁹ Tradução livre: “Na Holanda, a maioria dos sistemas de produção para coletar lixo doméstico fazem uso de um caminhão de lixo fechado com um dispositivo de levantamento automático para esvaziar recipientes de duas rodas [capacidade de 80 a 360 litros] ou de quatro rodas [capacidade de 300 a 1800 litros] [...]”.

onde o corpo do trabalhador transforma-se em instrumento de carregar o lixo.” (VELLOSO; VALADARES; SANTOS, 1998, p. 144 – Grifo nosso). No lugar dos braços mecânicos acoplados nos caminhões dos países centrais, entram em cena os braços de carne e osso dos coletores. No lugar dos contêineres, os sacos e sacolas dispersos e, muitas vezes, mal acondicionados pelos moradores, favorecendo os riscos de acidentes de trabalho aos coletores.

Algumas cidades do mundo, como Barcelona e Tóquio³⁰, ainda estão muito à frente em termos de tecnologia e eficácia nos métodos de coleta e destinação final de seus resíduos sólidos, sendo cidades-modelo nesse quesito. Todavia, as formas de realização da coleta de lixo vêm se alterando gradativamente no Brasil, sendo possível encontrar exemplos de implantação de coleta automatizada em alguns municípios do país (Quadro 2).

Em Presidente Prudente/SP, recentemente a prefeitura tem investido na modernização do serviço da coleta de lixo, inspirada em outros exemplos de cidades que já adotaram tais processos, como Rio de Janeiro/RJ e Paulínia/SP (Quadro 2). 30 lixeiras de superfície, ligadas a contêineres subterrâneos (sempre em pares, um para orgânicos, outro para recicláveis), com capacidade de 6500 litros cada, estão sendo instaladas através desse projeto de melhoria, sendo 8 localizadas no Parque do Povo e outras 22 na região central, próximas ao calçadão da cidade (Figura 4).

Os coletores da Prudenco estão recebendo uma formação para lidarem com esse novo mecanismo de coleta, bem como os caminhões estão sendo adaptados com braços mecânicos para içar os contêineres. Apesar das mudanças se restringirem a regiões específicas da cidade, o processo aponta para uma tendência de diminuição da mão-de-obra empregada na coleta de lixo convencional/manual, sendo que as guarnições responsáveis pela coleta nas regiões das novas lixeiras já são menores que a dos demais setores. Processo que se vincula a uma tendência mais estrutural do mercado de trabalho brasileiro, de diminuição de mão-de-obra disponível para serviços precários e pouco exigentes em termos de formação escolar, haja vista a recente expansão/democratização do acesso a cursos técnicos e em nível superior.

³⁰ Em Barcelona, o modelo consiste na ligação das lixeiras públicas e mesmo das lixeiras instaladas em prédios e estabelecimentos a um sistema de tubos de sucção, que conduzem os sacos de lixo coletados a uma velocidade de cerca de 70km/h. A primeira parada se dá em um centro de coleta na periferia da cidade onde, em grandes contêineres, são transportados em caminhões para uma usina de triagem ainda mais afastada do centro urbano, local onde os materiais recicláveis são reciclados e os materiais orgânicos são processados por turbinas que geram eletricidade. Em um bairro de Tóquio funciona o mesmo sistema, com o transporte de lixo em até 100km/h e produção de energia elétrica capaz de abastecer até 10 mil residências. Em algumas partes do Japão, ademais, há um componente cultural diferenciado na coleta de lixo, em que cada cidadão é responsável por depositar seu lixo no caminhão de coleta quando este está passando, sistema que conta com apenas 1 funcionário, apenas auxiliando na organização do processo.

Quadro 2 - Novas formas de coleta de lixo implantadas no Brasil

LOCAL	TIPO DE COLETA	EXEMPLOS EM OUTROS PAÍSES
Zona norte de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Contêineres subterrâneos (20 mil litros) com lixeiras na superfície; • Acesso do morador por cartão magnético; • Com 80% cheio, o sistema acusa a troca de contêiner; • Sem guarnição de coletores, apenas o motorista. 	<hr/>
Porto Alegre/RS São Paulo/SP Chapecó/SC Caxias do Sul/RS	<ul style="list-style-type: none"> • Contêineres na superfície (orgânico e reciclável); • Caminhões com braços mecânicos; • Sem guarnição de coletores, apenas o motorista. 	Estados Unidos
Rio de Janeiro/RJ Paulínia/SP Presidente Prudente/SP	<ul style="list-style-type: none"> • Contêineres subterrâneos (6500 litros) com lixeiras na superfície (orgânico e reciclável); • Braço mecânico nos caminhões. • Guarnição de 1 ou 2 coletores. 	Holanda (acesso do morador por cartão magnético)
Uberlândia/MG	<ul style="list-style-type: none"> • Contêineres na superfície (orgânico e reciclável); • Braço mecânico nos caminhões; • Guarnição de 1 ou 2 coletores. 	<hr/>

Fonte: Vídeos e reportagens do YouTube. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Figura 4 - Instalação e funcionamento das novas lixeiras em Presidente Prudente/SP



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente. Org.: João Vitor Ramos da Silva

Ainda se tratando de problemas relacionados ao caminhão de lixo, o barulho e a fumaça produzidos pelo mesmo foram confirmados por alguns coletores entrevistados como ocasionadores de incômodos, sobretudo os mais antigos que existem na empresa, anteriores à compra recente de novos caminhões, mais silenciosos.

Segundo o Coletor C, “[...] eu já trabalhei com caminhão com o escapamento estourado, ardia o olho, chegava em casa com dor de cabeça por causa do caminhão, o olho lacrimejando, e você tinha que trabalhar, era o único caminhão que tinha.” (COLETOR C, 2015).

Embora negar o incômodo com o barulho do caminhão, o Coletor A ressalta que, com a frota mais antiga da empresa, havia irritação nos olhos ocasionada pela fumaça do escapamento: “[...] barulho a gente já é acostumado. O que incomodava era a fumaça do escapamento, nos caminhões mais antigos jogava a fumaça por cima do caminhão, o escapamento pra cima, jogava por cima, a fumaça ia pra trás e pegava a gente lá.” (COLETOR A, 2015).

De acordo com o Coletor I, “[...] antigamente incomodava, que era uns caminhões velhos né [pausa pra tomar café]...então, no começo era um caminhão antigo, um caminhão grandão, fazia barulho mesmo, a prensa era diferente né [...]”. (COLETOR I, 2015). A mesma posição assume o Coletor K, dizendo que “[...] antigamente incomodava mais ainda, porque era caminhão mais velho [...]. Já cheguei com dor de cabeça, aquele barulho, parece que você está querendo silêncio, mas aquele barulho está na sua cabeça, ‘oh meu deus do céu’, não aguentava mais, é difícil.” (COLETOR K, 2015). Ambos os coletores fazem parte do grupo dos entrevistados com mais tempo de emprego na coleta.

O Coletor L aponta que o incômodo do barulho do caminhão se dá apenas no início do trabalho na coleta, sendo que posteriormente há uma adaptação por parte dos coletores: “[...] no começo você sente, sabe, no começo, bem no começo mesmo...mas é só questão de uma semana, uma semana e meia, depois você acostuma, porque demora um pouco pra pensar, então a prensa faz barulho mesmo [...]”. (COLETOR L, 2015).

Para o Coletor M, restam poucos caminhões da frota mais antiga da empresa, porém, a respeito desses, “[...] tem caminhão com motor já bem mais antigo, então o barulho é bem mais alto, então você acaba chegando em casa com aquela dor de cabeça, ou meio que nem surdo, sabe [...]”. (COLETOR M, 2015).

Considerando o modelo mais avançado da coleta de lixo, onde o processo é total ou parcialmente mecanizado, com um ou dois coletores apenas auxiliando no trabalho e percorrendo os setores dentro da cabine, juntamente com o motorista, o estribo do caminhão (Figura 5) não serviria para transportar os trabalhadores como é feito hoje em dia na maioria dos setores, normalmente em 3 ou 4 coletores.

Figura 5 - Detalhamento do caminhão da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Da maneira como é realizada a coleta de lixo em Presidente Prudente/SP (e na maior parte do Brasil), os coletores têm de realizar vários saltos de descida do caminhão, para apanhar os lixos nas lixeiras ou os montes já feitos por parte da equipe que adiantou o trabalho, e retorno ao mesmo, após o lançamento do lixo no cocho.

Um estudo ergonômico, realizado por Rodrigues *et al*, promoveu um cálculo da quantidade de movimentos de subida e descida do caminhão realizados pelos coletores ao longo de uma jornada de trabalho. Segundo os autores, “A média de saltos realizados pelo coletor é de 162 por hora de trabalho, uma média 2.7 saltos por minuto. Em uma carga diária

de trabalho de oito horas, o coletor realizaria uma média de 1296 saltos, com um respectivo número de saltos de retorno à plataforma estribo.” (RODRIGUES *et al*, 2004, s. p.).

Dessa forma, algumas das consequências dessa maneira de realizar a coleta de lixo são atropelamentos sofridos pelos coletores ao saltarem do caminhão em direção aos montes ou lixeiras, entorses de tornozelo na queda, desgaste do joelho ocasionado pela repetição contínua por longo período, além de estarem sujeitos a quedas no momento em que saltam de volta ao caminhão, principalmente em dias de chuva, quando o estribo fica molhado e escorregadio.

Um aspecto que acompanha os coletores, seja no tempo de uma jornada de trabalho, seja ao longo de sua vida na coleta de lixo, são as dores ocasionadas pela atividade laboral que desempenham. Além das dores musculares, as partes do corpo mais afetadas são, sobretudo, as articulações (tornozelo, joelho, ombro) e a coluna vertebral, sendo que o peso do lixo, os constantes saltos, as irregularidades das vias e calçadas e as longas distâncias percorridas correndo são as principais causas. Nada melhor que os depoimentos dos trabalhadores que sofrem com tais dores constantemente para ratificar esse enunciado.

Conforme relata o Coletor B, até mesmo com certa ironia, “Rapaz, pra falar a verdade pra você, é mais fácil falar as partes que eu não senti dor [...] É sério mesmo, porque oh, dói o joelho, dói coluna, dói os braços, dói o corpo quase inteiro, rapaz [...]”. O coletor complementa dizendo que as dores são mais intensas assim que se entra na coleta de lixo, pois “[...] quando você é funcionário novo, vou falar, é difícil a adaptação, tem que ter opinião, você tem que estar precisando, senão você não fica não, tanto é que hoje, a cada 100 coletores que chamam, fica 15, 20 no máximo [...]”. (COLETOR B, 2015).

O Coletor A, ao falar sobre as dores pelas quais passam os coletores, é enfático afirmando que “Ah, isso aí qualquer coletor tem. [...] o normal do coletor é ombro, joelho e coluna, são os 3 que sempre arrebentam.”. Quanto ao joelho, “[...] pelo fato de você pular do caminhão pra pegar o lixo e pular no caminhão de volta [...]”; em relação ao ombro, “[...] pelo fato de você pegar peso e sair correndo [...]”; e no tocante à coluna, “[...] pela forma que você pega, porque tem lixeiras que são altas, você pega normal, tranquilo, mas tem outras que não tem lixeira, você abaixa, pega e sai correndo levando aquele peso e vai embora.” (COLETOR A, 2015).

Segundo o Coletor C, a coluna, a perna e o ombro são as regiões mais afetadas pelas dores nos coletores. No seu caso, atualmente vem lidando com uma dor permanente no joelho, adquirida não por um incidente pontual, mas pelo acúmulo de sobrecarga ao longo do

período em que trabalha na coleta. Admite que algumas vezes trabalha com dor: “[...] de vez em quando dói, aí eu trabalho com ele meio doendo mesmo, aí chega em casa, toma algum remédio, algum comprimido, aí essa dor vai indo e voltando, por isso que eu tenho que fazer ressonância pra ver o que é né.” (COLETOR C, 2015).

Decorrente da repetição constante do movimento de apanhar o lixo e jogar no caminhão, o Coletor A adquiriu uma tendinite a partir do trabalho na coleta: “[...] de tanto fazer o movimento de pegar, jogar pra cima e sair correndo pra jogar, começou a dar dor, muita dor. Aí eu fui no médico pra ver, foi tirado o raio-x e fez ultrassom, aí deu começo de tendinite.” Assim como o Coletor C, o Coletor A também atesta que muitas vezes os coletores só conseguem trabalhar e conviver com suas dores sob efeito de medicação: “[...] pode-se dizer que é quase vício já, porque tem dia que, se você não tomar um analgésico, não tomar uma injeção, você não aguenta o baque não [...]” (COLETOR A, 2015).

Do mesmo modo, o Coletor G não tergiversa ao enfatizar que o convívio com as dores é corriqueiro na coleta, o que força os coletores a trabalharem a base de analgésicos para aguentar a jornada de trabalho:

Demais da conta, meu deus. [...] Costas, joelho e ombro. [...] às vezes você pega o lixo correndo, pegar peso, correndo ainda, aí você vai jogar pro caminhão, então é uma coisa que mexe com seu corpo inteiro, não tem como, você pega correndo e vai jogar correndo, força o ombro. Desde que eu entrei lá, eu machuquei o joelho, sempre dói. [...] Eu acho que é de pular do caminhão, porque eu não tinha dor nenhuma, aí teve uma vez que eu pulei do caminhão, estalou o joelho e daquele dia pra cá sempre dói. [...] às vezes você trabalha só com poder de remédio mesmo, tomar relaxante muscular, tirar dor. (COLETOR G, 2015).

Uma reação em cadeia entre coluna, articulações e pernas, assim caracteriza o processo de formação das dores na coleta o Coletor D: “Articulação, é onde você pega o peso e todo o corpo joga ali né, você pega o peso ele passa pra coluna, da coluna passa para as pernas e assim por diante.” A fala do Coletor D permite constatar que o trabalho na coleta produz as dores e agravos nos coletores, não apenas recebe trabalhadores já afetados por outros empregos. Segundo ele, “[...] uma coisa que eu não tinha dores é nos ombros né, principalmente no direito hoje eu sinto [...] se você perguntar pra qualquer coletor da Prudenco hoje [...] é difícil você encontrar qualquer um que fale ‘não, não sinto dor nenhuma’, vai estar mentindo [...]”. (COLETOR D, 2015).

O mesmo coletor continua, ressaltando que as duas primeiras semanas do trabalho na coleta são extremamente exaustivas. Afirma que “Para quem está acostumado a trabalhar em indústria, que não pegou meio quilo para montar um maquinário, a mãozinha sempre limpinha, o corpo sempre limpinho, eu achei que eu não ia conseguir [...]”. Ao falar do seu primeiro dia de trabalho como coletor, ele descreve que:

[...] cheguei em casa no dia, minha mulher teve que me dar um banho de sal grosso e fazer várias compressas nas costas, nas pernas, porque eu fiquei o dia inteiro no chão, na cerâmica ali, *parecendo um senhor de 90 anos de idade, moído, parecia pra mim que o mundo tinha acabado.* (COLETOR D, 2015 – Grifo nosso).

A repetição dos saltos de subida e descida do caminhão, assim como o peso do lixo carregado ao longo do tempo, são fatores elencados pelo Coletor E para justificar suas dores no tornozelo, adquiridas no trabalho na coleta. Segundo ele, “Sempre tem um dia que a gente sente alguma coisa né, mais é o tornozelo meu que dói mais, é muito excesso né, pular e subir, pular e subir, o peso também né, é muito excesso. [...] acho que se você fizer entrevista com a maioria, os caras vão falar de ombro, coluna e ombro.” (COLETOR E, 2015).

O Coletor F também afirma que “[...] coluna, joelho e tornozelo são as maiores, as que dão mais dor são essas 3 regiões [...]”. Esse trabalhador teve de ser transferido de setor dentro da empresa, tendo saído da coleta de lixo por uma lesão que ali adquiriu, um rompimento do ligamento cruzado do joelho. Antes da mudança, o entrevistado afirma que trabalhou por um bom tempo machucado e com dores: “[...] trabalhei uns 6 meses machucado ainda, aí [...] do nada o joelho inchava, a dor aparecia, aí é onde eu não aguentava, eu vinha embora [...] daí eu só tomava remédio, [...] aí chegou uma época que o remédio não fazia mais efeito [...] o organismo já acostumou com ele [...]” (COLETOR F, 2015), foi quando a empresa o transferiu para o setor de mecânica de veículos.

Mesmo após sua transferência de setor, o coletor ainda sente as sequelas da lesão adquirida na coleta, encontrando impedimentos até mesmo para realizar suas atividades de lazer. Conforme relata, “[...] eu ainda sinto, vai fazer 1 ano que eu saí da coleta, que eu passei pra oficina, e eu ainda sinto as dores, a dor incomoda um pouco [...] eu gostava de jogar bola, eu não jogo mais, porque o joelho não ajuda.” (COLETOR F, 2015).

A queixa do Coletor H direciona-se mais para “A coluna, a coluna, meu nervo ciático aí sempre estava atacando, chegou um tempo que eu sofri um pouco hein, atacava direto, aí conforme o tempo, não sei se calejou, aí diminuiu a dor, mas vira e mexe dá uma

puxada ainda.”. Em sua opinião, a causa da dor “[...] eu acho que é por causa do peso do lixo, porque depende do lixo, tem saco que você joga, de tanto jogar, jogar pra cima, correr com o lixo pesado também, aí isso aí vai atacando.” (COLETOR H, 2015).

Após 18 anos na coleta de lixo, o Coletor I afirma que as dores o acompanham “Todo dia, cara, de uns 3 anos pra cá todo dia eu sinto dor no joelho, dor aqui [apontando o ombro], dor nas costas. [...], por causa da sequência que eu tanto trabalhei atrás do caminhão, entendeu, porque só correndo, correndo [...]”. (COLETOR I, 2015). O coletor atribui as dores no joelho à frequência dos saltos do caminhão para o chão e vice-versa: “[...] é de tanta frequência de você pular, agora se você economizar pulada, pular menos, vai forçar menos, se você pular mais, vai sofrer mais [...]”. Sugere, inclusive, como medida compensatória das dores em um dos joelhos, forçar também o outro, pois, segundo ele, “[...] tem que alternar, uma hora você está do lado esquerdo, uma hora você está do lado direito, porque se doer um, *você tem que fazer doer o outro também*, porque tem que doer paulatinamente né, porque se você pular de um lado só, vai sofrer mais [...]”. (COLETOR I, 2015 – Grifo nosso).

O período do ano em que as dores são mais frequentes, de acordo com o Coletor J, são as férias escolares do final do ano, pois os moradores produzem maior quantidade de lixo, que repercute no esforço exigido dos coletores em seu trabalho. Segundo ele, “[...] nessas férias dá mais lixo, aí depois que termina tudo começa a ter dor no corpo, dor muscular, problema de estômago [...]”. Na escala da jornada de trabalho, “Na verdade dói no começo, uma meia hora, 40 minutos, até o corpo relaxar, o que dói mais são as ‘batatas’ [panturrilhas] né, os músculos, mas é só até relaxar, depois que relaxou não dói mais [...]”, porém os próprios coletores preferem, muitas vezes, não fazer pausas para descanso, porque “[...] quando a gente levanta, parece que levou uma surra, tudo arrebitado, tudo dolorido, mas isso é questão de 20, 25 minutos já parou de novo, já acabou de novo.” (COLETOR J, 2015).

A diferença de manifestação da dor quando se está com o sangue quente e com o sangue frio também é apontada pelo Coletor M, o qual “[...] todo dia de manhã eu levanto, já sinto umas dores, pé, costas, sempre dá aquelas dorzinhas, só que aí conforme anda o dia, você vai esquentando o corpo, vai parando a dor, mas é o sangue esfriar [...]”. Inclusive, por esse motivo, o coletor menciona que é preferência dos próprios coletores não fazerem pausa para jantar (setor noturno), “Nós preferimos não fazer mesmo, porque se você correr, parar pra jantar, o sangue esfria, tem que começar de novo, e aí o sangue esfriou, até você começar já vem aquela dor chata, você entendeu.”, mesmo tendo ciência de que “[...] eu vou sentir dor

depois que eu deitar, entendeu, no sofá, aí que eu vou começar sentir se tiver alguma dor, alguma torção de pé, que sempre acontece [...]”. (COLETOR M, 2015).

Dores nas costas pelo peso do lixo; dores nas articulações, em geral, e dos dedos, em específico, pelos inúmeros movimentos de pegar os sacos de lixo pesados; dores nos ombros, por ficar o dia todo com o braço erguido, segurando-se em cima do caminhão; dores nos tendões de Aquiles, pela frequência de saltos. Eis os reflexos do trabalho na coleta apresentados pelo Coletor M, fazendo com que “[...] quando eu acordo, todo dia de manhã já dói, até eu dar uns passinhos, ainda dói.” (COLETOR M, 2015).

O Coletor K salienta que, embora as dores também apareçam durante a jornada de trabalho, é em seu tempo fora do trabalho, quando o sangue esfria, que as consequências são sentidas mais seriamente, impedindo-o até mesmo de sair de casa, em alguns casos:

Às vezes durante o trabalho também, muitas vezes quando você cata um lixo de mau jeito, tem vários jeitos que você cata o lixo e sente a dor, do jeito que você abaixar pra catar, você sente, mas geralmente é quando você chega em casa, que o sangue esfria, o sangue esfriou, aí começa a vir aquelas “latejanças”, lateja tudo, por isso que muitas vezes, pra sair de casa, eu contava até 10, de tanta dor, falava “ah, não sei se eu vou aguentar, não sei se eu não vou”, mas mesmo assim eu ia, falava “ah, deixa eu ir, vai”...a dor quando pega mesmo, cara, vou falar pra você, é insuportável, o cara tem que ter opinião mesmo, *o cara tem que ter opinião mesmo pra enfrentar essa vida de coletor.* (COLETOR K, 2015 – Grifo nosso).

Para os coletores mais velhos, com cerca de 40 anos de idade, além das dores repercutirem de forma mais incisiva do que para os coletores mais jovens, pela própria diminuição da capacidade regenerativa do organismo, os mesmos tendem a carregar consigo essas dores para o resto da vida, ameaçando-os, inclusive, de conseguir outro emprego, caso saiam da coleta de lixo. É o drama pessoal que relata o Coletor K:

[...] já deu tudo em mim, já deu “bico de papagaio”, tendinite, é tudo cara, é uma coisa que *agora eu vou ter que carregar comigo*, por isso que se eles me mandarem embora eu estou enrolado, *40 anos, com esse monte de problema, vou arrumar serviço aonde agora?* Então isso é uma coisa que a gente tem que carregar, cara. (COLETOR K, 2015 – Grifos nossos).

Tendo em vista os depoimentos dos coletores a respeito das diversas dores que sentem decorrentes do trabalho, não admira a afirmação de Salvador; Daher Neto; Ferrari, de que, de acordo com o Conselho Nacional de Segurança dos EUA, “[...] os coletores de lixo constituem um dos grupos de maior incidência de lombalgia, sendo a dor resultante do esforço

excessivo na manipulação de volumes de lixo e de movimentos abruptos de flexão, extensão e rotação da coluna lombar”. (SALVADOR; DAHER NETO; FERRARI, 2005, p. 21).

Além das dores, outro elemento que contribui para o quadro de degradação do trabalho vivenciado pelos coletores são as próprias condições climáticas experimentadas pelos mesmos. O serviço da coleta de lixo domiciliar, por se tratar de serviço de imprescindível utilidade pública, praticamente não para, exceto nos feriados mais importantes. Dessa forma, faça chuva, sol ou frio, os coletores têm de realizar seu trabalho, sendo que, de todas as intempéries climáticas, o sol forte é a pior delas, segundo os depoimentos dos trabalhadores.

Conforme enfatiza um manual de segurança de empresas de limpeza viária e coleta de resíduos na Espanha:

Estrés térmico, calambres y agotamiento, causado por los efectos patológicos que se producen cuando se acumula excesivo calor en el cuerpo, como resultado de la actividad física o el ambiente que le rodea (temperatura, humedad, carga solar y velocidad del aire). Un exceso de calor en el organismo puede agravar dolencias previas, tales como enfermedades cardiovasculares, respiratorias, renales o cutáneas, entre otras.³¹ (FREMAP, s. d., p. 22).

Corroborando o caráter praticamente ininterrupto da coleta de lixo, o Coletor F afirma que “[...] você está no sol, você está trabalhando, está na chuva, está trabalhando, entendeu, não para, a coleta é 24 horas³², é o único setor que não para, porque eles têm a limpeza de grama, coleta de reciclagem, coleta de móveis, e a única que não para é a coleta de lixo [...]”. (COLETOR F, 2015).

Em tom de insatisfação, misturado com bom humor, o Coletor L também apresenta o mesmo argumento de que “[...] nós não paramos, chove nós não paramos, está calor nós não paramos, cai neve nós não paramos, cai granizo nós não paramos, cai trovão nós não paramos, cai vaca...o que cair nós não paramos.” (Figura 6) (COLETOR L, 2015).

Assim como o Coletor A, que compara os coletores a guerreiros que não fogem à luta, independente das condições de trabalho: “Ser coletor pra mim é ser guerreiro, é ser praticamente uma tropa de elite, porque o coletor encara sol, encara chuva, acho que se não

³¹ Tradução livre: “O estresse térmico, câimbras e exaustão, causada pelos efeitos patológicos que ocorrem quando o calor excessivo acumula-se no corpo, como resultado da atividade física ou do ambiente circundante (temperatura, umidade, carga solar e velocidade do ar). Um calor excessivo no corpo pode agravar doenças prévias, como cardiovasculares, respiratórias, renais ou de pele, entre outras.”

³² Obviamente se trata de força de expressão, deixando a entender que praticamente todos os dias se trabalha, e não que o serviço é prestado literalmente 24 horas por dia, haja vista que os turnos somados abrangem a carga horária das 7:20h às 0:20h.

estiver chovendo facão e canivete o coletor está na rua trabalhando [...]” (COLETOR A, 2015).

Figura 6 - Coletor expondo nas redes sociais as dificuldades climáticas de seu trabalho



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP.

É interessante refletir sobre essa condição degradante de trabalho, a obrigatoriedade de estar disponível a qualquer momento (dentro de seu turno), sob quaisquer circunstâncias climáticas, as mesmas circunstâncias das quais a grande maioria da população procura se afugentar: do sol forte e da chuva, enquanto todos procuram e encontram seus abrigos em coberturas, os coletores não podem se permitir esse privilégio, pois estão a céu aberto recebendo na pele tais intempéries e, ademais, lidando com tudo o que os privilegiados das coberturas descartaram. Nesse sentido, a fala do Coletor L vem como lembrete: “[...] então nesses ‘torozão’ [chuva muito forte] que dá assim, você *pode ter certeza que o coletor está trabalhando* [...]”. (COLETOR L, 2015 – Grifo nosso).

Para o Coletor K, é quase óbvia a constatação que apresenta, de que praticamente nenhum coletor permaneceria no emprego caso o vale-alimentação não fosse de R\$500,00, isto é, se recebessem apenas o salário-base para desempenhar sua função sob as intempéries climáticas supracitadas. Ele mesmo diria “[...] ‘não, aqui eu não fico não, vou ficar aqui trabalhando debaixo de sol, chuva, vento e frio pra receber tanto’ [...]” (COLETOR K, 2015).

A necessidade de se terminar o setor de trabalho no mesmo dia que se inicia a coleta do lixo é levantada como justificativa da impossibilidade dos coletores interromperem sua atividade laboral em situações climaticamente degradantes, pois “[...] são setores que têm que ser feitos no dia, é responsabilidade, faça chuva, faça sol, acabe, se passar das 15:20h, hora extra, mas tem que acabar, tem que acabar no dia.” (COLETOR D, 2015).

De acordo com o Coletor B, o sol forte conjuga-se com a má alimentação ao longo da jornada de trabalho, sem pausa para almoço (setores diurnos) ou janta (setores noturnos), como provocadores de mal-estar nos coletores. Assim, “[...] tem gente que sente tontura por causa do sol, não se alimenta bem né, eu acho que o correto era fazer horário de almoço [...]” (COLETOR B, 2015). Uma consequência desse fato é a perda de peso, apresentada pelo Coletor D, enfatizando que “o desgaste é excessivo do corpo [...] a perda de peso para muitos é muito grande”. (COLETOR D, 2015).

A estafa ocasionada pela força do sol é ressaltada pelo Coletor E, que diz que “[...] no calor, parece que não tem de onde mais você arrancar força né, aquele sol quente, aquele monte de lixo e você tem que acabar a tarefa sua né, [...] parece que o serviço não rende, você querendo acabar as coisas, mas como? As pernas moles, dor de cabeça, o sol né.” (Figura 7). Segundo ele, já presenciou vários casos de coletores passando mal por conta do calor excessivo, com queda de pressão e princípio de desmaio: “Presenciei já, muitos, mais é de rapaz que começou agora né, aí não está acostumado muito com o sol quente, mas já sim, por causa do calor mesmo, passou mal mesmo.” (COLETOR E, 2015).

O Coletor A, relatando uma ocasião em que os coletores da equipe estavam praticamente sem forças para continuar o trabalho, mas ainda assim deram prosseguimento e conseguiram terminar o setor, afirma que, como consequência, “Também, cheguei em casa não sabia onde não tinha câimbra, calor de 30°C, 40°C, você tomar 5 garrafas de água, não vencer e você ainda chegar em casa tarde, com câimbra.” (COLETOR A, 2015).

Figura 7 - Expressões nas redes sociais de insatisfação dos coletores com o calor



Fonte: Facebook dos coletores de Presidente Prudente/SP. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

O forte calor, típico de Presidente Prudente/SP, e o uniforme também são mencionados pelo Coletor L, ressaltando que “[...] aqui é demais, mano, entendeu...e já viu a roupa de coletor, né? Manga comprida, você entendeu, então é muito quente [...]”. O calor prudentino também acaba se tornando um agravante no tempo fora do trabalho dos coletores, pois “Aí chega em casa não descansa, por causa desse sol abençoado aí, esse calor infernal, aí o camarada não descansa [...]”. (COLETOR L, 2015).

Outro aspecto repudiante com o qual os coletores convivem diariamente é o cheiro exalado pelo lixo. Como a maior parte do lixo que coletam é composta por matéria orgânica, sua fermentação e criação do chorume são responsáveis pelos odores desagradáveis com os quais os coletores têm de se adaptar para conseguirem desempenhar sua função. Há casos, porém, em que os funcionários recém contratados não suportam o cheiro e pedem demissão em pouco tempo. Sem contar alguns lixos específicos que produzem odores muito fortes, além do habitual com os quais os coletores já se adaptaram, causando reações sintomáticas adversas.

Como relata o Coletor F, “[...] o cheiro do lixo, também, é muito forte, porque o caminhão esmaga né, o cheiro é forte, vixi, passa mal mesmo, se não tiver a vontade mesmo e

a precisão do serviço, o cara abandona, o cara larga, senão não aguenta não.” Complementa dizendo que esses mal-estares não se restringem a tal ou qual setor, haja vista que o lixo é razoavelmente equiparado entre os setores, de modo que “[...] o cheiro, às vezes, é forte demais, não é só um caminhão, são todos os caminhões, todos que acontecem isso, todos passam mal, às vezes um vomita, um sempre passa mal, sempre tem um que tem o estômago um pouco mais fraco e passa mal mesmo.” (COLETOR F, 2015).

Os coletores já habituados com o cheiro forte não estão livres das sensações ruins decorrentes do lixo, pois “[...] o cheiro é realmente muito forte, principalmente de segunda e terça, que o lixo fica acumulado fim de semana, já cria um pouco mais de cheiro, acumula mais né, então é bem...até a gente que está acostumado, a gente sente também né.” (COLETOR B, 2015).

Se para os coletores já experientes é difícil lidar com o cheiro, para os novos coletores ainda mais, sendo que “[...] tem gente que entra lá e não se acostumar com o cheiro, nem nada, não fica não [...] já vi caso do cara entrar lá, vomitar, e no outro dia ele não ficar não, porque não aguenta o cheiro [...]”. (COLETOR H, 2015).

Além dos lixos convencionais, que possuem mau odor devido à matéria orgânica (em geral restos de alimentos) decomposta e transformada em chorume, existem alguns lixos incomuns (embora sempre apareçam nos sacos de lixo) que atordoam até mesmo os coletores mais experientes e preparados. De acordo com o Coletor G, “[...] tem casa que você chega que...nossa, não precisa nem a sacola rasgar, só de chegar perto da lixeira, você fala ‘meu deus, parece que o cara pôs um bicho morto aí dentro’, aquele cheiro fora do comum mesmo.” (COLETOR G, 2015). Levando em conta o que diz o Coletor B, não apenas parece que há algum bicho morto, uma vez que “[...] tem gente que coloca bicho morto no meio do lixo, não é fácil não [...]”. (COLETOR B, 2015). O Coletor I suporta os demais tipos de lixo, “[...] qualquer lixo de uma casa, mas se catar um cachorro morto, um gato morto, ou o que seja morto, aí é a pior coisa.” (COLETOR I, 2015).

Conforme explica o Coletor A, concordando com seus companheiros de coleta, “[...] a pessoa que não liga pra fazer o recolhimento do animal morto, vai, joga no meio do lixo, põe o orgânico por cima. A hora que você bate a mão, que você movimentar o saco, solta o cheiro, a hora que sobe aquele cheiro você já...já dá aquela ‘opa, aí tem’” (COLETOR A, 2015).

Ainda a respeito de resíduos incomuns e exalando cheiros exageradamente ruins, o Coletor C responde que “Rapaz, caixa de esgoto, os caras pegam aquelas caixas de gordura,

enfia tudo dentro do saco e dá pra você jogar [...] aí vai pensar, aquilo estoura dentro do cocho, Deus que me livre, só por Deus [...]”. (COLETOR C, 2015).

O maior receio apresentado pelo Coletor J foi com relação às bactérias potencialmente presentes em determinados lixos, que ficam trancados em lixeiras (Figura 8) e, “[...] quando a gente abre vem aquele vapor, aquele cheiro, por mais que você queira afastar, mas ele vai abrir, o vapor vai abrir, isso aí tem vezes que dá mal-estar na gente, preocupação, medo né, subiu o vapor, às vezes vem bactéria, aí a gente vai respirar ele né.” (COLETOR J, 2015).

Figura 8 - Lixeira fechada, exalando mau cheiro anormal



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP.

Nas lixeiras dos hospitais de Presidente Prudente/SP, o Coletor M afirma haver alguns lixos que, quando “[...] você entra, aí tem o saco lá, você vai jogar o saco, estoura na prensa, você está atrás, você acaba ficando sem ar, porque tem um monte de pó né, aí você acaba ficando sem ar.” (COLETOR M, 2015).

O acesso ao banheiro aos coletores, por se tratar de uma situação imprevisível e em um serviço realizado em movimento pelas ruas da cidade, muitas vezes também pode se constituir como aspecto de precariedade laboral. Em geral, os coletores afirmam que, em caso de necessidade fisiológica, dirigem-se a algum estabelecimento comercial ou residência de um morador mais próximo e pedem para utilizar o banheiro, sendo que na maioria das vezes são permitidos. Todavia, em algumas situações, os coletores acabam tendo que solucionar esse problema por conta própria.

O Coletor B reconhece que “Não tem não [risos], só se parar em algum bar, ou no meio da rua, se achar algum lugar, não tem banheiro não.” (COLETOR B, 2015). O Coletor C confirma essa versão, mas acrescenta o próprio cocho do caminhão como receptáculo das necessidades dos coletores em casos mais urgentes: “[...] o número 2 não tem como fazer em lugar nenhum né, mais em bar, para em algum bar, tem muitos que vão em construção, agora pra urinar é dentro do cocho, acha algum bar, alguma construção, um lugar baldio assim, porque não tem jeito né.” (COLETOR C, 2015). Ação também relatada pelo Coletor H, dizendo que “[...] às vezes para o caminhão lá, quando está num lugar que nem dá pra ver, aí tem que ser atrás do caminhão mesmo [...]”. (COLETOR H, 2015).

Sem pensar duas vezes, o Coletor A afirma que “Ah, banheiro já é outra história. O banheiro nosso é literalmente o caminhão [...]” (COLETOR A, 2015). O Coletor K também corrobora essa medida emergencial diante das necessidades dos coletores, porém ação restrita apenas à evacuação líquida, não sólida: “No caminhão, no caminhão assim, só a parte de urinar mesmo, quando é o número 2 mesmo, se tiver algum mato por perto fala ‘oh, vai indo aí, eu alcanço vocês depois, estou indo pra outro lugar agora’ [risos] [...]”. (COLETOR K, 2015).

Espaços abertos, públicos ou privados, como terrenos baldios e praças, são mencionados pelo Coletor E, segundo o qual “Trabalhando assim é difícil hein, quando dá vontade, se tiver um terreno vazio, assim, que esteja bem fechado, a gente vai assim, terreno baldio que fala, de repente tem uma pracinha que você está só passando e tem banheiro, a gente vai.” (COLETOR E, 2015). Em complemento, como relata o Coletor M, “[...] mas pra

fazer urina mesmo, urinar você urina no caminhão mesmo, a maioria é no caminhão mesmo.” (COLETOR M, 2015).

O depoimento do Coletor L, sem essa intenção, deixa implícito um aspecto perverso desenvolvido nos coletores pelo trabalho na coleta de lixo, que alcança até mesmo os hábitos e funcionamento de seu próprio organismo. Como são expostos a situações vexatórias quando precisam ir ao banheiro, seja pela vergonha em pedir para comerciantes ou moradores para usarem seus banheiros, seja pela exposição a que estão sujeitos nesses momentos de intimidade, nos casos em que fazem no próprio caminhão ou em terrenos baldios, o coletor afirma que a regulação do seu sistema excretor condicionou-se ao seu horário de trabalho:

[...] a coleta, ela te dá algo que eu acho que é muito interessante, *ela treina o seu organismo*, exemplo: se eu tiver que ir no banheiro por necessidade, fazer cocô, eu só vou de manhã, antes de eu ir trabalhar, é sério cara...é sempre antes de eu ir trabalhar, durante o dia eu não vou...ou quando eu chego em casa, quando eu estou no trabalho dificilmente, muito difícil. (COLETOR L, 2015 – Grifo nosso).

O termo “interessante” no depoimento do Coletor L só pode ser entendido no sentido de curioso, para não dizer perverso, pois levando em conta que se trata de um condicionamento do sujeito social pelo seu trabalho na escala mais primária, que é seu próprio organismo biológico, só é possível interpretar esse aspecto como expressão da precariedade laboral a que os coletores estão expostos diariamente.

3.1. INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Todos os aspectos de precariedade laboral elencados acima (à exceção do cheiro, inevitável nesse trabalho), que contribuem para a construção de um quadro de degradação do trabalho dos coletores, têm como pano de fundo uma grande intensificação do trabalho na coleta de lixo. Os ritmos acelerados em que trabalham os coletores propiciam as dores que sentem ao longo da jornada ou após a mesma, em seu tempo fora do trabalho. Assim também com as câimbras, com as quedas de pressão pelo sol, com o risco de contração de gripes e resfriados pelo trabalho na chuva e frio.

Apresentam-se como consequências e, ao mesmo tempo, como reprodutoras da intensificação do trabalho as faltas dos coletores. Consequências, pois muitos trabalhadores que faltam, o fazem exatamente pelo cansaço e/ou dores contraídas nos dias anteriores de

trabalho, feitos em grande intensidade. Reprodutoras, pois, na medida em que muitos coletores faltam, para os que ficam o trabalho se intensifica sobremaneira, gerando cansaço e dores ainda maiores.

Embora alguns coletores entrevistados tenham reconhecido que muitos coletores faltam não por necessidade, mas por oportunismo, forjando situações de doenças e agravos para se beneficiarem da empresa, boa parte deles salientou que as faltas também se justificam pela penosidade do próprio trabalho. Ademais, responsabilizam a empresa pela não contratação de mais funcionários para a coleta de lixo.

Os depoimentos dos coletores especificam as diferenças de se trabalhar com a equipe completa, em 4 coletores, e com a equipe desfalcada, em 3 ou até mesmo em 2 coletores. Conforme explica o Coletor B, “[...] vamos supor que faltaram 10 coletores, vão 3 em cada caminhão, faltaram 20 coletores, vão 2 em cada caminhão, aí é assim, que nem eu falei pra você, faltou alguém, quem foi trabalhar que vai ter que carregar o peso [...]”. (COLETOR B, 2015). O rendimento que uma equipe com 4 coletores possui, nitidamente é prejudicado quando diminui-se o número de coletores, como argumenta o Coletor F: “[...] se está em 4, são 2 de um lado, 2 do outro, a correria é grande, se está em 3, em 2, é mais difícil, o caminhão anda menos, você perde mais tempo pra coletar o lixo e assim vai.” (COLETOR F, 2015).

Além da perda de rendimento, aumenta-se o desgaste físico dos trabalhadores, pois “[...] em 3 fica aquele negócio meio...vai 1 do lado, 1 do outro e 1 no meio, esse do meio sempre vai pegar mais pesado, que ele tem que correr dos 2 lados [...]”. (COLETOR G, 2015). O Coletor M pormenoriza mais a organização da equipe quando completa e quando desfalcada, destacando as consequências desse último caso para os coletores a partir de uma experiência própria:

[...] em 3, por exemplo, é 1 de cada lado e 1 sempre revezando, vai pra um lado, vai pro outro, vai trocando de lado pra poder o outro tomar um ar...e em 4 não, em 4 é sempre 2 ali, 2 aqui, de cada lado, então uma equipe...um corre um tanto, o outro pula, corre outro tanto, e assim não tem tanto aquele sufoco. Agora você imagina, se em 4 é desse jeito, imagina em 2, que o cara tem que fazer o setor inteiro sem sair do chão, em 2 já é o dia inteiro sem sair do chão...em 3 ainda tem um pra dar um fôlego maior um pro outro, mas agora em 2 é o setor inteiro. Sábado mesmo fui em 2, comecei era 13h, fui acabar era 18h [...] até que nós corremos bem ainda em 2, acabamos 18h. [...] cheguei em casa mesmo, só deu vontade de tomar banho, deitar e nem levantar pra jantar deu tempo. (COLETOR M, 2015).

A sobrecarga de se trabalhar em 3 ou 2 coletores acarreta novas faltas por parte dos que assim trabalharam, “[...] por isso que acabam faltando muito também, sobrecarrega muito, fica muito puxado.” (COLETOR B, 2015). Segundo o Coletor I, “Falta por cansaço, cansaço e tipo assim, se ele corre em 2 hoje, amanhã ele já não vem, porque ele cansou muito trabalhando, muito esforço. [...] teve caso de a gente terminar em 2 até 22h, 22h correndo, chovendo ainda.” (COLETOR I, 2015). O detalhe desse último caso apresentado pelo Coletor I é que ele não pertence ao setor noturno, mas ao diurno, o que significa que iniciaram a jornada de trabalho às 7:20h!

Quando faltam muitos coletores, cabe aos encarregados redistribuírem os presentes da melhor forma possível, para que as equipes não trabalhem com quantidades desiguais de coletores. Nesses casos, “Aí o encarregado estava bravo, eu falei ‘ué, não é culpa minha’, e ele falou ‘também não é culpa minha’, falei ‘então, é culpa da empresa, por que a empresa não contrata?’.” (COLETOR L, 2015).

Segundo o Coletor L, boa parte dessa situação se explica pela desorganização da empresa no sentido de contratação de funcionários, pois “[...] a empresa fez um concurso aí, chamou um monte de coletor, jogou tudo pra varrição, então por que que não fez concurso pra varrição? Você entendeu, aí a gente fica lá sofrendo, sem reserva, não tem ninguém, aí o cara falta, você se lasca [...]”. Sendo assim, é por isso que os coletores sempre faltam, “Porque não é simples assim, só pegar o lixo, você *tem que dar condições pra gente trabalhar*, [...] o camarada trabalha hoje em 3, que é um dia pesado, aí amanhã ele não vai trabalhar...*eu vou falar que ele está errado? Ele está certo, não aguenta*, você entendeu.” (COLETOR L, 2015 – Grifos nossos).

O depoimento do Coletor A corrobora a fala do Coletor L, afirmando que antes, com mais funcionários para a coleta, as equipes eram mais completas e o desgaste era menor para os coletores: “Atualmente a equipe está em 3 coletores pra fazer o serviço, mas há 1 ano atrás eram 4 coletores, 1 ano e meio atrás, mais ou menos, aí já era mais tranquilo, era menos cansativo, porque você fazia um revezamento [...]” (COLETOR A, 2015).

Conforme complementa o Coletor K, as faltas muitas vezes são a última alternativa para os coletores, e não a primeira opção, como se fossem descompromissados com o serviço, especialmente nos dias seguintes aos que se trabalhou em 2 coletores. Em sua opinião, a empresa não é compreensiva, nesse sentido, “[...] você chega lá pra trabalhar, ou às vezes você não vai, aí o cara pergunta ‘por que você não veio?’, mas *ele não vê o que você*

passou no outro dia, falava ‘ah, você viu quantas vezes eu corri em 2 aí? Não, então, não sabe’ [...]”. (COLETOR K, 2015 – Grifo nosso).

O encarregado atual da coleta de lixo, segundo alguns coletores, mostra-se mais aberto nesse sentido, diferentemente de outros anteriores. O Coletor C é bem categórico na definição da intensificação do trabalho na época dos outros encarregados, afirmando que “[...] chegou um tempo que estava demais, né, falta de reconhecimento, falta de coletor, pra mim, *trabalho escravo*³³, na minha opinião, porque estava demais, a gente estava sendo obrigado a trabalhar, então é meio complicado [...]”. (COLETOR C, 2015 – Grifo nosso).

O Coletor M, embora sem utilizar-se do termo “trabalho escravo”, aponta para uma situação que reforça a colocação do Coletor C, em que falta autonomia por parte dos trabalhadores de se negarem a trabalhar em 2 coletores, “[...] mas como tem pouco coletor e tem que trabalhar, você acaba sendo pressionado a ter que ir sem querer [...] se você não for o encarregado já quer dar gancho, entendeu, quer brigar com você...então, pra você não ter conversa, você acaba sendo forçado a ir.” (COLETOR M, 2015).

Para fazer com que os coletores deem tudo de si e mais um pouco para não faltarem, a empresa utiliza-se de uma artimanha, que é o prêmio por produtividade, dado àqueles que não possuírem faltas, sendo que, quanto mais faltas o trabalhador possuir, mais vai sendo descontado do prêmio mensalmente, conforme já abordado anteriormente. Como explica o Coletor D, “[...] nós temos um prêmio, dependendo da quantidade de faltas que você tiver no mês você não perde esse prêmio, é o que torna o nosso salário razoável [...] você vai perdendo ele gradativamente, se você tem 2 faltas, desconta X do prêmio, tem 4 faltas é X do prêmio.”. (COLETOR D, 2015).

A esse respeito, muito interessante é a abordagem do Coletor L, comparando o corpo dos coletores aos caminhões para justificar a dificuldade de não se faltar um mês inteiro: “[...] aí nós temos um prêmio de produtividade, [...] se eu não faltar durante o mês, eu ganho R\$100 a mais no meu pagamento [...], isso todo coletor ganha...só que eu acho muito pouco, porque *caminhão que é caminhão não aguenta, você vai arrastando [...]*”. (COLETOR L, 2015 – Grifo nosso). Como também afirma o Coletor F, “[...] nem o caminhão, que é de

³³ Obviamente, é necessário a compreensão do termo utilizado pelo coletor não no sentido literal, tal como o conceito de trabalho escravo exigiria, mas representativo da forma como o mesmo percebeu e interiorizou a intensificação do trabalho pela qual já foi exposto. O componente do trabalho escravo a que se referiu, provavelmente, é a impossibilidade de negar-se a realizar o trabalho de determinada forma estabelecida pela empresa e com equipe desfalcada, sem sofrer represálias.

ferro, aguenta, quebra sempre, *imagina a gente que é de carne e osso e tem sangue correndo na veia né [...]*”. (COLETOR F, 2015 – Grifo nosso).

Segundo o próprio “Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Presidente Prudente – São Paulo”:

Em um sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos, o conjunto máquina (caminhões coletores) e mão de obra (guarnição coletora) deve ser muito bem equacionado para sucesso dos serviços. Em nada adianta possuir um bom caminhão coletor, caso não existam boas guarnições coletoras (motoristas e garis). (PRESIDENTE PRUDENTE, 2012, p. 154).

Em Presidente Prudente/SP nota-se que não existe esse equilíbrio sugerido pelo documento. Sem maior organização na contratação de funcionários destinados especificamente para a coleta de lixo e com a intensidade de trabalho habitual a que estão expostos, os coletores precisam superar os limites físicos de seus corpos, manterem-se equilibrados mentalmente, igualarem sua produtividade à das máquinas (caminhões) com as quais trabalham, para receberem um pequeno aumento no salário, representado pelo prêmio de produtividade.

Outro fator agravante da degradação do trabalho na coleta, a partir da intensificação do trabalho, é a quantidade de lixo coletada diariamente pelos coletores, que guarda proporção inversa com a quantidade de coletores na equipe, isto é, quanto menos coletores vão trabalhar em um determinado dia, mais lixo têm de carregar os que não faltaram.

Baseado nas informações obtidas nas entrevistas com os coletores, foi possível construir uma tabela com as diferentes possibilidades de carga de trabalho, no que diz respeito à quantidade de lixo coletada. A partir do número de coletores e do número de viagens, chegou-se às toneladas de lixo carregadas diariamente pelos trabalhadores. E, a partir das opções de cruzamento dessas variáveis (coletores e viagens) que mais apareceram nos discursos, foi possível estabelecer graus diferenciados de probabilidade de ocorrência das situações (Tabela 4).

A opção metodológica pela construção de cenários da quantidade de lixo coletada se justifica devido à inexatidão dessa informação, considerado o conjunto dos coletores entrevistados, uma vez que não cabe a eles, como dito anteriormente, o controle da quantidade de lixo e capacidade de cada caminhão. Assim, extraíram-se a média de toneladas por viagem (toda a equipe), a média do número de viagens e a média de coletores por equipe a partir do

que cada coletor informou ocorrer na maioria das vezes, daí chegando-se às toneladas/dia coletadas por cada coletor e à maior ou menor probabilidade de ocorrência de cada situação.

Tabela 4 - Cenários da quantidade de lixo carregada pelos coletores entrevistados

Nº de Coletores	Nº de Viagens	Toneladas/Dia/Coletor	Probabilidade
4	2	6,1	Alta
4	3	9,15	Alta
3	2	8,1	Muito Alta
3	3	12,2	Alta
2	2	12,2	Baixa
2	3	18,3	Muito Baixa

Fonte: Entrevistas junto aos coletores. Org.: João Vitor Ramos da Silva

Como pode ser observado, na melhor das hipóteses, isto é, na situação mais confortável possível, os coletores carregam em média 6,1 toneladas por dia, cenário que se concretiza quando a equipe está completa, com 4 coletores, e quando o setor exige que se dê apenas 2 viagens para descarregar o lixo³⁴. Essa situação tem probabilidade alta de ocorrer, mais pelo número de viagens do que pelo número de coletores, pois, como visto há pouco, nem sempre a equipe sai pra trabalhar completa.

Embora já tenha ocorrido, o trabalho em 2 coletores, realizando 3 viagens, coletando 18,3 toneladas por dia tem probabilidade muito baixa de acontecer, pois não é muito frequente as equipes saírem com 2 coletores, ainda mais em um setor ou dia pesado, que exige 3 viagens para descarregar o lixo. Ao passo que as 8,1 toneladas/dia carregadas em 3 coletores, fazendo 2 viagens por dia, têm probabilidade de ocorrência muito alta, sendo o cenário mais corriqueiro do trabalho na coleta de lixo em Presidente Prudente/SP. Em termos comparativos, 8,1 toneladas representa 160 sacos de cimento de 50kg!

Em relação ao horário de trabalho, a maioria dos coletores entrevistados apontou esse quesito como ponto positivo do trabalho na coleta, uma vez que, embora os horários-limite do serviço sejam 15:20h e 0:20h, respectivamente para os turnos diurno e noturno, muitas vezes esse teto não é atingido, sendo que os coletores acabam o setor mais cedo e, nesse momento, já podem ir embora. Não há necessidade de retornar à empresa para registrar o término do dia de trabalho, pois isso é feito apenas no início do próximo dia, quando

³⁴ Todos os coletores apontaram 2 viagens como o mínimo realizado pelos caminhões até o lixão, em qualquer setor, sendo que, dependendo do setor e do dia da semana, podem ser dadas 3 ou 4 viagens.

oficializam (através da leitura biométrica) o fim do dia anterior de trabalho e o início do dia atual.

A consequência desse benefício para os coletores, isto é, poder terminar mais cedo sua jornada de trabalho e ir embora, é a intensificação do trabalho à qual eles mesmos passam a exigir de si e de sua equipe, no intuito de acabar o dia de trabalho o mais cedo possível e sobrar mais tempo livre. Tal como um oásis à vista, o fim do dia de trabalho torna-se o objetivo maior perseguido diariamente pelos coletores, fazendo com que não poupem energias para alcançá-lo, independente se corram em ritmos alucinantes cerca de 40km/dia e carreguem no mínimo cerca de 6 toneladas/dia de lixo. Paradoxalmente, vão de encontro ao martírio para dele fugirem!

Para atingir esse objetivo, os coletores abdicam de seu horário de almoço/jantar de 1 hora a que têm direito, como também aproveitam o tempo em que o caminhão vai descarregar o lixo no lixão do município para adiantar o trabalho, amontoar e “matar” ruas, visando otimizar o tempo de trabalho e terminar mais cedo.

Em alguns casos, entretanto, o encarregado da coleta solicita aos coletores das equipes que já terminaram seus setores para irem ajudar outras equipes que ainda não terminaram, o que anula a viabilidade do ritmo acelerado impresso em seus próprios setores para irem embora mais cedo. Conforme afirma o Coletor H, “[...] no ano passado mesmo teve bastante isso hein, se acabar o setor, por exemplo, 20h [setor noturno], tinha outro aí que não estava nem na metade ainda, porque quebrou, ou senão saiu muito tarde, vai lá e pega umas ruas lá, tal, aí beleza...tem casos sim.” (COLETOR H, 2015).

O Coletor L, no dia anterior à entrevista, havia realizado essa ajuda a outro setor após o término do seu: “[...] ontem a gente acabou o setor 14h, nós fomos ajudar outro setor, cheguei em casa era 18h...isso porque a gente só foi ajudar a fazer uma parte, porque os meninos ainda não tinham acabado.” (COLETOR L, 2015).

Porém, como argumenta o Coletor B, há casos em que não há condições físicas de continuar trabalhando para os coletores, “[...] se ele estiver no limite dele, ele não estiver mais em condições de continuar, ele vai embora...geralmente é o que a gente alega né, a gente fala com o encarregado ‘eu não estou em condições de continuar, porque eu estou com o corpo bem cansado [...]’”. (COLETOR B, 2015).

Esse pedido por parte do encarregado, trazendo desilusão de ter que continuar a jornada de trabalho, mesmo após doarem grande parte de sua energia para acabar mais cedo seus setores, é apontado como uma das piores coisas do trabalho na coleta, ainda que não seja

tão frequente: “E a pior coisa também, é quando eles falam ‘oh, acabou? Vocês vão ter que ajudar fulano’, a gente tem que ir, não pode falar não, porque é um amigo que amanhã nós vamos precisar dele, você não pode falar não, *nós não vamos feliz né, mas vamos.*” (COLETOR J, 2015 – Grifo nosso).

Além de pensar que em outros dias podem ser eles os que necessitarão de ajuda, alguns coletores apontam que sempre atendem ao pedido do encarregado para ganhar sua confiança e respeito, para que em situações futuras possam contar com ele quando precisarem. De acordo com o Coletor M, “[...] não somos obrigados [, mas quem vai está] ganhando, querendo ou não, uma moral com o encarregado, porque uma hora que você precisar, também, dele, ele vai ajudar você.” (COLETOR M, 2015). Assim como pensa o Coletor L, segundo o qual você “[...] não é obrigado ir, você entendeu, se você falar ‘eu não vou’, não vai, mas você indo, você entendeu, quando você precisar, você vai ter um respaldo daquilo que você fez [...]”. (COLETOR L, 2015).

Trata-se de uma situação problemática, pois vários coletores relataram que, até mesmo para terminar seu próprio setor, já encontram dificuldades, sobretudo em tempo de forte calor, pois a exigência física é gigantesca. Dão tudo de si em seus próprios setores, certos de que, ao menos, serão recompensados com dispensa antes do horário e descanso em suas casas. E, quando recebem a informação de que terão que ajudar outras equipes, é uma grande decepção e, ao mesmo tempo, enorme desafio para arrancarem energias de onde já praticamente não possuem. Isso apenas escancara um problema de contratação de mão-de-obra por parte da empresa responsável pela coleta de lixo, que não garante a composição completa nem das equipes regulares, muito menos de equipes reservas, a serem utilizadas exatamente nessas situações imprevistas. Como bem sintetizam Amaecing; Ferreira:

Outro ponto relevante e questionável é o trabalho abusivo da guarnição, se uma guarnição cumpriu seu itinerário, deve-se dar por findado o serviço e não fazê-la tomar o roteiro de outra guarnição, a fim de ajudá-la a cumprir o serviço em menor tempo. A princípio pode parecer à melhor solução, afinal aos olhos de quem vê a cidade limpa, o serviço é muito qualificável, mas isso envolve o próprio contexto da organização do trabalho e expõe os coletores e motoristas a fadigas, pois aumenta a carga física e emocional. Desse modo, o ideal seria a contratação de mais coletores e motoristas para compor novas guarnições, a fim de fazer um rodízio de equipes. (AMAECING; FERREIRA, 2008, p. 26).

A questão das pausas – mais precisamente a não realização das mesmas – ao longo da jornada de trabalho também contribui para a edificação da intensificação do trabalho na coleta de lixo. Basicamente, as pausas que os coletores possuem são o horário de

almoço/jantar de 1 hora e os momentos em que o caminhão se dirige ao lixão para descarregar o lixo quando atinge seu limite de capacidade. Todavia, segundo os relatos dos trabalhadores, as pausas para almoço/jantar não são realizadas e, em muitos casos, mesmo o tempo em que o caminhão está descarregando é aproveitado pelos coletores para adiantar o serviço e acabar mais cedo. A maioria afirma que, por conta própria, preferem não efetivar tais pausas, alinhados com a intenção de acabarem mais cedo o serviço e irem embora. Além disso, alguns coletores também afirmaram que parar para almoçar traria malefícios para a continuidade do trabalho, pois, quando o sangue esfria, muitas dores vem à tona, e trabalhar na coleta de lixo com o estômago cheio é um risco de má digestão.

Esse aspecto é visível no depoimento do Coletor D, que afirma que “[...] nós não temos horário de almoço, mas só que se a gente for almoçar, não se corre, por causa da indigestão.” (COLETOR D, 2015). Mesmo argumento levantado pelo Coletor L, para quem “[...] não dá pra almoçar, porque o coletor almoçou, acabou o homem, não dá, você não trabalha, entendeu.” (COLETOR L, 2015). Não parar para jantar, para o Coletor H, “[...] pra mim é até melhor, porque a gente já vai direto e já vem embora, melhor comer em casa mesmo né [...]”. (COLETOR H, 2015).

Para o Coletor I, se o horário de término do setor diurno é às 15:20h, sem a pausa para almoço, nos dias menos pesados (a partir de quarta-feira), ganham um bom tempo fora do trabalho: “Se a gente não almoçar, trabalhar corrido, nos termos que eu e os 3 aguentam, nós vamos terminar o setor, da quarta-feira em diante, termina de 12h a 13h, já ganhamos 2 horas de almoço, acabamos 13h, pode ir embora, ganhamos 2 horas.” (COLETOR I, 2015). O Coletor J também valoriza a realização da refeição fora do horário de trabalho, de modo que “[...] não que a empresa quer e prefere, não, a gente que prefere acabar pra depois vir alimentar com mais tranquilidade.” (COLETOR J, 2015).

No entanto, não necessariamente os coletores passam toda a jornada de trabalho sem se alimentar, sendo que muitos moradores os oferecem algum alimento. Por isso, “[...] prefiro ir direto, acaba mais cedo, e outra, você ganha coisa na rua, sempre tem algum morador que dá coisa pra nós, é muito difícil o cara não comer nada, eu preferia sempre ir direto.” (COLETOR K, 2015). Opinião compartilhada pelo Coletor A, que explica que “A gente não cumpre horário e não faz horário de almoço pra sair mais cedo, não fazendo horário de almoço você desconta mais uma hora do seu horário no cartão.” (COLETOR A, 2015).

Mesmo admitindo ser desgastante seguir trabalhando sem almoçar, para o Coletor D é preferível que “[...] nessa 1 hora vamos trabalhar todo mundo, vamos todo mundo se

sacrificar um pouquinho, pra todo mundo chegar cedo em casa, almoçar, tomar um banho e ganhar o resto do dia descansando.” (COLETOR D, 2015).

O Coletor B expõe a prática de registro na empresa do horário de almoço, porém, assim como os demais, afirma que os coletores não realizam a pausa: “[...] tem uma pausa de 1 hora de almoço que a gente coloca no cartão, só que a gente não faz essa 1 hora de almoço, a gente coloca no cartão porque *eles obrigam a gente colocar*, mas a gente não faz.” (COLETOR B, 2015 – Grifo nosso). O detalhamento dessa prática e a justificativa dos coletores preferirem não parar para o almoço são apresentados pelo Coletor L:

[...] das 7h, para 11h, almoça até 12h, aí volta e vai até 15:20h, mas isso não acontece, a gente marca no cartão e tudo, mas isso não existe. [...] nunca o presidente ou alguém foi lá e falou ‘oh, a partir de hoje vocês vão parar 1h pra almoçar e der 15:20h vocês vão embora’, porque se fizer isso nunca acaba o setor [...] você fica naquela ‘eu tenho que acabar pra eu ir embora’, sendo que se você cumprisse o seu horário, você não teria que acabar pra você ir embora, aí a empresa ia ter que se virar pra terminar, você entendeu, aí *ela joga uma responsabilidade que é dela em cima da gente* [...]. (COLETOR L, 2015 – Grifo nosso).

A partir do depoimento do Coletor L, depreende-se que a intensidade impressa pelos coletores à sua própria atividade laboral tem na impraticabilidade do teto do horário da jornada de trabalho sua justificativa. Isto é, caso o relógio marque 15:20h e o setor ainda não houver terminado, os coletores devem permanecer trabalhando até que não haja mais lixo para coletar. Isso influencia os trabalhadores a desejarem não parar para o almoço, pois representa um tempo que possivelmente fará com que extrapolem sua jornada regular de trabalho.

É importante frisar que a maioria dos coletores afirmou não receber hora-extra da empresa nesses casos em que ultrapassam o horário limite. Alguns apontaram que se trata de um acordo implícito entre os trabalhadores e a empresa, pois, como na maioria dos dias a equipe termina a coleta do setor antes do horário limite e podem ir embora diretamente, em contrapartida caberia a eles corresponder às necessidades da empresa nos casos em que seja necessário continuar trabalhando após o horário de término do setor.

Os coletores ficam divididos entre intensificar seu trabalho, com incertezas quanto à alimentação, e trabalharem mais tranquilamente, para não prejudicar sua saúde. Para o Coletor B, seria necessário “[...] ter a pausa certa de horário de almoço, todo mundo almoçar, e eu acho que *trabalhar sem sofrimento, fazer a coleta sem loucura*, porque em Prudente, geralmente, pra você acabar cedo, conseguir acabar 13h é na base da loucura, [...] senão não acaba não viu.” (COLETOR B, 2015 – Grifo nosso). O Coletor G também reconhece que

“[...] acabar cedo a gente acaba, mas vou falar, o cedo que acaba, na parte da tarde *você está um bagaço...almoçar tarde, você não tem horário de almoçar, o mais complicado são essas coisas, você não tem um horário fixo pra fazer uma refeição [...]*”. (COLETOR G, 2015 – Grifo nosso).

Em vista da não realização de almoço e jantar durante o trabalho, as pausas ensejadas pelas idas do caminhão ao lixão “[...] é como se fosse uma janta, você come uma coisinha, não muito também, pra não passar mal, dá pra continuar.” (COLETOR M, 2015). Todavia, a otimização do tempo de trabalho para que acabe o quanto antes também é feita nesses momentos, de modo que “[...] a gente sempre adianta, a gente não fica olhando pro tempo, porque o tempo ruge e tudo custa dinheiro, e quanto mais rápido você sair, você praticar o seu setor rápido, coletar ele rápido, você tem o direito de ir embora [...]”. (COLETOR D, 2015).

A organização de quem adianta o trabalho e quem descansa nesses momentos fica a cargo dos próprios coletores, sendo que, normalmente, quem está em cima do caminhão coletando os montes naquele dia fica descansando, ao passo que os que estão amontoando saem para adiantar o serviço. Como relata o Coletor G, “[...] se tiver 2 puxando, os 2 que estão puxando não param, só os 2 que estão no caminhão que esperam [...]”. (COLETOR G, 2015). Corrobora o relato o Coletor I, afirmando que “[...] nesse momento que a gente está descansando sempre saem 2 pra amontoar, vai adiantando, entendeu [...]”. (COLETOR I, 2015). O mesmo afirma o Coletor A, segundo o qual, algumas vezes “[...] vão 2 com o motorista e 1 fica adiantando o serviço, caso tenha muito, aí o caminhão volta com aqueles 2, eles já pegam e seguem o trecho até encerrar.” (COLETOR A, 2015).

O Coletor L afirma que, nesses momentos, quem está amontoando possui vantagem relativamente a quem fica descansando, pois quando acabam de amontoar o lixo podem ir embora de onde pararam: “[...] quem está no caminhão vai parar pro caminhão ir descarregar, só que nesse mesmo tempo que ele está parado, o outro está trabalhando...só que quando ele [o outro] acaba de amontoar, ele para, aí ele espera o caminhão chegar nele, ou ele vai embora [...]”. (COLETOR L, 2015).

Em linhas gerais, concordamos com as conclusões de Santos, a respeito da intensificação do trabalho promovida pelos próprios coletores:

Segundo estes trabalhadores, é a equipe de coleta que determina o seu próprio ritmo, em função de necessidades do grupo de terminar mais rapidamente ou não. Mas a necessidade de *voar mais cedo*, ou seja, ser liberado das atividades, define um ritmo

mais rápido imposto pela equipe, um ritmo *puxado*. (SANTOS, 2001, p. 62 – Grifos no original).

Os reflexos da intensificação do trabalho dos coletores são sentidos, sobretudo, em sua vida fora do trabalho, pois é nesse momento que o sangue esfria, as dores reaparecem, o cansaço domina e seu tempo de lazer transforma-se em tempo de descanso para o novo dia de trabalho.

Como nos lembra Alves, a partir das lutas trabalhistas pela redução da jornada de trabalho, “[...] o tempo livre incorporou, em si, como processo de reprodução social do capital e espaço de realização da mais-valia relativa, a forma social do mundo das mercadorias, replicando no território do tempo livre, esfera do lazer e consumo, a lógica da alienação.” (ALVES, 2013, p. 121).

Embora não discordemos da afirmação em seu sentido genérico, para o caso dos coletores esse processo não se aplica perfeitamente, pois a desefetivação ou não efetivação das capacidades genuinamente humano-criativas no tempo livre dos coletores, na grande maioria das vezes, não se dá porque os trabalhadores dedicam-se ao consumo de mercadorias e realização de mais-valia, mas porque tiveram suas forças exauridas no tempo dentro do trabalho, ao ponto que só os resta descansar e aguardar o início da nova jornada.

O Coletor C, por exemplo, usa a maior parte do seu tempo livre “Pra dormir, é, descansar o corpo, porque senão não aguenta, porque a coleta, vou falar pra você, o cara tem que estar todo dia bem descansado, porque não é fácil não.” (COLETOR C, 2015). Sequer conseguem, muitas vezes, praticar atividades de lazer sem custos de consumo, “[...] porque você chega cansado, você vai querer jogar bola? Eu acho que você vai se estourar demais ainda. Vai ficar andando no bairro feito um vigia? Pra quê? Fica na sua casa quietinho né.” (COLETOR D, 2015). Assim também relata o Coletor E, ressaltando que “[...] quando você termina, chega às vezes cansado né...vamos supor, se eu tivesse ido trabalhar, aí eu ia brincar hoje de bola, aí amanhã eu ia acordar morto né, aí não dava pra trabalhar né, então não dá pra juntar os dois.” (COLETOR E, 2015).

Fora do trabalho, moldam suas vidas para retornar ao trabalho, “a gente chega em casa que está um bagaço [...] depois que você chega do serviço você não tem muita disposição pra você fazer nada, sabe, seu negócio é chegar e descansar, deitar e descansar o corpo, preparar pro outro dia [...]”. (COLETOR G, 2015). De acordo com o Coletor A, “[...] tem dia

que você chega em casa quebrado, chega moído, aí você toma um relaxante muscular, toma um banho, come e acabou o dia, aí você só vai lembrar no outro dia.” (COLETOR A, 2015).

As publicações nas redes sociais dos coletores bem exemplificam as atenções dos coletores todas voltadas para o descanso e preparo para o novo dia de trabalho (Figura 9):

Figura 9 - Expressões de cansaço dos coletores nas redes sociais



Fonte: Facebook dos coletores de Presidente Prudente/SP.
Org.: João Vítor Ramos da Silva.

Como bem sintetiza o Coletor L:

[...] é viver e descansar, mais nada. Camarada só quer chegar na casa dele, tomar um banho e cama, ele passa a semana inteira assim, só no sábado que ele anima, porque ele sabe que é sábado e no domingo não trabalha, aí sai. Mas eu mesmo, já cheguei em casa sábado, 12h, deitei e levantei 17h, dormindo, você vê...porque mesmo...acumula da semana, entendeu, é muita coisa. (COLETOR L, 2015).

Às vezes passam horas a fio dormindo e descansando, perdendo a noção do tempo, tamanho desgaste físico, como descreve o Coletor C: “[...] eu já cheguei a deitar

15:30h e acordar 0h, a mulher ainda chamando eu pra jantar, se jantar você deita e dorme de novo ainda, de tão cansado, é que desgasta demais.” (COLETOR C, 2015).

3.2. AS MARCAS DO LIXO

Além das dores, dificuldade de ir ao banheiro, convivência com mau-cheiro, não realização de pausas para almoço/janta e descanso, auxílio a outras equipes de trabalho após seu expediente, não recebimento de hora extra, trabalho em equipes desfalcadas, com menos de 4 coletores, trabalho sob quaisquer condições climáticas, contaminação do tempo livre pelo tempo de trabalho, através da perda de qualidade de lazer, enfim, além de todas as condições degradantes de trabalho destacadas acima, os coletores de lixo convivem rotineiramente com um grande fantasma para várias categorias de trabalhadores, os acidentes de trabalho.

Segundo Kuijer; Frings-Dresen:

Refuse collectors are at a high risk for fatal and non-fatal Occupational accidents. In 1998 the United States Bureau of Labor Statistics reported that US refuse collectors experienced 48.8 fatalities per 100 000 workers in 1996, and that refuse collecting was the seventh riskiest occupation in the USA.³⁵ (KUIJER; FRINGS-DRESEN, 2004, p. 282).

É significativo que, no berço da economia capitalista, a coleta de lixo fosse, há 20 anos, a sétima ocupação mais arriscada dentre o conjunto das atividades laborais, em termos de acidentes fatais. Em 2013, embora o número de mortes para cada 100 mil habitantes tenha caído de 48 para 33, a coleta de lixo passou do sétimo para o quinto lugar dentre as ocupações mais arriscadas nos Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2013).

Para o Brasil, os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2013 apontam a coleta de lixo como a 14ª categoria profissional com maior registro de acidentes no país, com pouco mais de 7 mil ocorrências (Tabela 5).

³⁵ Tradução livre: “Os coletores estão expostos a um risco elevado para os acidentes de trabalho fatais e não-fatais. Em 1998, o Serviço de Estatísticas de Trabalho dos Estados Unidos informou que os coletores experimentaram 48,8 mortes para cada 100 000 trabalhadores em 1996, e que a coleta de lixo foi a sétima mais arriscada ocupação nos EUA.”.

**Tabela 5 - Atividades com maior quantidade de registros de acidentes de trabalho -
Brasil - 2013**

CNAE	ATIVIDADE ECONÔMICA	ACIDENTES
8610	Atividades de Atendimento Hospitalar	56.854
4711	Com. Varej. de Mercad. em Geral, c/ Predom. de Prod. Aliment. – Hipermerc. e Supermerc.	22.791
8411	Administração Pública em Geral	22.098
4120	Construção de Edifícios	21.434
4930	Transporte Rodoviário de Carga	17.590
5310	Atividades de Correio	14.998
1071	Fabricação de Açúcar em Bruto	11.565
5611	Restaurantes e Outros Serviços de Alimentação e Bebidas	11.162
1012	Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais	10.386
4744	Comércio Varejista de Ferragens, Madeira e Materiais de Construção	8.287
8121	Limpeza em Prédios e Domicílios	7.410
6422	Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial	7.280
4921	Transporte Rodoviário Colet. de Passag., com Itin. Fixo, Municipal e em Reg. Metrop.	7.266
3811	Coleta de Resíduos Não-Perigosos	7.056
1011	Abate de Reses, Exceto Suínos	6.652
2949	Fabricação de Peças e Aces p/ Veículos Automotores Não Especificados Anteriormente	6.639
5620	Serviços de Catering, Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada	6.579
2229	Fabricação de Artefatos da Material Plástico Não Especificados Anteriormente	6.086
1931	Fabricação de Álcool	5.960
4221	Obras para Geração e Distribuição de Energia Elétrica e Para Telecomunicações	5.945
4211	Construção de Rodovias e Ferrovias	5.534
1412	Confecção de Peças de Vestuário, Exceto Roupas Íntimas	5.486
3101	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	5.444
4110	Incorporação de Empreendimentos Imobiliários	5.379
2910	Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários	5.292
4530	Comércio de Peças e Acessórios Para Veículos Automotores	5.207
8011	Atividades de Vigilância e Segurança Privada	4.529
2451	Fundição de Ferro e Aço	4.519
8220	Atividades de Teletendimento	4.130
113	Cultivo de Cana-de-Açúcar	4.069

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2013. Org.: João Vitor Ramos da Silva

Infelizmente, a coleta de lixo destaca-se negativamente nessa estatística. Considerando as dezenas de atividades laborais existentes, estar entre as 15 com maior ocorrência de acidentes, à frente, por exemplo, de “Fabricação de Álcool” e “Cultivo de Cana-de-Açúcar”, não é algo irrelevante. Porém, longe de se tratar de comparações visando saber

que atividade provoca mais ou menos acidentes, o que está em questão é enxergar para além dos números, uma vez que cada dígito representa milhares de trabalhadores, portadores de histórias de vida particulares e, para além das clivagens profissionais, também portadores de uma história coletiva de trabalho, um trabalho sempre precarizado nos limites do capitalismo. Até mesmo porque, como bem observam Robazzi *et al*:

[...] estudar acidentes de trabalho no Brasil é saber-se entrar em campo de temática abrangente e complexa e não raras vezes dramática, pois é conhecido o fato de que os números encontrados serão certamente menores que os existentes na realidade, considerando-se a denunciada questão da ocorrência das subnotificações. A situação que deve ser compreendida, portanto, por trás da aparência numérica, será muito mais grave e complexa, do que aquela demonstrada pelos números encontrados. (ROBAZZI *et al*, 1992, p. 35).

Tratando mais detidamente da subnotificação de óbitos decorrentes das atividades laborais, Santana; Nobre; Waldvogel afirmam que, “De uma forma geral, os achados das pesquisas evidenciaram a quase total ausência da identificação dos acidentes de trabalho no Sistema de Informações sobre Mortalidade.”, asseverando que os dados da Previdência Social também apresentam falhas, “[...] contradizendo a versão de que nessa base de dados óbitos por acidentes de trabalho não são omitidos.” (SANTANA; NOBRE; WALDVOGEL, 2005, p. 847).

Lourenço; Bertani enfatizam a existência de “[...] mitos que desconsideram a interação da doença, indivíduo e meio, evidenciando as características dos sujeitos e a sua predisposição ao adoecimento [...]”. Sendo assim, o baixo registro de doenças laborais nas estatísticas oficiais provavelmente guarda estreita relação com o ato de “[...] responsabilizar o subordinado pela doença, invalidando as suas queixas, situando-as no campo das manifestações psicológicas, passíveis de medidas administrativas.” (LOURENÇO; BERTANI, 2010, p. 193), em outras palavras, culpabilizar a vítima e obnubilar os nexos causais com o mundo do trabalho em que se insere. Como asseveram as autoras:

[...] trata-se de destacar que as doenças relacionadas ao trabalho ainda encontram muitas dificuldades para o seu diagnóstico, bem como o devido registro como do/no trabalho e, em consequência, para as ações de reabilitação, proteção, prevenção e de vigilância nos ambientes de trabalho. A falta de relação com a atividade funcional deixa essas doenças na invisibilidade social e os seus portadores percorrem um longo caminho em busca de tratamento e de reabilitação, nem sempre com êxito na sua busca. (LOURENÇO; BERTANI, 2010, p. 189).

As pesquisas com foco na saúde do trabalhador, ferramentas que podem contribuir para o combate contra as subnotificações e melhorias nos ambientes de trabalho, apenas há pouco tempo têm se voltado para o setor de serviços em suas múltiplas atividades – como é o caso da coleta de lixo domiciliar. Conforme argumentam Gomez; Lacaz, “Apenas em anos recentes vêm emergindo estudos do setor de serviços, ampliando-se os tipos de ocupações pesquisadas que, tradicionalmente, se concentravam nas categorias de bancários e de trabalhadores da área de informática.” (GOMEZ; LACAZ, 2005, p. 802).

Aproximando-se da realidade específica da coleta de lixo no Brasil, é possível observar a evolução do número de acidentes na profissão, entre os anos de 2011 e 2013, também a partir dos dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, do ano de 2013 (Tabela 6).

Tabela 6 - Quantidade de acidentes de trabalho na coleta de lixo - Brasil - 2011-2013

QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO NA COLETA DE LIXO - BRASIL - 2011-2013																		
CNAE	Total			Com CAT Registrada												Sem CAT Registrada		
				Total			Motivo											
	Típico						Trajeto			Doença do Trabalho								
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
3811*	6.884	7.161	7.056	5.874	6.231	6.222	5.170	5.500	5.443	659	678	723	45	53	56	1.010	930	834

* A classe 3811 pertence ao grupo 381 da CNAE, denominado “Coleta de Resíduos”, que subdivide-se em 3812-2 e 3811-4, respectivamente “Coleta de Resíduos Perigosos” e “Coleta de Resíduos Não-Perigosos”.

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2013. Org.: João Vitor Ramos da Silva

Dentre as três categorias em que se subdividem as estatísticas de acidentes de trabalho, os acidentes típicos (ocorridos no local de trabalho) possuem total predominância em relação aos acidentes de trajeto (ocorridos nos traslados de ida e/ou volta ao local de trabalho) e às doenças do trabalho. Porém, enquanto as duas últimas categorias apresentaram crescimento em todo o período, a primeira registrou ligeira queda de 2012 para 2013.

No que tange à subnotificação dos acidentes, doenças e agravos à saúde dos trabalhadores, Lourenço lembra, ilustrando o que mostram os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social apresentados acima, que “[...] os acidentes de trabalho são mais notificados em relação às doenças e mortes.” e, especificamente sobre as doenças relacionadas ao trabalho, “[...] as moléstias clássicas são mais facilmente reconhecidas como do trabalho e, portanto, mais notificadas que aquelas que apesar de ter relação com o trabalho não tem um agente causador específico.” (LOURENÇO, 2009, p. 216).

Para Pedrosa *et al*, a coleta de lixo manual constitui-se em atividade laboral perigosa por definição, oferecendo naturalmente riscos de acidentes para os trabalhadores responsáveis por executá-la. Segundo os autores, “[...] o serviço da coleta de lixo por si só apresenta características comuns suscetíveis aos riscos, onde os coletores de lixo constituem uma população particularmente vulnerável aos mesmos. Portanto, essa profissão é altamente perigosa quanto aos riscos nocivos à saúde.” (PEDROSA *et al*, 2010, p. 11).

Ancorados nas entrevistas com os trabalhadores, pode-se afirmar que os dados oficiais se confirmam na realidade da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP, haja vista a grande maioria dos acidentes de trabalho relatados pelos entrevistados terem ocorrido no próprio local de trabalho, conforme poder-se-á constatar a seguir.

Uma das formas de acidente sofridas pelos coletores são os atropelamentos, ocasionados em parte pela impaciência dos motoristas no trânsito, buscando a ultrapassagem sobre o caminhão de lixo a todo custo e colocando, assim, os coletores em risco. Como aponta Bento, “[...] os horários de coleta muitas vezes coincidem com o de tráfego intenso, possibilitando acidentes como atropelamentos e colisões. (BENTO, 2013, p. 22). Contudo, é importante enfatizar que as equipes desfalcadas, especialmente quando compostas por 3 coletores, potencializam os riscos com esse tipo de acidente, pois geralmente um dos três coletores fica correndo de um lado a outro da via, auxiliando os outros dois companheiros. A partir dessa ação e do encobrimento da visão do coletor pelo caminhão da coleta, os choques com veículos são ocasionados.

Como relata o Coletor B, “[...] a gente pula do caminhão, muitas vezes antes de você pular você tem que olhar várias vezes, porque já aconteceu de gente ser atropelado por carro [...], por moto, por ônibus, é um perigo danado [...]”. O coletor afirma que nunca foi atropelado, “[...] mas teve gente que já foi atropelado por ônibus lá, ele pulou, no que ele pulou o ônibus veio de frente, chegou a quebrar bem, chegou a machucar bastante [...]”, ou em outro caso em que o coletor “[...] não viu o carro, o carro vinha vindo muito rápido bateu, no que bateu nele chegou arrastar bastante ele em cima do capô ainda, ele caiu, ficou mais de 1 mês com a coluna machucada [...]”. (COLETOR B, 2015). Assim como o Coletor E, que afirma que “Comigo não, mas já sim, tem muitos colegas que trombaram em ônibus, carro, moto, tem muitos.” (COLETOR E, 2015).

O Coletor H também já presenciou casos de atropelamento com colegas de trabalho: “[...] a hora que o X pulou ele veio, aí pegou as costas dele, assim, foi uma pancada

da bexiga, porque ele achou que dava, o motoqueiro né, aí o X não viu, quando pulou assim a moto já estava em cima.” (COLETOR H, 2015).

Já o Coletor I, além de presenciar casos de atropelamento, como em um caso em que o motorista “[...] bateu entre o caminhão e a perna dele [coletor], a perna dele quebrou e teve que colocar pino, aí ele começou a gritar lá [...]”, também já foi vítima desse tipo de acidente:

[...] eu fui catar o lixo, a hora que eu pulei do caminhão, ele veio de frente e eu “pa!” [barulho com a mão representando a batida contra o carro], pulei por cima assim, acho que eu torci o tornozelo só, na época eu pensei que tinha quebrado, que não estava sentindo [...] acho que foram umas 3 semanas em casa, 2 semanas [...]. (COLETOR I, 2015).

Um aspecto ressaltado pelo Coletor K a respeito dos atropelamentos é a importância da equipe trabalhar sempre com 4 coletores e não em 3, pois, segundo ele, “[...] 4 é bom porque evita muita coisa, evita atropelamento, principalmente atropelamento em 4 coletores, porque são 2 de cada lado né, não precisa 1 ficar atravessando rua pra ajudar o outro [...]”. (COLETOR K, 2015).

Os riscos de atropelamento são presentes não apenas com veículos automotores, mas também com bicicletas, conforme afirma o Coletor L: “[...] já teve gente que foi atropelado por carro, por moto, por bicicleta...meu deus, por bicicleta não dá...mas é sério, o cara entrou correndo assim, aí estava vindo a bicicleta, pegou bem no meio.” (COLETOR L, 2015).

Mas nenhum coletor entrevistado culpabiliza a forma de realização da coleta (predominantemente manual) ou a estrutura do caminhão (que força os saltos constantes do caminhão) como provocadores dos atropelamentos. Em sua opinião, a impaciência dos motoristas no trânsito é que ocasiona esse tipo de acidente, conforme bem sintetiza o depoimento do Coletor M:

[...] está certo, o caminhão anda super devagar, só que está com o pisca-alerta, a pessoa está vendo que você está catando lixo, e a pessoa fica de um lado pro outro tentando sempre ultrapassar o caminhão, aí é a hora que acontece os atropelamentos, entendeu, porque o cara está vendo que a qualquer momento você pode pular, nesse qualquer momento sempre acontece de pular...meu pai já foi atropelado, de pular, o motoqueiro querer ultrapassar e pular em cima do motoqueiro, entendeu. (COLETOR M, 2015).

Mesmo aspecto levantado pelo Coletor A, segundo o qual muitos motoristas no trânsito “[...] vê o caminhão no meio da rua e não quer nem saber, quer passar, [...] o caminhão está no meio da rua pra não deixar carro passar, moto passar, pra não acontecer acidente com a gente, a pessoa vem e taca o carro em cima.” (COLETOR A, 2015).

Certamente, o tipo de acidente mais comum na coleta são os relacionados a objetos perfurocortantes, como cacos de vidro, latas abertas, garrafas plásticas cortadas, seringas, facas etc. (Figuras 10 e 11). Os depoimentos apresentam muitos casos desse tipo: “Vixi, coloca de tudo, faca, latinha de milho e ervilha eles abrem e, em vez de tirar aquilo lá, não, eles deixam até com a tampa aberta, o que eu já não cortei a mão com aquilo lá [...]”. (COLETOR C, 2015). Opinião concordante apresenta o Coletor E, dizendo que “Rapaz, acontece sempre, pessoal coloca muito vidro no lixo né, agulha, faca, objeto de ponta, isso tem sim, isso aí é uma coisa que nunca vai acabar eu acho.” (COLETOR E, 2015).

O caráter corriqueiro dos acidentes com cortes é apresentado pelo Coletor A, para quem “Ah, isso aí é normal, isso aí é praticamente 1, 2 por mês. Mas assim, não só eu, no geral. Tem vezes da gente ter corte pequeno, mas já teve vezes de coletor cortar e se afastar mesmo.”. Ainda explica que, em termos dos materiais ocasionadores dos acidentes, “[...] na maioria das vezes é, vidro de garrafa, vidro de copo. Aí tem alguns que que já é com faca que jogam, alguma coisa desse tipo.” (COLETOR A, 2015).

Figura 10 - Objetos perfurocortantes encontrados no lixo pelos coletores - 1



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP. Org.: João Vitor Ramos da Silva

Figura 11 - Objetos perfurocortantes encontrados no lixo pelos coletores - 2



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP.
Org.: João Vitor Ramos da Silva.

O grande problema dos objetos perfurocortantes é a ausência da cultura de separação dos lixos entre recicláveis e orgânicos por parte da população em geral, somada ao mau acondicionamento dos resíduos. Muitas vezes em um mesmo saco plástico os coletores encontram imensas quantidades de lixo, o que favorece o rompimento do saco e espalhamento do lixo pelas calçadas e ruas, a culpa muitas vezes sendo transferida aos trabalhadores. Em Presidente Prudente/SP, a coleta seletiva não oferece muita certeza aos moradores, pois em alguns períodos deixa de passar nas residências, as responsabilidades do serviço mudam, dificultando o desenvolvimento da cultura de separação do lixo.

Como afirma o Coletor F, “[...] eu tenho bastante corte, perna, barriga, mão, braço, e sempre tem, a imprudência dos moradores, a maior imprudência do morador é isso aí, é o vidro, tem gente que não pensa não, coloca lá, quebra, já joga direto na sacola [...]”. (COLETOR F, 2015).

Independente desse aspecto, não há cuidado por parte dos moradores em colocar em recipientes protegidos os objetos perfurocortantes, que oferecem riscos de acidente aos coletores. Poucos são aqueles que identificam quando há esse tipo de material em seu lixo, por exemplo, embalando vidros quebrados em jornal e escrevendo “VIDRO!”, prevenindo os ferimentos nos coletores. Segundo o Coletor C, “Já me cortei bastante, tem 3 pontos aqui oh, tem alguns outros cortes que dão, que daria ponto, mas a gente acaba não indo no médico, vixi, vidro é o que mais tem, o povo fala, fala, fala no rádio, na televisão, mas o povo não tem jeito, põe vidro mesmo.” (COLETOR C, 2015). Educativamente, o Coletor D ensina que “[...] você corta uma caixinha Tetra Pak, adiciona ali, coloca na caixinha de sapato e escreve ‘caco quebrado’, você evita tanto no lixão, quanto acidente também com coletor né.” (COLETOR D, 2015).

Conforme assevera Santos, em vídeo educativo produzido sobre o trabalho dos coletores de lixo:

Todo mundo quer se ver livre desse lixo, quer acondicionar, colocar dentro de um saco e colocar na porta, como se esse lixo colocado na porta fosse sumir magicamente. Dificilmente as pessoas quebram um copo dentro da sua cozinha e fazem relação com um acidente de trabalho de um coletor de lixo. Todas essas coisas que não lhes servem, que são colocadas na porta em formato de lixo, são levadas pelo coletor. (SLEPICKA; NOVAES; SANTOS, 2010, s. p.).

Os problemas de acondicionamento do lixo relacionam-se, além da existência de objetos perfurocortantes, ao local em que os sacos plásticos são colocados, à qualidade dos sacos e à quantidade de lixo contida em um único saco. O correto e ideal para a preservação da saúde dos coletores é que o lixo seja acondicionado: 1) em sacos plásticos de, no máximo, 15kg a 20kg; 2) em lixeiras com altura ergonomicamente adequada para que os coletores não precisem se abaixar constantemente, prejudicando sua coluna; 3) e a uma distância segura das grades, evitando assim mordidas de cachorro.

O que os depoimentos dos trabalhadores expõem contradiz todos os pontos, havendo a presença de sacos tão pesados que precisam ser carregados em 2 ou 3 coletores,

alguns sacos pendurados nas grades pontiagudas, em pregos em árvores, expostos a ataques de cachorros (Figura 12).

Figura 12 - Mau acondicionamento do lixo pelos moradores



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

A Figura 12 é ilustrativa das dificuldades encontradas pelos coletores. Embora, nesse caso, os sacos plásticos sejam de tamanho correto e aparentemente sem extrapolar o limite de peso, são colocados em locais que vulnerabilizam os trabalhadores. Como bem salientam Amaecing; Ferreira, muitas vezes o lixo é posto para fora de casa pelos moradores “[...] sem nenhum acondicionamento adequado, atrapalhando assim, o serviço de coleta, havendo lentidão e dispêndio de tempo na remoção, inclusive vulnerabilizando os coletores a acidentes com objetos perfurocortantes.” (AMAECING; FERREIRA, 2008, p. 21-2).

Os cortes com materiais perfurocortantes acontecem aos montes com os coletores. Todavia, uma problemática que se apresenta é sua subnotificação, pois os próprios trabalhadores muitas vezes não contabilizam pequenos cortes como acidentes de trabalho, mas como consequências naturais do trabalho. Fazendo nossas as palavras de Ferreira; Anjos, “As estatísticas deste tipo de acidente são subnotificadas, uma vez que os cortes de pequena gravidade não são, na maioria das vezes, informados pelos trabalhadores, que não os consideram acidentes de trabalho.” (FERREIRA; ANJOS, 2001, p. 693). Como atesta o depoimento do Coletor D, afirmando que já sofreu cortes com vidro, “[...] mas é cortinho

assim que, falar verdade, até pra colocar um Bandaid [curativo adesivo] não compensava, mas é cortinho que nunca me deixou sem trabalhar não.” (COLETOR D, 2015).

A respeito do peso dos sacos individuais, o Coletor B enfatiza que “[...] no começo você pega 20 kg, está nos 20 kg, daqui 1 hora 20 kg está pesando 25 kg, porque o corpo vai desgastando, vai cansando né, no fim do serviço, 20 kg está pesando 50 kg, então desgasta né, e aí só sente quem trabalha [...]”. (COLETOR B, 2015).

Em tom de chateação, o Coletor D afirma que “[...] todo mundo acha que o coletor de lixo é um robô, ou ele é um trator, ou ele faz aquilo ali porque é uma obrigação dele catar aquele peso e não é [...] deveria ter consciência que até 20kg já é um valor de peso que pro coletor pesa muito [...]”. No entanto, não é o que acontece sempre, “[...] hoje mesmo no trabalho eu peguei uma sacaria que eu acho que beirava 50kg [...] se deixar vai dar confusão, vai dar conversa, vai ligar na Prudencio e o coletor ele nunca tem razão [...] é a empresa a favor da população e os coletores estão errados.” (COLETOR D, 2015).

A respeito do peso do lixo, o Coletor A oferece uma diferenciação detectada em alguns casos pelos coletores entre bairros mais elitizados e bairros mais pobres. Segundo ele, não há diferenças tão significativas em termos da composição do lixo entre esses diferentes bairros, sendo que:

[...] a única diferença do elitizado pro bairro mais pobre é que o elitizado não quer saber como é que você está, o que você fez, o que você deixou de fazer, ele quer que você leve. Já o bairro mais pobre não, você chega lá e fala “oh, fera, faz o seguinte, não dá pra gente levar tudo hoje, tem como a gente levar depois”, “ah, não, sem problema, tranquilo...se tiver muito pesado, pode deixar que eu divido o peso pra vocês”. Já o elitizado não, dependendo do bairro você passa lá, está lá 30, 40 sacos de jardinagem, que ele contratou o peão pra fazer a jardinagem, o peão ensacou e deixou lá, o cara quer que você leve, não quer saber [...]. (COLETOR A, 2015).

A coleta de lixo hospitalar é feita separadamente, por equipes especializadas apenas nesse serviço, sendo incluídas em outra posição na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), como “Coleta de Resíduos Perigosos”. À “Coleta de Resíduos Não-Perigosos” cabe recolher o lixo não contaminado dos hospitais que, teoricamente, deve ser acondicionado em local separado do lixo contaminado. Entretanto, o risco de contaminação pelo lixo aos coletores se apresenta não apenas nos hospitais, mas também nas próprias residências, a partir da imprudência dos moradores que, não raras vezes, jogam seringas usadas, com agulha, junto com o restante do lixo, favorecendo e provocando acidentes perigosos aos trabalhadores.

Segundo o Coletor B, “[...] tem muita, muita, muita casa que joga seringa com agulha e tudo no meio do lixo e não estão nem aí.”, inclusive “[...] já aconteceu de eu estar no mesmo caminhão e o cara ser furado com agulha, no que ele pegou aquela sacaria grande de lixo, que ele arrastou, que ele encostou na perna, furou a perna dele [...]”. Como se trata de um objeto muito pessoal, normalmente de uso clínico-patológico, “[...] se também fosse uma doença, aí a pessoa já pegou né, não tem mais o que fazer né.” (COLETOR B, 2015). Também relacionado a acidentes com seringa, o Coletor F afirma que um “[...] coletor que trabalhava comigo já furou, teve que parar uns dias pra fazer exame, pra tudo, acontece também, porque nas casas sempre tem uma pessoa que usa, usa pra alguma coisa e acaba jogando no meio do lixo e acaba perfurando.” (COLETOR F, 2015).

Um caso de acidente de um coletor envolvendo seringa também foi apresentado pelo Coletor A, dizendo que o trabalhador teve sua coxa perfurada, “Aí quando foi ver era seringa de vacina pra carrapato de animal, deu reação alérgica e ele teve que ficar 3 dias afastado em acompanhamento médico.” (COLETOR A, 2015).

O Coletor C relata um caso de acidente com seringa vivido por ele próprio, em “Uma vez só que eu furei, mas foi de diabetes, aí a gente parou, o encarregado veio, conversou com o pessoal da casa, aí falou que era de insulina, aí tudo bem, não deu nada não, e doo sangue e já aconteceu faz tempo e não deu nenhuma alteração.” (COLETOR C, 2015).

Da mesma forma o Coletor E também já foi perfurado com seringa, quando “Eu fui pegar o lixo na grade do cara, aí eu fui puxar, a hora que eu puxei a minha mão escorregou, a agulha estava dentro, a hora que eu puxei a agulha saiu pra fora e entrou no meu braço, fiz até boletim de ocorrência e tudo, nessa época.”. O estrago não foi tão grande, porque “[...] não deu nada não, porque eu fui conversar lá com o médico e ele falou que depois de tantas horas o vírus some né da agulha né, se tiver uma bactéria, alguma coisa assim [...]”. (COLETOR E, 2015).

A mesma sorte teve o Coletor G, quando furou a mão com uma agulha de seringa inserida no lixo convencional de uma moradora, porque “[...] não deu nada, foram lá na mulher né, na casa, porque eu peguei o endereço dela, peguei o número da casa, tudo, eles foram lá, tiraram sangue dela, fizeram exame, aí ela não tinha nada, me deram alta [...]”. (COLETOR G, 2015).

Os riscos biológicos, além das seringas e outros lixos contaminados, também estão presentes no contato com animais, sejam de estimação, principalmente os cachorros, sejam insetos e roedores, como ratos e baratas. Conforme ensinam Lazzari; Reis, o risco

biológico no trabalho caracteriza-se pela exposição dos trabalhadores a agentes biológicos “[...] como vírus, bactérias, fungos, protozoários, helmintos e artrópodes que em contato com o homem podem provocar doenças. Incluem também mordidas por animais peçonhentos, mordida e ataque de animais domésticos (como cães) ou selvagens.” (LAZZARI; REIS, 2011, p. 3438).

Conforme a Normativa Regulamentadora 15 (NR-15), que trata das “atividades e operações insalubres”, o trabalho ou operações em contato permanente com lixo urbano (coleta e industrialização) são classificados como de insalubridade de grau máximo, no tocante ao critério de exposição a agentes biológicos, constantes no Anexo N° 14 da citada normativa (BRASIL, 2011). A própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio da Portaria N° 20, de Setembro de 2001, proíbe os “trabalhos na coleta, seleção ou beneficiamento de lixo” por parte de menores de 18 anos, alegando se tratar de “locais e serviços considerados perigosos e insalubres” (BRASIL, 1943, p. 212).

A convivência com ratos e baratas é corriqueira, segundo afirmam os coletores, porém não a incluem como oferecedora de riscos à sua saúde, embora seja sabido que, sobretudo os ratos, podem transmitir doenças, como a leptospirose. Já em relação às mordidas de cachorro (Figura 13), os trabalhadores expõem como risco efetivo, até mesmo por sempre haver muitas ocorrências desse tipo. O que, a princípio e para os olhos mais desavisados, pode parecer apenas uma experiência de dor aos coletores, ser mordido por um cão pode representar um grande risco, a depender dos desdobramentos decorrentes, conforme detalham Lazzari; Reis:

Os ataques de cães podem provocar lesões lacerativas, além de serem porta de entrada para patógenos, como o *Clostridium tetani*, (o agente causador do tétano) e o agente etiológico da raiva, vírus RNA, pertencente à família *Rhabdoviridae*, gênero *Lyssavirus*. As duas patologias são extremamente graves, podendo evoluir para óbito. (LAZZARI; REIS, 2011, p. 3440 – Grifos no original).

Figura 13 - Risco biológico de mordidas de cachorro aos coletores



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

O Coletor B explica que as mordidas de cachorro que recebem são, em grande medida, responsabilidade de seus donos, pois “[...] tem muito morador que larga o cachorro solto né, aí o cachorro já tem uma raiva danada do coletor e do carteiro em Prudente, você passou perto ele já vem em cima, não está nem vendo, ele vem em cima.”. O coletor fala por experiência própria, já que “Eu já fui mordido umas 2 vezes já, eu levei 1 mordida na coxa e 1 mordida no braço já, já levei já...e você vai falar pro morador, o morador, querendo ou não, ainda acha ruim viu.” (COLETOR B, 2015).

Casos vivenciados também pelo Coletor F, que associa o mau acondicionamento do lixo, por exemplo nas grades ao invés das lixeiras convencionais, a esse tipo de acidente: “[...] já levei bastante, já levei umas 4 mordidas, no braço, na perna, no pé mesmo, mas acontece, sempre acontece [...] às vezes a pessoa pendura na grade, alguma coisa assim, a hora que vai pegar o cachorro vem de surpresa e morde mão, morde pé.” (COLETOR F, 2015).

A atitude negligente do próprio dono do animal é enfatizada pelo Coletor G, afirmando que “[...] a maioria das vezes que acontece é negligência do próprio dono, às vezes o próprio dono está vendo e você fala ‘oh, prende o cachorro pra gente passar’, ‘não, não, não pega não’. [...] Não pega ele, porque ele é o dono [...] se você já ir meio ‘marcando’ ele pega você.” (COLETOR G, 2015).

Dois casos descritos pelo Coletor I dão a dimensão do risco a que os coletores estão expostos quanto às mordidas de cachorro. Segundo ele, “Eu já saí na mão com um

Pitbull [...] o X, que é coletor né, falou ‘oh o cachorro’, só que os caras subiram em cima do caminhão né, e eu fiquei catando e ele veio pra cima de mim [...] a hora que ele veio eu dei um murro “pá!” [som do murro] na cara dele rapaz [...]”. No outro caso, “[...] eu fui pegar o lixo, a grade era baixa e o lixo ficava perto da grade, na hora que eu fui pegar o lixo o cachorro mordeu bem minhas costas [...]”. (COLETOR I, 2015). Trata-se de casos de mau acondicionamento do lixo, próximo à grade da residência e ao alcance do cachorro, e de desleixo dos moradores de deixar um animal como o Pitbull solto, raça reconhecidamente agressiva e sanguinária. Aos coletores resta defender-se como podem.

Quando ocorrem esses ataques de cães aos coletores, é preciso realizar um monitoramento dos animais por cerca de uma semana após o ocorrido, para certificar-se de que não possuem nenhuma doença e que, conseqüentemente, não afetará os trabalhadores. Após relatar um acidente que teve com um cachorro que o mordeu por dentro da grade, arrancando toda a pele de um de seus dedos da mão, inclusive a unha, o Coletor J afirma com certa descontração carregada de pesar: “[...] teve que ficar 1 semana indo lá pra ver como estava o cachorro, tinha que cuidar da saúde do cachorro e não da minha [risos], porque se o cachorro morresse é porque eu ‘estaria na roça’. Mas a gente sofre muito com cachorro.” (COLETOR J, 2015).

A subnotificação dos acidentes também se justifica pela postura da própria empresa responsável pela coleta, mais especificamente seu setor de segurança do trabalho, a cargo de quem fica a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Os coletores afirmam que nem sempre são solícitos para abrir a CAT, exigindo dos coletores insistência para tanto. Segundo o relato do Coletor B, um companheiro de trabalho adquiriu um problema no osso da perna após seu ingresso na coleta de lixo, houve um “[...] desgaste na tíbia dele, o médico falou que estava trincado e estava com desgaste, que ele ia ter que colocar uma prótese, ia não, vai ter que colocar uma prótese, só caso de cirurgia agora.”, contudo “[...] eles não quiseram abrir a CAT pra ele, pra entrar como acidente de trabalho [...]”, mesmo o entrevistado garantindo que “[...] ele não entrou mancando, ele entrou normal, e agora depois de um tempo que ele começou a mancar, começou a sentir muita dor na perna devido ao serviço né [...]”. (COLETOR B, 2015).

O Coletor E afirma que a empresa costuma não abrir a CAT, porém apenas nos casos em que o acidente foi ocasionado devido à inutilização dos equipamentos de segurança por parte do coletor acidentado, “[...] se a gente corta a mão e estava sem a luva, aí é difícil você abrir a CAT né, os caras não querem fazer, porque a gente estava ilegal né, se você

estiver de luva, com tudo certinho, aí eles fazem a CAT sim [...]”. (COLETOR E, 2015). Para certificar a empresa de que estavam usando os equipamentos, “[...] vai ter testemunha, as pessoas que estavam junto, os mesmos companheiros de trabalho vão estar junto, vão ser testemunhas de que aconteceu ali o acidente e que a pessoa estava bem, preparada com o kit da empresa [...]”. (COLETOR J, 2015).

Segundo o Coletor K, existe má vontade por parte da empresa em abrir a CAT, “[...] se depender deles é difícil hein cara, você mesmo que tem que chegar, você sofreu acidente, você tem que chegar ali no HR e falar ‘faz uma CAT pra mim aí’, aí o médico fala ‘não, isso aí é a firma que faz’, aí a gente fala ‘não, deixa feito aí’ [...]”. (COLETOR K, 2015). O Coletor M atribui essa postura da empresa aos benefícios que o trabalhador adquire quando da emissão da CAT: “[...] a CAT significa uma segurança no serviço, né, se você cortou o dedo, você tem 1 ano de estabilidade, eles não podem te mandar embora e qualquer problema, se você for mandado embora, que der no dedo que eu cortei, eles são obrigados a pagar indenização [...]”. (COLETOR M, 2015).

Em relação à questão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (Figura 14), a empresa fornece: tênis; perneira (malha com fios de aço); meião; shorts; camisa de manga longa; camisa com faixas refletivas (apenas para os setores noturnos); luvas; boné com proteção para nuca; protetor solar; e capa de chuva. Todos podem ser trocados pelos coletores, na medida em que vão se desgastando e deixam de cumprir sua função protetora, à exceção do tênis que, segundo os depoimentos, devem durar minimamente 3 meses, por exigência da empresa, embora em alguns casos o desgaste se dê em menor intervalo de tempo, especialmente nos períodos de muito calor no ano. Nesses casos, normalmente os trabalhadores têm de insistir bastante com os funcionários do setor de segurança do trabalho para conseguirem a troca, caso contrário continuam trabalhando com o calçado debilitado.

Embora a oferta de EPIs pela empresa seja positivamente avaliada pelos coletores, à exceção do desgaste do tênis e necessária troca que é dificultada pela empresa, muitos afirmam que os equipamentos amenizam, porém não eliminam as chances de ocorrência de acidentes de trabalho, pois há partes do corpo que os mesmos não cobrem, como a região das pernas acima do joelho, a região dos braços acima da mão, os olhos, locais com grande frequência de acidentes com cortes e queda de produtos.

Figura 14 - Alguns EPIs dos coletores em Presidente Prudente/SP



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

Como relata o Coletor B, “[...] muitas vezes eu já vi de cortar a perna com vidro acima do joelho, na coxa, os braços, tem lugares que não tem como proteger, então 100% não é não.” (COLETOR B, 2015). Para o Coletor C, os EPIs não protegem de todos os riscos a que os coletores estão sujeitos, “[...] de todos não, porque a perneira só protege a perna daqui [mostra o joelho] pra baixo, a luva só a mão, [...] eu quando cortei a perna, peguei o saco, tirei da lixeira, o saco estava meio pesado, ele caiu, no que ele caiu, o saco passou na minha perna, aqui atrás, rasgou [...]”. (COLETOR C, 2015). Um acidente com caco de vidro sofrido por um dos coletores da cidade e publicado em sua rede social, com palavras de muita indignação (Figura 15), corrobora os argumentos dos coletores B e C, a respeito da parcialidade da proteção dos EPIs. Tratou-se de acidente grave, um corte profundo que exigiu serem dados 8 pontos.

Além da função protetora dos EPIs, sua eficiência também deve ser medida pelo grau de conforto oferecido aos trabalhadores, sendo que alguns alegam não utilizar os equipamentos exatamente pelo desconforto gerado ao longo do trabalho, o que ocorre sobretudo com a luva. Como relata o Coletor D, “[...] ela tem uma parte da palma da mão, uma borracha plástica, ela é muito rústica, desconfortável, então a gente acaba tendo algumas secreções na unha, na ponta do dedo, então é desconfortável.” (COLETOR D, 2015). Para o Coletor C, a luva também “[...] é muito grossa, pra você pegar o lixo é um sacrifício, você não fecha a mão com facilidade [...]”. (COLETOR C, 2015).

Figura 15 - Acidente com caco de vidro sofrido por um coletor de Presidente Prudente/SP



Fonte: Facebook de um coletor de Presidente Prudente/SP

A proteção oferecida pelos EPIs, portanto, é parcial e não plenamente eficiente, pois proteção e desconforto são grandezas que se anulam quando se trata de equipamentos responsáveis pela manutenção da segurança dos trabalhadores. Isso deveria ser levado em conta quando ocorre algum acidente de trabalho em que os coletores não estavam utilizando o equipamento de segurança. Analisar a situação unilateralmente não resolve a questão, pois a CAT não é aberta e os EPIs continuam desconfortáveis. Como enfatiza Santos, “[...] a concessão da luva ao trabalhador não garante o seu uso, pois a não-adequação e/ou adaptação da luva a esta população dificulta o desempenho do seu trabalho [...]”. (SANTOS, 1997, p. 49).

Há que se levar em conta todo o ambiente, o processo e a organização do trabalho dos coletores, de forma estrutural, para atingir uma compreensão mais próxima da realidade que se manifesta visível e drasticamente nos acidentes de trabalho, mas que pode ter suas origens nas consequências invisíveis da degradação do trabalho dos coletores. Como bem ressalta Ferreira; Anjos, “O estresse pode ser a causa invisível de muitos dos acidentes de trabalho, pela redução da capacidade de autocontrole dos trabalhadores, e de doenças

ocupacionais, pela redução das defesas naturais e do desgaste dos organismos.” (FERREIRA; ANJOS, 2001, p. 694). Como destacam Oliveira; Zandonadi; Castro, “O cansaço físico, mental e movimentos repetitivos são um aliado dos acidentes de trabalho. Como o trabalho é exaustivo, e exige um esforço físico bastante considerável, há um déficit de atenção do coletor, podendo ocasionar em acidentes até mesmo fatais.” (OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO, 2013, s. p.).

Assim como o estresse e os distúrbios mentais podem ocasionar os acidentes de trabalho nos coletores, podem também serem produtos dos mesmos e da grande exigência física e mental do trabalho na coleta: “Estresse, depressão e distúrbios neurológicos são doenças ocupacionais decorrentes do esforço físico e mental em excesso.” (OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO, 2013, s. p.).

Conforme relata o Coletor H, sobre um dia que passou mal durante o trabalho, com sintomas de queda de pressão, o estado emocional e motivacional pode fazer a diferença para o desempenho no trabalho e, conseqüentemente, para seu estado de atenção, agilidade e energia, tão necessários para manter a integridade física na coleta:

“[...] senti sim. [...] Ah, esse dia foi que eu estava desanimado pra tudo, aquele dia deu vontade até de parar mesmo, de parar e ir embora, chutar o balde. [...] *não sei se é porque eu estava triste*...esse dia eu tive vontade de chutar o balde, esse dia eu não tinha peito pra nada, *não tinha força nem pra pensar direito, estava só querendo ficar quieto*, naquele dia lá não estava afim mesmo. [...] passei mal, a pressão não caiu não, mas eu estava suando muito frio...foi esse dia sim. [...] não sei como eu não fui embora, mas eu fiquei, mas fiquei com aquele pensamento ruim pra caramba.” (COLETOR H, 2015 – Grifos nossos).

O depoimento acima transpira desrealização no trabalho, uma degradação que ultrapassa as fronteiras da pele, carne e osso dos coletores, para atingir sua estrutura psíquica, sua característica de ser humano-genérico, sua ontologia. É por isso que as análises e estudos que se produzem por dentro da Ergonomia, embora tenham fundamental importância operacional, na amenização imediata de situações de desgaste físico dos trabalhadores, guardam limitações essenciais quanto aos seus fins últimos. Haja vista que “[...] não é possível pensar apenas em conforto, segurança e condições de trabalho adequadas, sem reportarmos também à *produtividade*, sendo que a *ergonomia* procura otimizar as condições de trabalho *para que o trabalhador possa apresentar melhores rendimentos* [...]”. (MARANGONI; TASCIN; PORTO, 2006, p. 2).

Do ponto de vista da Ergonomia, aos empregadores, o interesse em promover melhorias às condições dos trabalhadores deve ser encarado como mais uma variável em suas equações visando o lucro da empresa e sua projeção econômico-social. Dessa forma, “Estes [empregadores] devem estar conscientes que, o aumento da segurança e a diminuição das doenças profissionais nas suas empresas, *se traduzem em ganhos de produtividade, qualidade, imagem da empresa e de competitividade.*” (PEDROSA *et al*, 2010, p. 3 – Grifo nosso).

Em se tratando da terceira categoria dos acidentes de trabalho, as doenças no trabalho, isto é, os casos em que os trabalhadores precisam ficar um tempo afastado do serviço, embora em menor número se comparadas aos acidentes típicos, também possuem registros em Presidente Prudente/SP, de acordo com as entrevistas. O Coletor C atribui esse quadro de funcionários afastados do emprego devido à falta de treinamento quando os coletores são admitidos, que poderia evitar muitos acidentes e lesões contraídas no trabalho, especialmente envolvendo a maneira correta de saltar do caminhão: “[...] o que tem de gente encostada e machucada na Prudenco é demais, trabalha porque tem que trabalhar, mas é demais, tinha que ter um treinamento.” (COLETOR C, 2015).

Quando o período sem trabalhar é inferior a 15 dias, não se constitui como afastamento, sendo que apenas os atestados médicos são suficientes. Nesses casos, segundo os depoimentos dos coletores, é muito comum a desconfiança por parte do médico da empresa, que resiste em aceitar os atestados apresentados pelos coletores sobre seus problemas de saúde, por vezes negando-os e dizendo que estão aptos ao trabalho. Como diz o Coletor G, “[...] às vezes você vai lá, pega atestado, aí o cara [médico da empresa] ‘ah, está com manha’, e não é, às vezes o cara machucou realmente [...]”. (COLETOR G, 2015).

O Coletor A afirma que, embora nunca tenha tido problemas com recusa de atestado por parte do médico da empresa, “[...] já teve vez do médico recusar sim, ele não aceitar, falar que não vai aceitar porque passou do prazo de entregar atestado, ou porque o atestado é sempre do mesmo problema, que já era pra gente ter procurado um especialista e a gente não procurou, que ficou prorrogando [...]” (COLETOR A, 2015).

Sobre a atitude do médico da empresa ao receber os trabalhadores com atestado, o Coletor C afirma que “[...] tem muitas vezes que ele fala ‘rapaz, mas eu não estou achando dor em você, estou achando que esse atestado aqui você comprou’, tem muito disso, e às vezes não, o cara está com dor mesmo [...]”. (COLETOR C, 2015). O Coletor B complementa, salientando que “[...] já aconteceu várias vezes, ele pegar e recusar de muita

gente, pegar e falar que não, que você está bem, que não necessitava de tudo aquilo de dias, ou coisa igual, já aconteceu várias vezes.” (COLETOR B, 2015).

O tom enfático utilizado pelo Coletor J em seu depoimento é de quem considera um abuso esse tipo de atitude do médico da empresa, repercutindo diretamente na saúde dos trabalhadores, pois “[...] se o médico deu atestado é porque a pessoa está sem condição né, ele fala ‘não, esse atestado aqui eu não aceito’, a pessoa vai embora com um trauma bem grande, no outro dia vem trabalhar, trabalha mal-humorado, então isso vai constantemente [...]”. (COLETOR J, 2015).

O Coletor K, com quase 20 anos de coleta de lixo, fala com propriedade e conhecimento de causa que muito se diz na empresa que os coletores levam muito atestado médico para não trabalhar e viver de benefícios, de forma oportunista. Porém, para ele, “[...] não falam o que estão passando lá, *pra eles é tudo simples, tudo fácil, mas eles não sabem o que estão passando lá*, cara, fala ‘ah, o cara não veio por causa disso, disso e aquilo’, mas é nada, é porque o cara está ruim mesmo, principalmente esses mais velhos de serviço.” (COLETOR K, 2015 – Grifo nosso). O desabafo que produz na sequência do seu depoimento é emblemático da forma como a empresa enxerga os coletores

Se depender do médico da empresa você vai trabalhar mesmo estando assim, eu acho...acho muito difícil você achar um médico da empresa, mesmo sabendo que o cara está ruim, quer liberar o cara, é muito difícil hein, por isso que quando você tem que ir no médico, nem vai no médico da firma, porque não adianta, lá é um caso perdido pra eles, então você tem que procurar outro médico mesmo, e às vezes nem assim eles aceitam, tem médico que não aceita o atestado do outro médico, isso já aconteceu comigo, mas mesmo assim eu falei...eu peguei tantos dias e ele queria diminuir meus dias, vamos supor, eu peguei uns 10 dias, ele queria diminuir pra 5, ele falou “não, com 5 dias você já está bom”, eu falei “não, não, doutor, o médico lá falou 10 dias, porque eu não estou bom, estou sem condições, eu vou pegar meus 10 dias”, mesmo assim ele escreveu atrás lá “5 dias”, mas não resolveu nada não. Ah, eu vou falar pra você, cara, se depender da firma você está ferrado, meu, eles só são bons quando você está bom mesmo, *a partir do momento que você tem algum problema, que deu algum problema em você, que você não está bom pra trabalhar mais, você se torna um dos piores funcionários pra eles*, não tem jeito, essa é a vida mesmo. (COLETOR K, 2015 – Grifo nosso).

Acreditamos que o depoimento do Coletor K sintetiza com clareza como é a vida para os coletores de lixo de Presidente Prudente/SP. Trabalhadores que são hostilizados pelos moradores, vivenciam o fenômeno da invisibilidade social (mesmo pejorativamente visíveis), cortam-se com objetos perfurocortantes, são mordidos por cachorros, correm diariamente 40km, carregam 6 toneladas de lixo, trabalham de segunda à sábado, sob quaisquer condições

climáticas, convivem com dores rotineiras em várias partes do corpo, vivem para descansar e retornar ao trabalho.

Como se pode perceber, muita coisa existe “por trás das lixeiras”, um mundo contraditório de penosidade, cansaço, dores, acidentes, humilhações, por um lado, e alegria, liberdade, autonomia, amizade e reciprocidade, por outro. Os coletores necessitam apoiar-se nos pontos positivos de seu trabalho para suportarem a carga negativa que advém da coleta de lixo em si, e da intensificação promovida por eles próprios, com a motivação de se livrarem do trabalho o quanto antes.

A grande maioria dos entrevistados, senão todos, declarou que gosta de trabalhar na coleta de lixo, pelos motivos já citados. Todavia, pode-se interpretar como um nivelamento por baixo do que vem a ser um bom trabalho, pois esses aspectos positivos muitas vezes são meramente compensatórios dos aspectos negativos. Os que não almejam sair da coleta, porque já possuem mais idade ou muito tempo de profissão, são aqueles que se apresentam resignados e buscam construir discursos de amenização de todas as mazelas oferecidas pelo serviço. Os demais assumem que não pretendem permanecer o resto da vida como coletores, por se tratar de uma vida sofrida e desgastante. Daí o fato de trabalhar com alegria ser menos uma expressão genuína e verdadeira de prazer do que um mecanismo de defesa psicológica, para que os trabalhadores possam se manter firmes e equilibrados física e mentalmente para suportar o “submundo” da coleta de lixo.

Eis as marcas do lixo nos sujeitos sociais de nossa pesquisa!

CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DOS COLETORES: PARA ALÉM DO SINDICATO?

Diante da realidade multifacetada de degradação do trabalho dos coletores de lixo domiciliar de Presidente Prudente/SP, exposta até o momento, de que forma os coletores se organizam politicamente para imprimir alguma resistência a esse processo? Quais os anseios dos trabalhadores em relação às suas condições de trabalho e à empresa? O que pensam os mesmos sobre a ação do sindicato da categoria? Como tem sido a ação sindical no âmbito da defesa dos direitos dos trabalhadores e da busca por conquistas trabalhistas para os mesmos? Qual a relação entre desconcentração/terceirização da coleta de lixo e a ação sindical em Presidente Prudente/SP? São questões que esse último capítulo se prestará a esclarecer.

4.1. TERCEIRIZAÇÃO E AÇÃO SINDICAL

A terceirização é um processo que tem se proliferado em escala mundial desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, coincidindo com a eclosão da crise estrutural do capital que abalou os pilares de sustentação da acumulação capitalista, especialmente nos países centrais (ALVES, 2011; LIMA, 2010; PONTE, 2007; MORAES, 2008; AMORIM, 2008).

A exemplo de outros momentos da história do capitalismo, o sistema do capital buscou uma saída emergencial à crise de sobreacumulação que se abatia. Nesse contexto, inicia-se o processo de reestruturação produtiva do capital, caracterizado por uma mudança (mas também permanência, em alguns aspectos) do modelo tayloriano-fordista de organização do trabalho para o modelo toyotista (ALVES, 2000; ANTUNES, 1995).

A intenção era sacramentar uma mudança do paradigma produtivo fordista, baseado na rigidez da produção em massa, consumo em massa e controle hierárquico dos trabalhadores dentro e fora da fábrica, para um paradigma mais flexível, no qual a produção se basearia no princípio do *just-in-time* (enxugamento dos estoques), nas células produtivas (em contraposição às esteiras fordistas), onde os funcionários, organizados em equipes, seriam os responsáveis pelo controle de todo processo produtivo, bem como das adaptações e melhorias necessárias. Dessa forma, os trabalhadores seriam induzidos a acreditar que se

tratava de um processo mais participativo, passando, assim, a se dedicar à empresa como à sua própria família, tornando-se colaboradores, não mais trabalhadores.

Tratou-se de uma profunda transformação, não apenas na esfera econômica, como também na política, pois a histórica luta de classes entre capitalistas e trabalhadores, entre proprietários dos meios de produção e os proprietários tão somente de sua própria força de trabalho, tornou-se dissolvida pela ideologia da “família empresarial”, da colaboração mútua e da aparente desierarquização entre as funções de concepção e de execução, como nas empresas tayloristas-fordistas do início do século XX. O que ocorreu, na verdade, foi o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores, que passaram a exercer diversas funções ao mesmo tempo e assumiram a função dos “vigias” dos demais companheiros de trabalho. A superespecialização deu lugar à polivalência, a solidariedade foi substituída pela concorrência e vigilância.

Do ponto de vista das empresas, tal processo significou uma transformação organizacional da produção. Tendo como pressuposto a produção de acordo com as oscilações da demanda por mercadorias, era preciso estabelecer vínculos menos rígidos com os trabalhadores, isto é, o enxugamento previsto no *just-in-time* aplicara-se não apenas às matérias-primas e às mercadorias, mas também aos próprios trabalhadores, a flexibilidade se aplicaria também aos contratos e aos mercados de trabalho.

Nesse sentido, como bem esclarece Moraes:

O termo “terceirização”, originariamente brasileiro, revela em sua acepção a real intenção do empresariado brasileiro de transferir a “terceiro”, no sentido de outro, a posição de empregador na relação empregatícia, com o objetivo claro de redução dos custos de produção, através do afastamento da responsabilidade sobre os encargos e obrigações trabalhistas, e, também, como instrumento apto a viabilizar a rápida substituição de trabalhadores conforme o sobe-e-desce da demanda, consoante o princípio do *just-in-time*. (MORAES, 2008, p. 158 – Grifo no original).

É nesse contexto que a terceirização ganha força como prática das empresas visando à redução de custos de produção, isenção de responsabilidades trabalhistas, focalização nas atividades principais da empresa e, conseqüentemente, melhorias na qualidade dos produtos ou serviços oferecidos. Não obstante a contratação de trabalho terceiro exista desde muito antes, remontando a épocas remotas (PONTE, 2007), é nesse momento que ganha contornos globais e generalizados.

No Brasil, a terceirização ganha força justamente quando o processo de reestruturação produtiva se instala no país, primeiramente e de forma mais tímida na década

de 1980 e, com mais ímpeto na década de 1990 e início dos anos 2000, combinada com a adoção do receituário neoliberal emanado do Fundo Monetário Internacional (FMI) aos quatro cantos do mundo (ALVES, 2000; ANTUNES; ALVES, 2004). Conjugada à avalanche de privatizações, presenciou-se grandes alterações no mundo do trabalho no Brasil, justificadas em grande medida pela adoção dos preceitos toyotistas na economia, seja na indústria, seja no setor de serviços. Inúmeras profissões e postos de trabalho foram extintos (a exemplo de vários cargos dos bancos), o trabalho informal passou a incorporar parcelas significativas da População Economicamente Ativa (PEA) do país, os “frouxos” contratos de trabalho se alastraram (trabalho temporário, parcial etc.) e a terceirização se transformou de uma alternativa à quase regra.

O Mapa 4 apresenta uma distribuição da coleta de lixo no Brasil entre os municípios que tomam para si a incumbência direta do serviço e aqueles que concedem/terceirizam-no para outras empresas. O critério de escolha dos municípios representados no mapa seguiu dois parâmetros: as capitais de cada estado e alguns municípios com população aproximada à Presidente Prudente/SP (o município em estudo não consta no mapa). As informações foram obtidas a partir do contato com as administrações desses municípios, contudo, nem de todos recebemos retorno ao contato, por isso alguns estados não possuem municípios representados.

Os municípios representados em vermelho representam o alastramento da terceirização da coleta no país; aqueles em amarelo representam os que oferecem o serviço com responsabilidade dividida entre o poder público e empresas concessionárias; e os pontos em verde representam os municípios que têm coleta de lixo a partir da própria administração pública direta (Mapa 4).

Nota-se que os municípios que adotam a terceirização/concessão da coleta de lixo são esmagadora maioria diante dos que são de responsabilidade total ou parcial da prefeitura municipal, deflagrando a realidade generalizada dessa prática administrativa também adotada pelo poder público.

Mapa 4 - Terceirização da coleta de lixo no Brasil



Fonte: IBGE e Prefeituras municipais dos municípios selecionados.
Elaboração: Leandro Braga Cardoso e Victor Ricardini.

Conforme critica Grijalbo Fernandes Coutinho, juiz do Trabalho da 10ª Região e ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra):

A súmula 331 do TST, de 1993, é o exemplo de uma solução intermediária. Ela admite a terceirização naquilo que é atividade meio e proíbe a atividade fim. A partir desse parâmetro os diversos operadores de direito têm se guiado. [...] E hoje o capital se acha tão forte que súmula já não resolve seu problema. Parte considerável do capital estabelecido no Brasil, nacional e estrangeiro, quer mais. Quer a possibilidade de se terceirizar em qualquer atividade, meio ou fim, e sem quaisquer limites. É definitivamente uma era da precarização absoluta. (COUTINHO, 2013, p. 2).

E, ainda em tom ácido, o juiz vocifera contra a aprovação do PL 4330/04:

Falsamente se diz que o projeto [PL 4330/04] vai resolver o problema de 16, 20 milhões de terceirizados. É falso. Vai agravar a situação. Vai reduzir o salário desses 20 milhões e colocar mais 40 ou 50 milhões nesse mesmo quadro. Não vai resolver absolutamente nada, o projeto é uma falácia. É muito bom para o setor empresarial que faz uso da terceirização. Não tenha dúvida. É espetacular para todos que querem reduzir os seus custos e sua responsabilidade social. (COUTINHO, 2013, p. 3/4).

Pelas palavras de um próprio representante do poder judiciário brasileiro, é possível perceber que os argumentos a favor da terceirização e, por conseguinte, da aprovação do PL 4330/04, são recobertos de argumentos perspicazes, porém falaciosos, isso atendo-se apenas ao âmbito da geração de empregos.

Para o procurador do MPT-15ª Região por nós entrevistado, “O PL 4330 tem uma única preocupação, diminuir o custo da mão de obra e permitir ao empresariado transferir os riscos da atividade econômica aos trabalhadores, caminho certo de precarização e mercantilização/coisificação do ser humano.” (RODRIGUES, 2015).

É sabido, ademais, que a terceirização tem sido associada em vários estudos³⁶: aos salários mais baixos em relação aos trabalhadores efetivos das empresas contratantes; aos altos índices de acidentes de trabalho; aos menores benefícios e garantias; à instabilidade no emprego; à inferiorização no interior do ambiente de trabalho diante dos funcionários das empresas contratantes; enfim, à precarização do trabalho em geral. Corroborando tal assertiva, Lima (2010, p. 23) considera que “Torna-se mais evidente quando as empresas terceirizadas atuam dentro do espaço da empresa primeira, o que expõe a situação contratual distinta dos

³⁶ Miranda (s.d.) faz uma compilação de várias pesquisas que comprovam a associação entre a terceirização e a precarização, em diversos setores de atividade.

trabalhadores, criando clivagens entre os trabalhadores e enfraquecendo as possibilidades de organização”.

Engrossando os argumentos contrários à precarização no Brasil e no mundo do trabalho como um todo, Ricardo Antunes analisa que a terceirização, hoje, é a porta de entrada para a precarização, pois enquanto algumas empresas cumprem a legislação trabalhista, muitas não cumprem, tornando muitos trabalhadores suscetíveis à superexploração, péssimas condições de trabalho e extenuantes jornadas. Segundo o autor:

É por isso que o capital hoje, no Brasil e em escala global, quer a terceirização não só nas atividades meio, mas também nas atividades fins. O argumento que usam é o de que a terceirização gera maior qualidade. É evidente que esse argumento é pura ideologia, é falacioso. Terceiriza-se para reduzir custos e para aumentar a divisão e, com isso, dificultar a organização sindical e a resistência da classe trabalhadora (ANTUNES, 2012, p. 2).

Quando saímos da esfera econômica propriamente dita e entramos na esfera política, nota-se que as consequências da terceirização são tão nefastas quanto nos aspectos propriamente trabalhistas. No que diz respeito à sindicalização dos terceirizados, poucos são os casos em que o sindicato que representa os trabalhadores da empresa contratante busca meios de garantir a representação também dos trabalhadores da empresa terceirizada, sendo exceção à regra. O que ocorre, normalmente, é que, ou os trabalhadores terceirizados ficam desamparados politicamente, ou outros sindicatos são criados para a representação exclusiva dos terceirizados, ou seja, “Trabalhadores estáveis e terceirizados não se sentem parte do mesmo coletivo, o que aparece em greves separadas, a não construção de solidariedades, a atuação em sindicatos distintos e estranhamentos entre as duas categorias” (LIMA, 2010, p. 23). O que, aparentemente, poderia parecer positivo, no segundo caso, na verdade também representa um ponto negativo, pois a união entre trabalhadores de um mesmo espaço produtivo, de um mesmo ramo de atividade, às vezes de uma mesma empresa, se dá politicamente em âmbitos distintos, impedindo o desenvolvimento de uma vinculação política mais orgânica e solidária entre os mesmos.

A um só tempo o capital garante eficácia empresarial, que leva à maior competitividade e lucros, e desagregação dos trabalhadores, inibindo seu potencial reivindicatório, complexificando e obnubilando o conteúdo da luta de classes. Nos termos de Alves, a terceirização não somente é um processo que não se dá ao acaso, como também é estrategicamente acionado pelo capital para atingir à “dessubjetivação de classe”:

[...] indo além da abordagem meramente “economicista” que têm lastreado os estudos sociológicos sobre a terceirização no Brasil, torna-se importante considerar o impacto desta reordenação socioespacial do trabalho sobre a sociabilidade da classe e do homem que trabalha. Isto é, a terceirização é uma estratégia de gestão/manipulação do trabalhador coletivo do capital voltada para a dessubjetivação de classe, possuindo, deste modo, uma função ideológica. (ALVES, 2011, p. 410).

Se a terceirização normalmente vem atrelada às más condições de trabalho, descumprimentos das legislações trabalhistas e demais elementos de um quadro de precarização estrutural do trabalho, há casos em que a terceirização pode ser também motivada pelos riscos inerentes a determinada atividade laboral. Como se pode observar nos capítulos anteriores, a atividade da coleta de lixo domiciliar urbano caracteriza-se como um trabalho inerentemente estafante e que constantemente expõe os trabalhadores a riscos, o que pode representar mais um motivo pelo qual o poder público deixa de se responsabilizar pela oferta do serviço e o transfere a um terceiro. Isto é, terceirizar a coleta de lixo domiciliar significa terceirizar também os riscos inerentes a essa atividade, com todas as implicações e responsabilidades que daí advêm ao empregador dos coletores. É nesse sentido que Santos *et al* desenvolvem seu raciocínio:

Quando se terceirizam trabalhos realizados em condições insalubres ou perigosas, o objetivo, declarado ou não, é terceirizar o risco. Neste caso, não se pode atribuir à terceirização em si mesma os danos à saúde, pois eles já existiam na empresa matriz. A relação é, antes, inversa: os riscos de acidentes e as más condições de trabalho é que são a causa motivadora da terceirização. (SANTOS *et al*, 2009, p. 203)

Diante desse quadro levantado, é inevitável traçar uma relação entre a coleta de lixo domiciliar urbano em Presidente Prudente/SP, a sua desconcentração pela prefeitura municipal e os riscos e danos à saúde dos trabalhadores envolvidos nessa atividade. Miranda, explanando sobre as correntes existentes no campo da saúde e que se debruçam sobre o mundo do trabalho, sai em defesa da Medicina Social e da Saúde Coletiva, na medida em que estas, contrapondo-se à Saúde Ocupacional, buscam enxergar o processo saúde/doença do trabalhador como “o resultado do conjunto de condições em que os trabalhadores vivem e trabalham”. Sendo assim, o autor considera que “[...] o estudo do processo trabalho/doença ocupacional não pode deixar de analisar pelo menos os seus condicionantes básicos: as condições gerais de vida, as relações de trabalho e o processo de trabalho” (MIRANDA, s. d., p. 7).

Estendendo o olhar analítico da reflexão também à questão da terceirização, o autor ainda pondera que:

Assim sendo, é de se supor que os trabalhadores das subcontratadas tenham seu processo de saúde/doença diferenciado em relação aos demais setores da sociedade, pois moram mal, se alimentam mal, dispendem suas energias num trabalho com exposição a inúmeros riscos e cuja remuneração é insuficiente para a sua sobrevivência. (MIRANDA, s.d., p. 7/8).

A terceirização tem se caracterizado como aspecto negativo às condições de trabalho dos trabalhadores, à sua saúde e segurança no emprego, bem como tem afetado direta e estrategicamente na consciência e solidariedade de classe dos mesmos, seja no próprio ambiente de trabalho, seja no contexto da sociedade como um todo, com a existência de sindicatos para os trabalhadores efetivos e outros para trabalhadores terceirizados.

Ao promover a terceirização do setor de limpeza de uma de suas unidades de produção, por exemplo, uma empresa metalúrgica acaba com o vínculo empregatício de muitos trabalhadores, que acabam sendo absorvidos em alguma medida pela empresa terceirizada, destarte responsável pela prestação do serviço em questão. Nessa mudança contratual, há também uma mudança de enquadramento dos trabalhadores nos setores da economia: se antes eram trabalhadores da indústria, passam a serem trabalhadores dos serviços, ainda que a função que desempenham e seu local de trabalho continuem os mesmos. Economicamente falando, trata-se do movimento de terciarização da economia (aumento do setor terciário). Do ponto de vista do trabalho, trata-se de um reordenamento político no bojo da classe trabalhadora, que é cada vez mais clivada pelas estratégias de desmobilização do capital, travestidas de inovações organizacionais, modernidade gerencial e flexibilidade produtiva e empregatícia.

Em vista da unicidade sindical³⁷, não importa se porventura haja funcionários da prefeitura trabalhando na limpeza e empregados públicos/“desconcentrados” desempenhando a mesma função, pois juridicamente os primeiros são servidores públicos (no caso de Presidente Prudente/SP representados pelo SINTRAPP), e os segundos são funcionários de uma empresa pública desconcentrada (representados pelo SIEMACO). Ainda que houvesse vontade política por parte dos sindicatos, continua havendo o impeditivo legal que garante a desagregação político-ideológica entre os trabalhadores da limpeza de Presidente Prudente.

³⁷ Exigência legal que impede de haver mais de um sindicato por categoria profissional, por município.

Por esse ponto de vista, e levando em consideração o papel histórico dos sindicatos na luta *com* os trabalhadores, a favor de seus direitos e conquistas e *contra* o patronato, a terceirização não poderia ser considerada por um sindicato como algo positivo, benéfico aos trabalhadores, nem tampouco um sindicato deveria se colocar discursivamente ao lado do polo oposto aos trabalhadores no contexto da luta de classes, isto é, as empresas. No depoimento da presidente do SIEMACO, contudo, não é o que se pode abstrair, mas sim uma posição estruturada na defesa de um sindicato assistencialista e conformista, que reconhece as precariedades a que são expostos os trabalhadores da coleta de lixo domiciliar, mas que pouco faz para transformar esse quadro. Obviamente, a história do sindicalismo é esclarecedora e explicativa desse posicionamento, através da guinada sofrida pelo movimento sindical em direção às tendências corporativistas, conservadoras e propositivas, em detrimento do sindicalismo combativo e classista, tão marcante no início da organização dos trabalhadores em várias partes do mundo (SANTOS, 2001).

4.2. SIEMACO NO BOJO DO APAZIGUAMENTO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES

Conforme abordado anteriormente, a Prudencio constitui-se como empresa pública, prestadora de serviços exclusivamente para a PMPP, porém a natureza pública de seus serviços, especialmente a limpeza urbana, não transforma os coletores em servidores públicos, não obstante tenham que passar por concurso público para entrar na empresa.

Dessa forma, os coletores não podem ser representados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente e Região (SINTRAPP), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sua representação política fica a cargo do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Trabalhadores na Limpeza Urbana e na Manutenção e Execução de Áreas Verdes de Presidente Prudente e Região (SIEMACO), filiado à União Geral dos Trabalhadores (UGT), responsável exclusivamente (segundo a dirigente sindical responsável) por categorias de trabalhadores terceirizados, envolvidos nas consideradas atividades-meio (como a limpeza e jardinagem).

Dos 32 municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema, o SIEMACO possui representação em 29 deles, ficando de fora apenas Emilianópolis, Nantes e

Ribeirão dos Índios³⁸. Entretanto, conforme pudemos apurar em contato com alguns municípios, a representação dos trabalhadores da coleta de lixo não é feita exclusivamente pelo SIEMACO, sobretudo nos municípios onde a coleta é de responsabilidade da própria prefeitura municipal e, portanto, desempenhada por servidores públicos municipais, com regime trabalhista estatutário, a exemplo de Iepê, Nantes, Pirapozinho, Teodoro Sampaio e Presidente Venceslau. Em Iepê e Nantes, inclusive, é o SINTRAPP o responsável pela representação dos trabalhadores.

Em entrevista com a presidente do SIEMACO, a mesma relatou que, anteriormente à criação do sindicato, quaisquer queixas ou reivindicações dos trabalhadores tinham de ser direcionadas para a regional de São Paulo. Em 1985 criou-se o Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Presidente Prudente (SINDETUR), que passou a representar 11 categorias de trabalhadores, dentre elas os da limpeza. Dez anos depois, “[...] dia 12 de abril de 95 nós criamos o sindicato SIEMACO, que é o sindicato que representa apenas limpeza. Então nós fazemos a limpeza ambiental, a limpeza urbana e execução e manutenção nas áreas verdes [...]”. (Informação verbal³⁹).

A partir da entrevista com a sindicalista, chega-se à conclusão de que o sindicato que representa os coletores de Presidente Prudente/SP é favorável à terceirização e tem desempenhado, sobretudo, ações de cunho assistencialista.

A entrevistada assume que, “[...] como sindicalista, pelo menos quando eu faço uma análise da minha pessoa, eu vejo que *eu trabalho muito mais o social, do que a trabalhista* [...]”. Segundo ela, sua função como representante trabalhista dos trabalhadores da limpeza é tão somente de denunciar irregularidades trabalhistas aos órgãos competentes do Estado, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Sendo que “Se não deu resultado no Ministério do Trabalho, eu vou fazer uma denúncia pro Ministério Público do Trabalho, eu vou deixar que cada um que ganhe pra exercer a sua função que realmente faça [...]”. (PRESIDENTE, 2014 - grifo nosso).

A ação conjunta entre sindicato e órgãos de Estado fiscalizadores de irregularidades trabalhistas não é ruim em si, porém essa atitude passa a ser problemática na medida em que se torna uma premissa de fuga do sindicato dos coletores em relação a quaisquer ações mais questionadoras, resguardando-se de problemas a serem criados com a empresa e assumindo uma postura meramente propositiva.

³⁸ Informações disponíveis no site do SIEMACO: www.siemacoprudente.com.br

³⁹ Entrevista realizada com a presidente do SIEMACO, gravada e transcrita. Doravante, “PRESIDENTE, 2014”.

A justificativa apresentada pela presidente do sindicato é de que se trata de uma categoria profissional composta de sujeitos marginalizados, com histórias de vida bastante sofridas, muitos egressos da prisão e que tiveram poucas oportunidades na vida. Na opinião da entrevistada, “[...] você ser presidente de um sindicato de advogados, de professores, é fácil [...]”, enquanto que lidar com os coletores de lixo domiciliar obriga a assumir uma preocupação socioassistencialista, na medida em que “As principais demandas deles, aqui, uma grande parte é problema social, problemas familiares, problema familiar vem muito [...] recebimento de pensão, filhos presos...é...legalização de imóvel que construíram em locais indevidos [...]” (PRESIDENTE, 2014). A dirigente do SIEMACO ainda reitera a defesa da ação social do sindicato comentando sobre os casos em que os trabalhadores saem da prisão:

Então, a coleta é feita por pessoas, trabalhadores de um passado muito sofrido e que a vida ofereceu muito pouco. Então sempre quando a gente vê um coletor retornar de um presídio, a primeira coisa é que eu vou lá interferir, porque a lei do trabalho, o que que a lei fala? Que todo trabalhador que for preso e condenado, a hora que ele sai, ele é demitido por justa causa, a própria lei diz isso daí, então a gente vai lá negociar. Se um trabalhador cometer um crime e ele não tiver o direito nem de colher lixo, nós estamos querendo que nós temos outro bandido na rua. (PRESIDENTE, 2014).

Se a sensibilidade da dirigente pode ser percebida pelas ações sociais, inclusive relacionadas à realocação empregatícia após período de encarceramento dos coletores, em outros momentos da entrevista, defendendo a terceirização como algo positivo aos trabalhadores, a entrevistada cai em contradição, pois, como vimos, se analisada pelo conjunto da sociedade e da classe trabalhadora, a terceirização representa precarização e dessubjetivação de classe. Ao ser questionada se a terceirização é benéfica ou não, a presidente considera que:

[...] é benéfico...quem não sabe o que é terceirização, critica...muitas vezes a alta sociedade vê a terceirização que vai precarizar a mão-de-obra...não é verdade. [...] Porque a partir da hora que a terceirização for regulamentada, ela vai ter corpo, ela vai ter seu corpo jurídico, que até então ela não é. *Então, a terceirização, hoje, ela veio pra dar emprego e pra somar junto com a sociedade...eu vejo a terceirização como uma fatia do bolo dos trabalhador*, e a terceirização só não é boa quando ela não é fiscalizada [...] Então *eu vejo a terceirização como um progresso...nós precisamos, sim, regulamentar a terceirização. Eu acho que como eles queriam a terceirização num total, a terceirização não pode representar a atividade-fim, porque daí a gente ia tirar serviço de outra mão-de-obra especializada.* (PRESIDENTE, 2014 - grifo nosso).

Percebe-se um afinamento do discurso sindical com o projeto de regulamentação recém aprovado pela Câmara dos Deputados (PL 4330/04) que, na verdade, conforme supramencionado, tem a intenção de flexibilizar ainda mais a terceirização, inclusive abarcando as atividades-fim, acusando o engano na afirmação da entrevistada. Como se sabe, as emendas discutidas, votadas e aprovadas pela Câmara sobre o PL 4330/04 preveem a permissão da terceirização de atividades-fim, que a entrevistada desaprova, embora defenda a regulamentação prevista no Projeto de Lei.

Na comparação entre os servidores públicos e os funcionários da Prudenco, a presidente afirma que “[...] em matéria de salário, não existe diferença, o benefício é o mesmo, o mesmo benefício que se faz na prefeitura, se faz aqui.”, de modo que “A *única* coisa que se tem diferença: a prefeitura você tem uma estabilidade; *numa empresa privada, se você não cumpre, se você não produz, se você não dá resultado, você é substituído; é o único prejuízo que eu vejo.*” (PRESIDENTE, 2014 – Grifos nossos).

Sem mencionar o equívoco na categorização da Prudenco – não empresa privada, mas pública –, desnecessário dizer que não é assim que pensam os coletores entrevistados que, como visto anteriormente, vislumbraram em seus discursos grandes diferenças entre ser um servidor público da prefeitura e ser empregado público da Prudenco, seja quanto aos benefícios menores, morosidade nas conquistas, inexistência de ponto facultativo etc.

Indo além, a representante do SIEMACO ainda pondera que “[...] *quando a prefeitura trabalha com a terceirização, a prefeitura também faz um serviço social muito grande [...]*”, alegando que a maioria dos trabalhadores envolvidos na área da limpeza “[...] não passaria num concurso por falta de escolaridade; ele é um bom profissional na mão-de-obra, na hora da prova ele não foi preparado pra isso.” (PRESIDENTE, 2014 – Grifo nosso).

Percebe-se um tom claramente arbitrário e carregado de subestimação em relação aos trabalhadores da limpeza, dentre eles os coletores. Como vimos, alguns trabalhadores entrevistados possuem até mesmo ensino médio completo, portanto capazes de pleitear uma vaga em qualquer concurso público que exija esse nível de escolaridade. Aliás, o próprio Coletor L, na situação da entrevista, mencionou que estava esperando o resultado de um concurso para agente penitenciário no qual, segundo ele, tinha obtido bom desempenho.

Após as defesas feitas pela entrevistada à terceirização, no trecho a seguir a mesma sai em defesa aberta também à própria empresa Prudenco, responsável pela coleta. Ao afirmar que a empresa é acolhedora, pois admite trabalhadores com as características já mencionadas acima (inclusive ex-presidiários), na sequência sua fala assume um caráter

contraditório, pois dá a entender que os trabalhadores só estão nesse emprego por falta de outras oportunidades.

Eu falo assim que *a Prudenco é uma mãe*, porque pega muitas pessoas com problema, que numa empresa particular não pegaria...nós temos detentos...então são pessoas que não conseguiram se aposentar e precisavam sobreviver, então são pessoas que se apegam: “bom, é isso que sobrou pra mim? Eu vou me apegar e vou tocar minha vida; em vez de eu ficar chorando, eu vou aceitar do jeito que eu sou e vou sobreviver”. (PRESIDENTE, 2014 – Grifo nosso).

Choca a proximidade e o afeto demonstrado por uma líder sindical a uma empresa, levando em conta suas inserções antagônicas historicamente estabelecidas. Em parte isso pode ser explicado pela própria desconcentração/terceirização da atividade da coleta e de outras atividades cujos profissionais são representados pelo SIEMACO, visto que caso esses trabalhadores e serviços não fossem desconcentrados/terceirizados, o próprio sindicato não os representaria.

Contraditoriamente, todavia, ao explanar sobre a participação do SIEMACO na Intersindical, juntamente com outros 19 sindicatos, o que se nota no discurso da dirigente sindical é uma defesa, aqui sim, dos trabalhadores em geral, não apenas dos terceirizados. Segundo ela, “[...] o sindicalista, ele não é sindicalista do asseio e conservação, ele é sindicalista dos trabalhadores. [...] na hora dos conflitos, eleições, greve, manifesto, nós atendemos um ao outro, os 20 sindicatos, é uma união, é uma união total [...]”. (PRESIDENTE, 2014).

A respeito da ação do MPT em conjunto com o SIEMACO em Presidente Prudente/SP, o procurador do trabalho entrevistado corrobora o que a representante sindical afirmara e considera que “O SIEMACO é um sindicato atuante, presta assistência judiciária de qualidade e vem ao MPT para denunciar as condutas que reputa mais graves no âmbito da categoria que representa.”. Mas complementa seu depoimento dando pistas elucidativas da valorização da Prudenco no discurso da sindicalista, bem como problematizando as ações sindicais restritas ao assistencialismo:

Todavia, o nosso sistema sindical padece de defeitos que enfraquecem a verdadeira representatividade e representação dos trabalhadores, colaborando para *diminuir os poderes dos entes sindicais perante a classe patronal*. Podem-se citar a unicidade e o financiamento sindical como perversos, porque não criam a necessidade de os sindicatos agirem qualitativamente. *O assistencialismo puro é outro problema sério a destacar* no sindicalismo brasileiro. (RODRIGUES, 2015 – Grifos nossos).

De nosso ponto de vista, a dialética permanece sendo o caminho a ser tomado se quisermos compreender e interpretar os fatos, discursos e realidades de uma maneira radical e (auto)crítica ao mesmo tempo. Assumir a dialética como método é assumir a contradição como elemento presente em quaisquer âmbitos da sociedade, por isso buscar explicações, tipificações ou enquadramentos maniqueístas aos trechos que vimos apresentando até aqui, seria uma atitude no mínimo contraproducente, quiçá hipócrita, na medida em que nós, como pesquisadores, não estamos imunes às contradições. Além disso, compreendemos que a contradição também enseja a superação, portanto não é analisando algo de forma estanque que se alcançará algum avanço teórico, político e ideológico rumo à emancipação social, mas colocando-nos por dentro dos limites e das contradições inerentes à realidade concreta.

Sendo assim, pensamos ser viável contextualizarmos e relativizarmos as seguidas defesas feitas pela sindicalista à terceirização e até mesmo à empresa. A nosso ver, não se trata de um conservadorismo praticado exclusivamente e individualmente pela dirigente, mas uma atitude inserida, como já mencionado, no bojo da guinada conservadora sofrida pelo próprio sindicalismo, no Brasil e no mundo. O caráter propositivo, corporativo e conservador dos sindicatos é fruto, por sua vez, do processo de reestruturação produtiva perpetrado pelo capital como alternativa à sua crise estrutural. Dentre as transformações no mundo do trabalho, destaca-se a flexibilização dos contratos de trabalho, insegurança e instabilidade aos trabalhadores em seus empregos, aspectos compatíveis com a terceirização.

O sindicato, de instância organizativa dos trabalhadores contra os (des)mandos do capital, contra a exploração do trabalho, com atuação combativa em defesa da classe trabalhadora, tendo como horizonte a emancipação social, passou a, não somente assumir, como a ter sua constituição determinada pelas imposições do capital, dentre elas a terceirização. Parece-nos claro que a defesa da terceirização e da empresa não condiz com uma postura ideal de um sindicato, porém não é possível crucificar essa postura sem situá-la no contexto da ofensiva capitalista aos trabalhadores, atingindo inclusive o setor público, que vem terceirizando cada vez mais atividades em diversas repartições, com o aval legal do Estado dado atualmente pela Súmula 331 e, com vistas à aprovação pelo Senado, do PL 4330/04.

Sindicato, terceirização e empresa terceirizada, que historicamente deveriam aparecer como polos opostos, nesse caso aparecem com discursos afinados em defesa de um processo que, estruturalmente, vem prejudicando a classe trabalhadora. Se há que se contextualizar a posição da dirigente sindical entrevistada, sem individualizações e motivada

até mesmo pela conformação jurídica erigida pela terceirização (um sindicato específico para representar os trabalhadores terceirizados), é necessário manter uma postura crítica diante dessa realidade e afirmar a premência da luta dos trabalhadores contra as clivagens que se impõe à classe, em defesa de melhores condições de trabalho e saúde e em defesa da reconstrução da solidariedade de classe que vem perdendo espaço. Nesse sentido, pensamos ser o sindicato, ainda hoje, instância fundamental para desenvolver esse debate. Vejamos o que pensam os coletores entrevistados a respeito de seu próprio sindicato.

4.3. A FORÇA QUE VEM DO LIXO!

As entrevistas realizadas com os trabalhadores puderam levantar vários pontos de descontentamento com o trabalho na coleta, e também da forma como este é gerido pela Prudenco. Ao mesmo tempo, foram notadas fagulhas de desejo de mobilização para além dos acordos salariais ocorridos anualmente, que normalmente deixam a desejar quanto às demandas e anseios dos coletores. Apoiando-se nos depoimentos dos coletores entrevistados, é possível perceber um discurso, quase que generalizado, de insatisfação com a atuação do SIEMACO em defesa dos trabalhadores, em alguns casos indo veementemente contra os argumentos apresentados no discurso da presidente sindical.

Quando o assunto é a promoção de espaços de diálogo com os trabalhadores, o chamamento de assembleias com os mesmos, ou mesmo reuniões periódicas, a sindicalista afirma que se faz presente “Todo mês, [...] às vezes até mais, se tem algum imprevisto, você procura...você fica sabendo...alguém liga: ‘ó, está acontecendo isso, o motorista está correndo muito...olha nós estamos sofrendo isso’...você pode saber que no outro dia eu estou lá [...]” (PRESIDENTE, 2014).

Versão um tanto conflitante com a apresentada pela maioria dos coletores. De acordo com o Coletor A, “O sindicato que a gente tem já foi mais atuante, hoje em dia já não atua tanto [...]” (COLETOR A, 2015). Conforme afirma o Coletor B, “[...] hoje na realidade eu acho que não serve pra nada [risos] [...] tanto é que o sindicato nem aparece lá, ele aparece 1, 2 vezes no ano pra fazer uma reunião com a gente [...]”, sendo que “[...] a mulher aparece lá quando alguém está ‘metendo o pau’ nela [falando mal], tipo assim, criticando, que ela aparece lá brava, pra falar quem é que está falando, que isso ou aquilo.” (COLETOR B, 2015).

Segundo o Coletor C, “[...] o sindicato de lá vai 1 vez por ano na empresa, às vezes, se acontecer alguma coisa, vai 2, 3, mas é muito difícil eu ver a cara daquela mulher, eu acho que o sindicato ele tinha que ir, não digo todo mês, mas de 3 em 3 meses [...]” (COLETOR C, 2015).

O Coletor D argumenta que a sindicalista apenas chama reuniões com os coletores em situação de dissídio coletivo ou de algum problema com atestados médicos, porém ressalta que não são frequentes: “Olha, ela faz uma reunião sim, quando está próximo do dissídio, ou quando está havendo grande problema com atestados que o médico está contestando [...] mas é lá uma vez ou outra no ano. [...] quando acontece 2 ou 3 no ano, nossa senhora, é perigoso chover uma semana.” (COLETOR D, 2015).

Para o Coletor J, além de raras ao longo do ano, as reuniões promovidas pelo sindicato com os trabalhadores duram pouco e têm pautas ínfimas, com pouca efetividade na resolução dos problemas que afetam os coletores no trabalho: “Não, difícil, quando faz reunião é questão de meia hora, 20 minutos no máximo, nada em pauta, só falado, isso não resolve.” (COLETOR J, 2015).

De acordo com o Coletor K, as reuniões chamadas pelo SIEMACO ocorrem apenas na época de reajuste salarial, momento propositalmente usado para se promover diante dos trabalhadores: “Faz quando é época de assinar o papel, ou quando é época do aumento, quanto vai vir de aumento, aí vai lá, faz reunião, fala que está brigando por isso, ‘oh, estou brigando por isso, por aquilo’, ou pra assinar que vai ficar com o mesmo sindicato.”. Todavia, quando dos momentos em que os coletores procuram o sindicato por alguma demanda em outros momentos do ano, nem sempre são bem recebidos, sendo que houve uma época em que os coletores ligavam para o SIEMACO e eles “[...] nem atendiam, porque sabiam que era bucha que o coletor ia falar ‘oh, a gente está precisando disso, disso e aquilo e vocês nem aparecem lá’, ligou uma par de vezes hein, ligou e eles nem apareciam lá pra dar satisfação, pra ajudar nós [...].” (COLETOR K, 2015).

A mesma intermitência é destacada pelo Coletor L em relação às reuniões: “Não, não é, não é frequente...teria que ser de mês em mês, 1 vez por mês, não é. Ela foi, ano passado ela foi em janeiro, voltou em maio e só voltou em dezembro por causa das eleições do sindicato [...]”. (COLETOR L, 2015).

Sobre as ligações ao sindicato com a apresentação de demandas e pedido de comparecimento da sindicalista para conversar com os coletores, o Coletor M alega que vários trabalhadores já ficaram “[...] falando, ligando pra ela várias vezes, falando que estava

faltando coletor, e ela nunca tinha aparecido lá, aí ela apareceu lá 1 vez pra falar que vai brigar, isso e aquilo, né, não adiantou nada [...]”. (COLETOR M, 2015).

Sobre as negociações com a Prudenco, a presidente do SIEMACO deixa a entender que a postura do sindicato não é entrar em rota de discordâncias muito agudas com a Prudenco, permanecendo sempre no limite propositivo, de forma resignada com os limites impostos pela empresa e buscando, sempre que possível, resolver os reajustes antes de estabelecimento do dissídio, através de acordos diretamente com o patronato. Sendo assim, a respeito da relação entre o sindicato e a empresa, a entrevistada afirma que “Não, não temos conflitos, [...] nunca nós fazemos uma pauta fora da realidade [...] se a inflação está 6% e eu vou pedir 20% [...] eu tenho que justificar por que eu estou pedindo 20%, então não vamos fazer papel de bobo, vamos trabalhar em cima de uma realidade”. (PRESIDENTE, 2014).

Obviamente, se o sindicato não assume uma postura mais firme e combativa, naturalmente os conflitos ficam ocultos, tendo em vista que os interesses da empresa permanecem intactos diante da resignação da instância representativa dos trabalhadores. Muitas vezes, o sindicato já entra com uma postura derrotista nas negociações, alertando os coletores de que “[...] é um pedido, é uma reivindicação, mas podemos não conseguir [...] um dissídio vai pro tribunal ele pode demorar 1 ano...então *vamos apertar aquilo que dá*, pra ver se a gente consegue, dentro da nossa data-base resolver a nossa situação’. E é o que é feito todos os anos.” (PRESIDENTE, 2014 – Grifo nosso). “Aquilo que dá” normalmente significa “aquilo que a empresa propôs”.

É possível, ainda, extrair um tom presunçoso e prepotente ante as demandas dos trabalhadores no depoimento da dirigente sindical, como quando afirma que “[...] *eles não têm muito noção* que uma inflação, se deu 6%, você não pode pedir 20%, porque pra isso você tem que justificar da onde você está tirando aqueles 20% [...]” (PRESIDENTE, 2014 – Grifo nosso).

Realmente, como afirma o Coletor B, “[...] a média de todo ano é 5%, 6% de aumento, não passa disso.” (COLETOR B, 2015). Assim também assente o Coletor C, dizendo que “[...] aumento, todo ano é 6%, nunca sai disso, então eu acho que eles tinham que ter mais atenção com a gente, procurar ver o que é melhor pra gente né.” (COLETOR C, 2015). Após o período de reajuste salarial, “[...] ela [presidente do SIEMACO] pega e some do mapa, o que aumentou, aumentou, o que ficou, ficou e depois o sindicato não quer nem saber, pra mim não serve pra nada.” (COLETOR H, 2015).

Para o Coletor D, os reajustes sempre restritos à inflação anual prevista acabam com a importância do sindicato, pois “[...] se nosso sindicato tivesse força, nós teríamos não 6,5%, 7,5% por ano de aumento, nós teríamos, 10%, 12%, 13%, e nosso sindicato nunca consegue mais do que isso, 7%, 6,5%, tanto que eu não pago sindicato, *pra mim não serve pra nada.*” (COLETOR D, 2015 – Grifo nosso).

Questionado se acha que o sindicato cumpre a função de “[...] brigar pelas coisas melhores pra gente [...]”, o Coletor E afirma que “[...] às vezes sim, às vezes não né, às vezes parece que eles vão lá brigar, mas você vê que não, *eles querem dizer que foram, mas continuou na mesma*, não teve nenhuma regalia, não conseguiu nada, entendeu, eu acho assim.” (COLETOR E, 2015 – Grifo nosso).

Os baixos salários da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP motivam o Coletor F a afirmar que “[...] o salário da coleta está bem defasado, está bem abaixo da média, a presidente, de vez em quando, vai lá fazer uma reunião e fala que vai aumentar o salário, tal, e sempre fica uma promessinha [...]”. (COLETOR F, 2015).

Já o Coletor G percebe o afinamento entre a empresa e o sindicato e constata o que deveria ser óbvio em se tratando da relação patrão x empregado, que é a mediação do sindicato em defesa dos trabalhadores, porém em “[...] muitas partes eles puxam mais pro lado da empresa do que pro nosso, e o sindicato, no meu modo de ver, ele está ali pra ajudar o funcionário. [...] só que o funcionário não vale nada, o sindicato faz do jeito que a empresa quer.” (COLETOR G, 2015).

O Coletor I, membro da diretoria do SIEMACO, descreve como é a atitude dos representantes da Prudenco nos momentos de negociação, em que a empresa diz “[...] ‘oh, a gente pode gastar isso, isso e aquilo, se eu aumentar mais, eu tenho que mandar esse pessoal embora, que já estão quase pra aposentar’, como é que faz? Aí fica com os 6% mesmo, do que mandar um pai de família que falta 1 ano pra aposentar.” (COLETOR I, 2015). O mesmo coletor, tal como seria esperado de quem compõe a diretoria do sindicato, sai em defesa do mesmo, elencando os benefícios conquistados pelo SIEMACO junto à Prudenco, especialmente relacionados aos EPIs, como tênis, uniforme, boné e protetor solar. Garante que o sindicato “[...] brigou, porque eu tenho tudo isso anotado lá, há 10 anos [...]”. (COLETOR I, 2015).

As queixas dos demais coletores, contudo, até mesmo compartilhada pelo Coletor I, giram principalmente em torno dos pífios reajustes anuais. O Coletor J, por exemplo, já está cansado de ouvir do sindicato que “a gente lutou, mas vocês sabem que nós já passamos

momentos difíceis com outros governos, que atrasou salário’, a gente não quer saber do que passou, a gente quer saber do presente, então o sindicato sempre chega com essa ladainha falando isso [...]”. (COLETOR J, 2015).

Um aspecto importante abordado pelo Coletor L é a existência de outros sindicatos representantes dos trabalhadores da Prudenco, além do SIEMACO, o dos condutores e o da construção civil. Quando os coletores reivindicam equipes completas, para não trabalharem no setor em 3 trabalhadores, “[...] o sindicato dos motoristas foi lá e falou o seguinte [...] ‘oh, se não melhorar, os motoristas vão parar’. [...] sabe o que aconteceu? Melhoraram pros motoristas, aumentaram o salário em R\$300 [...]”, aumento não extensível aos coletores. O mesmo coletor complementa, enfatizando que “Se a gente está na situação que a gente está é porque nosso sindicato está correndo junto com a Prudenco, eles sabem o que a gente está passando, sabe que a gente trabalha em 3, que o serviço é esse, e sabe o que eles fazem? Que não tem jeito, que não dá [...]”. (COLETOR L, 2015).

Ainda é possível perceber uma postura um tanto descompromissada transpirada no discurso da dirigente sindical, quando o assunto é a permanência da dedicação aos trabalhadores, mesmo “[...] quando nós colocamos um trabalhador numa empresa terceirizada [...]”, pois, a partir de então “[...] ‘a minha parte acabou aqui, daqui pra frente é você; você não pode faltar, você não pode fazer um serviço de má qualidade, você não pode ser um trabalhador indisciplinado, *você tem que se pôr no seu lugar* [...]”’. (PRESIDENTE, 2014).

Pelo que transparece nas falas dos coletores entrevistados, não é esse o lugar que merecem estar, não dessa forma, com esses benefícios e direitos, sob essas condições de trabalho, com essa desvalorização salarial e humana e, como pode ser visto nesses últimos relatos, com essa representação sindical, claramente insuficiente diante da valorização que os coletores merecem.

Alguns trabalhadores, sobretudo os com mais tempo de trabalho na coleta, mencionaram em seus depoimentos que os coletores já tentaram se mobilizar a partir de paralizações para reivindicar melhorias no trabalho à Prudenco e à PMPP, que administra indiretamente o serviço da coleta de lixo. O momento mais expressivo, nesse sentido, se deu no início da década passada, na gestão do ex-prefeito Mauro Bragato, em que os coletores se juntaram ao SIEMACO e promoveram uma manifestação em frente à PMPP para se reunir com o ex-prefeito e apresentar suas demandas. O relato do Coletor I ilustra a contento o episódio:

Nós paramos acho que foi 1 semana, 1 semana ou 4 dias parados, mas deu lixo hein, aí nós fomos na frente da prefeitura, aí a presidente do sindicato falou “se o prefeito não receber nós, nós vamos largar um caminhão de lixo aqui na frente”, aí nós subimos lá em cima, ele deu o aumento pra nós, mas nós tivemos que ir na prefeitura, ficamos a tarde toda lá, aí ele aumentou o salário, deu o ticket que a gente merecia, pagou nosso 13º, pagou o que estava tudo atrasado, aí tinha resolvido já, mas nós ficamos 5 ou 4 dias parados, mas ficou o caos mesmo hein. (COLETOR I, 2015).

O Coletor K consente o episódio, no qual também estava presente, apresentando a convicção de que, quando a coleta de lixo interrompe as atividades em Presidente Prudente/SP, as demandas são rapidamente alcançadas, tamanho incômodo provocado no espaço urbano. Assim, “[...] a coleta parou, meu filho, eles resolvem na hora, o salário nosso estava atrasado, mas a gente parou, na hora, não deu 1 semana estava tudo nas contas [...] fomos lá na porta da prefeitura, fizemos manifestação lá, não deu acho que 1 semana estava tudo resolvido.” (COLETOR K, 2015).

Essa paralisação ocorreu na época em que o pai do Coletor M trabalhava na coleta de lixo e, segundo ele, a iniciativa da paralisação se deu pelos próprios coletores, tendo adesão do sindicato apenas após o mesmo ter percebido que se tratava de algo que realmente sairia do papel, “[...] aí depois que eles vieram, viu que já estava paralisado mesmo, aí entraram pra brigar sobre os direitos, mas quem teve a iniciativa foram os coletores.”. Para ele, essa organização protagonizada pelos próprios coletores, antecipando-se e transpondo a ação do sindicato, “É o que precisa mesmo, porque só a parte do sindicato não vai não [...]” (COLETOR M, 2015). Interessante a complementação do Coletor A a respeito do episódio, dizendo que “Essa foi a época em que o sindicato mais atuou, porque diretamente o sindicato depende dos coletores, sem os coletores o sindicato não tem como atuar [...]” (COLETOR A, 2015).

A justificativa para isso apresenta o Coletor C, relatando que “[...] uma vez quis fazer greve, mas o sindicato não deixou, o sindicato é meio colado com a firma né, eles meio que jogam junto, [...] tem mais relação com a empresa do que com o funcionário.”. Dessa forma, se a intenção é obter conquistas efetivas para os trabalhadores da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP, “[...] conseguiria mais sem o sindicato do que com o sindicato. (COLETOR C, 2015). Para o Coletor G, “[...] *o sindicato tem que lutar*, independente de patrão, o sindicato tem que lutar, *nós não temos sindicato*, nosso sindicato é furado, não tem jeito.” (COLETOR G, 2015 – Grifos nossos).

Chamando a responsabilidade e a virtude de uma cidade limpa para os coletores, o Coletor D concorda com os colegas sobre a necessidade de sua organização à parte do SIEMACO, pois “Eu acho que a gente deveria olhar pra gente próprio, pra dentro da gente e falar ‘nós merecemos mais, porque se a cidade está limpa, é porque nós fizemos um trabalho bom, então nós merecemos ganhar mais’ [...]”. (COLETOR D, 2015). Compartilha dessa posição o Coletor E, dizendo que “[...] eu acho que é a gente né [...] eu acho que se os coletores mesmo se reunissem, teriam força.” (COLETOR E, 2015). Também na opinião do Coletor G, “[...] acho que se os coletores tivessem uma organização por fora, tivesse realmente uma organização por fora, eu acho que a gente conseguiria mais coisas do que pelo sindicato [...]”. (COLETOR G, 2015).

Conforme pensa o Coletor A, há outros meios para buscar conquistas trabalhistas aos coletores, porém a história do trabalho na coleta e da organização dos trabalhadores dessa categoria em Presidente Prudente demonstra que, sem a pressão dos trabalhadores, não há avanços: “Na minha opinião tem várias formas, só que a única forma que o pessoal conhece, pelo que eu sei, é na pressão, só com pressão que saem as coisas.” (COLETOR A, 2015).

Para o Coletor H, há uma certeza de que “[...] se a gente parar, acabou tudo, porque aí na hora as coisas iam mudar pra nós, mas o sindicato nosso não tem força e nós lá não somos unidos né, nessa parte, não somos unidos [...]”, e lança um questionamento: “[...] pensa bem se parar Prudente por 1 semana sem catar lixo, como é que ia ficar essa cidade? Você algum dia já pensou nisso?”. (COLETOR H, 2015).

A confiança nas transformações pelas próprias mãos, a partir de uma paralisação dos coletores autonomamente, é tão grande para o Coletor L, que ele afirma: “[...] eu vou falar pra você irmão, o dia que nós falarmos assim ‘vamos parar’, e parar, as coisas vão mudar, e eu falo pra você sem medo de errar [...]”. (COLETOR L, 2015).

Na época em que ocorrera a greve dos coletores do Rio de Janeiro em 2014, a que ganhou maior repercussão em âmbito nacional, muitos coletores entrevistados afirmaram que acompanharam o processo em Presidente Prudente/SP, incentivaram-se com a possibilidade de tomar uma atitude semelhante para conseguir melhorias em seu trabalho, porém alguns impeditivos não permitem que se consolide uma ação desse cariz, mais incisiva. Os principais pontos levantados, nesse sentido, foram o medo dos trabalhadores em perder o emprego e a desmotivação empreendida pelo sindicato aos coletores em relação a paralisações ou greves.

O Coletor B, por exemplo, aponta que tem muitos coletores com 15, 20 anos de trabalho na coleta de lixo, “[...] a profissão dele é aquilo ali, então ele está esperando

aposentar lá, então muitas vezes ele fica quieto, não bate de frente, ele não quer entrar se for fazer uma greve ou coisa igual, porque ele tem medo de perder o serviço dele [...]”. (COLETOR B, 2015).

A animação com a greve ocorrida no Rio é comentada com humor pelo Coletor C, que diz “Então, eu doido pra entrar de greve [risos] [...] Ah, conversava...rapaz, todo ano a gente fala em greve, mas o sindicato não deixa a gente entrar em greve de jeito nenhum [...]”. (COLETOR C, 2015). Baseado no artigo 9º da Constituição Federal, o procurador do MPT explica que “A greve impõe a paralisação coletiva do trabalho e, em tese, não podem haver represálias ou descontos salariais.”, contudo, especificamente no caso da coleta de lixo, “Em vista de tratar-se de atividade essencial, o Judiciário Trabalhista tende a ser bastante conservador e até mesmo repressivo com as greves neste setor.”, elementos que provavelmente balizam a postura resignada e desmotivadora do sindicato em relação a paralisações dos coletores.

Buscando animação para construir uma greve em Presidente Prudente/SP, o Coletor E aponta a coragem dos coletores do Rio para promoverem um movimento daquele porte, “[...] a gente estava falando assim ‘aí, oh, isso que é greve de verdade’, que tinha lixo pra tudo que era lado lá, aí a gente estava lá conversando em *off*, ‘isso aí que é greve de verdade né, os caras não têm medo, tem que parar, vamos parar, vamos parar né’ [...]”. (COLETOR E, 2015).

A defasagem do salário é associada às conversas tidas entre os trabalhadores sobre a greve do Rio, sendo que “Direto a gente fala, sempre a gente conversa, sempre a gente está conversando disso, até porque nosso salário, pelo serviço que a gente faz [...] é uma mixaria cara.” (COLETOR G, 2015).

Impressionado e orgulhoso dos companheiros de profissão no Rio de Janeiro, o Coletor H reconhece que “[...] pra mim aqueles caras lá foram uns heróis, porque fazer o que eles fizeram lá e o lixo jogado, você via cada montanha de lixo que era coisa inexplicável né, não estava nem aí com negócio de copa do mundo, não queria nem saber, a coisa ficou feia mesmo hein.”. Contudo, pelo medo da maioria de perder o emprego, consequentemente contentando-se com quaisquer condições, “A gente se animou, mas o que adiantou só se animar? É isso que eu falei agora pra você, já pensou Prudente se nós pararmos do jeito que parou lá, a coisa ia ficar feia rapaz...deu uma animada mesmo, mas só que só animamos mesmo, mas não praticamos.” (COLETOR H, 2015).

Já o Coletor J pensa que haveria de ter uma paralisação geral dos coletores, em âmbito nacional, para que a situação melhorasse:

Isso, pararam. Se todos fizessem aqui, geral, podia ser o estado de São Paulo, Rio, tudo, em geral, a coleta, a limpeza geral paralisasse, geral, aí ia chamar a atenção da presidente, não ia chamar a atenção só do governador, ou de prefeito, ou de vereador, ia chamar atenção da presidente, que ia lutar mais por nosso direito, então se paralisar tem que ser geral, Brasil, paralisação geral, que seja o estado de São Paulo geral, que seja o estado do Rio de Janeiro em geral, igual o Rio de Janeiro parou, então o dia que parar em São Paulo, para tudo, porque aí eles vão visar que ninguém está satisfeito, *é um serviço que nunca vai acabar, eu me acabo lá, mas o serviço não acaba.* (COLETOR J, 2015 – Grifo nosso).

O ânimo dos coletores prudentinos, adquirido pela greve dos garis do Rio, descrito pelo Coletor L, é um ânimo passageiro: “‘vamos parar, os caras [garis de Rio e São Paulo] pararam, vamos que vamos’, chega no outro dia ‘ah, parar não, meu, vamos ver até onde vai, vai melhorar’, entendeu, é assim...aquele ânimo mentiroso, você se anima pra desanimar de novo [...]”. (COLETOR L, 2015).

Em suma, o balanço que fica das falas da presidente do SIEMACO, confrontadas com a maioria dos coletores expondo sobre os mesmos assuntos, somadas às condições degradantes de trabalho que acometem os coletores e as recentes experiências de levantes dos trabalhadores na coleta de lixo em várias partes do país (Figura 16), das quais ganhou destaque a paralisação no Rio de Janeiro, é de que o poder mobilizador e contestatório dos trabalhadores não se limita ao âmbito do chão da fábrica.

Figura 16 - Mobilizações dos coletores em Curitiba em 2015



Fonte: Facebook de um coletor da Prudenco. Org.: João Vitor Ramos da Silva

O chão das cidades, o submundo escondido por detrás das lixeiras da população, após o final do “espetáculo” de produção e consumo de mercadorias, trazem sujeitos sociais capazes de oferecer resistência e sentimento transformador de sua realidade precária, tomando as ruas, degradando o espaço urbano apenas deixando de realizar seu trabalho improdutivo, mas que incomoda nesses casos.

Retomando a discussão levantada no primeiro capítulo, a respeito da centralidade do trabalho e a sua compatibilidade com inserções laborais existentes por fora do mundo fabril e do operariado, identifica-se no contexto prudentino um nó difícil de ser desatado.

Por um lado, constata-se a presença de um sindicato que assume a representação política dos coletores, mas uma representação insatisfatória na ótica dos próprios trabalhadores, restrita a conquistas pontuais e básicas (como acesso a EPIs), assistência social e alinhada com as proposições da Prudenco. Portanto uma representação oficial e jurídica, mas difícil de se caracterizar como política, no sentido mais classista do termo.

Por outro lado, um ambiente prenhe de energia mobilizadora, com os coletores entrevistados quase unanimemente afinados com a ideia de promover paralisações e/ou atos que lograssem, de fato, melhorias em suas condições de trabalho, maior valorização,

aumentos salariais que suprissem a defasagem dos valores atuais, maiores garantias quanto aos adicionais etc.

Na constatação de ineficácia do SIEMACO na conquista dessas pautas, tampouco na luta pelas mesmas, permanecendo atado às proposições da empresa, os coletores admitem a necessidade de uma organização político-trabalhista transformadora dessa instância representativa oficial, alguns falando em criar um novo sindicato, outros em fortalecer a participação dos coletores por dentro do mesmo, outros ainda certos de que somente ações diretas (greves, paralisações) atenderiam a contento suas demandas.

De qualquer forma, como pode ser apreendido nas falas dos trabalhadores, a paralisação da coleta de lixo em Presidente Prudente/SP produziria efeitos indesejáveis para o bom andamento da dinâmica urbana (comercial, política, habitacional), o que dá centralidade ao trabalho na coleta do ponto de vista econômico e social. Politicamente falando, acreditamos que a ruptura com as clivagens internas à classe trabalhadora, que promova maior contato entre diferentes categorias de trabalhadores, é um processo vagaroso, que não se constrói da noite para o dia. Dessa forma, quando vemos um coletor postar em sua conta nas redes sociais fotos da mobilização de coletores de outras cidades em tom de elogio, vislumbrando a construção de uma organização também em seu município, pensamos ser um passo nessa direção.

A coesão de classe que começa no local de trabalho, nesse caso com os coletores da Prudente, passando para os coletores de outras cidades da região, outros estados e do país, já se apresenta como um imenso desafio, haja vista o reconhecimento dos coletores entrevistados de que há muito medo envolvido e pouca união, mesmo entre os coletores da mesma empresa. Nem os coletores, nem a sindicalista mencionaram ações mobilizadoras do SIEMACO com os coletores do Pontal do Paranapanema, e as informações contidas no site do sindicato fazem menção de apenas outras categorias quando o recorte extrapola Presidente Prudente/SP.

Entretanto, as experiências dos garis do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba demonstram que os coletores de lixo têm potencial para povoar o cenário político da classe trabalhadora no Brasil, promovendo, da sua forma, enfrentamentos à condição estrutural de precariedade laboral, vivenciada por tantas outras categorias profissionais.

Existem vozes por trás das lixeiras e existe uma força que brota do lixo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final dessa missão, de descortinar um mundo do trabalho oculto, escondido atrás das lixeiras, de dar voz aos sujeitos sociais que protagonizam uma vida de sofrimento e alegria, degradação e amizade, humilhação e respeito, sujeitos portadores de uma história de vida e de trabalho, portadores de experiências riquíssimas vividas em sua atividade laboral, portadores de corpo, alma e sangue correndo nas veias, pensamos que o saldo que fica é positivo.

As rotinas de trabalho dos coletores são muito estafantes, exigindo dos mesmos força, destreza, atenção, cuidados, agilidade, resistência, equilíbrio emocional etc. Assim, esses trabalhadores, não raras vezes, são expostos a toda sorte de riscos à sua saúde, como cortes com cacos de vidro mau acondicionados pelos moradores, acidentes com seringas, contaminação/inalação de substâncias nocivas, mordidas de animais, sem contar a exposição contínua às intempéries climáticas (sol intenso, chuva, frio).

Além desses aspectos, os coletores convivem cotidianamente com atos de humilhação e ofensas por parte de alguns moradores, seja agindo com desprezo e indiferença, deflagrando uma realidade de invisibilidade social desses sujeitos sociais, seja com posturas mais agressivas, como tapar o nariz quando os coletores passam, reclamar do mau odor, tirar satisfação com a sujeira produzida pelo lixo, agressões verbais etc. A esse respeito é emblemático o relato do Coletor I de sua experiência de trabalho em um condomínio de alto padrão da cidade, como pudemos expor anteriormente.

Os trabalhadores da coleta passam a ser vistos como escória da sociedade, que não se esforçaram o suficiente e agora são “lixeiros” (visão meritocrática), que trazem maus odores às residências, que são associados à delinquência etc. São vistos, mas não enxergados em sua plenitude humana, como sujeitos sociais portadores de uma identidade de trabalhador, mas também de indivíduo, de membro da sociedade, e sim como “lixo social”, ou seja, os trabalhadores do lixo muitas vezes se confundem com o próprio lixo que recolhem – estado de reificação que contribui para o desenvolvimento de agravos psicossomáticos.

Alguns setores são considerados pelos trabalhadores como mais pesados que outros, a depender do tipo de lixo e da distância a ser percorrida. É sabido que, além da vivência de um território normado pelos trabalhadores na escolha de seus trechos de trabalho, a depender do comportamento e rendimento de um trabalhador em seu trecho atual, ele pode ser realocado para outro mais pesado como medida disciplinar por parte da empresa, para

servir de exemplo aos demais trabalhadores de que, caso desviem-se da racionalidade da empresa, podem ser punidos com um trabalho mais desgastante.

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nem sempre dão conta de proteger integralmente os trabalhadores aos riscos a que estão expostos diariamente, como cortes com pedaços de vidro, acidentes com seringas, contato com líquidos perigosos, sem contar que a própria composição do uniforme traz alguns desconfortos, como assadura na pele provocada pelo material refletivo da camisa. Em suma, os EPIs protegem de determinadas vulnerabilidades (como exposição ao sol), mas não de outras, como cortes nas pernas acima dos joelhos e nos braços acima das mãos.

É possível afirmar que se trata de sujeitos sociais que vivem de sua força de trabalho, correndo muitos quilômetros diariamente sob sol, chuva ou quaisquer condições meteorológicas, expostos a toda sorte de riscos relacionados ao tipo de material que manipulam, à intensidade do trabalho, às humilhações sofridas por parte da comunidade. Em contrapartida, os EPIs, apesar de garantirem minimamente uma proteção aos trabalhadores, deixam brechas ou são desconfortáveis. Em suma, um trabalho extremamente desgastante, que exige dos trabalhadores muita resistência física, força, concentração e atenção nos seus trechos de trabalho, o que, não raras vezes, repercute negativamente à sua saúde na forma de dores musculares, micoses, fadiga, inflamações, acidentes etc.

Se o trabalho na coleta de lixo possui elementos que o tornam intrinsecamente degradante, é fato que a racionalidade empresarial de quem é responsável por planejar e gerir tal atividade – e aqui se inclui o planejamento espacial da coleta de lixo – também contribui para o arrefecimento do estado ótimo de saúde dos trabalhadores.

Em outras palavras, a degradação do trabalho na coleta de lixo domiciliar, para além das características intrinsecamente estafantes da atividade, perpassa também pela expressão geográfica do trabalho, materializada na relação dialética entre a vivência de um território normado/verticalidades e um território usado/horizontalidades. Isso porque ocupam um estrato da sociedade historicamente discriminado e sem voz diante da sociedade, mesmo porque sua condição de empregados públicos os coloca na posição de sofrer advertências dos encarregados em caso de discussão e posteriores reclamações dos moradores com a empresa, conforme alguns relatos apontaram.

Analisar os atos de rispidez e/ou indiferença por parte de alguns moradores para com os coletores de lixo simplesmente pela sua expressão fenomênica ou, geograficamente falando, pela sua configuração paisagística, pode ocultar os aspectos implícitos a essa relação

de poder. Nesse sentido, o tecido social esgarçado, as desigualdades socioeconômicas inerentes às sociedades capitalistas – e ao metabolismo do capital, em última instância (MÉSZÁROS, 2007; 2009) –, a posição social, política e cultural ocupada pelos coletores de lixo no bojo da cidade (periferia pobre), sua inclusão marginal ao sistema produtor (e consumidor) de mercadorias, os locais em que praticam lazer e as formas como o tempo dentro do trabalho “engole” o tempo fora do trabalho, todos esses aspectos poderiam passar despercebidos.

Por isso, consideramos insuficiente a apreensão fenomenológica da invisibilidade social (TOMÁS, 2008). Apoiados em uma visão materialista e dialética da realidade, as relações de exploração e subordinação do trabalho ao capital, como também os signos e estigmas imputados a determinados setores da sociedade (mesmo no interior de uma mesma classe, como os coletores de lixo em relação à classe trabalhadora), são expressões de um processo histórico concreto, produtor de sujeitos e classes sociais situados social, política, econômica e culturalmente. Portanto, pensamos não se tratar meramente da relação imediata de apreensão do fenômeno pela consciência, ou tão somente da construção do significado da invisibilidade social pelo sujeito que observa, mas uma realidade concreta, historicamente construída pela humanidade, que produziu sociedades divididas em classes sociais (possuidores de meios de produção ou apenas força de trabalho) e, no seio dessas classes, estratificações quanto a outros critérios, como o maior ou menor refinamento da atividade que exerce, em outras palavras, seu papel na divisão social e sexual do trabalho.

Pensando dessa forma, é possível entender que os coletores de lixo domiciliar são discriminados, tratados com indiferença, hostilizados ou simplesmente invisibilizados, pois carregam consigo a marca desse processo histórico. São sujeitos sociais portadores de uma história de vida delicada, marcada por intensa pobreza, marginalizados do circuito de consumo e que, ironicamente, acabaram achando seu “lugar ao sol por detrás das cortinas do espetáculo capitalista de produção exacerbada de mercadorias”, isto é, no tempo e no espaço localizados após o último passo do consumo, o descarte, um mundo, desde então, invisível, além das lixeiras.

Possuir voz no processo de planejamento e organização espacial dos setores da coleta de lixo (função que fica inteiramente a cargo da empresa Prudenco), poderia propiciar aos trabalhadores uma distribuição que fosse mais adequada, tanto do ponto de vista do equilíbrio no dispêndio de esforços, como também dos tipos de relação travadas com os moradores (mesclando bairros de lixos mais pesados com bairros de lixos mais leves, bairros

com maior número de conflitos com bairros com mais relações afetivas). Combater a vigência do território normado imposto pela empresa aos coletores com as horizontalidades genuinamente construídas pelos mesmos no cotidiano laboral é o desafio que se põe para tanto, no intuito de reconfigurar a forma como os trabalhadores se espacializam e territorializam pela cidade de Presidente Prudente/SP, pautada em maior autonomia de sua parte.

Obviamente a problemática da invisibilidade social e da visibilidade pejorativa vivenciada pelos coletores não se esgota aqui, haja vista se tratar de um problema estrutural e ideológico. A complementaridade entre invisibilidade (enquanto sujeitos sociais plenos) e visibilidade (pejorativa, utilitarista, como ferramentas que desempenham uma função incômoda, porém útil) estrutura-se, como dito anteriormente, em toda uma história de desenvolvimento e estratificação das classes sociais, processo econômico, político, mas também ideológico. De tal modo que a ideologia de superioridade e meritocracia oriunda da burguesia, ao longo do tempo se disseminou também para estratos da classe trabalhadora, em especial a dita classe média, estratos esses que compõem a grande maioria da população com a qual os coletores de lixo se relacionam em seu cotidiano laboral.

Se, estruturalmente, a classe trabalhadora sofre com os desmandos do sistema do capital, de forma muito mais aguçada o sente os estratos e categorias menos qualificados da classe, como os trabalhadores da coleta. Os coletores dos setores mais elitizados têm acesso a tais bairros, porém a partir de uma falsa mobilidade, em cima de um caminhão, devendo ser ágeis no cumprimento de seu trabalho e sem voz para decidir em quais setores gostariam de trabalhar.

Cumpridores da lógica e da logística da empresa, os trabalhadores vivenciam um estado de alienação territorial; todavia, nos conflitos recorrentes com os moradores desses bairros, ao se posicionarem minimamente diante de uma dada situação, ou, por outro lado, nas relações de afetividade construídas com os moradores, afirmam-se enquanto sujeitos sociais portadores de autonomia (ao menos no plano da interiorização de seu trabalho): desse ponto de vista são protagonistas da dinâmica geográfica da coleta de lixo no espaço urbano, especialmente nos limites de seus setores de trabalho.

Assim, conclui-se que a dimensão territorial do trabalho com a coleta de lixo domiciliar urbano em Presidente Prudente/SP possui papel fundamental na satisfação ou insatisfação dos trabalhadores no desempenho de sua função, podendo – a depender do trecho em questão – ter sua autoestima afetada, desenvolver problemas psíquicos, comprometendo,

assim, sua saúde e integridade. Compensam sua alienação no processo pré-coleta e no âmbito das relações de mando e hierarquia com a empresa, com o desenrolar do próprio trabalho, do domínio da execução da atividade laboral, da organização da equipe entre quem amontoa e quem recolhe os montes, as brincadeiras, gritarias, amizades, são as expressões de autonomia que tornam o trabalho dos coletores de lixo em Presidente Prudente/SP mais suportável.

As insatisfações com as condições de trabalho apareceram aos montes nos depoimentos dos trabalhadores, assim como o descontentamento com a postura e ações do SIEMACO diante das demandas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, as vozes de lamentação também se materializam como vozes de esperança e de levante, buscando fazerem-se ouvir perante toda a sociedade, buscando serem vistos como sujeitos sociais, seres humano-genéricos, para além do lixo.

Há um cenário alarmante de consumismo e geração vultosa de resíduos sólidos, cada vez em maior escala, processos decorrentes da lógica da produção destrutiva do capital, cerne do metabolismo social desse sistema (MÉSZÁROS, 1989; 2003; 2007; 2011; ANTUNES, 2000; GONÇALVES, 2006; AMAECING; FERREIRA, 2008; OLIVEIRA; ZANDONADI; CASTRO, 2013).

Embora essa problemática suscite instantaneamente questões ambientais e de consumo, na esfera do poder aquisitivo da população, do desperdício etc., é possível e necessário trazer à tona também a questão da centralidade do trabalho para essa discussão. Isto é, não obstante as pesquisas sobre o mundo do trabalho e sobre problemas ambientais normalmente sejam conduzidas separadamente, pensamos ser frutíferas as tentativas de aproximação entre o agigantamento do volume de resíduos produzidos pelo sistema do capital, em busca de lucro e reprodução ampliada, e as frações da classe trabalhadora que se inserem nesse contexto, uma aproximação entre “o verde e o vermelho” (RIGOTO, 2003), a exemplo dos trabalhadores da limpeza urbana das cidades, mais especificamente dos coletores de lixo domiciliar. (SANTOS; SILVA, 2009).

Interessante, ao adentrar na questão da centralidade do trabalho na coleta de lixo, identificar nos trabalhadores entrevistados a ciência de sua centralidade para a empresa responsável pela coleta em Presidente Prudente/SP (Prudenco), bem como para o próprio bem-estar da cidade. Ainda mais quando acompanham as paralisações, mobilizações e conquistas dos coletores de outras cidades. O apego ao emprego e o medo de sofrerem punições acaba gerando estagnação no que tange a ações contestatórias dos coletores em

Presidente Prudente/SP, mas os germes de insatisfação e insubordinação são percebidos nos depoimentos dos mesmos.

Dessa forma, não é demais recuperar a problematização que buscamos realizar, especialmente no Capítulo 1, sobre a exclusividade do potencial emancipatório estabelecido no operariado. Haja vista a crescente participação do setor terciário da economia dos países (inclusive do Brasil), os contornos do metabolismo do capital e da alienação e exploração do trabalho impressos nos trabalhadores desse setor não podem ser ignorados (ANTUNES; ALVES, 2004; ALVES, 2013). Recuperando um trecho citado anteriormente, nas vertentes teóricas mais arraigadas, “[...] o trabalhador é vinculado diretamente ao seu posto de trabalho, assim, suas qualificações técnicas informam as possibilidades de sua prática e consciência políticas *como se não existissem práticas políticas para além da indústria [...]*” (AMORIM, 2012, p. 113-4 – Grifo nosso). Há mais por detrás das cercas, muros e lixeiras teóricas engessadas (THOMAZ JUNIOR, 2002; 2009; 2011; 2012).

A riqueza que nos apresenta os coletores de lixo quanto ao seu povoamento nas mobilizações Brasil afora, nas paralisações, no desejo por se sentirem mais valorizados, no anseio por melhores condições de trabalho e vida, é uma riqueza também geográfica. A sua presença no espaço urbano muitas vezes só é sentida quando da não realização de seu trabalho e do conseqüente acúmulo de lixo e desequilíbrio paisagístico (SANTOS, 2001). Todavia, a partir de nossa investigação, o que os coletores nos mostraram é que existe uma dinâmica territorial por eles protagonizada no espaço urbano de Presidente Prudente/SP, ao longo dos seus setores de trabalho. Se, por um lado, devem lidar com o “território normado” (SANTOS, 2005 [1994]; SOUZA, 1999) do trabalho prescrito pela empresa (setores de trabalho, mudanças de setor, punições, forma de coletar), por outro constroem sua autonomia no cotidiano laboral, nos conflitos e afetividade com os demais coletores, com os motoristas e com os moradores, nas decisões que estabelecem no interior da equipe, como as adequações na forma de coletar o lixo, as estratégias que desenvolvem nesse sentido para acabarem o serviço mais cedo etc.

Não possuir voz na decisão dos setores em que se inserem para trabalhar, baixos salários e incertezas quanto aos adicionais, todos os riscos à sua saúde física (cortes, mordidas, doenças, insolação, gripes, atropelamentos etc.), invisibilidade social/visibilidade pejorativa que contribui para problemas psicossomáticos. Todos esses problemas, presentes no dia a dia do trabalho na coleta de lixo, são amenizados pela sensação de controle do próprio setor, de liberdade para correr pelas ruas e se relacionar com as pessoas, de verem e

serem vistos. Uma territorialidade interiorizada pelos coletores como autônoma, genuína, sob seu controle e não da empresa, apresenta-se como remédio paliativo das mazelas de sua atividade laboral. Pensamos ser esse o ponto de equilíbrio entre as categorias Saúde do Trabalhador, Invisibilidade Social e Territorialidade. Uma geografia do trabalho que emana da voz dos coletores e que merece ser ouvida!

Uma tarefa que enseja outras oportunidades de investigação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João. Da dominação simbólico-ideológica (directa) da classe à dominação simbólico-ideológica (indirecta) de classe. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L.; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: Canal6, 2012. pp. 65-104.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de Sociologia do Trabalho**. Bauru: Canal 6/Praxis, 2013. 259 p.

_____. Terceirização e Acumulação Flexível do Capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 31, Araraquara, 2011. p. 409-420. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4513/3960>>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

_____. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: Giovanni Alves, André Vizzaccaro-Amaral e Daniel Mota (Orgs.). **Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr, 2011.

_____. Trabalho e Capitalismo. In: _____. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Bauru: Práxis, 2007. pp. 31-54.

_____. Reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90. In: _____. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. pp. 179-99.

AMAECING, Maicyla Azzi Paes; FERREIRA, Osmar Mendes. Serviços de Coleta do Lixo Urbano na Região Central de Goiânia: Estudo de Caso. **Produção Acadêmica (TCC) do Curso de Engenharia Ambiental – PUC-Goiás**. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/Continua/SERVI%20OS%20DE%20COLETA%20DO%20LIXO%20URBANO%20NA%20REGI%C3%83O%20CENTRAL%20DE%20GOI%C3%82NIA%20-%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf>>. Acesso em: 20 de Dez. de 2014.

AMORIM, Andressa Silva de. Terceirização e desidentidade sindical: uma (ou mais uma?) estratégia ideológica do capital. **Revista Estudos do Trabalho**, v. 1, n. 2, Marília, 2008. p. 1-16. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs_rret2/Artigo8_2.pdf>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

AMORIM, Henrique. O tempo de trabalho: uma chave analítica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, dez. 2013. pp. 503-518.

_____. Trabalho, classes sociais e luta política. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L.; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: Canal6, 2012. pp. 105-117.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, Campinas, mai/ago. 2004. pp. 335-351.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **La Ciudadanía Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: Clacso, 2000. pp. 35-48.

_____. As metamorfoses do mundo do trabalho. In: **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1995. pp. 39-56.

BENTO, Jéssica Jakubiak. **Coleta de Lixo – Cidade no Sul do Brasil**: visão dos trabalhadores. Monografia (Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho). Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1347/1/CT_CEEEST_XXIV_2013_18.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014. 61 p.

BRAGA, André Luis; OLIVEIRA, Paulo César Borges de; PAPOTI, Marcelo; MENDES, Olga de Castro. Aptidão Física em Coletores de Lixo da Cidade de Bauru/SP. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 8, n. 4, 2009. Disponível em: <<https://www.fontouraeditora.com.br/periodico/vol-8/Vol8n4-2009/Vol8n4-2009-pag-37a44/Vol8n4-2009-pag-37a44.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 37-44.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2013**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normativa Regulamentadora 15 (NR-15)**: atividades e operações insalubres. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério Público do Trabalho. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**. Repactuação de obrigações trabalhistas previamente assumidas e assunção de novas. Inquérito Civil nº 000190.2008.15.005/1-61. MPT/PRT 15ª Região – Presidente Prudente e Prudenco - Companhia Prudentina de Desenvolvimento. Relator: Cristiano Lourenço Rodrigues. 21 de setembro de 2009.

_____. Ministério Público do Trabalho. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**. Adequações do aterro de resíduos – IQR do município de Presidente Prudente. Procedimento preparatório nº 009034/00-31. MPT/PRT 15ª Região – Bauru e Aterro de Resíduos – IQR do Município de Presidente Prudente. Relator: Ariston Caetano. 06 de abril de 2006.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Casa Civil. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Brasília, DF, 1943.

BRASILEIRO, Luzenira Alves; LACERDA, Márcio Gonçalves. Análise do Uso de SIG no Roteamento dos Veículos de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 13, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v13n4/a02v13n4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 356-360.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, 2008. pp. 205-21.

_____. O trabalho produtivo na teoria marxista. **Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels**. Campinas, 2007. s. p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123p.

CELEGUIM, Cristiane Regina Jorge; ROESLER, Heloísa Maria Kiehl Noronha. A Invisibilidade Social no Âmbito do Trabalho. **Interação – Revista Científica da Universidade das Américas**, ano III, n. 1, 1º semestre/2009.

CHIAROTTINO, Alessandro. Empregado Público não tem estabilidade. **Boletim de Notícias ConJur**. São Paulo: Consultor Jurídico, 2011. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-07/empregado-publico-contratado-concurso-nao-estabilidade>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

CITTADINO, Gisele. Igualdade e “invisibilidade”. **Boletim Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES)**, abril/2007, pp. 1-6. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cedes/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

COLETOR A. **Entrevista**. [fev. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (138 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR B. **Entrevista**. [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (69 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR C. **Entrevista**. [fev. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (62 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR D. **Entrevista**. [fev. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (72 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR E. **Entrevista**. [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (46 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR F. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (60 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR G. **Entrevista.** [fev. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (79 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR H. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (73 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR I. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (146 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR J. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (101 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR K. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (87 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR L. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (190 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COLETOR M. **Entrevista.** [jan. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo .amr (67 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis.** Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **A terceirização é uma forma selvagem de precarização.** Porto Alegre/RS, Site do TRT4, 4 nov. 2013. Entrevista ao site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/juiz-do-trabalho-a-terceirizacao-e-uma-forma-selvagem-de-precarizacao.html>>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

DAL ROSSO, Sadi. Jornada, intensidade e produtividade do labor. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L.; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global.** Bauru: Canal6, 2012. pp. 119-130.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 197-215.

FERRAZ, Anita Pereira; GARCIA, July Carlos; SILVA, Tatiana Freire da. A centralidade da categoria trabalho no contexto da precarização das relações de trabalho: perspectivas para o Serviço Social. In: LOURENÇO, E. A. S. *et al.* **Trabalho, Saúde e Serviço Social**. Franca: Editora CRV, 2010. pp. 369-379.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luiz Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 17, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n3/4651.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 689-696

FERREIRA, João Alberto. Lixo domiciliar e hospitalar: semelhanças e diferenças. **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/brasil20/iii-062.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 1903-1909.

FREMAP Mutua de Accidentes de Trabajo. **Manual de seguridad en empresas de limpieza viaria y recogida de residuos sólidos urbanos**. Galiza: s. d. 88 p.

FUNDACENTRO. **Ambiguidade na relação de trabalho dos coletores de lixo**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2013/11/ambiguidade-na-relacao-de-trabalho-dos-coletores-de-lixo>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Coletor de lixo: quem é esse?** Programa Trabalhadores de Rua – Estudo e Intervenção. Projeto cartilha coletores de Lixo nas Escolas da Rede Pública da Cidade de São Paulo. Tereza Luiza Ferreira dos Santos (Coord.). São Paulo: FUNDACENTRO, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2013/3/coletor-de-lixo-quem-e-esse>>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Lixeiro, não. Coletor de lixo!** Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2007/7/lixeiro-nao-coletor-de-lixo>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

GACHET, Samuel. Entrevista: Samuel Gachet [24 de junho de 2007]. **Blog Discutir Educação**. Entrevista concedida à Mateus de Lucca Constantino e Vivian Fernanda Garcia da Costa. Disponível em: <<http://discutireducacao.blogspot.com.br/2007/06/entrevista-samuel-gachet.html>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

GODOI, Rodolfo. Mulheres garis e a socialização do trabalho invisível. **IV Seminário Trabalho e Gênero: protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas**. Universidade Federal de Goiás, 2012. Disponível em: <https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/Mulheres_garis_e_a_socializa%C3%A7%C3%A3o_do_trabalho_invis%C3%ADvel..pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014. s.p.

GOMEZ, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, pp. 797-807. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a02v10n4.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O trabalho no lixo**. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006. 301p.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 95-120.

HECK, Fernando Mendonça. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2013.

IKUTA, Fernanda Keiko. **A questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/FernandaDissertacao/ikutadissertacao.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

ILÁRIO, Enidio. Estudo de morbidade em coletores de lixo de um grande centro urbano. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 17, n. 66, 1989. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/rbso/Artigos%2066/V17%20n66-02.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 7-13.

KUIJER, P. P. F. M.; FRINGS-DRESEN, M. H. W. **Occupational & Environmental Medicine**, v. 61, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://oem.bmj.com/content/61/3/282.full.pdf+html>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 282-286.

LAIBMAN, David. Trabalho improdutivo: crítica de um conceito. **Ensaio FEE**, v. 4, n. 2, 1984. pp. 3-23.

LAZZARI, Michelly Angelina; REIS, Cássia Barbosa. Os coletores de lixo urbano no município de Dourados (MS) e sua percepção sobre os riscos biológicos em seu processo de trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n8/a11v16n8.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 3437-3442.

_____. Os coletores de lixo urbano e seu discurso sobre o uso de equipamentos de proteção individual. **Interbio**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_anteriores/vol2_num1/arquivos/artigo10.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014. pp. 51-52.

LESSA, Sérgio. Trabalho produtivo e improdutivo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. s. p.

_____. “Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária. **Lutas Sociais**, n. 13/14, 2005. pp. 106-21.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, São Paulo, 2010. p. 17-26.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. Invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho: desafios para a reabilitação profissional. In: LOURENÇO, E. A. de S. *et al* (Orgs.). **Trabalho, Saúde e Serviço Social: textos apresentados no VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca e V Seminário O Trabalho em Debate**. Curitiba: CRV, 2010.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. A invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho. In: _____. **Na trilha da saúde do trabalhador: a referência de Franca**. Franca: Unesp, 2009.

LUKÁCS, György. Introdução. In: _____. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2012. pp. 25-43.

_____. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 1968.

MABUCHI, A. S.; OLIVEIRA, D. F.; LIMA, M. P.; CONCEIÇÃO, M. B.; FERNANDES, H. Uso de bebidas alcoólicas por trabalhadores do serviço de coleta de lixo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 3, 2007. pp. 446-452. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2453/2821>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MARANGONI, Silvia Cristiane; TASCIN, João Carlos; PORTO, Luiz Gonzaga Campos. Causas de acidentes com coletores de lixo relacionados à falta de conceitos ergonômicos. **Anais do XIII Simpósio de Engenharia de Produção**, 2006. pp. 1-6. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1138.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011. 1285 p.

_____. **O Capital: livro I, Capítulo VI (Inédito)**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. 151 p.

MENEGAT, Marildo. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 351 p.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. **II Encontro de São Lázaro**. Mesa de abertura. UFBA, 2011.

_____. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. In: _____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 185-94.

_____. Capital: a contradição viva. In: _____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003. pp. 17-31.

MIRANDA, Carlos Roberto. Ataque ao mundo do trabalho: terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador. Disponível em: <www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc>. Acesso em: 04 de abr. 2014.

MORAES, Paulo Ricardo Silva de. Terceirização e precarização do trabalho humano. **Revista do TST**, v. 74, n. 4, Brasília, 2008. p. 148-168. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/1295387/1312874/8.+Terceiriza%C3%A7%C3%A3o+e+precariza%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+humano>>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

_____. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

NAVARRO, Vera Lúcia. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, 2003. pp. 32-41.

NUNES, A. L. B. P.; CUNHA, A. M. O.; MARÇAL JÚNIOR, O. Coletores de lixo e enteroparasitoses: o papel das representações sociais em suas atitudes preventivas. **Revista Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, 2006. pp. 25-38. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1516-73132006000100004&pid=S1516-73132006000100004&pdf_path=ciedu/v12n1/03.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

OLIVEIRA, A. P. S.; ZANDONADI, F. B.; CASTRO, J. M. Avaliação dos riscos ocupacionais entre trabalhadores da coleta de resíduos sólidos domiciliares da cidade de Sinop – MT – um estudo de caso. **Site Segurança no Trabalho**. Disponível em: <<http://xn--segurananotrabalho-evb.eng.br/artigos/ressol.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PEDROSA, F. P.; GOMES, A. A.; MAFRA, A. S.; ALBUQUERQUE, E. Z. R.; PELENTIR, M. G. S. A. Segurança do trabalho dos profissionais da coleta de lixo na cidade de Boa Vista-RR. **Anais do XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**. São Carlos, 2010. pp. 1-12. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tn_sto_127_819_14884.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

PERPETUA, Guilherme Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio. A relevância do conceito de território na análise da relação capital/trabalho e de seus desdobramentos para a saúde dos trabalhadores. **Anais do IX Seminário do Trabalho "Trabalho, Educação e Neodesenvolvimentismo"**. Marília: Rede de Estudos do Trabalho (RET), 2014.

PINHEIRO, Miguel Dias. Regime jurídico em Luzilândia: diferença entre empregado público e servidor público. **Jornal de Luzilândia**. Legislação. 06/04/2013. Disponível em: <<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=23355>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

PINHO, Lisandra Matos de; NEVES, Eduardo Borba. Acidentes de Trabalho em Uma Empresa de Coleta de Lixo Urbano. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_2/artigos/CSCv18n2_243-251.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

PONTE, Júlio Ramon Teles da. Terceirização - uma abordagem crítica. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 2007. p. 1-22. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1433&Itemid=171>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

PORTO, Juliana. **Invisibilidade social e a cultura do consumo**. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/22690463/1461072098/name/Invisibilidade_social_e_a_cultura_do_consumo_-_Juliana_Porto.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. de 2014.

PRESIDENTE do SIEMACO. **Entrevista**. [fev. 2014]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2014. 1 arquivo .amr (100 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e de posse do autor do trabalho.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Presidente Prudente - São Paulo**. Presidente Prudente, 2012.

QUADROS, Teresinha. A morte do trabalhador como sujeito histórico e a construção de novas subjetividades. **Revista Pré-Textos para Discussão**, Ano IV, v. 4, n. 6, jan/jun. 1999.

ROBAZZI, M. L. C. C.; MORYA, T. M.; FÁVERO, M.; PINTO, P. H. D. Algumas considerações sobre o trabalho dos coletores de lixo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 20, n. 76, pp. 34-41. São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/rbso/Artigos%2076/V20%20n76-07.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; BECHELLI, Maria Helena Machado. Coletores de lixo: estudo de afastamentos do serviço por problemas de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 13, n. 50, pp. 68-74. São Paulo, 1985. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/rbso/Artigos%2050/V13%20n50-11.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RODRIGUES, Cristiano Lourenço. **Entrevista**. [jun. 2015]. Entrevistador: João Vitor Ramos da Silva. Presidente Prudente, 2015. 1 arquivo em formato digital .doc. A entrevista na íntegra encontra-se de posse do autor do trabalho.

RODRIGUES, A.; PILATTI, L. A.; XAVIER, A. A. P.; KOVALESKI, J. L. Ergonomia aplicada a coletores de lixo domiciliar. **Anais do XI Simpósio de Engenharia de Produção (SIMPEP)**, 2004. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=11>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SALVADOR, Daniel; DAHER NETO, Pedro El; FERRARI, Fernando Pierrette. Aplicação de técnica de energia muscular em coletores de lixo com lombalgia mecânica aguda. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, v. 12, n. 2, 2005. pp. 20-27. Disponível em: <http://www.crefito3.com.br/revista/usp/05_05_08/pdf/20_27_coletores.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2014.

SANTANA, Vilma; NOBRE, Letícia; WALDVOGEL, Bernadette Cunha. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, 2005. pp. 841-855.

SANTOS, Ariovaldo. **Trabalho e Globalização: a crise do sindicalismo propositivo**. Maringá: Práxis, 2001.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 217 p.

SANTOS, Gemelle Oliveira; SILVA, Luiz Fernando Ferreira da. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, pp. 3413-3419. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-81232011000900008&pid=S1413-81232011000900008&pdf_path=csc/v16n8/a08v16n8.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2014.

_____. Há Dignidade no Trabalho com o Lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. IX, n. 2, Fortaleza, jun./2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n2/13.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. Estreitando nós entre o lixo e a saúde – estudo de caso de garis e catadores da cidade de Fortaleza, Ceará. **REDE – Revista Eletrônica do Prodepa**, v. 3, n. 1, pp. 83-102. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/revista/index.php/rede/article/viewFile/21/19>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SANTOS, Marcelo Cristiano de Oliveira *et al.* Desregulamentação do Trabalho e Desregulação da Atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. **Revista Produção**, v. 19, n. 1, São Paulo, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132009000100013>. Acesso em: 18 out. 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. 4. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996].

_____. O retorno do território. **Observatorio Social de América Latina**, Ano VI, n. 16, p. 251-261. Buenos Aires: CLACSO, 2005 [1994]. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310111117/osal16.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. de 2016.

_____. **Espaço e Método**. 1. Ed.. 1. Reimpr. São Paulo: Nobel, 1985. 88 pp.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Desequilíbrio crítico entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. **Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels**. Campinas, 2007. s.p.

SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos. Coletores de lixo: a convivência diária com a sujeira da cidade – um breve relato. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 26, n. 97/98, pp. 53-

73. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/rbso/Artigos%2097-98/V26%20n97-98-05.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. Coletores de lixo: a convivência diária com a sujeira da cidade – um breve relato. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 23, n. 85/86, pp. 43-54. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/rbso/Artigos%2085-86/V23%20n85-86-05.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SANTOS, Vinícius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 167 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 73-94.

SCOTT, Joan W. Entrevista: A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, v. 16, 1998. pp. 297-325. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

SIEMACO; PRUDENCO. **Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016**. N° de registro no MTE: SP003389/2015. Presidente Prudente, 01/04/2015.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Crise ambiental, territorialidades e saberes: diálogos para além da ciência**. 2007.

SILVA, Cláudia Osório da; RAMMINGER, Tatiana. O trabalho como operador de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, 2014. pp. 4751-4758. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04751.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

SILVA, Edgar Pereira da. Condições de Saúde Ocupacional dos Lixeiros de São Paulo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 11, n. 42, pp. 30-35. São Paulo, 1983. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/rbso/Artigos%2042/V11%20n42-05.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SILVA, João Vitor Ramos da. **Significados da reforma agrária em bairros periféricos de Presidente Prudente (SP): uma tentativa de diálogo entre a luta pela Terra e a soberania alimentar**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Sílvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, pp. 2115-2122. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-81232009000600018&pid=S1413-81232009000600018&pdf_path=csc/v14n6/18.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SLEPICKA, Robson; NOVAES, Leordino Gomes de; SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos. **Um novo olhar sobre os coletores de lixo**. [Vídeo]. Produção de Leordino Gomes de Novaes, direção de Robson Slepicka. Brasília, Fundacentro, 2010. Duração: 8:14 minutos. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/multimedia/detalhe-do-video/2010/7/um-novo-olhar-sobre-os-coletores-de-lixo>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132 – 175.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 57-72.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida de. Território, soberania e mundo novo. **Cadernos do EXPOGEO**, v. 10, p. 35-42, Salvador Bahia, 1999. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/bitstream/handle/11037/7369/7369.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 de jan. de 2016

TEIXEIRA, José A. Carvalho; CORREIA, Ana Rita. Fragilidade social e psicologia da saúde: um exemplo de influências do contexto sobre a saúde. **Revista Análise Psicológica**, v. 20, n. 3, Portugal, 2002. pp. 359-365. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/322/pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

TERCEIRIZAÇÃO: PORTA DE ENTRADA PARA A PRECARIZAÇÃO. **Entrevista especial de Ricardo Antunes ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU-Online**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509660-terceirizacao-porta-de-entrada-para-a-precarizacao>>. Acesso em: 04 de abr. de 2014.

THE WORLD BANK. **What a Waste: a global review of solid waste management**. Washington: Urban Development & Local Government Unit, 2012 Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1334852610766/What_a_Waste2012_Final.pdf>. Acesso em: 25 de Abr. 2015.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho! **Revista Pegada Eletrônica**, v. 3, n. especial. Presidente Prudente. Editorial Centelha, 2002. p. 4-26.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, 2002. pp. 4-17.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329

TOLEDO, Enrique de la Garza. Trabajo no clásico, organización y acción colectiva en trabajadores no clásicos. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L.; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: Canal6, 2012. pp. 145-173.

TOMÁS, Júlia Catarina de Sá Pinto. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia "Mundos Sociais: saberes e práticas"**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.msh-m.fr/le-numerique/edition-en-ligne/rusca/rusca-territoires-temps-societes/publications/Traductions/A-invisibilidade-social-uma>>. Acesso em: 20 de Ago. de 2014.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Labor. Bureau of Labor Statics. **National Census of Fatal Occupational Injuries in 2013 (Preliminary Results)**. Washington, 2013. Disponível em: <<http://www.bls.gov/news.release/pdf/cfoi.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 9-31.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Superexplotación del trabajo y desmedida del valor. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L.; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: Canal6, 2012. pp. 131-144.

VASCONCELOS, R. C.; LIMA, F. P. A.; ABREU, A. C. M. S.; SILVA, R. C. R.; CAMAROTTO, J. A.; MURTA, E. P. A estratégia de “redução” e a carga de trabalho dos coletores de lixo domiciliar de uma grande cidade: estudo de caso baseado na Análise Ergonômica do Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 33, n. 117, pp. 50-59. São Paulo, 2008a. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0303-76572008000100006&pid=S0303-76572008000100006&pdf_path=rbso/v33n117/a06v33n117.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2014.

VASCONCELOS, R. C.; LIMA, F. P. A.; CAMAROTTO, J. A.; ABREU, A. C. M. S.; COUTINHO FILHO, A. O. S. Aspectos de complexidade do trabalho de coletores de lixo domiciliar: a gestão da variabilidade do trabalho na rua. **Revista Gestão e Produção**, v. 15, n. 2, pp. 407-419. São Carlos, 2008b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v15n2/a15v15n2>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

VASCONCELOS, Renata Campos. **A Gestão da Complexidade do Trabalho do Coletor de Lixo e a Economia do Corpo**. Tese (Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

VELLOSO, Marta Pimenta; VALADARES, Jorge de Campos; SANTOS, Elizabeth Moreira. A coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso baseado na percepção do trabalhador. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, pp. 143-150. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-81231998000200013&pid=S1413-81231998000200013&pdf_path=csc/v3n2/7158.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2014.

VELLOSO, Marta Pimenta; SANTOS, Elizabeth Moreira; ANJOS, Luiz Antonio dos. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 4, pp. 693-700. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0102-311X1997000400012&pid=S0102-311X1997000400012&pdf_path=csp/v13n4/0153.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2014.

WALDMAN, Maurício. Lixo Domiciliar Brasileiro: notas sobre processos e dinâmismos sócio-espaciais. **Revista Conexão Academia**, ano II, v. 3, dez. 2012. pp. 67-73.

Sites Consultados

<http://www.prudenco.com.br/>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354140&search=sao-paulo|presidente-prudente|infograficos:-informacoes-completas>

<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=23355>

<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaAtividades.jsf>

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/index.xhtml>

<http://www.sintrapp.com/>

<http://www.siemacoprudente.com.br/>

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COLETORES

PERFIL DO TRABALHADOR

Nome

Idade

Estado civil

Etnia

Escolaridade

Em que bairro/cidade mora?

Aluguel ou casa própria?

Já usufruiu do programa Minha Casa, Minha Vida?

Tem filhos? Quantos?

Tem plano de saúde ou utiliza o SUS?

Fuma?

Bebe?

Renda mensal

Recebe algum auxílio do governo, como o Bolsa Família?

HISTÓRIA DE VIDA

Onde nasceu? Se em outra cidade, quando veio pra Prudente?

Antes de ser coletor, quantos empregos já teve?

Qual emprego ficou mais tempo antes da coleta?

Porque saiu?

TRABALHO NA COLETA

Porque você decidiu ser coletor? Foi uma escolha, ou obrigação?

Considera o trabalho na coleta melhor ou pior que os outros serviços que já teve?

Como foi o processo para entrar na coleta?

Há quanto tempo está na coleta?

Descreva a sua atividade: como é um dia de um coletor?

Qual a jornada de trabalho?

Você sabe quantos quilômetros percorre por dia?

Você sabe quantos quilos de lixo carrega por dia?

Quanto lixo carrega por dia o caminhão?

Quantas viagens o caminhão faz até o lixão por dia?

Vocês vão junto ou ficam esperando em algum lugar? O que fazem nesse tempo?

A empresa impõe metas para vocês cumprirem (de tempo ou quilos de lixo)?

Quem define o setor que vocês vão coletar?

Vocês sabe quantos e quais são os setores de coleta na cidade?

Tem bairros/setores melhores e piores para trabalhar? Por que?

O que define um setor pesado e um setor leve?

Você já trabalhou em quantos setores?

Vocês mudam de setor quando querem ou quando a empresa manda?

Prefere ficar num mesmo setor ou mudar?
Já sofreu acidente no trabalho? Como foi?
Já sentiu dor em alguma parte do corpo que seja por causa do trabalho?
Já sentiu fadiga durante a jornada de trabalho? E fora dela?
Já teve problema respiratório devido à exposição ao lixo?
Já teve problemas estomacais?
Dores de ouvido?
A empresa fornece EPI? Quais? Eles são renovados periodicamente?
Você acha que os EPIs protegem o coletor contra os riscos do trabalho?
Que medidas você acha que deveriam ser tomadas para evitar esses riscos à saúde dos trabalhadores?
Como vocês vão ao banheiro durante o trabalho?
Como bebem água?
Há pausas durante a jornada?
Ingere ou já ingeriu bebida alcoólica ou outras substâncias durante a jornada?
Como é a relação dos coletores com os moradores?
Você ou algum conhecido já sofreu humilhações por parte dos moradores?
Você já se sentiu invisível em seu trabalho, ignorado, como se não existisse?
Alguma vez já quis ser invisível para não sofrer humilhações?
Você gosta de trabalhar de uniforme? Ele é bom ou ruim? Por que?
Como é a relação dos coletores com o motorista?
Qual é a pior e a melhor coisa do trabalho na coleta?
Por que trabalhar até essa idade? (SÓ PARA ACIMA DE 50 ANOS)

TEMPO LIVRE

Quanto tempo livre você tem por dia, fora do trabalho?
Onde pratica lazer nos horários livres?
Qual o principal meio de transporte que utiliza?
Você anda pela cidade mais dentro ou fora do trabalho?
É diferente andar pela cidade em cima do caminhão no trabalho e no ônibus/carro/moto no tempo livre?
O tratamento das pessoas com você no tempo livre é igual ao tempo de trabalho?
Os coletores se reúnem para atividades de lazer? Têm amigos lá ou só colegas de trabalho?

PRUDENCO

Como é sua relação com a empresa, o que você pode falar dela?
Quais os benefícios que recebe da empresa?
Já se sentiu pressionado pela empresa de alguma forma?
A empresa paga adicional de insalubridade pelo serviço?
E adicional noturno?
Vocês recebem hora extra quando extrapolam a jornada?
Em caso de acidente, mal-estar ou doença decorrente do trabalho, a empresa oferece suporte?
Quando têm uma opinião para dar sobre o trabalho, a empresa os ouve?
Você acha que teria diferença se fossem servidores públicos da prefeitura? Seria melhor ou pior?

SINDICATO

Você conhece o sindicato da categoria?

Já foi à sede?

Na sua opinião, para que serve o sindicato?

Ele cumpre esse papel?

Os coletores já tentaram se organizar para reivindicar alguma coisa da empresa? Se sim, como a empresa reagiu? Como o sindicato reagiu?

Você acha que os coletores precisam se organizar pra conseguir melhorias no trabalho ou o sindicato basta?

O sindicato procura os trabalhadores para informar sobre as conquistas da categoria ou outros fins?

Há espaços de diálogo dos trabalhadores com o sindicato?

Os coletores já fizeram greve?

SER COLETOR É?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

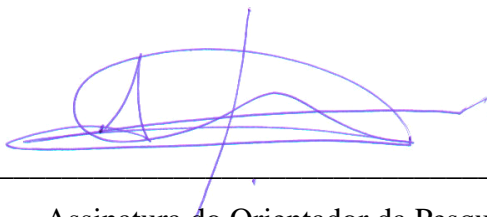
Eu, _____, RG _____, entendo os propósitos, metodologia e objetivos desta pesquisa, sob responsabilidade de João Vitor Ramos da Silva, RG 46. 180.716-6, residente à Rua Dr. Domingos Milano Filho, nº 98, Jardim Maracanã, Presidente Prudente/SP, aluno do curso de Mestrado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, situado à Rua Roberto Simonsen, 305, Vila Santa Helena, Presidente Prudente/SP, CEP 19060-900. Sou ciente de que todas as informações extraídas da entrevista são de caráter sigiloso, tendo acesso a elas somente o responsável pela pesquisa, e AUTORIZO sua utilização apenas para divulgação da mesma, sem fins lucrativos.

Presidente Prudente, 13 de fevereiro de 2015

Assinatura do(a) Entrevistado(a)



Assinatura do Responsável pela Pesquisa
(João Vitor Ramos da Silva)



Assinatura do Orientador da Pesquisa
(Antonio Thomaz Junior)

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA – CRISTIANO LOURENÇO RODRIGUES – PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

1) Há quanto tempo trabalha no MPT? Sempre como procurador?

R:

2) Qual a atribuição de um procurador do MPT?

R:

3) Quais tem sido os ramos de atividades com maior número de denúncias ou irregularidades trabalhistas em Presidente Prudente?

R:

4) Sobre a Prudenco, você sabe informar qual o estatuto jurídico da empresa (empresa mista, empresa pública etc.)?

R:

5) Nesse sentido, os recursos da empresa provêm somente da prefeitura ou de outras fontes também?

R:

6) Há fins lucrativos na empresa? Se sim, de onde angariam lucros?

R:

7) Qual relação você enxerga, no âmbito da coleta lixo em Presidente Prudente, entre a terceirização e a precarização do trabalho?

R:

8) A aprovação recente do PL 4330, que regulamenta a terceirização no país, contribui de que maneira para esse quadro?

R:

9) Existem ações do MPT contra a Prudenco, no que tange à coleta/coletores de lixo domiciliar? Quais?

R:

10) O que você pode dizer da postura da empresa frente aos coletores de lixo?

R:

11) Há alguma política de prevenção à saúde dos trabalhadores da coleta?

R:

12) Há registros de represália aos coletores por algum motivo?

R:

13) Em casos de paralisação ou greve dos coletores, quais os direitos dos mesmos? Têm sido respeitados pela Prudenco nessas ocasiões?

R:

14) Como a Prudenco tem reagido diante das ações do MPT?

R:

15) O MPT possui algum vínculo ou contato com o SIEMACO (sindicato que representa os coletores)?

R:

16) Como você avalia a participação do sindicato na defesa dos trabalhadores da coleta?

R:

17) Por fim, quais conquistas aos coletores podem ser destacadas das ações do MPT?

R:

MUITO OBRIGADO!

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTE DO SIEMACO

- 1) Há quanto tempo atua no movimento sindical? Conte um pouco sua história;
- 2) Ultimamente, alguns movimentos sociais e associações têm ganhado mais destaque na defesa dos trabalhadores do que os sindicatos. Como você avalia essa questão e qual o papel do sindicato hoje?
- 3) Tradicionalmente, os sindicatos de maior envergadura no Brasil são os que representam categorias de trabalhadores do setor produtivo, a exemplo dos metalúrgicos, petroleiros, entre outros. Como você enxerga a representação política dos trabalhadores "improdutivos", como são os coletores de lixo domiciliar?
- 4) Há dificuldades para a mobilização dos coletores?
- 5) Os trabalhadores procuram o SIEMACO para registrar queixas em relação ao trabalho ou por outros motivos?
- 6) O SIEMACO possui alguma atividade que reúna os trabalhadores periodicamente, como assembleias, reuniões etc.?
- 7) Existe alguma ação conjunta com o SINTRAPP?
- 8) As reivindicações partem dos trabalhadores ou é o sindicato que tem puxar as discussões? Elas são pontuais ou há bandeiras que extrapolam os limites da categoria?
- 9) Em vista da unicidade sindical, há relação do SIEMACO com outros sindicatos? Qual a relação com a FEMACO?
- 10) Como é a relação do sindicato com a PRUDENCO?
- 11) O SIEMACO tem ou já teve atuação conjunta com o MPT?
- 12) O SIEMACO possui algum programa de prevenção à saúde do trabalhador? Há alguma parceria com o CEREST, nesse sentido?
- 13) Já houve registro de queixas de trabalhadores quanto ao tratamento recebido pela comunidade, casos de humilhação, por exemplo?
- 14) Os trabalhadores já registraram insatisfação quanto à mudança de trecho feita pela empresa? Há preferência por determinados trechos em detrimento de outros?